



LETRAS EM REVISTA

V. 13, N. 01/2022 / ISBN 2318-1788

Dossiê
IMPOLIDEZ/DESCORTESIA E O DISCURSO DE ÓDIO
NAS INTERAÇÕES SOCIAIS PÚBLICAS

Giselda dos Santos Costa (PPGL- Universidade
Estadual do Piauí - Brasil)

Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta e
CLUNL/NOVA, Lisboa, Portugal)

Rodrigo Albuquerque (Universidade de Brasília)
Organizadores



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

@ 2022 by Programa de Pós-Graduação em Letras (UESPI)
Direitos reservados ao Mestrado Acadêmico em Letras (UESPI)
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

Capa: Diego Lopes
Editoração e preparação dos originais: Ronyere Ferreira
Revisão: Autores
Apoio:



L649 LETRAS EM REVISTA – v. 13, n. 01, 2022. Teresina: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

Semestral.
ISSN: 2318-1788

1. Estudos Literários. Estudos Linguísticos. Estudos Culturais - Periódico. 2.
Universidade Estadual do Piauí.

CDD 613.703



Governador
Rafael Fonteles

Reitor
Evandro Alberto de Sousa

Governadora do Estado
Regina Souza

Reitor
Evandro Alberto de Sousa

Vice-Reitor
Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Pró-Reitor de Ensino de Graduação
Paulo Henrique da Costa Pinheiro

Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação
Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Rauirys Alencar de Oliveira

Pró-Reitora de Administração
Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças
Lucídio Beserra Primo

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários
Ivoneide Pereira de Alencar

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Franklin Oliveira e Silva

LETRAS EM REVISTA

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí.

Equipe Editorial

Editor Chefe

Prof. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho

Conselho Editorial

Estudos Literários

Profa. Dra. Adriana Bebiano (Universidade de Coimbra)

Prof. Dr. Alfredo Cordoviola (UFPE/CNPq)

Profa. Dra. Ana Pizzarro (Universidade do Chile)

Prof. Dr. Anselmo Peres Alós (UFSM/CNPq)

Profa. Dra. Ana Margarida Ramos (Universidade de Aveiro)

Profa. Dra. Fernanda Maria Abreu Coutinho (UFC)

Prof. Dr. Flavio Garcia (UERJ)

Profa. Dra. Goiandira de Fátima Ortiz de Camargo (UFG/CNPq)

Profa. Dra. Luiza Lobo (UFRJ)

Profa. Dra. Marcia Miguel Manir Feitosa (UFMA)

Profa. Dra. Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (UNIFESP)

Profa. Dra. Regina Zilberman (UFRGS/CNPq)

Profa. Dra. Sandra Regina Goulart Almeida (UFMG/CNPq)

Profa. Dra. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (UFPB)

Profa. Dra. Tania Regina de Oliveira Ramos (UFSC)

Profa. Dra. Vera Teixeira de Aguiar (PUCRS)

Estudos Linguísticos

Prof. Dr. Adair Vieira Gonçalves (UFGD/CNPq)

Profa. Dra. Antonia Dilamar Araújo (UECE)

Prof. Dr. Benedito Gomes Bezerra (UNICAP/UPE)

Prof. Dr. Dermeval da Hora (UFPB/CNPq)

Profa. Dra. Lívia Suassuna (UFPE)

Profa. Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva (UFT)

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima (UFPI)

Profa. Dra. Maria da Glória di Fanti (PUCRS)

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito (UNILAB)

Profa. Dra. Mercedes Fátima de Canha Crescitelli (PUCSP)

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (UFC/CNPq)

Profa. Dra. Rivaldo Capistrano de Souza Júnior (UFES)

Profa. Dra. Rosângela Hammes de Oliveira (UFSC/CNPq)

Prof. Dr. Sandro Luis da Silva (UNIFESP)

SUMÁRIO

Apresentação	
Dossiê: Impolidez/descortesia e o discurso de ódio nas interações sociais públicas.....	7
Giselda dos Santos Costa	
Isabel Roboredo Seara	
Rodrigo Albuquerque	
1 Gordofobia no Twitter: um estudo sobre impolidez linguística.....	11
Lucas Willian Oliveira Marciano	
Luiz Fernando Ferreira da Costa	
2 Intertextualidade como estratégia de impolidez em textos verbo-imagéticos.....	28
Jessica Oliveira Fernandes	
Eduardo Carvalho de Almeida	
Mônica Magalhães Cavalcante	
3 A (im)polidez na polêmica: um estudo sobre a repercussão da avaliação da atuação do jogador Neymar.....	44
Gildo José dos Santos	
Geórgia Maria Feitosa e Paiva	
4 Twitter: uma análise pragmática das estratégias de impolidez em comentários numa mídia social.....	60
Giselda Costa	
5 Impoliteness and Identity in threads about Brazilian politics on Twitter.....	81
Ricardo Rios Barreto Filho	
Joseffer Maxi Maia Rodrigues	
6 Lutas (meta)discursivas no gênero Carta/Nota de Repúdio: a (im)polidez nas instâncias da interação.....	98
Rodrigo Albuquerque	
Rafael Nogueira Cavalcante	

7	O discurso de ódio e a argumentação: uma proposta para o Ensino Médio.....	122
	Samara Gabriela Leal França	
8	No contradiscorso da violência doméstica: a cenografia de uma campanha publicitária.....	136
	Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima	
9	A dialética da linguagem gerencialista.....	153
	Gabriela Tibola	
	Patrick Araújo	
	Altamir Botoso	
10	A lógica da polidez; ou, Cuidando da sua linguagem.....	168
	Robin Lakoff	
	Tradução: Rodrigo Albuquerque	
	Bernd Renner e Alex Leitão	

SESSÃO LIVRE

11	Entre “tretas” e nos “entretantos”: um bom-crioulo.....	185
	Fernando Tadeu Triques	
12	Muitos caminhos a descobrir: a variedade de gêneros textuais e intertextos em Lisboa, livro de bordo, de José Cardoso Pires.....	204
	Rachel Hoffmann	
13	Os personagens malandros de Lima Barreto.....	220
	Victória Nantes Marinho Adorno	
	Andre Rezende Benatti	
14	Camilo Castelo Branco e a dualidade em Maria! Não Me Mates, Que Sou Tua Mãe! – notícia ou ficção?.....	234
	Leticia de Freitas Greco	
	Luciene Marie Pavanelo	
15	A escrita do cárcere: a vertente testemunhal em Confissões de um homem livre, de Luiz Alberto Mendes.....	255
	Ana Paula Franco Nobile Brandileone	
	Beatriz da Silva Massari	

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ: IMPOLIDEZ/DESCORTESIA E O DISCURSO DE ÓDIO NAS INTERAÇÕES SOCIAIS PÚBLICAS

From this point of view, the linguistic concern with politeness is a task for the future, not a thing of the past (HELD, 2005 [1992], p. 151)¹

O presente número de *Letras em Revista* é dedicado ao tema da Impolidez/Descortesia e o Discurso de Ódio nas Interações Sociais Públicas.

Constatando a existência de uma relação dialética entre a expressão linguística e os fatores sociais, o campo de estudo da Impolidez/Descortesia Verbal tornou-se, há alguns anos, um domínio privilegiado para a investigação linguística em geral, e para a Sociopragmática, em particular.

O mundo digital em que vivemos na contemporaneidade amplia a presença da impolidez e da violência, pelo que urge refletir sobre as noções de impolidez que podem ser utilmente estendidas à linguagem do ódio.

A impolidez, nos processos de interação é, em geral, concebida como uma atividade, ao passo que quando se centra nos efeitos sociais produzidos, pode ser entendida como um princípio que (des)regula a interação (assumindo o *gradatum*, defendido nos mais recentes estudos teóricos).

A impolidez (grosseria, hostilidade, incivilidade, agressão verbal, ameaça da face), como fenômeno universal, manifesta-se idiossincraticamente nas culturas, em domínios linguísticos, sociodiscursivos e interacionais, com o objetivo intencional de causar conflito e desarmonia social tanto no âmbito verbal quanto no âmbito não verbal.

Correspondendo ao repto da chamada, foram selecionados nove textos, seguidamente sumariados, de pesquisadores/as de diferentes universidades e centros de pesquisa, e uma tradução.

No artigo “**Gordofobia no Twitter: um estudo sobre impolidez linguística**”, Lucas Willian Oliveira Marciano almejou estudar discursos que, no *Twitter*, promoviam ataque à imagem alheia, sobretudo em relação ao corpo. A partir de uma revisão de literatura relativa aos estudos de (im)polidez, com foco na propositura teórica de Brown e Levinson (1987) e de Culpeper (1996, 2011), o autor defende a ideia de que a gordofobia, muitas vezes disfarçada de “preocupação com saúde”, instaura nas redes um clima de ataque/ofensa, perpetuando estigma, preconceito e violência. De

1. HELD, G. Politeness in linguistic research. In: WATTS, R. J.; IDE, S.; EHLICH, K. (Eds.). *Politeness in Language: Studies in its History, Theory and Practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005 [1992]. p. 131-153.

modo geral, as 34 postagens analisadas colaboraram para a conclusão de que “alguns usuários podem recorrer a estratégias de impolidez discursiva como caminho ou para atacar terceiros ou para se autoflagelar, revelando, assim, uma forma de perpetuação de um discurso preconceituoso”.

Em “**Intertextualidade como estratégia de impolidez em textos verbo-imagéticos**”, Jessica Oliveira Fernandes, Eduardo Carvalho de Almeida e Mônica Magalhães Cavalcante propuseram-se investigar “a realização de atos de impolidez mediante o uso da estratégia da intertextualidade em textos verbo-imagéticos” no perfil do jornal Estadão no *Twitter*. No encontro entre a Pragmática e a Linguística de Texto, Fernandes, Almeida e Cavalcante argumentam que os processos intertextuais e as configurações multimodais atuam na manifestação da impolidez. Ao analisarem três comentários verbo-imagéticos, evidenciou-se que, especialmente por meio de alusões amplas, a ironia – emergente tanto do conteúdo verbal quanto das categorias visuais – era construída para atacar indiretamente as figuras públicas em foco nas interações analisadas.

Gildo José dos Santos e Geórgia Maria Feitosa e Paiva, em “**A (im)polidez na polêmica: um estudo sobre a repercussão da avaliação da atuação do jogador Neymar**”, objetivaram compreender de que modo as estratégias de (im)polidez linguística atenuaram ou intensificaram a polêmica relacionada ao jogador Neymar instaurada em um programa de televisão e em uma postagem no *Instagram*. Com especial interesse no fenômeno da polêmica, Santos e Paiva concebem que “tanto a polidez quanto a impolidez são capazes de concretizar a polêmica, incitando-a e atenuando-a por meio da negociação de sentidos estabelecidos no evento comunicativo”. Como principais resultados, observaram-se o elogio, a concordância excessiva e o uso de metáforas, como estratégias de polidez para atenuar a face do jogador.

Por sua vez, ao analisar as estratégias de impolidez veiculadas em tuítes contrários à declaração de Jair Bolsonaro quanto à sua reeleição em 2022, Giselda Costa reuniu, no artigo “**Twitter: uma análise pragmática das estratégias de impolidez em comentários numa mídia social**”, 110 tuítes de internautas que manifestaram desapreço pelo ex-presidente (e por sua declaração). Transitando entre o escopo da pragmática e os estudos da (im)polidez, a autora justifica que sua proposta – a análise de tuítes contrários à fala de Bolsonaro – se instancia na linguística-pragmática, visto que a Pragmática se interessa pelo contexto de língua em uso e, ao mesmo tempo, prevê, em sua agenda, o debate atinente à (im)polidez. Fundamentada, sobretudo, em Culpeper (1996), Costa encontrou nos tuítes casos de impolidez positiva (52,6%), de polidez falsa (24,5%), de impolidez negativa (14,6%), de impolidez caluniosa (7,3%) e de polidez retida (1,1%).

Interessados no debate concernente à impolidez e à identidade, Ricardo Rios Barreto Filho e Joseffer Maxi Maia Rodrigues, em “*Impoliteness and Identity in threads about Brazilian politics on Twitter*”, buscaram analisar três *threads* iniciadas por duas deputadas e o ex-governador de São Paulo, visando evidenciar como a identidade era construída por meio da impolidez. Os pesquisadores situam a noção de identidade – assim como o conceito de impolidez – em uma perspectiva discursiva e interacional, transcendendo-se uma visão essencialista, demográfica e psíquica. A partir de três eixos – adequação/distinção, autenticação/desnaturalização e autorização/ilegitimidade (BUCHOLTZ; HALL, 2004a, 2004b, 2005) –, constatou-se, nas *threads* analisadas, que a relação entre impolidez e

identidades não se instanciava em pessoas ou estruturas de língua(gem), mas nas questões políticas e ideológicas que emergiam das interações, como era o caso da polarização política no Brasil.

Congregando as temáticas (im)polidez e gêneros discursivos, o artigo “**Lutas (meta)discursivas no gênero Carta/Nota de Repúdio: a (im)polidez nas instâncias da interação**”, da autoria de Rodrigo Albuquerque e Rafael Nogueira Cavalcante, visou analisar “de que modo as estratégias de (im)polidez mitigam/intensificam, direta e indiretamente, lutas (meta)discursivas travadas por interagentes inscritos/as em uma Carta/Nota de Repúdio”. Albuquerque e Cavalcante demonstram particular interesse no gerenciamento das estratégias de (im)polidez no gênero Carta/Nota de Repúdio, buscando, para tanto, aplicar as noções de impolidez, de metapragmáticas e de proxêmica linguístico-discursiva em um texto vinculado ao gênero discursivo em questão. Os autores concluem que a Carta/Nota manteve, de modo aparentemente paradoxal, clareza/projeção argumentativa e polidez/mitigação, com destaque para o uso tanto de estratégias de impolidez combativas à desvalorização e às acusações dirigidas a gestores de saúde quanto de estratégias de polidez direcionadas à mitigação do desacordo e à impessoalização dos/as interagentes.

“**No contradiscurso da violência doméstica: a cenografia de uma campanha publicitária**”, escrito por Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima, a autora problematizou “campanhas contra a violência doméstica que, cenograficamente, apresenta(va)m seu contradiscurso em enunciados que reag(ia)m a discursos misóginos e intolerantes” que hostilizavam a mulher na sociedade. Afiliada à Análise do Discurso Francesa, Lima intersecciona as condições de produção de cenários de violência e o ensino de Língua Portuguesa, abrindo espaço para se discutirem, em práticas pedagógicas de leitura e de escrita, os discursos veiculados em tais campanhas. No texto analisado, ilustrou-se uma modelo que, ao retirar a maquiagem, deixava aparentes as marcas de violência em seu rosto, possibilitando-se frisar, no âmbito do ensino, que o rosto demaquilado da violência representava uma prática social bastante comum: o silenciamento das mulheres.

Samara Gabriela Leal França, no texto “**O Discurso de ódio e a argumentação: uma proposta para o Ensino Médio**”, objetivou discutir uma proposta interventiva de ensino com foco na argumentação emergente de cartas de solicitação e de cartas de reclamação. Baseando-se, sobretudo, nas contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), de Amossy (2011) e de Breton e Gauthier (2001), a pesquisadora sustenta o argumento de que o confronto bélico e a argumentação *ad hominem* se relacionam com os discursos de ódio, comumente presentes nas interações on-line das quais os/as estudantes participam. Nas cartas produzidas, França avaliou que os/as discentes puderam identificar, avaliar e construir argumentos, equalizando-se manifestação autoral frente a dada situação discursiva e respeito à posição do/a outro/a.

Na pesquisa “**A dialética da linguagem gerencialista**”, Gabriela Tibola, Patrick Araújo e Altamir Botoso analisaram, sob a luz da filosofia da linguagem, “a problemática do uso da linguagem gerencialista na esfera privada e social” em discursos contemporâneos. Ao definirem a linguagem generalista como aquela que almeja explorar os sujeitos por meio de um discurso que perspectiva relações de exploração como naturais e internalizadas, a autora e os autores assumem que o/a trabalhador/a, ao se inserir em um ambiente selvagem e competitivo, tem suas forças exauridas

e piora sua qualidade de vida. A partir da análise semântica da obra *Pai Rico, Pai Pobre*, de Robert Toru Kiyosaki (2011), concluiu-se que compreender todos esses aspectos subjacentes à linguagem gerencialista torna-se fundamental na luta contra a opressão advinda do sistema de classes e as desigualdades socioeconômicas que atacam as sociedades.

O último texto do presente volume consiste na tradução do clássico artigo *The logic of politeness; or, Minding your P's and Q's*, realizada por Rodrigo Albuquerque, Bernd Renner e Alex Leitão: “**A lógica da polidez; ou, Cuidando da sua linguagem**”. A autora Robin Lakoff reconhece que os/as usuários/as da língua(gem) necessitam desenvolver uma competência pragmática que os/as possibilite avaliar (in)adequações na interação face a face no que diz respeito ao aparente paradoxo entre ser claro/a e ser polido/a. Segundo os tradutores, Lakoff elaborou o seu próprio modelo de polidez com base nas máximas griceanas da conversação e nas regras de polidez propostas (não ser impositivo/a, dar opções ao/à outro/a e fazer com que o/a destinatário/a se sinta bem). Conforme apresentam os tradutores, Robin Lakoff concluiu que seguimos regras pragmáticas (entre a clareza e a polidez) na fala, as quais não são meramente linguísticas e podem se diferir na aplicação – embora tais regras mantenham uma forma básica universal.

Em suma, os nove artigos reunidos neste dossiê e a tradução configuram uma coleção cuidadosamente escolhida de reflexões acadêmicas sobre impolidez. Buscando atender aos interesses emergentes – acadêmicos e não acadêmicos –, a impolidez é comprovadamente abordada em perspectiva multidisciplinar. Como tal, é uma excelente referência para leitores/as que buscam uma introdução no assunto, bem como um guia para a atualização do trabalho de investigação sobre o tema. Espera-se que esses trabalhos possam contribuir para ampliar os horizontes dos estudos em (im)polidez tornando mais visíveis novos caminhos de pesquisa.

Como o/a leitor/a poderá testemunhar, este número da *Letras em Revista* traz à luz artigos diferentes perspectivas teóricas, focalizando análises de *corpora* distintos que testemunham a originalidade e a atualidade das pesquisas e que se revelam um contributo para os estudos linguísticos-discursivos e interacionais em língua portuguesa.

A todos/as os/as que colaboraram, o nosso profundo agradecimento, desejando que o entusiasmo com que coordenamos este número possa contagiar todos/as os/as leitores/as.

GORDOFOBIA NO TWITTER: UM ESTUDO SOBRE IMPOLIDEZ LINGUÍSTICA

GORDOPHOBIA ON TWITTER: A STUDY ON LINGUISTIC IMPOLITENESS

Lucas Willian Oliveira Marciano
Luiz Fernando Ferreira da Costa
UFMG

Resumo: O presente artigo se propõe a descrever determinadas estratégias de impolidez (CULPEPER, 1996, 2016), associando-as à produção do discurso ofensivo e ao fomento do estigma em relação ao corpo gordo. Como fundamentação teórica, adotamos os trabalhos de Culpeper (1996, 2011, 2016), Bousfield (2008), Brown e Levinson (1987), Corrigan (2004), Corrigan e Watson (2002), Corrigan, Watson e Barr (2006), Verhaeghe, Bracke e Bruynooghe (2008), Felicissimo *et al* (2013) e Araújo *et al* (2018). A análise foi feita a partir da coleta de postagens na rede social Twitter. Em linhas gerais, os resultados indicam uma associação estreita da impolidez para ofender ou discriminar com a manutenção discurso gordofóbico, o aumento da produção de discursos autodiscriminatórios e a diminuição da baixa autoestima dos alvos do discurso impolido. A pesquisa indica como o discurso digital pode colaborar para que discursos preconceituosos continuem ecoando na sociedade.

Palavras-chave: Impolidez. Discursos gordofóbicos. Estigma.

Abstract: This article describes the description of impoliteness strategies (CULPEPER, 1996, 2016), associating them with the production of the offensive discourse and the promotion of stigma to the fat body. As theoretical reference, we adopted the works of Culpeper (1996, 2011, 2016), Bousfield (2008), Brown and Levinson (1987), Corrigan (2004), Corrigan and Watson (2002), Corrigan, Watson and Barr (2006), Verhaeghe, Bracke and Bruynooghe (2008), Felicissimo *et al* (2013) and Araújo *et al* (2018). The analysis was carried out by collecting data on the social network Twitter. In general terms, the results indicate a close association of impoliteness for the maintenance of discrimination with fatphobic speech, an increase in the production of self-discriminatory speeches and a decrease in the self-esteem of the targets of impolite speech. The research indicates how digital discourse may collaborate so that prejudiced discourses continue to echo in society.

Keywords: Impoliteness. Fatphobic Speeches. Stigma.

INTRODUÇÃO

Com o advento das redes sociais, é certo que se tornou instantânea a interação entre pessoas de variadas partes do mundo; opiniões, ideias e discussões são compartilhadas em questão de segundos, sem praticamente nenhum tipo de barreira ou filtro (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2018). Nesse contexto, a presença de discursos indesejados torna-se também comum; alguns com caráter ofensivo ou discriminatório. Nesse sentido, concentrarmos nossos esforços, no presente trabalho, em relacionar a ocorrência de discursos de ódio nas redes sociais. Como recorte da pesquisa, analisamos postagens gordofóbicas na rede social *Twitter*, vistas sob à luz da teoria da impolidez linguística (CULPEPER, 1996, 2011) e do trabalho de face (GOFFMAN, 1976), revisitado por Brown e Levinson (1987). Compreendemos que os discursos ofensivos são, em essência, discursos isentos de polidez, nos quais não há preocupação por parte do emissor do discurso de manter a face do interlocutor ilesa. Nesse sentido, se dá a propagação do discurso intencional de ataque à face (BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996).

Assim, pretendemos analisar e descrever um evento linguístico que tem ganhado espaço nas mídias, em especial o Twitter: os discursos de ataque à imagem alheia, principalmente em relação ao corpo. Dentro do nosso escopo, temos como intenção compreender como se dá a ocorrência de discursos impolidos (suas estratégias e desdobramentos) no ambiente digital, relacionando-os à perpetuação do estigma público dos corpos gordos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, apresentamos a seguinte divisão: de início, teceremos a fundamentação teórica, pautada nos estudos sobre face e impolidez. Na seção seguinte, apresentaremos a metodologia, compreendendo os procedimentos de coleta de dados. Em seguida, traremos a análise e a discussão de resultados. Por fim, disponibilizamos nossas considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

TRABALHO DE FACE E IMPOLIDEZ

De acordo com Goffman (1955), face é o valor social positivo que as pessoas desejam obter uma das outras durante uma conversação ou interação, uma necessidade básica que ambos os envolvidos desejam manter através de certos tipos de atitudes e concessões durante a interação. Em outras palavras, é como um indivíduo quer que as outras pessoas o enxerguem, “a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1967[1955], p. 5). Dessa forma, a face é baseada sobretudo em pressupostos externos que o indivíduo identifica como necessário segui-los, de acordo com o local, situação e pessoa com quem interage.

Revisitando o conceito de face, Brown e Levinson (1987) propõem dois tipos: face positiva e face negativa. A primeira se refere à necessidade do indivíduo de ser aceito, validado, pelo interlocutor, isto é, à dimensão facial que deseja se adequar em um contexto interativo. A segunda, por sua vez, trata da liberdade e do espaço privado que as partes ambicionam manter em uma interação; em outras palavras, os aspectos que os indivíduos desejam manter ocultos,

intransponíveis. Nessa perspectiva, é comum que, durante uma conversação, todos os envolvidos se atentem, mesmo que inconscientemente, a tentar manter não só a própria face, mas também a face alheia, a fim de que o diálogo seja agradável e respeitoso, configurando uma interação polida (BROWN; LEVINSON, 1987). No entanto, é fato que nem sempre isso acontece: quando um dos interlocutores se recusa a manter a preservação das faces intactas, abrem-se caminhos para a emergência de discursos impolidos.

Como visto, a face é um constructo que todos os falantes apresentam na interação, de maneira que mantê-la o mais intacta possível é o objetivo de todos os envolvidos, o que Brown e Levinson (1987) chamam de cooperação de proteção à face, baseada na vulnerabilidade mútua das faces. Esta vulnerabilidade é cimentada no fato de que, se um dos participantes da conversação tem sua face atacada, as possibilidades de que este revide e ataque a face do agressor são altas, o que na prática destrói a harmonia interacional. Dessa forma, os autores afirmam que “todo ato de fala/interação é potencialmente um ato ameaçador de face” (BROWN; LEVINSON, 1987), uma vez que estamos sempre sujeitos à quebra da prosperidade das faces positiva e negativa, respectivamente, seja por parte do falante/locutor, seja pelo ouvinte/interlocutor.

Nessa perspectiva, embora todas as interações sejam passíveis de violação da integridade da face, deve-se compreender que alguns discursos são potencialmente mais agressivos que outros. Esses discursos agressivos são construídos, em última instância, justamente para violar a face alheia. São, como Brown e Levinson (1987) definem, produções fundamentadas no conceito de “Ato de Ameaça à Face Particular”, do inglês *Face Threatening Act* – (FTA). Segundo os autores, esses discursos agressivos podem se realizar tanto de maneira direta e explícita, quanto por meio de um falso trabalho de polidez, a depender do destinatário da ofensa, do local de interação e de certas necessidades sociais que precisam ser mantidas. Assim, depreende-se que “quanto menor for a imposição do ato, quanto menos poderoso e mais distante o outro participante [da interação] for, menos educado ele [o emissor] precisará ser.” (CULPEPER, 1996, p. 355).

Assim, percebe-se que a distância espacial entre os participantes é um dos principais agravantes quando nos referimos à propagação de discursos agressivos e impolidos, sobretudo nas redes sociais, onde a proteção à relação facial é muitas vezes esquecida em nome da liberdade de se dizer o que se pensa sem nenhum tipo de hesitação (STROPPA; ROTHENBURG, 2017).

Nessa perspectiva, os estudos de polidez linguística ganham mais projeção a partir da publicação das estratégias mantenedoras de um discurso polido por Brown e Levinson (1987). Antes disso, Goffman (1955) elabora as noções de face. Nessa direção, os estudiosos dessa área se preocupavam de fato com as formas de polidez no discurso e os possíveis mecanismos que poderiam ser considerados impulsionadores de um uso educado na interação linguística. No entanto, até então, os estudos com foco nas estratégias fomentadoras do discurso impolido (baseado na quebra da harmonia facial), eram bastante negligenciados.

Dessa forma, após a publicação de seu estudo no *Journal of Pragmatics* da Universidade de Lancaster, Culpeper (1996) iniciou uma vertente teórica que passou a ser cada vez mais replicada e ampliada por outros autores, dentre estes Wichmann (2003), Bousfield (2008) e Kerbrat-Orecchioni

(2010; 2013). Os objetivos desses autores eram descobrir os tipos de impolidez, seus mecanismos de realização, a relação entre ato e contexto, a noção de intencionalidade, as funções comunicativas específicas dos atos impolidos e suas possíveis estratégias de produção e as demais variáveis que poderiam influenciar no grau e execução de cada manifestação de impolidez.

Na busca por uma definição da natureza da polidez ou não polidez dos discursos, Leech (1983) elabora as diferenciações de polidez relativa e polidez absoluta. Assim, para o autor, a polidez relativa se referiria a atos que, dependendo do contexto, podem ser polidos ou não, enquanto a polidez absoluta se relaciona com discursos polidos independentemente do contexto de uso. Ou seja, enquanto alguns discursos (ordens, críticas, objeções) são fundamentalmente indelicados, embora passíveis de polimento dependendo do contexto; outros, como elogios, são sempre educados, ou seja, um exemplo de polidez absoluta (LEECH, 1983).

Dessa forma, entende-se que uma definição do que é um discurso educado ou indelicado é, de diferentes maneiras, desde a escolha lexical aos movimentos não verbais, muito dependente do contexto interacional. Não obstante, no presente artigo, investigaremos os discursos que são totalmente impolidos. Entre estes, os mais fáceis de se identificar são os discursos com teor ofensivo e discriminatório; atos que ameaçam a face de forma agressiva e direta e de maneira intrínseca (LEECH, 1983). Nesse sentido, a partir da conjunção de ato e contexto, surgem os discursos inherentemente indelicados, visto que não podem sofrer nenhum tipo de trabalho real de polimento, deixando de atacar a face. São estes discursos, em suma, que são a base para os estudos de impolidez absoluta ou inerente (CULPEPER, 1996).

POR UMA DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE IMPOLIDEZ

Na esteira do desenvolvimento das teorias de impolidez linguística, têm-se muito discutido acerca das prováveis estratégias de fomento do discurso impolido. Culpeper (1996, 2005) inicialmente divide tais mecanismos em dois tipos: estratégias de impolidez positiva ou negativa, de acordo com o aspecto da face atingido. Bousfield (2008) também se dedica a essa temática em seu livro *Impoliteness in interaction*, embora ignore as diferenciações acerca dos tipos de impolidez. Para o autor, tal distinção é problemática, uma vez que em uma conversação ambas ocorrem não de maneira separada, mas contígua. Dessa maneira, um discurso que ataque a face positiva alheia (desejo de afirmação e aceitação) muito provavelmente também reverberaria na liberdade de ação e preservação de espaço (face negativa). Com efeito, apesar de nos basearmos nas estratégias de impolidez de Culpeper (1996), no nosso artigo adotaremos a terminologia de Bousfield (2008) no que se refere à impolidez positiva e negativa, no entanto fazendo algumas adaptações a serem elucidadas mais à frente.

Bousfield (2008) elucida que um dos pilares da produção do discurso impolido dotado de FTA (Ato de Ameaça à Face Particular) é que as intenções do locutor devem estar evidentes para o alvo. Dessa forma, assim como será feito no presente artigo, o autor concentra seus estudos não na impolidez accidental, mas na impolidez clara e direta, cujos objetivos são bem planejados para de

fato ofender ou causar danos à face alheia. Destaca-se, enfim, a intencionalidade, o uso consciente da linguagem para desestabilizar a harmonia facial, causando situações desfavoráveis a outrem (BOUSFIELD, 2008; CULPEPER, 2016).

Ademais, na linha de pensamento do discurso ofensivo como um ato deliberado de ataque à face, Culpeper (2011) traça um novo caminho para os estudos da impolidez. Segundo ele, a impolidez é um ato com um fim específico que ocorre em contextos específicos. Isto é, além de o ato impolido ocorrer em situações únicas e particulares, tem em seu cerne aspectos motivacionais externos, na maioria das vezes relacionados ao social, tais como religião, identidade, gênero e cultura (ou até mesmo estética, recorte deste trabalho). Todos esses aspectos se assemelham pelo fato de suscitem o coletivo, aqueles temas humanos universais que, ou se adequam ao agressor, ou é por ele motivo de cólera. Dessa forma, “a avaliação de um interactante acerca da impolidez de dado comportamento é largamente tributária do lugar social que esse interactante ocupa em relação aos demais interactantes e a outros grupos sociais” (CUNHA, 2020, p. 149).

Neste artigo, optamos por empregar os estudos sobre estratégias de impolidez (CULPEPER, 1996). No entanto, precisamos evidenciar que, em trabalho posterior, Culpeper (2016) revisita sua obra e substitui o conceito de “estratégias” por “fórmulas”. Para o autor, um dos pontos delicados para o uso da noção de “estratégias” é a questão de contexto. Análises anteriores sobre estratégias de impolidez consideravam que a presença da estratégia já é suficiente para indicar a presença de impolidez (CULPEPER, 2016, p. 435). Contudo, em casos de insulto, como exemplifica o autor, o que pode ocorrer é uma forma de brincadeira entre pares a qual contribui para promover solidariedade entre os falantes (CULPEPER, 2016, p. 435), indicando a importância da situação para entender o uso de mecanismos potenciais de impolidez. Assim, a noção de fórmulas surge como *frames* (molduras) com regularidade, as quais revelam o conhecimento linguístico do falante para atuar em determinados contextos. Ao empregar tais fórmulas convencionalizadas, o falante indica conhecer as regras de convívio social (OLIVEIRA; MARCIANO, 2022).

Aqui, como dito, optamos por usar o conceito anterior, de estratégias, julgando-o suficiente para as análises aqui apresentadas. Obviamente, não desconsideramos a atualização teórica de Culpeper nem sua importância para os estudos sobre impolidez.

Dentro do escopo de estratégias de impolidez, Culpeper (1996, p. 356-357), baseado nas superestratégias de polidez de Brown e Levinson (1987), elabora seis estratégias do discurso impolido:

- 1) *Bald on record impoliteness* (impolidez explícita): o FTA é realizado de uma forma direta, clara, sem ambiguidade e concisa, em circunstâncias em que a preocupação com face não é irrelevante ou minimizada. Isto é, o ataque a face é anunciado de maneira inequívoca.
- 2) *Impolidez positiva*: o uso de estratégias que prejudicam os desejos de face positiva do destinatário.
- 3) *Impolidez negativa*: o uso de estratégias que prejudicam os desejos de face negativa do destinatário.

4) *Impolidez off-record* (impolidez subtendida): o FTA é performado por meio de uma implicatura, mas de tal maneira que uma determinada intenção claramente tem maior peso do que qualquer outra.

5) *Polidez withhold* (impolidez por negação de polidez): não se usam estratégias de polidez em circunstâncias em que esse uso é esperado.

METAESTRATÉGIA DE IMPOLIDEZ

6) Sarcasmo ou falsa polidez: o FTA é performado com o uso de estratégias de polidez claramente insinceras, que, por isso, se manifestam apenas na superfície do ato. (falso trabalho de polimento).

Como visto, a impolidez pode ocorrer de forma direta ou indireta e pode ser positiva ou negativa. No caso da impolidez positiva, o ataque é direcionado à sua necessidade de se sentir aprovado. São marcas desse tipo de ataque a exclusão do interlocutor, o desinteresse por ele, o uso de linguagem inacessível ou de palavras de baixo calão. Já a impolidez negativa é marcada por linguagem ameaçadora ou que despreza o interlocutor; ou ainda quando ocorre invasão do espaço psicológico do outro (CULPEPER, 2011).

A seguir, apresentamos alguns conceitos relacionados à aversão ao corpo gordo e as imagens sociais construídas em torno desse tipo de preconceito.

GORDOFOBIA E ESTIGMA

Não há objeções acerca da condição da obesidade como uma doença danosa a longo prazo; dentre as várias consequências negativas do excesso de peso, pode-se citar o comprometimento das funções normais dos sistemas cardiorrespiratório, nervoso e ósseo, o favorecimento de hipertensão, diabetes e tumores e a diminuição da mobilidade (FERREIRA; MAGALHÃES, 2006). Apesar disso, legitimar um discurso de aversão às pessoas gordas (gordofobia) vai muito além do que os profissionais da saúde preconizam. Nessa direção, “a gordofobia é utilizada para denominar o preconceito, estigmatização e aversão englobados por meio de uma opressão estrutural na sociedade que atinge as pessoas gordas”. (RANGEL, 2018, p. 19).

Dessa forma, a partir de uma falsa preocupação com a saúde, internautas têm feito uso frequente de discursos de ataque e ofensa às pessoas gordas, como aponta Araújo *et al* (2018) no seu estudo acerca dos comentários gordofóbicos nas redes sociais, nas quais vários termos ofensivos são usados para xingar, desmerecer ou relativizar a condição das pessoas gordas. Com efeito, é frequente observar comentários que tratam da obesidade como uma condição escolhida, evitável e “merecida” (a partir do comportamento do obeso), “onde a pessoa é gorda porque quer”.

Nessa perspectiva, nota-se que a gordofobia é negligenciada e não reconhecida pelas massas como algo válido. Como elucida Araújo *et al*:

De modo complementar, as afirmativas que enquadraram as pessoas gordas como pessoas vitimizadas ilegitimamente (remetendo ao fracasso como estereótipo) parecem cumprir a finalidade de categorizar o assunto como irrelevante ou descabido, justificando, portanto, o silêncio em torno do assunto, isto é, em torno do reconhecimento da existência real da gordofobia no tecido social. (ARAÚJO *et al*, 2018, p. 10)

Como visto, a discussão acerca da pertinência do tema gordofobia é algo complexo, sendo difícil para muitos indivíduos até mesmo reconhecer sua real existência. Assim, torna-se ainda mais difícil debater acerca das implicações que o comportamento gordofóbico pode influenciar. Dentre os vários efeitos da gordofobia, destacam-se as consequências negativas para as vítimas, motivadas em suma pelo estigma público que advém desses discursos discriminatórios, no qual um padrão corporal é definido como o essencial a ser seguido.

Nesse sentido, a consciência do estigma inerente por parte dos discriminados e sua posterior aceitação instigam a ocorrência não só de danos psicológicos, mas também

a de piora da condição da obesidade e o fomento de outras comorbidades físicas. (PUHL; HEUER, 2010).

Ainda, Fernando-Ramírez e Escudero (2012) apontam que o verdadeiro problema no combate à obesidade não é a oferta e disponibilização de mecanismos de emagrecimento, mas sim a exigência clara ou velada da necessidade das pessoas gordas de a utilizarem, ou seja, o discurso recheado de preconceito, que se utiliza do estigma para ofender e coagir as vítimas a se reconhecerem como inferiores, “pecadoras” no âmbito da estética. Nessa perspectiva, a veiculação persistente do estigma público abre margem para a internalização de um discurso que discrimina e inferioriza a si próprio, o estigma internalizado.

O estigma internalizado é definido como a interiorização do estigma, isto é, a aceitação e validação do discurso discriminatório como algo verdadeiro, aplicando tais discursos a si próprio. (CORRIGAN, 1998; CORRIGAN; WATSON, 2002). As consequências dessa internalização são extensas. Felicissimo *et al* (2013, p. 117) apontam vários autores que tratam dessa temática em sua revisão sistemática, dentre estes: Li *et al* (2009) acerca da diminuição das oportunidades na vida profissional e Corrigan e Wassel (2008), acerca de influências negativas em aspectos sociais do indivíduo, como o convívio social, esperança, autoeficácia e autoestima.

Uma das principais consequências apontadas do estigma internalizado tende a ser a diminuição da autoestima das vítimas, um fato que pode ter relação direta com a degradação de outras esferas da vida do afetado, tal como as já citadas anteriormente (LINK *et al*, 2001; CORRIGAN, 2004). Nessa direção, os resultados da revisão de Felicissimo *et al* (2013) indicam uma relação intrínseca entre estigma internalizado e diminuição da autoestima, visto que dos 17 artigos analisados, 14 colocavam as duas variáveis em uma estreita associação de causa e consequência.

Além disso, com a autoestima em baixa, os indivíduos podem se sentir impelidos a elaborar discursos que as autodiscriminem, ofendendo a si próprios, antes que outros o façam (FELICISSIMO *et al*, 2013). Percebe-se, com efeito, uma reincidência de ações, um ciclo. O estigma

público leva ao estigma internalizado, que, por sua vez, influencia na autoestima, fomentando a produção de discursos autodiscriminatórios, a manutenção do estigma associado e a negação da busca por ajuda profissional e tratamento para a condição associada ao estigma (VERHAEGHE; BRACKE; BRUYNOOGHE, 2008).

Assim, o presente artigo se debruça na extensão desse ciclo vicioso, a partir da associação do ciclo do estigma com as teorias de impolidez linguística.

METODOLOGIA

Os *tweets* aqui analisados foram obtidos manualmente, dentro de um recorte temporal de dois meses (novembro e dezembro de 2021), através da ferramenta de busca avançada do *Twitter*. Duas palavras-chave foram usadas para a obtenção dessas postagens, a constar: *gorda* e *obesa*. Ao todo, foram encontrados 87 postagens em que figuravam *gorda* e/ou *obesa*. Os posts foram salvos na própria ferramenta de arquivamento da rede social para posterior reanálise. Em seguida, os *tweets* foram analisados, desconsideram-se postagens em que as palavras-chave não foram usadas de forma impolida. Assim, foram obtidas 34 postagens com uso impolido de *gorda/obesa*.

Logo após, os *tweets* foram capturados em formato de imagem (jpeg), classificados em categorias (A ou B), de acordo com a natureza do produtor do discurso, a saber:

A para discursos heterodepreciativos, que atacam a face alheia. Quantidade obtida: 14 *tweets*;

B: discursos nos quais a vítima fala sobre o estigma público; discursos caracterizados pela internalização do estigma; discursos autodepreciativos, que atacam a própria face e discursos com considerável teor de baixa autoestima. Quantidade obtida: 20 *tweets*.

Por fim, os posts foram compilados em um arquivo de texto, no qual puderam ser organizados e interpretados devidamente.

Os tweets classificados foram analisados de acordo com sua especificidade. Os tweets A foram descritos e relacionados a uma das estratégias de impolidez de Culpeper (2016), enquanto os tweets B foram associados com os conceitos de estigma público, estigma internalizado e baixa autoestima (CORRIGAN, 2004; LINK *et al*, 2001). Após isso, escolhemos 7 tweets (3 do tipo “A” e 4 do tipo “B”) para comporem nossa seção de análise de resultados, embasando assim nossa discussão. Os critérios utilizados foram os seguintes: 1 *tweet* com discurso carregado de impolidez subtendida (*off-record*); 1 discurso com impolidez positiva; 1 discurso com impolidez explícita; 1 discurso de reconhecimento da existência do estigma público por parte da vítima, mas ainda sem a internalização do estigma de fato; 1 discurso com a internalização do estigma por parte do emissor; 1 *tweet* com discurso autodiscriminatório; e, por fim, 1 discurso que apresente severa baixa autoestima. Assim posto, esses *tweets* viabilizaram a proposição de um ciclo do estigma baseado na impolidez intencional ou deliberada (BOUSFIELD, 2008; CULPEPER, 2016), a partir da ampliação da concepção cíclica de Verhaeghe, Bracke e Bruynooghe (2008) acerca do estigma público, estigma internalizado e baixa autoestima.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Como apontado na seção anterior, os dados foram categorizados em duas distintas classes (A e B) de acordo com a natureza do emissor do discurso (uma fala agressiva de terceiros ou um discurso de uma vítima estigmatizada). Nesse sentido, a fim de obter uma maior clareza na análise, dividiremos a presente seção em duas subseções, uma para os discursos de ataque à face alheia e outra para os discursos das vítimas (discurso de reconhecimento do estigma; estigma internalizado; discursos autodiscriminatórios e com baixa autoestima).



Figura 1: Exemplo A10 - Impolidez subentendida (*off-record*)
Fonte: Twitter.

DISCURSOS DE ATAQUE À FACE ALHEIA

Discurso heterodepreciativo é todo aquele discurso que visa causar danos à face alheia, atacar a prosperidade facial de outrem. Nessa perspectiva, discutiremos acerca de três *tweets*, como já exposto no capítulo anterior. O primeiro se encontra a seguir:



Figura 2: Exemplo A8 – Impolidez positiva
Fonte: Twitter.

Nessa postagem, podemos inferir que o locutor é impolido através de uma implicatura, na qual o sentido da mensagem é sugerido a partir da interpretação do interlocutor. “Uma mulher é

feia ou ela é só gorda?”. Subtende-se que as pessoas gordas pertençam a uma classe estigmatizada, de modo que a obesidade e a feiura são colocadas em uma relação de estreita proximidade. Trata-se, portanto, de um exemplo concreto da estratégia de impolidez denominada *off-record* (impolidez subtendida) (CULPEPER, 2016).

Nesse outro tweet, temos um exemplo de impolidez positiva, à medida que o locutor almeja atacar a face positiva de outrem (BOUSFIELD, 2008; CULPEPER, 2016). Através da associação da obesidade com a feiura, e comparando-a de forma pejorativa com Thaís Carla, uma dançarina *plus size*, o locutor tem o objetivo de causar danos à face da garota a qual lhe infligiu *bullying* na época escolar.



Figura 3: Exemplo A1 - Impolidez explícita (*bald on record impoliteness*)

Fonte: Twitter.

Dentre as estratégias de impolidez usadas, podemos apontar: *usar nomeação depreciativa* (comparar o alvo do ataque com uma pessoa tida como inferior pelo emissor, no caso a Thaís Carla) e *desprezar e ridicularizar* enfatizando seu poder relativo (ao ressaltar o fato de uma possível “volta por cima” por parte do emissor do discurso), *invadir o espaço do outro* (ao dizer uma informação sensível, como o fato do alvo ter praticado bullying com o emissor), *associar explicitamente o outro a um aspecto negativo* (associação da obesidade com uma possível noção de feiura) (CULPEPER, 1996)

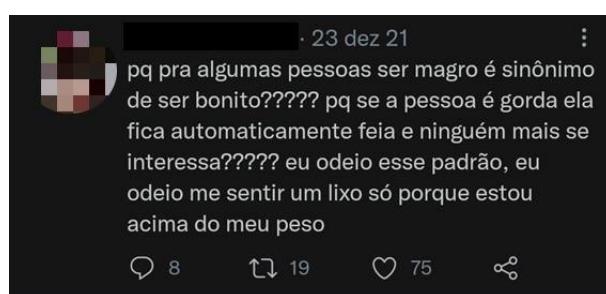


Figura 4: Exemplo B17 - Reconhecimento e questionamento do estigma público

Fonte: Twitter.

Já nesse *tweet*, temos a representação de um discurso com impolidez explícita. Isso ocorre

pelo fato de o emissor ambicionar causar danos à face alheia de forma clara e direta, ou seja, com o incontestável objetivo de ofender. O emissor, sem usar nenhum tipo de trabalho de proteção à face, usa de termos agressivos para exteriorizar seu preconceito e antipatia pelo alvo, a influenciadora Gkay. Dessa forma, temos um caso claro de Ataque à Face Particular (FTA) (BROWN E LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996).

DISCURSOS DAS VÍTIMAS

Nesse *tweet*, temos o reconhecimento do estigma público acerca de ser gordo por parte do internauta. De forma clara, este questiona a existência dos padrões estéticos de magreza da sociedade, em detrimento das pessoas gordas; o usuário demonstra que quer quebrar esse padrão.



Figura 5: Exemplo B8 - Aceitação do estigma (internalização)

Fonte: Twitter.

Além disso, apesar de afirmar que sofre com a existência desse estigma, aparenta não o ter internalizado, visto que sua postura é bastante ativa em debater o padrão referido. Dessa forma, trata-se não de um estigma internalizado propriamente dito, mas sim de um estado de consciência da existência do estigma público, no qual uma classe desfavorecida se atenta para o estado marginal inerente à sua condição de estigmatizado (CORRIGAN E WATSON, 2002). Dessa forma, o *tweet* acima se configura como uma pré-frase do ciclo do estigma, na qual o indivíduo estigmatizado ainda não internalizou o estigma, concordando com ele, mas apenas tomou consciência da depreciação pública associada à sua condição de obeso, como definem Corrigan e Watson, (2002); Ritsher e Phelan, (2004); Corrigan, Watson e Barr (2006); Rüsch *et al.*, (2006) e Mickelson e Williams, (2008).



Figura 6: Exemplo B7 - Discurso autodiscriminatório (depois da internalização do estigma)

Fonte: Twitter.

De maneira análoga ao exemplo anterior, nesse *tweet* temos também a manifestação de um internauta acerca do estigma decorrente às pessoas gordas. Não obstante, esse usuário não passa a impressão de irritabilidade com o estigma associado à obesidade, um desejo de mudança, mas sim o fato de querer pertencer a esse padrão estipulado. O internauta está consciente do estigma que sofre, e escolhe não quebrá-lo, mas adaptar-se a ele. Isso pode ser inferido claramente por sua fala, que diz que “quer ser magra, não gorda”. O uso repetitivo de palavras relacionadas à magreza como “magra”; “magrinha”; “magricela” e etc, é um agravante da vontade do usuário de se fazer entender pelos interlocutores da rede. Portanto, aqui o estigma se apresenta em outro estágio, a partir da internalização do discurso estigmatizador por parte do estigmatizado (CORRIGAN E WATSON, 2002). Ressalta-se também que a internalização do estigma instiga de forma quase inevitável a produção de um discurso autodiscriminador, o qual está presente em certa medida nesse exemplo e mais claramente no próximo a seguir.



Figura 7: Exemplo B2 - Discurso autodiscriminatório e baixa autoestima

Fonte: Twitter.

De fato, nesse *tweet* verifica-se um discurso carregado de autodiscriminação. O internauta, ao expor suas pernas e glúteos, acompanhado da adjetivação negativa (adjetivo “horrível”) se isenta de manter sua face protegida, ao contrário do que normalmente se verifica nas interações (GOFFMAN, 1983). Como apontado, o discurso autodiscriminatório é uma consequência direta da internalização do estigma, na medida em que o estigmatizado passa a se revoltar com seu próprio corpo e sua incapacidade de mudá-lo a fim de atender ao padrão estipulado. Nessa direção, o indivíduo estigmatizado tende a se autodepreciar antes que uma outra pessoa o faça, evitando assim a reincidência do processo de estigmatização externa. (VERHAEGHE, BRACKE E BRUYNOOGHE, 2008)

Nesse último exemplo, o internauta se mostra insatisfeito com o próprio corpo, ao criticar seus braços, coxas e barriga, aparentando inclusive querer se afastar da sociedade. Sem dúvida, trata-se de um discurso autodiscriminatório, a partir da concordância com o estigma público. Com efeito, nesse exemplo temos uma outra variável advinda com a produção de discursos ofensivo-discriminatórios e a consequente evolução dessa estrutura cíclica: a baixa autoestima. Isso se verifica pelo mantimento de um estado autodepreciativo por um tempo considerável, influenciando em uma visão negativa de si próprio (CORRIGAN E WATSON, 2002; FUNG *et al*, 2007).

Nessa perspectiva, a baixa autoestima do usuário é claramente evidenciada quando este questiona à figura de Deus se cometeu algum pecado para merecer ser feia, burra e gorda, bem como o fato de desejar se isolar da convivência com outros, por sua suposta condição de inferioridade.

Nesta seção, pudemos analisar amostras dos dados coletados a fim de evidenciar o discurso gordofóbico no ambiente digital. Vimos que alguns usuários podem recorrer a estratégias de impolidez discursiva como caminho ou para atacar terceiros ou para se autoflagelar, revelando, assim, uma forma de perpetuação de um discurso preconceituoso.

Adiante, apresentamos nossas considerações finais, retomando alguns pontos de destaque deste trabalho. Além disso, sugerimos trajetos possíveis para pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, averiguamos que a gordofobia na rede social *Twitter* é um evento presente. Embora nossa pesquisa não tivesse como foco uma dimensão quantitativa, os dados aqui analisados revelam uma tendência de uso de um discurso pautado em preconceitos em relação ao corpo.

Assim, entendemos que a produção de discursos gordofóbicos a partir do material analisado se deu com o fim de ofender e discriminar, de acordo com o conceito de estigma público, no qual se marginaliza um indivíduo fora do padrão convencionado, ressaltando sua incompatibilidade com esse padrão através de palavras e implicaturas preconceituosas, associando ainda muitas vezes essa digressão como um ato de crime à estética, à noção de beleza, enfim.

Depreendemos que a impolidez absoluta ou inerente, usada para ofender e discriminar, tem um papel decisivo na produção desses discursos agressivos e estigmatizadores, a partir de sua associabilidade vertical com o estigma público, no qual se faz não só como impulsionador

do estigma no âmbito do discurso, mas também como instigador da produção de discursos autodiscriminatórios, diante da internalização do estigma. Assim, buscamos relacionar a impolidez com a perpetuação do estigma (tanto público, quanto internalizado) e da baixa autoestima de pessoas gordas, relacionando-a em um ciclo do estigma.

Nessa direção, constata-se que os estudos que relacionam a manutenção do estigma público, sua posterior internalização e a baixa autoestima do estigmatizado se concentram em indivíduos com transtornos mentais (LINK *et al*, 2001; CORRIGAN; WATSON, 2002; CORRIGAN; WATSON; BARR, 2006; VERHAEGHE; BRACKE. BRUYNOOGHE, 2008; LI *et al*, 2009), como aponta Felicíssimo *et al* (2013). Assim, é necessário que novas pesquisas sejam produzidas com foco nos demais casos de exposição prolongada ao estigma, que não sejam relacionadas a transtornos mentais.

Ainda, inferimos que as teorias de impolidez utilizadas são canônicas (GOFFMAN, 1955; BROWN E LEVINSON 1987; CULPEPER, 1996; BOUSFIELD, 2008), mas também reconhecemos que há revisões e reformulações (CULPEPER, 2011, 2016) de conceitos relacionados à impolidez. Assim, outras análises sobre as teorias mais recentes podem e devem ser encorajadas.

Por fim, consideramos que o objetivo da pesquisa foi atingido. Procuramos entender a relação entre o discurso impolido dotado de agressividade à face alheia e a manutenção do estigma a partir de um recorte temático (gordofobia). Para trabalhos posteriores, há a possibilidade de expansão do corpus a fim de averiguar a tendência de discursos gordofóbicos não apenas no *Twitter*, mas também em outras esferas digitais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lidiane Silva et al. Discriminação baseada no peso: representações sociais de internautas sobre a gordofobia. *Psicologia em estudo*, v. 23, p. 1-17, Agosto, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/34502>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BALOCCO, Anna Elizabeth; SHEPHERD, Tania Maria Granja. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. *DELTA: Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 1013-1037, Out-Dez, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-44506536361317067>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BARRERE, Luana Lisboa. Face e polidez linguística em reclamações online: uma análise sob o viés pragmático. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 383-405, jan./jun, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28476/1/2017_art_llbarrere.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge university press, 1987, 301 p.

BOUSFIELD, Derek. *Impoliteness in interaction*. John Benjamins Pub., 2008, 266 p.

CORRIGAN, Patrick W. The impact of stigma on severe mental illness. *Cognitive and behavioral practice*, v. 5, n. 2, p. 201-222, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1077722998800060>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CORRIGAN, Patrick W.; WATSON, Amy C. The paradox of self-stigma and mental illness. *Clinical psychology: Science and practice*, v. 9, n. 1, p. 35, 2002. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/journals/cps/9/1/35/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CORRIGAN, Patrick W.; WASSEL, Abigail. Understanding and influencing the stigma of mental illness. *Journal of psychosocial nursing and mental health services*, v. 46, n. 1, p. 42-48, 2008. <https://journals.healio.com/doi/abs/10.3928/02793695-20080101-04>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CORRIGAN, Patrick. How stigma interferes with mental health care. *American Psychologist*, v. 59, n. 7, p., 614-625, Outubro, 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15491256/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CULPEPER, Jonathan. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, Lancaster, v. 25, n. 3, p. 349-367, Março, 1996. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(95\)00014-3](https://doi.org/10.1016/0378-2166(95)00014-3). Acesso em: 20 nov. 2021.

CULPEPER, Jonathan. Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link. *Journal of Politeness Research, Language, Behaviour, Culture*, v.1, n.1, p. 35-72, 2005. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/jplr.2005.1.1.35/html>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CULPEPER, Jonathan. *Impoliteness: Using language to cause offence*. New York: Cambridge University Press, 2011, 299 p.

CULPEPER, Jonathan. Impoliteness strategies. P. 421-445, 2016. In: Capone, A., Mey, J. (eds) *Interdisciplinary Studies in Pragmatics, Culture and Society*. Perspectives in Pragmatics, Philosophy & Psychology, vol 4. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-12616-6_16

CUNHA, Gustavo Ximenes. Estratégias de im/polidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 35, 2019.

CUNHA, Gustavo Ximenes; OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto. Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema (Theories of linguistic im/politeness: revisiting the state of the art for a theoretical contribution on the topic). *Estudos da Língua (gem)*, v. 18, n. 2, p. 135-162, Maio-ago, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/6409/5065>. Acesso em: 08 dez. 2021.

FELICISSIMO, Flaviane Bevílaqua et al. Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: teoria e prática*, v. 15, n. 1, p. 116-129, Abril, 2013. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193826310003>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FERNÁNDEZ-RAMÍREZ, Baltasar; ESCUDERO, Enrique Baleriola. Estigma e identidad de las personas obesas en la semántica del discurso público. *Discurso e Sociedad*, v. 6, n. 2, p. 314-359, 2012. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v06n02/DS6\(2\)Fernandez%20&%20Baleriola.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v06n02/DS6(2)Fernandez%20&%20Baleriola.pdf). Acesso em: 06 jan. 2022;

FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHÃES, Rosana. Obesidade no Brasil: tendências atuais. *Revista portuguesa de saúde pública*, v. 24, n. 2, p. 71-81, 2006. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/95877/1/2-06-2006.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

GOFFMAN, Erving. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books, 1967[1955]. p. 5-45

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine et al. L'impolitesse en interaction: aperçus théoriques et étude de cas. *Studii și cercetări filologice*. Seria limbi române, n. 09, p. 142-178, 2011. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=201625>. Acesso em: 17 jan. 2022.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Politeness, impoliteness, non-politeness, "Polirudeness" The Case of Political TV Debates. *Aspects of linguistic impoliteness*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, p. 16-45, 2013.

LAKOFF, Robin. What you can do with words: Politeness, pragmatics and performatives. In: *Proceedings of the Texas conference on performatives, presuppositions and implicatures*. 1977. p. 79-106.

LEECH, Geoffrey N. *Principles of Pragmatics*. Longman, London and New York, 19
LEITE, Lúcia Dantas; DE MEDEIROS ROCHA, Érika Dantas; BRANDÃO-NETO, José. Obesidade: uma doença inflamatória. *Ciência & Saúde*, v. 2, n. 2, p. 85-95, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faenfi/article/view/6238>. Acesso em: 17 jan. 2022.

LINK, Bruce G. et al. Stigma as a barrier to recovery: The consequences of stigma for the self-esteem of people with mental illnesses. *Psychiatric services*, v. 52, n. 12, p. 1621-1626, 2001. Disponível em: <https://ps.psychiatryonline.org/doi/abs/10.1176/appi.ps.52.12.1621>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MELLO E MARQUES, Naomy Ester de; NOBRE, Thalita Lacerda. Uma reflexão sobre o discurso de ódio nas redes sociais brasileiras. *International Review of Communication and Marketing Mix (IROCAMP)*, Sevilla, v. 1, n. 4, p.73-88, Janeiro, 2021. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/IROCAMP/article/view/14879/13006>. Acesso em: 18 nov. 2021.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; CARNEIRO, Marisa Mendonça. # Caguei: Agressividade no twitter. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 12, n. 22, p. 7-20, 2018.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; MARCIANO, Lucas Willian Oliveira. # Edaí: um

estudo sobre impolidez e tomada de postura no Twitter brasileiro. *Confluência*, p. 199-221, 2022.

POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa. *Enfoques epistemológicos e metodológicos*, v. 2, 2008.

PUHL, Rebecca M.; HEUER, Chelsea A. Obesity stigma: important considerations for public health. *American journal of public health*, v. 100, n. 6, p. 1019-1028, 2010. Disponível em <https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/ajph.2009.159491>. Acesso em: 12 jan. 2022.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. *O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205904>. Acesso em: 06 jan. 2022.

STROPPA, Tatiana; ROTHENBURG, Walter Claudius. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 10, n. 2, p. 450-468, 2015.

LI, Li *et al.* Stigma, social support, and depression among people living with HIV in Thailand. *AIDS care*, v. 21, n. 8, p. 1007-1013, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09540120802614358>. Acesso em: 16 jan. 2022.

VERHAEGHE, Mieke; BRACKE, Piet; BRUYNNOOGHE, Kevin. Stigmatization and self-esteem of persons in recovery from mental illness: the role of peer support. *International Journal of Social Psychiatry*, v. 54, n. 3, p. 206-218, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020764008090422>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Lucas Willian Oliveira Marciano

Doutorando em Estudos Linguísticos (UFMG), Mestre em Estudos Linguísticos (UFMG) e Graduação em Letras - Inglês e Português (UFMG). Professor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Professor da Mais Pré-vestibular e Coordenador pedagógico/professor da Solidare Cursinho Popular.

Luiz Fernando Ferreira da Costa

Graduação em Letras/Português – Inglês (UFMG), Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais(2019). Atualmente é Professor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Recebido em 20/03/2022.

Aceito em 20/04/2022.

INTERTEXTUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE IMPOLIDEZ EM TEXTOS VERBO-IMAGÉTICOS

INTERTEXTUALITY AS A STRATEGY OF IMPOLITENESS IN VERB-IMAGETIC TEXTS

Jessica Oliveira Fernandes
Eduardo Carvalho de Almeida
Mônica Magalhães Cavalcante
UFC

Resumo: Com o intuito de investigar a realização de atos de impolidez mediante o uso da estratégia da intertextualidade em textos verbo-imagéticos, baseamo-nos nas discussões de Archer (2008), Culpeper (2011) e Fernandes (2022) sobre impolidez, de Carvalho (2018) sobre intertextualidade e de Kress e Van Leeuwen (2021) sobre multimodalidade. Na análise de 3 comentários verbo-imagéticos em resposta à webnotícia publicada pelo Estadão no seu próprio perfil do Twitter sobre o escândalo de corrupção no Ministério da Educação, encontramos estratégias indiretas de impolidez, com o uso da ironia, de processos intertextuais que frequentemente remetem a um conjunto de texto, isto é, alusões amplas. Verificamos ainda a utilização de recursos imagéticos das três metafunções propostas pela Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2021) a serviço das estratégias de intertextualidade e de impolidez, tanto com estruturas narrativas como conceituais, diferentes planos de enquadramento, modalidade e distribuição da informação no *layout*.

Palavras-chave: Intertextualidade. Impolidez. Multimodalidade.

Abstract: *In order to investigate the performance of acts of impoliteness through the use of the intertextuality strategy in verbal-imagery texts, we based ourselves on the discussions of Archer (2008), Culpeper (2011) and Fernandes (2022) about impoliteness; of Carvalho (2018) on intertextuality; and of Kress and Van Leeuwen (2021) on multimodality. In the analysis of 3 verbal-imagery comments in response to webnews published by Estadão on its own Twitter profile about the corruption scandal at the Brazil's Ministry of Education, we found indirect strategies of impoliteness, such as the use of irony and of intertextual processes that often refer to a set of texts (that is, broad allusions). We also verified the use of imagery resources from the three metafunctions proposed by Visual Design Grammar (KRESS; VAN LEEUWEN, 2021) at the service of intertextuality and impoliteness strategies, both with narrative and conceptual structures, different framing planes, modality, and distribution of layout information.*

Keywords: *Intertextuality. Impoliteness. Multimodality.*

INTRODUÇÃO

O uso da agressão, entendida de modo genérico pelo senso comum, é cada vez mais presenciado, especificamente nas redes sociais, em que, apesar das diretrizes virtuais que buscam inibir enunciados convencionalmente agressivos, como os insultos, os atos impolidos tomam formas cada vez mais diversas, visto que as diferentes mídias proporcionam vários recursos possíveis para isso. Sendo assim, a acentuada ocorrência de gestos impolidos é presenciada de modo mais ou menos explícito, por meios verbais ou imagéticos, por recursos tecnolinguageiros, como os emojis, dentre outros.

O objetivo deste trabalho é investigar a realização de atos de impolidez mediante o uso da estratégia da intertextualidade em textos verbo-imagéticos. Com esse propósitos, discutimos comentários postados no perfil do jornal Estadão no Twitter em resposta a uma notícia publicada nesse mesmo jornal sobre o “Gabinete paralelo do MEC”. O tuíte, enunciado plurissemiótico composto por até 280 caracteres, com possibilidade de anexar imagens estáticas, *gifs*, vídeos, links etc. (PAVEAU, 2021), é espaço privilegiado para observar interações entre interlocutores por meio de respostas diretas aos textos uns dos outros, o que pode incluir diversas estratégias de impolidez e estratégias multimodais e intertextuais para que os sujeitos construam sentidos nessas interações.

Para a seleção dos comentários, tomamos como base o critério, inicialmente, da presença de imagens para, em seguida, escolhermos os que sinalizavam crítica com algum nível de agressividade. Sendo assim, analisamos 3 comentários verbo-imagéticos.

Por a impolidez assumir variados contornos, sua compreensão envolve aspectos que não se limitam às marcas textuais, até porque as formas convencionais de agressão são, em geral, banidas das redes sociais automaticamente. Por esse motivo, é preciso atentarmos para a forma abrangente com que tomamos o texto, objeto de estudo do qual nos ocupamos e por meio do qual é possível tecer considerações sobre a temática em questão.

A produção de sentidos de um texto, como entendemos, se dá na negociação entre os interlocutores dentro de uma situação enunciativa específica, uma vez que concebemos o texto como um evento único e irrepetível. Este constitui-se como uma unidade de sentido em contexto (CAVALCANTE *et alii*, 2019) por meio do uso de estratégias variadas e de modos semióticos diversos, os quais dialogam para compô-lo. Dentre as estratégias de que os locutores lançam mão para negociar sentidos está a intertextualidade, que diz respeito ao diálogo entre os textos pautados na característica da repetição, a qual pode ocorrer de forma mais ou menos explícita.

A intertextualidade é um fenômeno que pressupõe uma espécie de diálogo entre textos, o que difere do dialogismo bakhtiniano inerente ao texto. As formas como um texto remete a outro se dão de modo mais ou menos direto, isto é, em alguns processos intertextuais, o outro texto a que se faz referência é mais claramente identificável, em outros menos, sendo possível, inclusive, remeter a um conjunto de textos. Nesta investigação, vamos nos limitar aos que utilizam recursos imagéticos para a realização dessas remissões.

Para investigar o aspecto multimodal, optamos por adotar pressupostos da Sociossemiótica

e da Gramática do Design Visual (GDV), conforme propostas por Kress (2010) e Kress e van Leeuwen (2021), respectivamente. Tal abordagem admite que a comunicação se dá não apenas por meios verbais, mas por uma gama de modos semióticos – entendidos como recursos semióticos socioculturalmente moldados para produzir sentidos, como escrita, fala, imagem, layout, música, imagem em movimento etc (KRESS, 2010). Nas interações efetivas realizadas entre sujeitos, os sentidos são produzidos por uma combinação desses modos (daí o nome “multimodalidade”), cujos significados advêm da cultura de determinado lugar, em determinada época.

A multimodalidade é entendida como constitutiva de todo texto (DIONÍSIO, 2007), já que, mesmo num texto que usa apenas a escrita, por exemplo, aspectos não verbais constituem estratégias de construção de sentidos: as cores das fontes, o espaçamento entre parágrafos, os recuos de margens, os destaque em caixa alta/caixa baixa etc. Desse modo, é seguro afirmar que, em Linguística Textual, consideramos todo texto como multimodal.

Ao nos alinharmos a essa perspectiva, adotamos também a perspectiva de análise proposta pela GDV, baseada em pressupostos hallidayanos, que examina a comunicação sob três pontos de vista diferentes: (i) um modo semiótico precisa representar significados sobre ações, objetos, eventos do mundo, bem como sensações e fatos psicológicos e abstratos; (ii) precisa haver significados que representem as relações sociais entre aqueles envolvidos na comunicação; (iii) é essencial a capacidade de organizar, num todo completo, os significados veiculados por (i) e (ii). Esses três “pontos de vista” são denominados *metafunções* e, na GDV, recebem os nomes de, respectivamente, *representacional*, *interativa* e *composicional*. Em termos de visualidade, cada metafunção descreve regularidades estabelecidas pela comunicação visual contemporânea da sociedade ocidental em diversas categorias visuais. Tais categorias serão descritas à medida que fizermos a análise de nossos exemplos.

1 IMPOLIDEZ

Nos estudos sobre impolidez, destaca-se a área da Pragmática. Como um dos principais expoentes da temática atualmente, Culpeper (2011) considera o fenômeno vinculado à intencionalidade do falante em atacar a face do ouvinte, uma vez que comprehende que, dentre os três tipos de atos ameaçadores de face (doravante AAF) elencados por Goffman, somente o que tem intencionalidade caracteriza o ato impolido, o qual, como defende Fernandes (2022), se aproximaria mais do que se entende por violência verbal.

Porém, na esteira do que defende Archer (2008), acreditamos que todos os três tipos de AAF de Goffman são essenciais para compreendermos o fenômeno da impolidez como um contínuo. O autor destaca a existência dos atos intencionais, incidentais e dos não intencionais. Os primeiros são os mais conhecidos e discutidos na literatura, pois se configuram como os atos mais prototípicos de impolidez, como, por exemplo, os insultos (vagabundo, burro, hipócrita etc). Já os incidentais dizem respeito aos atos que, embora o locutor não tenha a intenção de atacar seu interlocutor, acabam, em alguma medida e levado pelo papel social que exerce, ferindo a face do

outro. Um exemplo de ato incidental é quando, em uma situação de infração de trânsito, o agente precisa, dada a obrigação de sua função, advertir ou, ainda, multar o motorista. Em relação aos atos não intencionais, o ato ameaçador é realizado sem que o locutor se dê conta, sem que ele tenha como objetivo lesar a face de seu interlocutor. Esse tipo de ato, frequentemente, vem seguido de um pedido de desculpas.

Temos proposto (ver Fernandes, 2022) que existe uma graduação em relação à agressividade e, consequentemente, em relação à gravidade dos enunciados impolidos. Dessa forma, defendemos que tanto os AAF's intencionais quanto os incidentais e os não intencionais colaboram para esclarecer as nuances entre os diversos tipos de impolidez.

Para essa ponderação, é preciso levar em conta o contrato comunicativo, conforme o entende Charaudeau (2009), presumido pelos participantes em relação a como devem se comportar e ao que devem esperar diante de um evento comunicativo que está se desenrolando. Dessa forma, não há como conceber um enunciado como impolido a priori, como alguns autores da literatura assumem.

A partir desse ponto de vista, concordamos com Culpeper (2005) quando o autor afirma que:

O ataque à face pode ser intencionalmente comunicado, mas não consegue encontrar sua marca de forma alguma, ou, inversamente, o ouvinte pode perceber ou construir um ataque à face intencional por parte do falante quando nenhum ataque foi pretendido (p. 39).

Aliamos os estudos pragmáticos acerca da impolidez aos da Linguística Textual e, para, a partir do entendimento de texto como um evento, analisarmos a ocorrência dos diversos níveis de agressividade. Nossa proposta se enquadra, assim, no que Haugh e Culpeper (2018) caracterizaram como terceira onda, isto é, em estudos que contemplam tanto os aspectos discursivos quanto os formais da impolidez. Em outras palavras, em nossas análises, ao passo que não nos apegamos somente à materialidade textual, não deixamos de percebê-la como pistas para a construção do sentido agressivo dos enunciados em contexto.

Para esta investigação, baseamo-nos em uma das estratégias de textualização possíveis para manifestar a agressividade, a intertextualidade. Esse fenômeno constitui um dos critérios estudados pela Linguística Textual e, a nosso ver, é possível afirmar que ele pode realizar atos ameaçadores de face.

2 OS PROCESSOS INTERTEXTUAIS NA MANIFESTAÇÃO DA IMPOLIDEZ

A intertextualidade, em geral, é entendida de modo estrito e vinculado à identificação de um texto em outro. Visto dessa forma, o fenômeno se restringiria a uma dimensão, muitas vezes, cotextual, ou seja, muito vinculada à materialidade textual, o que deixaria de lado algumas ocorrências concebidas pelo senso comum como intertextuais, inclusive aquelas que se utilizam de outros sistemas semióticos. Essa concepção pode ser percebida na definição de Genette

(2010, p. 12), o qual apresenta intertextualidade como “uma relação de copresença entre dois ou vários textos, isto é, [...] como presença efetiva de um texto em outro”. Acreditamos, porém, que, mesmo que uma citação não venha com marcas tipográficas que a caracterizam, o fenômeno de intertextualidade não deixa de ocorrer, por exemplo.

Genette (2010) divide ainda as possíveis formas de manifestação dessa estratégia nos seguintes tipos: citação (mais explícita e literal), alusão (menos explícita e menos literal), e plágio (emprestímo literal, não declarado). É válido salientar que o autor dedica seus estudos ao que ele chama de transtextualidade, o que é divido em intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, arquitextualidade e hipertextualidade. Desse modo, a intertextualidade é uma das formas de relacionar um texto com outro(s).

Com base nos estudos realizados por Genette (2010), Carvalho (2018) afirma que essa estratégia de textualização é tributária do “velho”, pois, a partir de um texto anterior, é construído o “novo” e, assim, novos sentidos. Dentre as várias formas de esse fenômeno se manifestar em textos, esta autora destaca a distinção entre as intertextualidades em dois grupos, a saber:

- i) estritas, dadas pela inserção efetiva de parte(s) de um texto em outro ou pela transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto;
- ii) amplas, dadas pela retomada não de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos; são verificadas por indícios atinentes à forma composicional de um padrão de gênero, ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos ou a uma temática particular divulgada por diversos textos (CARVALHO, 2020, p. 106).

Diante dessa divisão quanto à natureza dessa estratégia de textualização, Carvalho (2018) propõe ainda categorias de possíveis ocorrências de intertextualidade em textos. Dentre as intertextualidades estritas, há uma divisão entre as copresenças (formas de existir partes de um texto em outro) e as derivações (formas de modificar um texto para que ele se transforme em outro). Na **copresença**, não há modificações em relação ao texto fonte, ao passo que na derivação sim. É válido ressaltar que a paráfrase, tida por Carvalho (2018) como uma categoria de copresença, é classificada por muitos estudiosos da área como derivação justamente pelo entendimento de mudança em relação ao que ocorre em uma paráfrase, o que a autora diz não ser suficiente para ser considerada uma derivação.

As relações de copresença se subdividem em citação, alusão e paráfrase. A **citação** (com ou sem referência) é a manifestação mais comumente associada ao fenômeno intertextual, pois, em geral, vem marcada com aspas, dois pontos, entre outros recursos contextuais. Essa característica marcada, porém, nem sempre ocorre, o que não descaracteriza o fenômeno de apropriação literal de um trecho de outro texto. A **alusão** estrita é menos marcada que a citação e pode, ainda, vir com sutis modificações em relação ao texto original. Em outras palavras, essa forma de remissão se dá de modo indireto e exige uma percepção mais apurada por parte do

leitor na construção de sentidos. A **paráfrase**, conforme Carvalho (2018), é uma reformulação de um texto outro sem que haja modificações conteudísticas. Há uma equivalência semântica entre os trechos mencionados nesse caso.

Já as relações de **derivação** podem ocorrer por meio da paródia, da transposição ou da metatextualidade. Na **paródia**, é possível ocorrerem modificações na forma, no conteúdo ou, ainda, no propósito do texto parodiado. Essas alterações acontecem com tom humorístico e propósitos diversos, como ridicularizar, criticar, menosprezar. A **transposição** é também uma modificação, porém sem o traço humorístico. Isso ocorre, especialmente, em, por exemplo, adaptações de romances para filmes, em que o enredo se mantém, mas outros elementos, como a forma, o gênero e o estilo sofrem alterações. A **metatextualidade** se dá quando um texto é criticado dando origem a um novo texto completamente relacionado ao primeiro, visto que este justifica a existência daquele, como é o caso das resenhas acadêmicas.

As **intertextualidades amplas**, nas quais não é possível retomar um texto específico, se distribuem, de acordo com Carvalho (2018), em imitações e alusões amplas. No caso das imitações, ocorrem em relação ao gênero ou ao estilo do autor. A **imitação** de parâmetros de gêneros acontece com base em um conjunto de textos, não em relação a um especificamente, uma vez que o parâmetro de gênero é pautado, sócio-historicamente, em um conjunto de textos. Também a partir de um conjunto de textos, a imitação do estilo do autor se dá quando se reconhecem características recorrentes em textos de diversas semiões, como na escrita, nas cores, no *layout* ou, ainda, na pintura de um autor, o que, com objetivos diversos, é reproduzido em um outro texto. No que tange à **alusão ampla**, há uma “menção não a um texto específico, mas a um conjunto de textos, ou a uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura, manifestável por textos diversos” (CARVALHO, 2018, p. 107). Nesse sentido, a inclusão não só de um conjunto de textos, mas de uma situação partilhada coletivamente faz que algumas confusões se desarticulem, como o fato de as intertextualidades amplas serem constantemente confundidas com outros conceitos, como o de interdiscurso ou o de memória discursiva, porém são assim consideradas dada a noção mais ampla de texto que defendemos e, portanto, são atualizadas no evento textual, único e irrepetível, o qual constrói seus sentidos no ato enunciativo.

É oportuno destacar que o fenômeno da intertextualidade, conforme tem sido analisado por linguistas do texto como Faria (2014), Carvalho (2018), Faria e Brito (2016), não se detém apenas à escrita e à fala, mas se constitui por outros modos, principalmente o imagético. Apesar de não usarem pressupostos e categorias da Sociossemiótica, as autoras demonstram que textos pertencentes a gêneros como charge, cartum, tirinhas, *posts* de redes sociais etc. fazem remissões a outros por meio tanto do contexto linguístico quanto imagético. Nesse sentido, como consideramos que todo texto é multimodal, as estratégias textuais, como a intertextualidade, consequentemente lançam mão de diversos modos semióticos para se concretizar. Ainda destacamos, nesse estudo, alguns aspectos relacionados à impolidez em textos verbo-imagéticos. Tais aspectos ainda foram pouco explorados na literatura, que, em geral, se detém às marcas linguísticas

3 ANÁLISE DE TUÍTES VERBO-IMAGÉTICOS

Para compreender de que forma atos de impolidez são construídos por meio de estratégias intertextuais multimodais, escolhemos, como exemplário, tuítes que são comentários a um post publicado no dia 22 de junho de 2022 pelo perfil do jornal Estadão no Twitter (Figura 1).



Figura 1 – Tuíte do Estadão

Fonte: Twitter: @Estadão. Disponível em: https://twitter.com/Estadão/status/1539574470163177474?s=20&t=n9Wq7Agmq_MKFVJW-VXMvQ. Acesso em: 3 jul. 2022.

Esse texto é uma chamada para uma notícia que revela que o ex-ministro da educação, Milton Ribeiro, e mais quatro envolvidos em uma operação da Polícia Federal receberam mandado de prisão preventiva ou domiciliar. A acusação era de que essas pessoas estavam envolvidas em esquemas de corrupção para liberar verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a prefeitos que pagassem propinas em dinheiro ou, até mesmo, em barras de ouro (ORTEGA *et al.*, 2022). Segundo a investigação do Estadão, a prioridade da liberação de verbas seria a prefeitos que fossem amigos do pastor Gilmar Santos. Em reuniões não oficiais no Ministério da Educação, ele cobrava propinas dessas autoridades (AFFONSO; CAFARDO, 2022).

Assim, boa parte das respostas a esse tuíte ironizam e atacam as figuras de Milton Ribeiro e do presidente Jair Bolsonaro, que está implicado na polêmica por um áudio vazado de Ribeiro, que afirma que o presidente foi quem pediu que ele desse prioridade aos prefeitos encaminhados por Gilmar Santos, (MILTON..., 2022) e por ter afirmado, durante uma live, que colocaria “a cara no fogo” pelo ministro.

Feita essa breve contextualização sobre os fatos noticiados, passamos, agora, às análises dos comentários feitos a esse post do Estadão.



Figura 2 – Comentário 1

Fonte: Twitter: @NorthernGring. Disponível em: https://twitter.com/NorthernGrings/status/1539578751058673664?s=20&t=n9Wq7Agmq_MKFVJW-VXMvQ. Acesso em: 3 jul. 2022.

A Figura 2 mostra um comentário publicado pelo usuário @NorthernGring, que utiliza o espaço do tuíte tanto para escrever quanto para anexar uma espécie de montagem visual, provavelmente feita em aplicativos ou programas de edição de imagens. À primeira vista, os elementos dessa bricolagem remetem o leitor a um estilo de imagem religiosa: o fundo celestial; a escada em segundo plano que guia para o espaço superior, que adquire um tom glorioso com um recorte da figura do presidente Jair Bolsonaro em gesto de oração/agradecimento e à figura do ex-ministro Milton Ribeiro, que observa a cena; e as mãos que oferecem aos homens as barras de ouro, a inusitada propina exigida por Ribeiro em seus encontros com os prefeitos.

Em termos de metafunção representacional, a cena colocada no tuíte é uma representação **narrativa**. Nesse tipo de estrutura, segundo Kress e van Leeuwen (2021), há um efeito de uma ação que ocorre (mesmo que se trate de uma imagem estática), criado pelo gesto das mãos que oferecem as barras de ouro aos personagens Bolsonaro e Ribeiro. Nos termos da GDV, os elementos que compõem uma estrutura visual são chamados de *participantes representados* (doravante, PR) – pessoas, objetos, animais, coisas, linhas, formas, letras, isto é, qualquer elemento que foi escolhido para compor o *layout*. Assim, as mãos são o que a GDV chama de Ator (o PR que executa a ação); a representação de Bolsonaro e Ribeiro é a Meta (o PR que recebe a ação); e as linhas formadas pelo “movimento” da mão de oferecer as barras de ouro são o Vetor, que liga Ator e Meta.

Outro elemento bastante saliente na imagem é o dizer “ouremos!” (trocadilho obtido pela junção das palavras “ouro” e “oremos”), que se soma a essa estrutura visual para constituir a crítica encaminhada pelo locutor do texto. A narrativa de oferecer as barras de ouro a Bolsonaro e Ribeiro opera o processo intertextual da alusão, remetendo ao fato de que o pastor Arilton Santos teria pedido um quilo de ouro para liberar recursos para a construção de escolas e creches.

Dessa forma, não só o ex-ministro envolvido no escândalo, mas também o Presidente o qual o nomeou para o cargo têm a honestidade questionada por meio de estratégias que fazem referência, ao mesmo tempo, às falas dos políticos e a contextos amplos. É válido lembrar que o próprio jornal Estadão usa o que, no Twitter, chamamos de fio para contextualizar a notícia publicada. O fio, ou *thread*, é uma prática tecnodiscursiva utilizada, segundo Paveau (2021), para ultrapassar os limites de caracteres impostos pelo tuíte (280 atualmente). Dessa forma, pode-se relacionar uma série de tuítes a um mesmo assunto, como, por exemplo, para fazer a contextualização de um fato usando mais espaço.

Em uma das partes dessa contextualização feita pelo Estadão (Figura 3), há menções ao áudio ao qual a imagem faz referência e, também, um link que direciona ao texto alvo do trocadilho “ouremos”. Por mais que esse recurso de fio tenha o intuito inicial de fazer que o leitor comprehenda o plano de fundo da notícia, acaba por colaborar para a construção de sentidos de alguns comentários que fazem uso de processos intertextuais.



Figura 3 – Tuíte Estadão (Fio)

Fonte: Twitter: @Estadao. Disponível em: <https://twitter.com/Estadao/status/1539583982739738624>. Acesso em: 3 jul. 2022.

A essa estratégia representacional de usar uma narrativa para aludir ao esquema de corrupção, somam-se ainda as metafunções interativa e composicional. Dentre as categorias interativas, podemos destacar a **Distância Social**, que se refere ao enquadramento com que um elemento é representado (variando de um plano aberto a um mais próximo, em um *continuum*). Quanto mais próximo o plano, cria-se um efeito de sentido de proximidade, familiaridade, cumplicidade, a depender do contexto. Observando a Figura 2, as mãos e as barras de ouro oferecidas são apresentadas em um plano bastante próximo (como se fosse um ato já familiar ao interlocutor); Bolsonaro e Ribeiro são representados em um ângulo entre o médio e o próximo, o suficiente para destacar suas expressões faciais e suas roupas (ternos, o que os contextualiza como homens do alto escalão do Poder Executivo).

Parte da ironia do enunciado reside na expressão de Bolsonaro e em seu gesto de rezar/agradecer, que, combinado com o ambiente celestial criado pela montagem, encaminha o texto para um tom bastante ácido e, então, impolido. O *layout* criado também pode ser analisado como peça chave na construção da ironia do texto. A metafunção composicional descreve que algumas imagens são montadas opondo as regiões superior e inferior, o que cria duas zonas de sentido. A parte de cima é denominada de **Ideal** e representa os elementos que devem ser lidos como possuidores de uma essência generalizada ou ideal – é a “graça” ideal alcançada por Ribeiro e Bolsonaro. A parte inferior é chamada de **Real** e apresenta uma essência mais factual ou prática. Nesse caso, a alusão ao ato de obter propina por meio de barras de ouro representa a parte prática, de ação.

A imagem se junta ao enunciado verbal “Grande dia”, o qual é uma citação de um tuíte de Bolsonaro (Figura 4). É bastante usada de forma satírica e irônica para retomar a escrita do presidente feita no dia 24 de janeiro de 2019. Esse tuíte teve uma grande repercussão porque grande parte da mídia acreditou que o presidente se referia ao anúncio de que o deputado Jean Wyllis (opositor do governo atual) sairia do Brasil após alegar sofrer ameaças de morte, o que foi visto como uma comemoração de Bolsonaro. No entanto, o presidente desmentiu tal afirmação em seguida, alegando que se referia à reunião com chefes de Estado em Davos, na Suíça, que teria sido uma missão concluída (APÓS..., 2019).



Figura 4 – Tuíte de Bolsonaro

Fonte: Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1088500925923246080>. Acesso em: 4 jul. 2022.

O uso das mesmas palavras do Presidente em uma situação de corrupção em que seu governo está envolvido possui uma conotação irônica que reverte a situação e coloca o autor da frase original como alvo de uma crítica. O que queremos mostrar é que essa crítica é ainda mais ácida do que a que é supostamente direcionada a Jean Wyllis e que ela constitui uma estratégia argumentativa de impolidez. Essa crítica coloca em xeque um valor defendido pela comunidade, o do exemplo, para enquadrar Jair Bolsonaro como hipócrita, uma vez que a crítica, em geral, é “autorizada” ao agente que não é passível dela. Essa estratégia de usar a fala de outra pessoa em situação diametralmente oposta e de modo irônico é bastante usada nas redes sociais para suscitar indignação no grupo que defende um ponto de vista distinto, tipo de comentário que, muitas vezes, é alvo de respostas explicitamente violentas.

Uma outra estratégia intertextual é usada no comentário da Figura 5 também com uma função irônica. Nele, o locutor utiliza o recurso da citação ao inserir uma captura de tela de uma webnotícia publicada em 13 de abril de 2022 (SOARES, 2022), dois meses antes dos mandados de

prisão. Nesse tuíte, o usuário @roger_cta alia a captura de tela a um *emoji* que representa alguém pensando, refletindo, observando algo com dúvida, e convoca os demais leitores a pensar sobre os dois fatos aludidos, ao sigilo no que tange às reuniões do Presidente com pastores e ao envolvimento destes em um “escândalo na educação”.



Figura 5 – Comentário 2

Fonte: Twitter: @roger_cta. Disponível em: https://twitter.com/roger_cta/status/1539578777885462531. Acesso em: 3 jul. 2022.

É possível entender que o autor do comentário tem uma posição desfavorável em relação à situação e é por meio do emoji e, também, pela inserção da figura de políticos do atual governo que ele critica e questiona a idoneidade dessas figuras. Em outras palavras, em certa medida, há uma intenção de atacar o grupo político do qual Paulo Guedes, Jair Bolsonaro e Milton Ribeiro fazem parte através do apontamento ao equívoco no que tange à atribuição de valores que são acatados pela sociedade a esse grupo. Tal ataque é efetuado, em parte, pela estratégia intertextual de reproduzir tal e qual um fato noticiado por um veículo de comunicação meses antes e que, agora, é ressignificado. Podemos afirmar, com base na GDV, que o uso de uma fotografia na notícia e, consequentemente, na citação atribui confiabilidade à crítica produzida.

A metafunção interativa possui uma categoria chamada **modalidade**, que diz respeito ao grau de confiabilidade e de verdade que atribuímos a mensagens. No contexto de notícias e do fotojornalismo, quando representamos um fato por meio de uma fotografia colorida (que é próxima ao que o olho humano enxerga naturalmente), tem-se um alto grau de veracidade. Por isso, a representação de Guedes, Bolsonaro e Ribeiro na fotografia não cumpre uma função meramente ilustrativa; ela, na verdade, comprova que as reuniões sigilosas que haviam sido noticiadas aconteceram de fato. A escolha de uma fotografia que representa os PR observando algo fora da imagem, uma narrativa **reacional** (quando os vetores são formados pelo olhar), é uma forma de representar uma espécie de “flagra” dessas reuniões sigilosas denunciadas pelo jornal. O olhar de

PRs que não se dirige diretamente ao interlocutor do texto é chamado, na metafunção interativa, de olhar de **Oferta**, cujo sentido é de um PR que se oferece ao leitor como um objeto a ser escrutinado, analisado com atenção.

Já em termos composicionais, a imagem trabalha com a oposição formada entre **Centro** e **Margem**. Quando uma imagem distribui sua informação dessa forma, cria-se o efeito de sentido de que o que está ao centro é a figura que deve ser lida como a mais importante, no caso, o Presidente; o que está nas margens deve ser entendido como algo que não é protagonista do processo visual, mas que está subordinado ao Centro. Essa subordinação evidenciada pela disposição dos políticos colabora para atribuir uma responsabilidade maior pelo ato corruptivo ao Presidente, apontando-o, de modo indireto, como uma pessoa que favorece seus amigos em detrimento do povo, o que o distancia da conduta esperada do cargo que ele ocupa e valorizada pela sociedade.



Figura 6 – Comentário 3

Fonte: Twitter: @PignoBruno. Disponível em: <https://twitter.com/PignoBruno/status/1539582882766901248>. Acesso em: 3 jul. 2022.

Além de alusão e citação, encontramos, em nossos exemplos, um caso de derivação de um texto em outro. Na Figura 6, é feita uma paródia por meio do PR da manopla vestida na mão esquerda da figura que representa o Presidente e, para recuperar a intertextualidade, é preciso conhecer a saga de filmes Os Vingadores. Nesses textos, o vilão Thanos utiliza a chamada “manopla do infinito”, um objeto feito para acomodar as joias do infinito, pedras que, quando usadas em conjunto, permitem que o usuário faça o que quiser com o universo. De forma semelhante, esse objeto é retomado nesse cartum postado no comentário e modificado, cujas joias, na versão de Bolsonaro, são “asfalto”, “busão” e “MEC” – alusões a possíveis casos de superfaturamento na construção de rodovias e em licitações de ônibus, além do caso de corrupção no MEC mencionada no tuíte ao qual este comentário responde.

O uso satírico da manopla do infinito com as novas joias do universo, tendo Bolsonaro como o vilão, é feito visualmente por meio de uma estrutura representacional **analítica**. Esse tipo de estratégia visual coloca um PR denominado **Portador** (no caso, Bolsonaro) e exibe as partes

desse participante, chamadas de **Atributos Possessivos** (o saco de dinheiro, a manopla, as joias, o rosto). A intenção desse tipo de representação não é simular algo dinâmico acontecendo, como nas narrativas descritas anteriormente, mas mostrar os PR de uma forma mais estática, focalizando um caráter **conceitual**, nome dado ao tipo de estrutura oposta às narrativas. Nesse sentido, mostra-se um PR e suas posses, para que o interlocutor possa perceber as partes e o todo, que são selecionadas pelo produtor da imagem para guiar a interpretação para determinados pontos de vista, nesse caso satíricos.

Observamos que os outros elementos da imagem, a figura de Bolsonaro, o saco de dinheiro, o fundo roxo, não remetem a algum elemento específico do universo de Os Vingadores, mas imitam, de forma mais ampla, o estilo das histórias em quadrinho. Em termos da categoria interativa da modalidade, a imitação de estilo não usa o padrão da fotografia, mas sim traços de desenho para adquirir um grau de veracidade alto dentro da lógica das HQs. A modalidade é relativa e depende do contexto, do gênero, do estilo e da intencionalidade do locutor, por isso usar traços de desenho é algo bastante efetivo para produzir a ironia que o texto constrói. A expressão facial com que o desenho de Bolsonaro é representado atribui a ele características de um vilão, e seu olhar de **Demandado** (quando o PR olha diretamente para o interlocutor) cria o efeito de um apelo visual em que se reproduz visualmente uma relação de medo e opressão. Essa associação do Presidente ao vilão Thanos consiste em uma forma satírica de ofendê-lo, uma estratégia imagética que pode ser associada à impolidez.

Composicionalmente, a crítica é dirigida ao governo de Bolsonaro e à sua figura pela oposição feita entre as categorias de **Dado** e **Novo**, obtidas quando o *layout* opõe as informações colocadas à direita e à esquerda, respectivamente. O elemento Dado é representado pelo saco de dinheiro, que alude ao ganho de riquezas pelo desenho do Presidente, que deve ser interpretado como algo já conhecido e objeto de consenso. O elemento Novo é a junção da manopla e das joias do “bolsolão do infinito”, remetendo o leitor às acusações de corrupção representadas pelas pedras, que devem ser interpretadas como algo ainda não conhecido, mas do qual se deve tomar nota como um elemento surpresa. Essa associação à corrupção é uma forma de ofender a figura à qual os usuários atribuem a responsabilidade no que tange não só ao fato noticiado pelo Estadão, mas também a outras situações de suspeita que envolvem o governo do qual Jair Bolsonaro é líder. Pelo fato de a corrupção ser uma atitude negativa e rechaçada pela sociedade brasileira, consideramos essas ligações feitas nos comentários como ofensas veladas, um tipo de impolidez indireta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais, de modo geral, possuem diretrizes e artifícios que permitem a construção do texto e, consequentemente, de sentidos e que, ao mesmo tempo, restringem alguns usos. Nesse sentido, o Twitter permite o uso de recursos diversos como a inserção de imagens (estáticas e dinâmicas), emojis, links etc, ao passo que restringe o uso de construções verbais (mais vinculadas ao âmbito do léxico) violentas e à utilização de 280 caracteres. Essas circunstâncias impostas pela

rede social colaboram para que os usuários adotem estratégias específicas na construção do texto.

Diante disso, apesar da realização de processos intertextuais de âmbito restrito, a recorrência de estratégias mais amplas de intertextualidade, a nosso ver, evidencia uma alternativa ao espaço restrito possibilitado pela rede social. Ao recorrer a alusões amplas, por exemplo, o interlocutor acaba evocando um plano de fundo maior e que permite construir sentidos complexos com o uso de porções cotextuais mais reduzidas.

Encontramos, ainda, comentários que utilizavam diferentes estratégias intertextuais com a mesma função de ironizar e criticar, de forma satírica, o fato noticiado. Acreditamos que o fato de a rede social, de modo automático, restringir o uso da violência verbal fez que os usuários afrontassem o ponto de vista contrário ao defendido por eles por meio de estratégias menos evidentes como o uso da ironia ou, ainda, o recurso de suscitar uma possível dúvida, ou seja, colocar em xeque, questionar algum posicionamento.

Para isso, observamos que diferentes categorias visuais auxiliaram na construção das ironias operadas pelos PR escolhidos para compor os processos visuais em que foram colocados. As estruturas narrativas presentes nos comentários 1 e 2, por exemplo, tiveram a função de reconstruir imageticamente os fatos criticados pelos interlocutores, a saber, o esquema de corrupção denunciado no MEC e as reuniões sigilosas que ocorriam nesse ministério meses antes. Também a estrutura analítica no comentário 3 serviu ao mesmo propósito, ainda que por uma estratégia diferente de exibir as partes (acúmulo de riquezas, casos de corrupção, expressão de agressividade e poder) de um todo (o governo Bolsonaro). Tais estratégias verbo-imagéticas colaboraram com as estratégias intertextuais de alusão, citação, paródia e imitação identificadas em nossos exemplos a fim de atacar indiretamente as figuras públicas em foco.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, J.; CAFARDO, R. Pastor ofereceu 50% de desconto na propina para liberar verbas do MEC, diz prefeito; ouça áudio. *Estadão*, [s.l.], 24 mar. 2022. Seção Política. On-line. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pastor-ofereceu-50-de-desconto-na-propina-no-mec-diz-prefeito-ouca-o-audio,70004017992>. Acesso em: 4 jul. 2022.

APÓS polêmica, Bolsonaro diz que mensagem foi para comemorar ‘missão’ em Davos. *Estado de Minas*, [s.l.], 24 jan. 2019. Seção Política. On-line. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/01/24/interna_politica,1024282/apos-polemica-bolsonaro-diz-que-mensagem-foi-para-comemorar-missao.shtml. Acesso em: 4 jul. 2022.

ARCHER, D. E. Verbal aggression and impoliteness. Related or synonymous? In: BOUSFIELD, D., LOCHER, M. A. *Impoliteness in language: studies on its interplay with power in theory and practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, p. 181-207.

CARVALHO, A. P. L. *Sobre intertextualidades estritas e amplas*. 2018. 136f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza

(CE), 2018.

CAVALCANTE, M. M. et al. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. *Revista (Con)textos Linguísticos. Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise*, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CULPEPER, J. *Impoliteness: using language to cause offence. (Studies in Interactional Sociolinguistics,28.)* Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

DIONÍSIO, A. P. Multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Eds.). *Fala e escrita*. 1 ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 177-204.

FARIA, M. G. S. *Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2014.

FARIA, M. G. S.; BRITO, M. A. P. Intertextualidade e textos multimodais: uma relação estreita. *Interseções*, [s.l.], ed. 18, n. 1, p. 112-129, fev., 2016. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1257/1140>. Acesso em: 3 jan. 2022.

FERNANDES, J. O. *Uma análise textual da violência como estratégia argumentativa*. 2022. 90 f. Tese em andamento (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2022.

GOFFMAN, E. *Ritual de interação: Ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis – RJ: Vozes, [1967] 2011.

KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the Grammar of Visual Design*. 3rd. ed. London: Routledge, 2021. London: Routledge, 2010.

MILTON Ribeiro: Entenda por que o ex-ministro foi preso e como operavam os pastores no MEC. *Estadão*, [s.l.], 22 jun. 2022. Seção Política. On-line. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/milton-ribeiro-entenda-por-que-o-ex-ministro-foi-preso-e-como-operavam-os-pastores-no-mec/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

ORTEGA, P. et al. PF prende ex-ministro Milton Ribeiro e pastores por ‘gabinete paralelo’ no MEC. *Estadão*, [s.l.], 22 jun. 2022. Seção Política. On-line. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-operacao-acesso-pago-gabinete-paralelo-milton-ribeiro/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PAVEAU, M. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

SOARES, I. Planalto decreta sigilo em encontros de Bolsonaro com pastores lobistas do MEC. *Correio Braziliense*, [s.l.], 13 abr. 2022. Seção Política. On-line. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/04/5000301-planalto-decreta-sigilo-em-encontros-de-bolsonaro-com-pastores-lobistas-do-mec.html>. Acesso em: 4 jul. 2022.

Jessica Oliveira Fernandes

É graduada em Letras-Português pela Universidade Estadual do Ceará, Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, realiza pesquisa de doutoramento na área de Linguística Textual, na Universidade Federal do Ceará, com foco nas marcas textuais de Impolidez na rede social Twitter, membro do Grupo Protexo (UFC)
E-mail: jessica.fernandes36@gmail.com

Eduardo Carvalho de Almeida

Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC), graduado em Letras - Português e Alemão pela UFC. Membro do Grupo Protexo (UFC), E-mail: eduardoalmeidac@gmail.com

Mônica Magalhães Cavalcante

É graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (1985); mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (1996) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (2000). Em 2003, fez pós-doutorado em Linguística pela Unicamp. Desde 1989, é professora da Universidade Federal do Ceará e, atualmente, é bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa nível PQ-1D. Líder do Grupo Protexo (UFC). E-mail: monicamc02@gmail.com

Recebido em 10/02/2022.

Aceito em 10/03/2022

A (IM)POLIDEZ NA POLÊMICA: UM ESTUDO SOBRE A REPERCUSSÃO DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO JOGADOR NEYMAR

(IM)POLITENESS IN POLEMICS: A STUDY ON THE REPERCUSSION OF NEYMAR PLAYER PERFORMANCE EVALUATION

**Gildo José dos Santos
Geórgia Maria Feitosa e Paiva
UNILAB**

Resumo: Este artigo teve como objetivo geral compreender como se deu a construção da polêmica materializada em estratégias de polidez e impolidez a partir de dois eventos comunicativos: a edição do programa Redação Sport Tv em que foi avaliado o desempenho do atacante do Paris Saint Germain, Neymar Junior e a postagem realizada pelo pai do jogador em seu perfil pessoal na rede social Instagram. Para isso, nos debruçamos nos estudos de Amossy (2017), Maingueneau (2005), Cunha (2018), Cavalcante, Brito e Oliveira (2019), Nascimento (2018), Brown e Levinson (1987), Culpeper (2014, 2016) e Goffman (1978). Paiva (2008, 2013), entre outros. Realizamos uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva com foco na análise discursiva das estratégias adotadas pelos jornalistas, pelo pai do jogador e seus seguidores na rede social. A análise demonstrou que tanto os jornalistas, o pai do jogador e seguidores mobilizaram estratégias de polidez e impolidez tanto para intensificar quanto para atenuar a polêmica, sendo que a polidez foi usada mais para intensificar, especialmente no texto da postagem.

Palavra-Chave: Futebol. Polêmica. (Im)polidez.

Abstract: This article aimed to understand how the construction of the controversy materialized in strategies of politeness and impoliteness took place from two communicative events: the edition of the Redação Sport Tv program in which the performance of Paris Saint Germain player Neymar Junior was evaluated and the post made by his father and businessman on his personal profile on the social network Instagram. For this, we focus on the studies of Amossy (2017), Maingueneau (2005), Cunha (2018), Cavalcante, Brito and Oliveira (2019), Nascimento (2018), Brown and Levinson (1987), Culpeper (2014, 2016) and Goffman (1978). Paiva (2008, 2013), among others. We carried out a qualitative, exploratory and descriptive research focusing on the discursive analysis of the strategies adopted by journalists, the player's father and followers of his profile on the social network. The analysis showed that journalists, the player's father and commentators mobilized politeness and impoliteness strategies both to intensify and to mitigate the controversy, with politeness being used more to intensify, especially in the post.

Key words: Football. Controversy. (Im)politeness.

INTRODUÇÃO

Compreendendo que a linguagem pode ser usada como instrumento bélico, ou seja, pode desencadear batalhas por turnos, lutas por manutenção do lugar de fala, disputas por poder e status é que nos sentimos intimados a estudar sobre o seu uso em um site de rede social.

Na arena discursiva, os sujeitos, conscientes ou ignorantes da sua liberdade de expressão estão a todo instante em um jogo de intensificação e atenuação de polêmicas geradas para persuadir, convencer, polarizar e construir representações diversas sobre si e sobre o outro. Na batalha, a construção discursiva dá conta do convite a imaginação, criatividade e colaboração da plateia, que também atua como protagonista das tensões. Neste cenário, a linguagem é perpassada por estratégias de polidez e impolidez que concretizam em palavras as ideias, os preconceitos, as ofensas, as ameaças, os elogios, as posições ideológicas.

Partindo da hipótese de que a polidez e a impolidez podem, ambas, atenuar e intensificar a polêmica, buscamos compreender como as estratégias de polidez e impolidez linguística atuaram como atenuadoras e/ou intensificadoras da polêmica instaurada no programa de televisão Redação Sportv da Globo e em uma postagem na rede social Instagram acerca da atuação do jogador Neymar Junior em jogo realizado entre Real Madrid e Paris San German no ano de 2018.

Ao estudarmos o fenômeno da polêmica, revisitamos os estudos desenvolvidos por Amossy (2017), Maingueneau (2005), Brown e Levinson (1987) e Culpeper, (2011; 2016), Nascimento (2019). Além deles, destacamos estudos contemporâneos como: Brito e Cavalcante (2019), Cunha (2018), Paiva (2008; 2013), e a partir desta reflexão, percebe-se que, a noção de polêmica é conceituada, como valor de dissenso e controvérsia, bem como é conotada como valor de persuasão. Com base nisso, acreditamos que a polêmica é uma forma para dissimular, rebater conflitos e trazer o debate, de maneira muito mais democrática na argumentação discursiva entre os oponentes e proponentes, assim permita recuperar e proteger a posição, o território e a face de quem pronuncia ou sofre um ataque.

Haja vista, a polêmica também serve como estratégia, ou seja, espaço de manobra, cujo enunciador ou participante faz uso do texto para reparar e defender seus argumentos, de modo, a contradizer o comentário ou rebater suas ideias, quer de forma consciente a fazer implicaturas discursivas e gerar polêmica, isto é, o posicionamento da pessoa por motivos de antagonismo e a posição de quem se espera (status), partindo desse ponto de vista social o indivíduo protege seu território e sua face, quer de forma positiva ou negativa, usando implicatura linguística de forma implícita. (AMOSSY,2017)

Portanto, neste artigo partimos de duas grandes inquietações: como a construção da polêmica se materializa em termos de estratégias atenuadoras e intensificadoras, de polidez e impolidez linguística? e qual é a importância da terceira parte ou zona de influência para a construção da polêmica, e como ela usa dessas estratégias?

Considerando a escassez dos estudos sobre a participação da audiência nas análises do campo da polidez, escolhemos um evento comunicativo centrado no domínio esportivo. Observa-

se que o engajamento do público com esse tipo de conteúdo nas redes sociais é promissor (DE MELO NETO, 2020). Também nos motivou escolher tal evento, por se tratar de uma situação que teve bastante impacto para o campo do esporte, especialmente, para a representação social dos envolvidos: o jogador Neymar Junior, o seu pai e empresário e o jornalista e antigo jogador e comentarista esportivo do programa Redação Sportv da Globo, Walter Casagrande, que depois de comentar sobre a atuação do atacante do Paris Saint Germain, foi “ mencionado” em uma postagem publicada pelo perfil do pai de Neymar na rede social Instagram, prolongando a polêmica, incitando a manifestação da audiência, que por sua vez, buscou se posicionar em defesa ou ao ataque ao *status quo* do comentarista esportivo.

Para esta análise, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Para isso, selecionamos dois eventos para a investigação: o primeiro foi o comentário realizado pela equipe do programa televisivo após a partida de futebol, e o segundo uma postagem retirada da plataforma Instagram com o comentário de neymarpai_, pai do jogador, em resposta ao comentarista Casagrande. Para a análise do vídeo, transcrevemos as falas do apresentador André Rezek e dos comentaristas Casagrande e Charles sobre o jogo das oitavas de final da Liga dos campeões da Europa, que teve como repercussão a atuação do jogador Neymar Junior. Após a transcrição, identificamos as estratégias de polidez e impolidez empregadas, verificando se havia intensificação ou atenuação da polêmica por parte dos apresentadores; com relação a postagem, também fizemos a identificação, mas desta vez, além de avaliar o conteúdo apresentado pelo pai do jogador, também consideramos as falas dos comentaristas à postagem, considerando os jogos de faces envolvidos na situação social.

Este artigo está e organizado em três tópicos: no primeiro, discutiremos sobre a construção da polêmica na linguagem e a participação do público, no segundo tópico, debateremos sobre a noção de face dentro do contexto da (im)polidez e da polêmica, depois apresentaremos nossa metodologia e por último, nossa análise e considerações finais.

1. POLÊMICA EM INTERAÇÕES PÚBLICAS: QUAL O PAPEL DO PÚBLICO PARA A SUA CONSTRUÇÃO?

Para iniciarmos o nosso estudo, tomaremos como base o conceito de Amossy (2017), que entende a polêmica discursiva como um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público. Partindo dessa definição, a autora nos apresenta três critérios que definem a polêmica: a dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do adversário. A autora conclui que a polêmica é um choque de opiniões antagônicas, e, assim sendo, “a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara dicotomização na qual duas opções antitéticas se excluem mutualmente” (AMOSSY, 2017, p.53).

Ela define a polêmica como uma controvérsia discursiva, cujos enunciadores ou interlocutores expõem um choque de opiniões, de ideias contrárias que se excluem respetivamente. (2017). Brito e Oliveira (2019) partilham do mesmo pressuposto de Amossy, em definir polêmica

como controvérsia de opiniões antagônicas e oposição opostas que estejam à baila de interesse público. Para as autoras, nos enunciados deve estar contido o valor de oposições, de antíteses que se excluem simultaneamente.

Dominique Maingueneau (2005), define polêmica como discurso de argumentação debatido dentro de um mesmo discurso, que apresenta um contra-argumento em direção sobre o alvo que enunciador procura se posicionar, de maneira a responder ou discordar dos ataques e calúnias para defender seus argumentos. Nascimento (2018) propõe ainda que a interação polêmica está vinculada ao amor e ódio, isto é, como valor em resposta da enunciação a outro enunciado.

Para ela, a polarização é um critério importante, pelo qual a modalidade de polarização convida ao público a se fundir em dois ou mais grupos que divergem reciprocamente e excluem-se, trata-se de um reagrupamento por identificação, que contribui particularmente para a consolidação da identidade de um grupo, isto é, resulta em uma desqualificação do adversário, que passa a ser visto como um mal a ser combatido e um inimigo comum.

Trazer para a arena discursiva a figura de um herói e um anti-herói não é necessariamente uma inovação, mas um clichê (AMOSSY; PIERROT, 2022), uma receita narrativa que enseja polêmicas e paixões, como comenta Barros (2011) quando destrincha sobre os discursos intolerantes. Em seu estudo, a linguista menciona que os sujeitos desenvolvem paixões benevolentes e malevolentes, sendo as últimas capazes de intensificar conteúdos ofensivos e ameaçadores, tais como aqueles que ouvimos de torcedores ansiosos pelo sucesso de seus times.

As paixões levam a segregação social e a polarização ideológica, e assim, divididos em grupos, torcedores costumam iniciar ou prolongar polêmicas que contribuem para a representação social deles mesmos e de seus times, muitas vezes como violentos e agressivos. Com a midiatização dos eventos esportivos há um prolongamento da vida das partidas, que, por sua vez, continuam não somente a serem vistas por meio de gravações, como retomadas discursivamente pelos programas televisivos, radiofônicos, e pela internet, e com eles também são estendidas as polêmicas que ganham novos animadores, defensores apaixonados por seus times, que se sentem muito à vontade para exprimir suas opiniões, especialmente nas interações virtuais.

Embora pareça que na internet não haja lei que resguarde as práticas ofensivas, vale ressaltar que na lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997 as diversas práticas de intolerância são consideradas como crime, inclusive àquelas disseminadas na internet. Com relação a esfera esportiva, atualmente, há grande vigilância por parte dos clubes futebolísticos a respeito de práticas ofensivas, pois caso ocorram, os envolvidos, inclusive torcedores devem ser penalizados, em casos de agressão verbal, psicológica ou moral dos envolvidos.

Consideramos que a polêmica pode ser negociada com atos polidos, camuflando o ódio. Tendo em conta os fenômenos de linguagem, a propagação das mídias, o forte investimento na tecnologia, os sujeitos são convidados a entrar na dança da polêmica, construída pelos participantes do debate, vista como; controvérsia, ora dissenso na argumentação dos participantes, ora os participantes são coagidos a posicionar-se, quer de um lado ou de outro, por fator de persuasão, por violência verbal, partindo de um discurso antagônico como víeis de argumentação ou simulacro

de quem enuncia o comentário ou discurso.

Partindo desse prisma, as estratégias que os sujeitos tencionam, ora ofensivos, ora atenuando a ofensa, acaba por se tornar um grande investimento simbólico em criar e proteger territórios, com o apoio da opinião pública. De acordo com Cunha (2018), os sujeitos envolvidos no conflito, ou seja, na interação da polêmica, quer direta ou indiretamente, procuram proteger a própria face ou a face de outro, contrapor as ideias, buscar acordos, ou recusá-los e dar seguimento a polêmica. Para ele, há três aspectos que organizam a interação polêmica, a saber: na primeira estrutura recai sob a expansão da interação por meio de contra proposições e reações negativas, no segundo evento a estrutura da polêmica, a ausência de ratificação motivada por falta de acordo, e no terceiro, a abertura de interações (processos de negociação) secundárias.

Goffman (1967) conceitua a face como “o valor social positivo que um sujeito obrigatoriamente reivindica para si mesmo pela linha que os outros depreendem que ele seguiu durante um contato particular” e como “a imagem do eu é traçada em termos de atributos sociais aprovados”. O sociólogo entende que a face não é uma imagem fixa, ao contrário, ela é tão dinâmica que é construída dentro das interações sociais a partir dos atributos esperados/compartilhados. A noção de face proposta por Goffman está imbricada em um conceito pouco explorado pelos pesquisadores da área, trata-se da noção de linha. Para o autor, a linha é um percurso sociocomportamental mais ou menos padronizado que o sujeito assume na sua trajetória. A linha tem relação estreita com os papéis sociais assumidos pelo sujeito e por isso influencia a negociação de faces e a expectativa dos sujeitos nas interações.

Trazendo essas noções para contribuírem com o entendimento do nosso objeto de estudo, devemos nos perguntar, qual é a linha assumida pelos enunciadores? Como Casagrande e o pai do jogador Neymar influenciam a congregação dos demais enunciadores (público) sobre a polêmica instaurada?

Por se tratar de uma polêmica publicizada, não podemos desconsiderar o importante papel do público, e para isso recorremos a Leech (1983) e a Paiva (2013) para entender como ele pode atuar nessa construção, pois entende-se que as redes sociais têm sido um palco de espetáculos, ou seja, um campo minado, onde os participantes descarregam seu arsenal verbal, fazendo ataques constantes nos seus comentários, quer verbal, quer textual ou imagético, de modo a gerar polêmica entre colaboradores.

A partir do conceito de terceira parte ou zona de influência proposto por Leech no seu capítulo sobre polidez, Paiva (2013) chama atenção para a importância da atuação do público em interações midiáticas. Num cenário, cuja internet se tornou um espaço de colaboração e cocriação de conteúdos, nomear o público de expectador, ouvinte é subestimar seu potencial frente a situações como a que estamos analisando, visto que, sem a sua participação, não existiria polêmica. Assim, o público é constituído por sujeitos que consomem esses conteúdos apropriam-se das estratégias de polidez e impolidez linguística para se engajar em diversas etapas da polêmica.

Desse modo, julgamos imprudente avaliar ou constatar uma polêmica sem considerar as vozes das pessoas que colaboraram para que ela exista. A polêmica deve ser revista como processo

de democratização da linguagem, especialmente sobre os diferentes papéis que podem ser desempenhados na interação.

Em espaços públicos, consideramos o público como o maior disseminador das polêmicas, pois ele pode atuar de duas formas: engajado, contribuindo de forma verbal e não verbal para a atualização da polêmica; e não engajado, presente e observando a cena. Quando engajado, o público assume turnos de fala e pode tomar o poder, assumindo um ethos agressivo ou não. Em situações, cujo público não se manifesta verbalmente, consideramo-lo como terceira pare ou zona de influência para a construção da polêmica, pois a presença dele afeta a performance dos atores.

O papel do público no engajamento e na polêmica é visto como o gancho que representa e articula a participação dos sujeitos para identificar qual grupo eles estão afilar-se devido seu posicionamento. Eles ocupam-se em diferentes movimentos interativos, ora buscam ser cautelosos, ora ofensivos tendo em conta o grau de engajamento na realização dos comentários e reações, que podem ser observadas através dos *emojis*. Vale ressaltar que tais comentários ou atividades de curtida são formas conscientes de manifestação da audiência, ora explícita ou implícita, que por sua vez investe nos traços, ou seja, marcas de polidez e impolidez de maneira a tornar o comentário mais ou menos polêmico a partir da exposição do posicionamento que os sujeitos apresentam no espetáculo interativo.

2. A POLIDEZ E IMPOLIDEZ LINGUÍSTICA COMO ESTRATÉGIAS ATENUADORAS E INTENSIFICADORAS DA POLÊMICA

A polidez linguística pode ser entendida como um investimento cognitivo, verbal e social com a finalidade de “lustrar” uma mensagem, uma ideia. Os estudos da polidez são amplamente desenvolvidos na área da pragmática, tendo em vista, os estudos da linguagem, com fortes contribuições de outras áreas do saber, tais como: Antropologia, Sociologia, Filosofia. Desde os anos setenta, as pesquisas sobre polidez linguística, têm discutido sobre a intimidade da linguagem com a instauração e preservação das relações sociais.

Já em sua terceira geração, como apontam Cunha e Oliveira (2020), os estudos da polidez buscam negociar olhares antigos a fenômenos mais atuais, como é o caso das interações nas redes sociais. Os arranjos dados tentam dimensionar o impacto do fenômeno, mas muitas vezes desconsideram aspectos importantes como contextos prévios, lugares de fala, suportes e nível de participação do público, incorrendo a mera avaliação do que é dito.

Brown e Levinson (1987), a partir do estudo de três línguas, propuseram que a polidez é um fenômeno universal e que ocorre regularmente por meio de estratégias que tem como objetivos atenuar e reparar atos ameaçadores de face. Os linguistas tomaram como base o conceito de Goffman para compreender como a negociação ocorre em termos de afiliação e manifestação da polidez. No trabalho dos autores, as estratégias de polidez adotadas pelos falantes remetem à cognição como estímulo da razão, ou seja, racionalidade como *input* as atitudes conscientes de suas metas comunicativas e sociais, deste modo, entende-se que os sujeitos ou indivíduos precisam, para

ser polidos, amenizar os riscos de ameaça às faces envolvidas. Cobertos de racionalidade, o lugar da paixão (BARROS, 2011), por exemplo, é ignorado pelos autores, mas elucidado por Culpeper (2016), quando o autor revisita seus escritos sobre impolidez, o linguista menciona sobre questões importantes que tensionam as escolhas linguísticas dos seus falantes.

Concebemos, portanto, que a escolha linguística por uma ou outra estratégia de polidez ou impolidez é influenciada por domínios cognitivos, históricos e sociais que mobilizam a nossa natureza corpórea, sensório-motora, isto é, como nossos corpos funcionam interagem no mundo.

Em resposta a algumas das críticas aos estudos de Brown e Levinson, Culpeper (2011;2016) realizou uma série de estudos que visam compreender a impolidez linguística. O autor aponta que este fenômeno acontece quando o sujeito tem a intenção de comunicar algo que admite e seja considerado como um ataque à face de uma outra pessoa, e quando seu interlocutor, aparentemente ofendido, intencionalmente dirija a este sujeito ataques a sua face, ou quando (2016) o interlocutor reconstrói a partir do que leu/ouviu um conteúdo ofensivo ou ameaçador. Numa tentativa de categorizar os atos de impolidez, o linguista propõe que os interlocutores de uma cena enunciativa, quando querem ser impolidos podem manifestá-la em seis modos de operação, a saber: 1) Impolidez Bald on record: a impolidez é realizada de modo ostensivo, sem preocupação com as faces dos interlocutores e sem estratégias atenuadoras; 2) Impolidez positiva: a impolidez é usada com a finalidade de ameaçar ou comprometer a face positiva de alguém; 3) Impolidez negativa: a impolidez é usada com a finalidade de ameaçar ou comprometer a face negativa do interlocutor; 4) Impolidez off-record: a impolidez é camouflada, embora a intenção seja clara de ameaçar, recuperada por meio de implicatura convencional e conversacional; 5) Polidez retida (retida, negada): ocorre quando o locutor surpreende o interlocutor com impolidez, quando a polidez é esperada, como nos casos de rituais conversacionais; e além destes modos, Culpeper (2016) menciona o Sarcasmo ou falsa polidez: ocorre quando o ato de ameaça a face “é performado com o uso de estratégias de polidez claramente insinceras, que, por isso, se manifestam apenas na superfície do ato” (CUNHA; OLIVEIRA, 2020, p.150).

Como podemos observar, os modos de operação da impolidez propostos pelo linguista mobilizam questões importantes dos estudos mais atuais, tais como a intencionalidade, e a possibilidade de uma interface entre a polidez e impolidez, mais especificamente no processo de atenuação e intensificação dos atos ameaçadores de face. Deste modo, algumas estratégias de polidez Off-Record (BROWN; LEVINSON, 1987), como por exemplo, *use metáforas, exagere*, entre outras, podem carrear conteúdo impolido a ser recuperado pelo interlocutor e/ou público provocando diferentes nuances na construção do sentido da polêmica, como veremos em nossa análise.

Com base nisso, julgamos que tanto a polidez quanto a impolidez são capazes de concretizar a polêmica, incitando-a e atenuando-a por meio da negociação de sentidos estabelecidos no evento comunicativo. Com base no estudo de Culpeper (2016), entendemos que os eventos comunicativos perpetuam para além do momento da enunciação, ganhando novas conotações a cada resgate, provocando manobras na polêmica a depender do ponto de vista dos enunciadores.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Consideramos como metodologia de análise de dados, o trabalho de Cunha (2018, p.3) o qual propôs que a interação polêmica se organiza em três etapas: “a) expansão da interação por meio de contra- proposições e reações negativas, b) ausência de ratificação motivada por falta de acordo entre os interactantes; e c) interações (processos de negociação) secundárias, em que o ofendido, para reparar sua face, torna-se ofensor”.

Para este estudo, selecionamos dois eventos comunicativos, o primeiro refere-se ao comentário de Walter Casagrande no programa Redação Sport Tv, transmitido no dia quinze de abril de 2018, após a realização do primeiro jogo das oitavas de final dos times Real Madrid e Paris Saint Germain na Espanha (fase da expansão).

O segundo evento comunicativo é a postagem na rede social Instagram realizada no perfil do pai do jogador Neymar (*neymarpai_*) em resposta ao programa exibido (fase da ausência de ratificação); e a partir desta postagem, observamos o percurso da polêmica e os seus desdobramentos nos posicionamentos assumidos pelos seguidores nos comentários na terceira fase, os processos de negociação.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a organização da discussão e análise dos dados nos valemos das fases da polêmica propostas por Cunha (2018), a saber: expansão da interação, a ausência de ratificação motivada e a abertura de interações. A partir desta divisão, buscamos identificar como a polidez linguística (BROWN; LEVINSON, 1987) e a impolidez linguística (CULPEPER, 2016) são usadas para intensificar e/ou atenuar a polêmica.

Buscamos, a partir daí, responder aos seguintes questionamentos: como a construção da polêmica se materializou em termos de estratégia de polidez? Quais foram os indícios linguísticos que levaram a construção dessa polêmica e como eles aturam como intensificadores e atenuadores do conflito? E não menos importante, qual foi importância da audiência enquanto zona de influência, na construção daquela polêmica?

Fase 1: expansão da interação: a avaliação da atuação do jogador no programa Redação Sport Tv

O jornalista da Redação Sport Tv, da tv Globo, André Rizek, abre o seu programa com manchetes de destaques de jornais mundiais esportivos, que criticavam o atleta Neymar após a partida de futebol das oitavas final de Liga dos campeões europeus. Rizek começa a questionar sobre a atuação do atacante, questionando o Comentarista Charles, que, por sua vez, fala das qualidades de Neymar e depois dispara uma ofensa: “mimado e garoto, ou seja, um rapaz talentoso mas age como um menino protegido”, como podemos observar no Quadro 1.

Em seguida, Kallás, o jornalista brasileiro que trabalha na Espanha complementa: “um

talento genial, mas ainda é ganancioso e joga muito individual”, Nota-se que os dois comentaristas convidados a avaliar o atacante usam um elogio (estratégia de polidez positiva) e em seguida usam o operador argumentativo “mas” para anunciar um conteúdo ofensivo (ato de impolidez positiva, quando o falante prejudica a face positiva do jogador). Deste modo, a mensagem antecedente ao operador, atenua, enquanto a posterior intensifica a ofensa. Desta feita, o apresentador do programa questiona o antigo jogador e então comentarista Casagrande, o qual intensifica o comentário dos colegas “exatamente...excessivamente. (muito individualista)”.

Vale ressaltar que o comentarista e ex-jogador não foi o primeiro a chamar o jogador do Paris Saint Germain de mimado, mas foi aquele que intensificou sem atenuar a ofensa quando exprimiu concordância, (estratégia de polidez positiva para com os demais presentes) e exagerou (estratégia de polidez positiva). Nesse comentário, Casagrande usa polidez para com o colega, mas impolidez para se referir ao atacante do Paris Saint Germain.

Quadro 1: Transcrição de trecho evento comunicativo 1

LOCUTOR	TURNO	TRANSCRIÇÃO
André Rizek	5:33	Será que falta química...Queria vos perguntar
Charles	5:50	O Neymar é um atleta extraordinário mas ainda parece...garoto mimado... um rapaz mimado e muito individualista
Casagrande	5:53	(...) exatamente...excessivamente. (muito individualista)
Charles	6:04	(...) egoísta que só pensa nele o tempo todo...ele chegou contratado como Messi do PSG... (mas não é ASSIM..
Casagrande	6:32	...eu joguei numa (equipe) especial com dois caras excelentes Sócrates e Careca, os dois pensavam pelos dois.
Casagrande	7:02	...o Neymar ...além de ser excessivamente egoísta (passa a bola quando está apertado ou sem solução)
Casagrande	7:26	Então, não TEM química...nem entrosamento
Casagrande	8:35	não estou inocentando o Cavane...porque ele também não é inocente.
Casagrande	9:19	o Neymar esforça a tabela para (ter de volta a bola...Ai está o sentido de egoísmo do Neymar.
Casagrande	9:44	Não vai funcionar é muito egoísmo para o futebol...o futebol é coletivo.
André Rezek		...Como Casão disse ...futebol é coletivo ...Até que ponto essa obsessão pelo melhor jogador do mundo, abola de melhor goleador, não está influenciar a maneira de muitos de jogar... Eu me refiro especialmente ao Neymar... porque no Real Madrid, os caras jogam para o Cristiano Ronaldo e da/ certo.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PSmTQhonqB4>

Fase 2: a ausência de ratificação motivada: postagem na rede social Instagram

Após a transmissão do programa, a mensagem foi interpretada como ofensiva pelo pai do atacante, pois Neymar Junior foi referido no programa como “mimado, ganancioso, individualista

e monstro”. Desta feita, o pai do jogador buscou defender a imagem de seu filho no seu perfil *neymarpai_* na rede social Instagram. Na postagem, ele não atenua, e intensifica a polêmica, ao inaugurar um discurso repleto de estratégias de polidez linguística.

No texto, *neymarpai_* ameaça a face de Casagrande, questiona a sua trajetória enquanto jogador para influenciar seus seguidores a discordarem de seu posicionamento enquanto figura pública. O ataque a figura de Casagrande pode ser compreendido a partir de duas hipóteses: o ex-jogador e agora apresentador se vale das estratégias de intensificação e não atenuação para gerar ofensa; e polêmicas anteriores envolvendo os sujeitos da interação (Casagrande e o pai do jogador) podem ter contribuído para ele ter sido o único mencionado na postagem. Vale ressaltar que esta postagem, até a data de conclusão deste artigo, alcançou a marca de treze mil e quinhentos e cinquenta e cinco mil visualizações e nove mil e duzentos e quarenta comentários. Na figura 1, apresentamos a postagem original para a realização de nossa análise.



FIGURA 1: print da postagem

Fonte: https://www.instagram.com/p/BfOrwM1HIZ3/?utm_source=ig_embed&ig_rid=168fdca3-f2a5-4699-92c2-d5a904cf0916

O primeiro trecho da postagem nos conta: “No universo do futebol conhecemos muitas pessoas com “comportamento de abutre”. Por vezes se aproveitam de um microfone forte, de uma carreira de “jogador” (não dá para chamarmos de “atleta” alguém com comportamentos no mínimo questionáveis fora dos gramados) sem muito brilho, sempre a sombra de outros mais talentosos, para destilar suas frustrações”.

No segundo Trecho, o pai do jogador desqualifica o comentarista ao tratá-lo como um animal, ou seja, uma ave rapina, usando a metáfora (abutre), para inferir o seu conhecimento de mundo, como um predador que ataca suas presas depois de serem abatidas pelo seu maior oponente, ficando com os últimos restos mortais da presa. No mesmo trecho, percebe-se o ataque constante do sujeito a vários alvos, como comentaristas brasileiros e a mídia esportiva no geral quer nacional e internacional, embora, usa implicaturas de forma direta e indireta, aqueles que usam

o microfone como meio de trabalho.

De acordo com Culpeper (2003, p.38), o enunciador usa linguagem como ação de ataque a face do outro, sendo assim, percebemos o uso de implicatura metafórica (impolidez off-record) para persuadir a terceira parte ou zona de influência de forma direta e indireta a invadir o território do outro protegendo a sua posição. Podemos atrelar este fenômeno a polêmica como fator de dissenso em ataque, embora seja um ataque de ódio atacando o lado pessoal quando devia debelar o comentário do alvo, acabando atingir as máximas.

Partindo desse pressuposto, a metáfora é usada como um artifício, ou seja, recurso para lustrar a linguagem no ato conversacional, minimizando a responsabilidade do autor da mensagem pelo significado ou sentido escolhido. Trata-se de uma estratégia polida e impolida ao mesmo tempo, pois incorpora a ofensa apenas na interpretação, no solo do sentido.

No trecho: “No universo do futebol conhecemos muitas pessoas com “comportamento de abutre”. Por vezes se aproveitam de um microfone forte, de uma carreira de ‘jogador’ (não dá para chamarmos de ‘atleta’ alguém com comportamentos no mínimo questionáveis fora dos gramados) sem muito brilho, sempre a sombra de outros mais talentosos, para destilar suas frustrações”, entende-se que o locutor usa a linguagem como ação e gatilho, de modo direto e indireto, compartilhando o controle de sua fala (estratégia de polidez inclua ouvinte e falante na mesma atividade), destilando sua raiva e antipatia em desqualificar a posição do outro. Nesse momento, o pai do jogador apela para um discurso mais intimista, e porque não dizer político, quando adverte a sua plateia

Mas lembrem-se: Perdemos uma batalha, não a guerra. A guerra de meu filho ele “pratica” desde muito jovem, sempre praticando o bom combate, sempre escapando dos abutres, sempre renascendo ainda mais forte!! E, principalmente, respeitando a todos, até mesmo os abutres... Perdemos uma batalha, quanto a guerra, veremos, porque ela durará enquanto ele estiver nos gramados.

Neste Trecho, comprehende-se a batalha, tal como nos referimos acima, como o gatilho da metáfora é inferido para persuadir os adeptos, assim para trazer almas e vivacidade a campo, logo, o estádio de futebol, é visto como campo de guerra e conflito, onde os jogadores são enaltecidos como guerreiros, ou seja, combatentes, como salvador das equipes. Apesar do enunciador usar essas estratégias, acaba por atacar a imagem do apresentador quando o compara a ave rapina, animalizando-o. Neste momento, ele tem a intenção de atacar de forma indireta e a face de seu interlocutor, impolidez off-record, segundo Culpeper(2016).

Depois do apelo, o pai do jogador reforça a identidade com o grupo quando promete (estratégia de polidez positiva): “E tenham certeza... como uma fênix ele renascerá, preparado para quantos combates vierem pela frente! Quanto a você, abutre, ficará com fome. E restará engolir suas palavras, tão podres quanto a carniça”. Neste trecho, encontramos a marca de polidez e da impolidez, quando trata o filho como um pássaro mitológico capaz de ressurgir das cinzas e atacar o alvo de maneira a assustar o outro com uma ação prejudicial (impolidez bald on record) que ocorrerá para o outro. Ele

então usa da impolidez, como afirma Culpeper (2013), ao mencionar palavras que são tabus-blasfeme, linguagem profana ou abusiva para se referir ao apresentador e ameaçá-lo.

Na postagem, notamos que há um alvo principal, o antigo atleta de futebol e comentarista Walter Casagrande, embora os outros apresentadores e convidados do programa também tenham se expressado de modo ofensivo em relação ao jogador Neymar. A partir dessa análise, observamos que o pai do jogador faz uso da linguagem para alcançar endosso de seu posicionamento, e para isso, ele alterna entre polidez e impolidez, e, ao passo em que instaura uma série de ataques, ele os atenua, tendo em vista que ele também é uma figura pública, convidando o público a participar da polêmica.

Fase 3: abertura para as interações: a reação daqueles que comentaram a postagem na rede social

Como demonstramos, o grande engajamento que a postagem elucidou traz à tona a participação do público, considerado aqui como terceira parte ou zona de influência (LEECH, 1983) engajada, que por sua vez deu continuidade a polêmica, ratificando-a. No universo de nove mil e duzentos e quarenta comentários optamos por analisar apenas os cinco primeiros comentários, caracterizados dessa forma pela relevância¹ que tiveram em relação a reação ao próprio público, dentre estes, selecionamos os cinco mais relevantes segundo os critérios de engajamento desta rede social, portanto, seguem a seguir:

Ex.1. Comentário 1

*Pedindo a Deus por sua vida Neymar, pq pra aguentar esse povo xato tem que ser perfeito!
Raça de gente ignorante e nojenta!!!*

Neste comentário, observamos que o usuário da rede social expressa afiliação com o posicionamento de neymarpai-, ele intensifica a polêmica usando argumento religioso, e usa da impolidez baldo on record quando rechaça os jornalistas, intensificando a polêmica ao ofender o grupo de jornalistas.

Ex. Comentário 2

E o que vc pensa que vc é pra apontar os defeitos dos outros se vc tá fazendo pior???

Neste comentário, o seguidor ratifica o posicionamento adotado pelos jornalistas e deslegitima o enunciador da postagem ao usar o pronome *você* para atingir o enunciador da postagem. Há uma acusação com uso de linguagem obscura e secreta (estratégia de polidez off-record), pois não deixa claro para os demais o que é “pior”.

Ex. Comentário: 3

O Casagrande hoje deu show de humildade e principalmente de hombridade.

1. Segundo o algoritmo da rede social, as mensagens que aparecem primeiro no feed de postagens são as mais populares, ou seja, são aquelas que tiveram maior número de reações e interações. (INSTAGRAM, 2021)

Neste comentário, acreditamos que seja um exemplo de ato indireto de fala, pois o seguidor se expressa com afiliação a Casagrande, usando do exagero (estratégia de polidez) um elogio (estratégia de polidez positiva), no entanto, podemos também interpretar o comentário como ironia ou sarcasmo que parece ridicularizar e deslegitimar o ex-jogador. Nesse movimento, observamos que o seguidor completa a polêmica ratificando a postagem.

Ex. Comentário: 4

Verdades em suas palavras. Neymar é um jovem guerreiro que querem que ele seja de ferro. e ele é desde de cedo deu o melhor dele, e os hipócritas e invejosos não se dão por satisfeitos e difamar ele. Mas lê tem sua família e amigos e os seus fãs. E principalmente Deus.

O seguidor se posiciona em defesa do atacante intensificando a polêmica, usando as mesmas metáforas elucidadas na postagem, estratégia de impolidez positiva, (Neymar como um guerreiro). Mais uma vez, a polidez e a impolidez caminham juntas para alcançar as metas comunicativas. Aqui, Deus é evocado novamente, e a paixão pelo jogador é intensificada ao passo em que se desqualificam os jornalistas.

Comentário 5

Esta estragando o ney monstro seu babaca, não percebe isso! Pai de verdade é aquele que, sabe puxar a orelha do seu filho na hora certa! O Ney é monstro joga de mais, mas infelizmente seus prazas não são prazas.....

Neste comentário, o interlocutor se afilia ao posicionamento adotado pelos jornalistas e intensifica a polêmica, atacando o autor da postagem, acusando-o de ser um pai ruim. Ao ameaçar o papel de pai, trazendo à baila um repertório linguístico próprio da educação parental (use uma verdade geral- estratégia de polidez, aqui usada para atacar o falante). No jogo de faces, as negociações de sentido podem transpor as nuances do que é dito e recorrer a contextos prévios, como foi o caso. No comentário, o interlocutor elogia o jogador e ataca seu pai, desconsiderando a figura do jornalista rechaçada na mensagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral compreender como se deu a construção da polêmica materializada em estratégia de polidez e impolidez a partir de dois eventos comunicativos: a edição do programa Redação Sport Tv em que foi avaliado o desempenho do atacante do Paris Saint Germain, Neymar Junior e a postagem realizada pelo seu pai e empresário em seu perfil pessoal na rede social Instagram.

Para dar conta deste objetivo, partimos da hipótese de que tanto as estratégias de polidez quanto impolidez linguística atuam como atenuadoras e intensificadoras da polêmica gerada. Esta, por sua vez, teve grande repercussão devido a participação ativa do público que se sentiu motivado a comentar usando as mesmas estratégias usadas pelos atores da cena analisada. Nesse sentido,

tivemos como objetivos específicos: identificar quais foram os indícios linguísticos e textuais que levaram a construção dessa polêmica e como eles aturam (intensificadores e atenuadores do conflito); e não menos importante, compreender a importância da audiência enquanto zona de influência, na construção polêmica em questão.

Nossa análise demonstrou que as estratégias de polidez foram usadas para atenuar o peso da ameaça a face do jogador Neymar, quando os jornalistas usaram o elogio precedido do operador argumentativo “mas”; as estratégias de polidez também foram usadas para intensificar o peso do ato ameaçador de face do atacante do Paris Saint Germain quando o comentarista esportivo e ex-jogador Casagrande manifesta afiliação para com seus colegas e exagera na concordância. Nesse episódio, as ameaças as faces de Neymar também podem ser consideradas abrandadas dado o contexto de enunciação, que de certo modo, autoriza² os comentaristas a “julgar” a atuação do jogador.

O mesmo ocorre com relação à postagem. Nela, observamos que o pai do atacante neymarpai faz uso de metáforas e de um repertório clichê para se posicionar em relação ao jornalista. O uso de metáforas corresponde a uma dissimulação da linguagem, pela qual o interlocutor deverá co-criar o entendimento do que é dito, resguardando o enunciador da mensagem. O uso de metáforas pode ser considerado como estratégia de polidez off-record e de impolidez off-record, um exemplo clássico da interface entre os dois fenômenos linguísticos.

Verificamos que a comparação entre as aves de rapina e a fênix também funcionam como estratégias argumentativas eficientes no que diz respeito a intensificação da ofensa, especialmente quando se associa a imagem humana do jornalista a um animal. A impolidez positiva também se intensifica quando o enunciador faz promessas e ameaças, ao passo que convida o leitor a compartilhar com ele de seus interesses.

Os seguidores que comentaram, por sua vez, demonstraram bastante energia ao emitir seus comentários que pouco buscaram resguardar faces, eles, talvez pela ilusão do anonimato, preferiram ser mais ostensivos, usando estratégias de impolidez baldo on record, intensificando a polarização instaurada, prolongando a vida da polêmica.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017

AMOSSY, R.; PIERROT, A.H. *Estereótipos e clichês*. São Paulo: Contexto, 2022.

BAKHTIN, M.. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981. Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermatina Galvadão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, D.L.P., de. A construção discursiva dos discursos intolerantes. In: BARROS, D.L.P,

2. Na obra de 1977, Bourdieu comenta sobre a importância do papel social na legitimação daquilo que é dito. Deste modo, em um programa de comentários esportivos, espera-se que conteúdos como os que foram enunciados sejam esperados, naturalizados discursivamente.

de.(ORG). *Preconceito e intolerância: reflexões lingüístico discursivas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011, pp.255-270.

BOURDIEU, P. *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les éditions de Minuit, 1979 (Trad. Bras. Daniela Kern, Daniela e Guilherme J. de F. Teixeira. Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.

BRASIL. *Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997*. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União, p. 9.901, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm>. Acesso em: 02 fev. 2022

CULPEPER, J. *Impoliteness Strategies*. Academia: Accelerating the worlds research, 2014 p. 421-463.

CULPEPER, J. Impoliteness strategies. In: CAPONE, A.; MEY, J. L.(Org) *Interdisciplinary studies in pragmatics, culture and society*. NewYork: Springer, 2016. p. 421-445.

CUNHA, G. X.; OLIVEIRA, A. L. A. M.. Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema (Theories of linguistic im/politeness: revisiting the state of the art for a theoretical contribution on the topic). *Estudos da Língua(gem)*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 135-162, 2020. DOI: 10.22481/el.v18i2.6409. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/6409>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

CUNHA, G. X.. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 35.2, p. 1-28, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/cXLJS9s6HjMrkXmp9t5DcZK/?lang=pt>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

FUTUBETV. *Casagrande elogia Cristiano Ronaldo e critica Neymar “Egoísta quer decidir sozinho*. 17 de fev. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PSmTQhonqB4> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

INSTAGRAM. *Explicando melhor o funcionamento do Instagram*. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/shedding-more-light-on-how-instagram-works> Acesso em: 02 de maio de 2022.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. (Longman linguistics library; 1983.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba, PR: Criar Edições, 2005.

NASCIMENTO, L. S. *Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivos sexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político*. (Tese de Doutorado). Salvador: Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, UFBA, 2018. 557f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28110>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

NEYMARPAI. *Em uma guerra há os que se alimentam de vitórias.* [S.l.], 15 fev. 2018. Instagram: Disponível em: https://www.instagram.com/p/BfOrwM1HIZ3/?utm_source=ig_embed&ig_rid=168fdca3-f2a5-4699-92c2-d5a904cf0916 15/02/2018 Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

PAIVA, G. M. F. e. *A influência da terceira parte na mudança de footing em chats educacionais.* 2013. 304f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8244> Acesso em: 22 de abril de 2021.

_____. *A polidez linguística em sala de bate-papo na internet.* 2008, 294f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2008.

PINTO, R., CAVALCANTE, M. M., & BRITO, M. A. P.. Polêmica e Argumentação: Interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. *Diacrítica*, 32(1), 5–24. <https://doi.org/10.21814/diacritica.140>, 2018 Acesso em: 22 de abril de 2021.

SILVA, L. N.. Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral. *Entre palavras*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 151-169, abr. 2019. ISSN 2237-6321. Disponível em: <<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1395>>. Acesso em: 07 maio 2022.

Gildo José dos Santos

Licenciado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), membro do grupo de Pesquisa Preconceito, Polidez e Impolidez Linguística (GEPPIL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2991-9083>
E-mail: mgildomgildo10@gmail.com

Geórgia Maria Feitosa e Paiva

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), docente adjunto do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Coordenadora do grupo de pesquisa em Preconceito, Polidez e Impolidez Linguística (GEPPIL), certificado pelo CNPQ, membro do Grupo de Estudos sobre Linguagem e Pensamento / Cognição e Linguística (GELP-COLIN). ORCID: 0000-0002-2915-9416. E-mail: georgiafeitosa@unilab.edu.br

*Recebido em 10/03/2022
Aceito em 15/04/2022.*

TWITTER: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DAS ESTRATÉGIAS DE IMPOLIDEZ EM COMENTÁRIOS NUMA MÍDIA SOCIAL

TWITTER: A PRAGMATIC ANALYSIS OF IMPOLITENESS STRATEGIES IN SOCIAL MEDIA COMMENTS

**Giselda dos Santos Costa
UESPI**

Resumo: Este artigo está no campo da linguística-pragmática dedicado a descobrir e analisar as estratégias de impolidez de tuítes contra a fala do presidente Bolsonaro quando ele declarou aos opositores que iriam vê-lo em 2022, ano da eleição no Brasil. Os dados foram retirados na coluna de comentários do Twitter no Blog da jornalista Andreia Sadi, nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2021. Foram coletados 227 tuítes. 110 de internautas opositores ao Bolsonaro, 100 a favor e 07 de publicidades. Analisamos 110 tuítes que pertencem ao grupo de internautas que não gostam do presidente. É um estudo descritivo qualitativo apoiado em dados quantitativos. A técnica de coleta utilizada foi o método documental. Tivemos uma análise à luz do modelo interativo de Miles *et al.* (2014) e com base na taxonomia de Culpeper (1996). O resultado mostra que nos 110 comentários, a estratégia de impolidez positiva teve um total de 58 (52,6%), a estratégia sarcasmo teve 27 casos (24,5%), a estratégia de impolidez negativa teve 16 casos (14,6%), a estratégia de impolidez caluniosa teve um número total de 8 casos (7,3%) e polidez retida foi a estratégia de menor frequência a ocorrer nesta pesquisa (1,1%). O estudo mostrou que a impolidez não é apenas o oposto de polidez, mas a manifestação de desaprovação e antipatia mútua por meio de certos comportamentos comunicativos que sinalizam desrespeito.

Palavra- chaves: Estratégias de impolidez; Análise pragmática; Ameaça facial; Mídia social

Abstract: This article is in the field of linguistic-pragmatics dedicated to discovering and analyzing the strategies of impoliteness of tweets against the speech of President Bolsonaro when he declared to opponents that they would see him in 2022, the year of the election in Brazil. The data were taken from the Twitter comments column on the blog of journalist Andreia Sadi, on February 3rd and 4th, 2021. 227 tweets were collected. 110 of internet users opposed to Bolsonaro, 100 in favor and 07 of advertisements. We analyzed 110 tweets that belong to the group of Internet users who don't like the president. It is a qualitative descriptive study supported by quantitative data. The collection technique used was the documentary method. We had an analysis in the light of the interactive model by Miles *et al.* (2014) and based on the taxonomy of Culpeper (1996). The result shows that in the 110 comments, the positive impoliteness strategy had a total of 58 (52.6%), the sarcasm strategy had 27 cases (24.5%), the negative impoliteness strategy had 16 cases (14.6 %), the slanderous impoliteness strategy had a total number of 8 cases (7.3%) and withheld politeness was the least frequent strategy to occur in this research (1.1%). The study showed that impoliteness is not just the opposite of politeness, but the manifestation of mutual disapproval and dislike through certain communicative behaviors that can be disrespectful.

Keywords: Impoliteness strategies; Pragmatic analysis; Face threat; Social media

INTRODUÇÃO

A natureza dinâmica da interação social permite que os falantes escolham várias estratégias linguísticas a fim de promover, manter ou atacar a face de um destinatário (LIMBERG, 2009). De acordo com Limberg (2009), um falante pode empregar intencionalmente uma estratégia comunicativa para causar um conflito social. Esse tipo de estratégia deu origem ao reconhecimento da impolidez, um campo de estudo que foi negligenciado até os anos 1990. Como aponta Hatipo lu (2007), os membros de cada comunidade possuem modos próprios de fazer impolidez. Essas ilocuções conflituosas parecem ser mais prevalentes principalmente, em nossos dias, nas conversas na Internet.

A internet mudou radicalmente o uso da linguagem, e a subjugação da impolidez nas redes sociais parece ser um fenômeno comum (CRYSTAL, 2006). Opiniões e críticas são postadas liberalmente nos tuítes em um tom predominantemente rude, especialmente quando se trata de figuras públicas. As pessoas usam deliberadamente atos de fala on-line para fazer comentários ofensivos, depreciativos, obscenos e com um grande tom de impolidez. Culpeper (2016) define impolidez como atitude negativa ou má em relação a um comportamento específico que ocorre em um determinado contexto. Ela é avaliada negativamente porque ataca a identidade ou os direitos de alguém intencionalmente na interação.

Nesta pesquisa, a interação dentro da plataforma Twitter é usada como uma mídia na qual se pode encontrar impolidez nos tuítes que outras pessoas podem ver, ler e responder ao postar on-line. Este aspecto da comunicação pela tecnologia permite que os internautas postem comentários agressivos frequentemente carregados de referências emocionais e rudes inaceitáveis, como intimidação, violações, discurso de ódio, racismo, blasfêmia etc. (BROMWICH, 2018). Os dados da pesquisa usados neste estudo são tuítes que representam discurso de impolidez em resposta ao presidente Bolsonaro quando declarou, aos opositores, que iriam vê-lo em 2022 novamente, ano da nova eleição para presidente no Brasil.

Na primeira parte deste artigo, abordaremos alguns conceitos da pragmática e os fundamentos sobre os quais Brown e Levinson (1987) construíram a estratégia de polidez. Isso, por sua vez, forneceu a base para a posterior elaboração de Culpeper (1996) da estrutura de impolidez que será descrita na segunda e terceira parte respectivamente. Na quarta parte, a estrutura teórica é ajustada para facilitar a coleta dos dados à luz do modelo interativo de Miles *et al.* (2014). Em seguida, a pesquisadora comentou o resultado da análise com base na taxonomia de Culpeper (1996). Por último, elaborou a conclusão com suporte da lógica nas descobertas.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1 PRAGMÁTICA

A pragmática é o subcampo da linguística que analisa a linguagem em uso e a relação de

enunciados para um contexto particular. Uma definição de pragmática foi oferecida por muitos estudiosos, por exemplo, Levinson (1983); Cristal (1985); Wierzbicka (1991); Yule (1996); Mey (2001); Kecske (2013). Wierzbicka (1991, p. 5) viu a pragmática como “a disciplina que estuda interação linguística entre ‘eu’ e ‘você’” (p. 5). Yule (1996) chamou de pragmática “o estudo de significado contextual comunicado por um falante ou escritor e interpretado por um ouvinte ou um leitor” (p. 3). De acordo com Mey (2001), “a pragmática estuda o uso da linguagem em comunicação humana conforme determinado pelas condições da sociedade” (p. 6).

Crystal (1985), a definiu como o estudo da linguagem do ponto de vista dos usuários, principalmente das escolhas que fazem, as restrições que eles encontram ao usar a fala na interação social e os efeitos que seus usos têm sobre outros participantes no ato de comunicação. (p. 240). Kecske (2013) examina a pragmática de uma perspectiva intercultural e adota uma abordagem sociocognitiva nas interações. Segundo este autor, a abordagem sociocognitiva “enfatiza que a produção e a compreensão da linguagem envolvem tanto a experiência e o conhecimento prévio” (p. 45).

Segundo os estudos acima, podemos concluir que a pragmática se concentra na construção e na interpretação do significado em um dado contexto e na influência do contexto no significado. Como um dos ramos dos estudos linguísticos, a pragmática cobre âmbitos bastante amplos que incluem alguns conceitos centrais, como dêixis, ato de fala, implicatura, princípio cooperativo e polidez.

De acordo com Yule (1996), dêixis, que é derivada do grego antigo e significa mostrar ou apontar, é um termo técnico para uma das coisas mais básicas que as pessoas fazem com declarações. Dêixis é claramente uma forma de referindo-se que está vinculada ao contexto do falante. Se as pessoas não conhecem o contexto do enunciado, elas encontrarão dificuldade em interpretar as expressões dêiticas como: este, eu, você, então, abaixo, acima etc., porque não há requisito para usar essas palavras. Yule (1996) classifica dêixis em três categorias: pessoal, espacial e temporal.

Além das dêixis, outro escopo de estudo sobre a pragmática são os atos de fala. O termo ‘ato de fala’ foi cunhado pelo filósofo linguístico John Langshaw Austin (1962) e desenvolvido por outro filósofo, John Rogers Searle (1979). Eles sustentaram que, ao usar a linguagem, as pessoas não apenas fazem afirmações proposicionais sobre objetos, entidades, estados de coisas, mas também cumprem funções, como solicitar, negar, apresentar, desculpar etc. Em outras palavras, eles desenvolveram a teoria acreditando que a linguagem é usada para realizar ações. Austin (1962) classificou os atos de fala em: locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

A implicatura é outro campo no âmbito da pragmática. Este estudo foi introduzido por Grice (1975) para dar conta de informações entre o que é literalmente dito e o que é transmitido. O estudioso cunhou a palavra implicatura conversacional para se referir ao processo de inferência por meio do qual os significados dos enunciados são interpretados em relação ao seu contexto de uso. Assim, como Mey (1993) afirmou, implicatura é algo que é afirmado indiretamente na conversa. É algo que fica implícito no uso real da linguagem.

Além disso, para que as implicaturas sejam interpretadas, algum princípio cooperativo básico deve ser considerado. O Princípio Cooperativo de Grice (1975) tem como objetivo orientar

os participantes que suas comunicações sejam cooperativas, ou seja, verdadeiras, informativas, relevantes e breves. O processo de inferência por meio do qual surgem as implicaturas resulta da adesão às máximas de qualidade, quantidade, relação e modo.

Outro tópico sobre a pragmática é a polidez. O emprego da polidez é usado para mostrar consciência da face de si e da outra pessoa (YULE, 1996). A face significa autoimagem pública e refere-se a um sentido emocional e social que tem de si e espera que o outro reconheça. Funciona dentro da sociedade e tem uma estreita relação com etiqueta e cultura. A discussão adicional sobre polidez será feita na seção abaixo.

1.2 POLIDEZ

Brown e Levinson (1987) adotam a proposição de Goffman de que a polidez é uma ação linguística socialmente motivada que consiste nos esforços interativos mútuos dos participantes para apoiar e manter a autoimagem pública que todos os interlocutores reivindicam para si mesmos. Essa teoria se baseia na afirmação de que todo indivíduo tem uma face, que eles definem como uma imagem pessoal pela qual apresentam-se em público e que é envolvida emocionalmente.

O conceito de face é como algo que pode ser mantido, perdido ou aprimorado e está no núcleo da abordagem de Brown e Levinson (1987). Brown e Levinson (1978/87) baseiam-se no conceito de face de Goffman (1967/2005) e nas máximas de Grice (1975) para construir a teoria da polidez. Os autores constroem o conceito de face baseando-se em um duplo desejo: o desejo de ter suas ações desimpedidas, o que é chamado de ‘face negativa’, e o desejo de aprovação e apreciação, o que é chamado de ‘face positiva’.

As noções de face positiva e face negativa propostas às vezes não são compreendidas com facilidade, o que pode gerar certa confusão conceitual. Assim, na tentativa de compreendermos melhor, tomamos empréstimo as palavras de Koch (1992, p. 107), ao apontar que “cada indivíduo tem uma face externa (“positiva”) – o modo como deseja ser visto pelos outros – que gostaria de ver preservada. Por outro lado, possui também uma face interna (“negativa”), seu território íntimo, que não gostaria de ver invadido.

A face negativa representa um desejo de autonomia e liberdade, enquanto a face positiva representa um desejo de aprovação em termos de comportamentos e valores, etc. No entanto, Brown e Levinson (1987) são criticados porque (i) eles ignoraram o relacionamento interpessoal ou perspectiva social da face, e (ii) eles superestimaram a noção de liberdade e autonomia do indivíduo (GU, 1999).

Tomando as críticas levantadas para a estrutura de Brown e Levinson, bem como o foco em elementos interpessoais no diálogo, Spencer-Oatey (2008) propôs uma estrutura modificada para o conceito de face. No entanto, ela prefere o termo *rapport* – sintonia/afinidade social (em português) em vez de ‘face’, uma vez que o novo termo tem uma abrangência maior. Segundo Goffman, ela sugere que face está associado a valor pessoal / relacional / social e se preocupa com o senso de valor das pessoas, dignidade, honra, reputação, competência e assim por diante. Por outro lado,

ela apresenta o conceito de direitos de socialidade e obrigações – como uma resposta às críticas – referindo-se ao direito social, e reflete as preocupações das pessoas sobre justiça, consideração e adequação comportamental durante a interação (p. 13). Veja a tabela 1.

TABELA 1- ESTRUTURA MODIFICADA PARA O CONCEITO DE F

FACE	Face de qualidade (relacionado consigo mesmo como indivíduo): “Temos um desejo fundamental de que as pessoas nos avaliem positivamente em termos de nossas qualidades pessoais, por exemplo, nossa confiança, habilidades, aparência etc.” (2002, p. 540)
DIREITOS SOCIALIDADE	Face relacional (relacionado consigo mesmo no relacionamento com os outros): “Às vezes, também pode haver uma afinidade relacional; por exemplo, ser um líder talentoso e / ou um professor bondoso que envolve um componente relacional que é intrínseco à avaliação” (2008. p 15).
DE	Face de identidade social (relacionado a si mesmo como um membro do grupo): “Temos um desejo fundamental de que as pessoas reconheçam e defendam nossas identidades ou papéis sociais” (2002, p. 540). Direitos patrimoniais: “Temos uma convicção fundamental de que temos direito à consideração pessoal dos outros, para que sejamos tratados de forma justa: que não somos indevidamente impostos, que não somos injustamente ordenados e que não somos aproveitados ou explorados” (2008, p. 16) Direitos de associação: “Temos uma convicção fundamental de que temos direito ao envolvimento social com os outros, de acordo com o tipo de relação que temos com eles” (2008, p. 16)

FONTE: Categorias da estrutura do modelo de gestão de relacionamento (Spencer-Oatey, 2008). Tabela adaptada de Culpeper (2016, p. 429).

Sendo assim, em qualquer comunicação, que pressupõe no mínimo dois sujeitos, há pelo menos quatro faces em jogo, de tal modo que os atos realizados na interação entre os participantes implicam, potencialmente, ameaças às suas faces negativas e positivas. Tais atos verbais, neste processo interacional, são chamados de atos de ameaça à face (AAF), mais conhecidos pelo termo inglês *face threatening acts* (FTA).

Bousfield (2008) afirma que a quantidade de literatura sobre impolidez é insignificante quando comparada à robusta literatura sobre polidez. A razão para isso, na visão de Bernal (2008), é que “enunciados indelicados podem ser considerados atípicos em situações sociais cotidianas” (p.

7). Isso sugere que a impolidez geralmente não é considerada uma expectativa padrão em um evento comunicativo. Desta forma, este estudo é realizado no âmbito do campo da pesquisa linguística para dar uma contribuição adicional ao fenômeno da impolidez.

1.3 IMPOLIDEZ

O conceito de impolidez (ou grosseria, incivilidade, agressão verbal, agravamento da face) é um fenômeno universal que ocorre em todas as culturas, mas sua manifestação pode variar de cultura para cultura. Isso ocorre porque nenhum enunciado linguístico é potencialmente grosseiro até que seja julgado como tal ou não por uma sociedade em particular. Bousfield (2008) opina que, em um evento de fala, a impolidez existe apenas nos casos em que a ameaça facial pretendida é percebida por todos os participantes envolvidos. Isso sugere que, para que a impolidez seja considerada bem-sucedida, a intenção do falante de ofender, ameaçar ou ferir o rosto de outra pessoa deve ser entendida pelo ouvinte.

De acordo com Culpeper *et al.* (2003), teoricamente, quando um ouvinte de um enunciado percebe um ato estratégico de impolidez, ele pode responder ou não responder, ou seja, ficar em silêncio. Se os participantes optam por responder, então eles podem aceitar o ataque facial ou podem contra-atacar. A última opção envolve um conjunto de estratégias que podem ser consideradas em termos de serem ofensivos ou defensivos. Estratégias ofensivas são contra-ataques faciais do outro, enquanto os defensivos contra o ataque facial por defendendo a própria face (ver Figura 1).

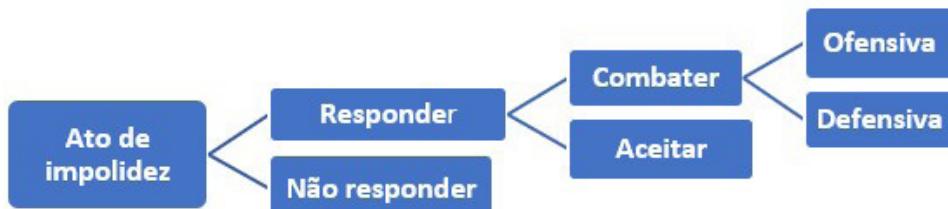


FIGURA 1 - OPÇÕES DE RESPOSTA

FONTE: Culpeper *et al.*, (2003)

Jonathan Culpeper (1996) também constrói uma estratégia de impolidez semelhante à teoria da polidez de Brown e Levinson (1987). Ele usa definições anteriores de 'faces' para definir e construir a estrutura teórica do uso de estratégias destinadas a causar disruptão social em vez de manter a harmonia social. Mas o grau de ofensa e desconforto social é criado por um insulto geralmente influenciado pelo público e pelo contexto no momento de uso.

É importante destacar que Culpeper, em sua definição de impolidez, manteve o termo estratégias, que foi usado por Brown e Levinson para construir, regular e reproduzir formas de interação social cooperativa (Watts, 2003, p. 267). Culpeper (2016) define estratégias como "maneiras de atingir objetivos particulares na interação que são convencionais para uma comunidade particular" (p. 424). Ele propõe (1996), e posteriormente revisa (2011; 2016), cinco estratégias de impolidez para situações destinadas a atacar face do interlocutor em vez de salvá-lo. São elas:

impolidez caluniosa, impolidez positiva, impolidez negativa, polidez falsa e polidez retida.

a) Impolidez caluniosa: ele usa a linguagem mais hostil em comparação com outras estratégias. Nessa classificação, Culpeper (2011, p. 41) explica que o falante realiza os atos de ameaça à face de forma direta, clara, inequívoca e concisa. Isto é realizado em circunstâncias em que a face não é irrelevante ou minimizada. Há uma intenção do falante de atacar o rosto do destinatário.

b) Impolidez positiva: segundo Culpeper (2011, p. 41), essa estratégia é criada para atacar a face positiva do destinatário. A face positiva é uma necessidade da pessoa de ser reconhecida e valorizada pelos outros, de ser aceita no mesmo grupo como um membro. Este procedimento é menos direto do que a impolidez caluniosa e, portanto, menos hostil. De acordo com Culpeper, a produção das estratégias de impolidez positiva consiste em: ignorar, desprezar, excluir o outro de uma atividade, ser desinteressado, despreocupado, antipático, usar marcadores de identidade inadequados, usar linguagem obscura ou secreta, usar palavras tabu, como palavrões ou linguagem abusiva ou profana e chamar as pessoas com outros nomes depreciativos.

c) Impolidez negativa: A pessoa usa essa estratégia para danificar o desejo de liberdade de ação do destinatário. Yule (1996) descreve a face negativa como as pessoas precisam ser libertadas, ter o poder de determinar suas próprias ações, e não serem forçadas por outras pessoas. Assim como a impolidez positiva, seu nível de hostilidade e franqueza é menor do que a impolidez caluniosa. Existem algumas ênfases de estratégias de impolidez negativas, elas são: amedrontar, zombar do ridículo, desdenhar, menosprezar, usar diminutivo, invadir o espaço do outro, associar explicitamente o outro ao aspecto negativo e registrar o endividamento do outro.

d) Polidez falsa: esta estratégia é a substituição do sarcasmo ou da falsa polidez, que anteriormente era considerada como a técnica onde os atos de ameaça à face (AAF) são empregados por meio de polidez fingida (CULPEPER, 1996). Esse critério pode ser difícil de identificar. Em comparação com as três estratégias anteriores, ela é muito menos direta e, portanto, menos hostil. Uma tática realizada por meio de implicatura, na qual a impolidez implicada pode ser simulada, se alguma vez questionada.

e) Polidez retida ou negada: reter polidez é uma estratégia em que um interlocutor está evitando um ato de polidez para com o destinatário quando é esperado. Por exemplo, a falha do destinatário em agradecer após receber um presente é considerada um caso de polidez negada ou retida. Veja na figura 1 o resumo teórico de nossa pesquisa.

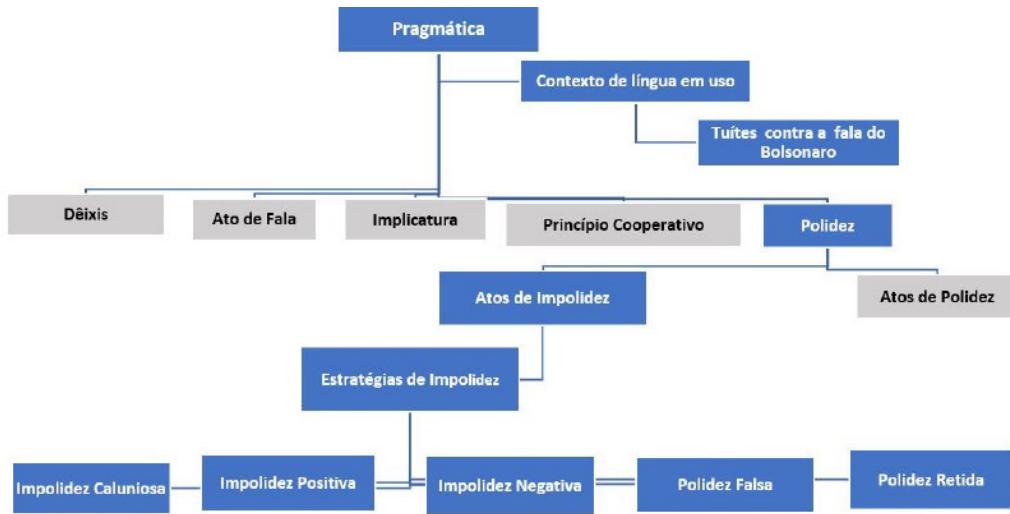


FIGURA 2 - RESUMO TEÓRICO DA PESQUISA

FONTE: Construção analítica da pesquisadora

2 METODOLOGIA

2.1 TIPOS DE ESTUDO

Estudiosos da linguística que buscam responder a questões sobre estratégias de impolidez descobriram que os métodos experimentais e quantitativos são insuficientes para explicar o fenômeno que desejam estudar. Portanto, a pesquisa optou por utilizar abordagem qualitativa descritiva apoiada em dados quantitativos, a fim de explorar comportamento, perspectiva, sentimento e experiência com atos de fala de impolidez em interação on-line dentro da plataforma Twitter.

O objetivo da pesquisa descritiva é descrever um fenômeno e suas características. Esta pesquisa está mais preocupada com o quê, quando e onde e não como ou por que algo aconteceu. Portanto, as ferramentas de observação e pesquisa são frequentemente usadas para coletar dados (GALL; GAL; BORG, 2007). Nessa pesquisa, os dados podem ser coletados qualitativamente, mas geralmente são analisados quantitativamente, usando frequências, porcentagens, médias ou outras análises estatísticas para determinar as relações.

Já a pesquisa qualitativa, no entanto, é mais holística e frequentemente envolve uma rica coleção de dados de várias fontes para obter uma compreensão mais profunda dos participantes individuais, incluindo suas opiniões, perspectivas e atitudes. A pesquisa qualitativa coleta dados qualitativamente, e o método de análise também é principalmente qualitativo. Isso geralmente envolve uma exploração indutiva dos dados para identificar temas, padrões ou conceitos recorrentes e, em seguida, descrever e interpretar essas categorias. É claro que, na pesquisa qualitativa, os dados coletados qualitativamente também podem ser analisados quantitativamente.

2.2 FONTE E COLETA DE DADOS

Os dados foram analisados por meio do método do Modelo Interativo (MILES *et al.*,

2014), com componentes compostos por: coleta de dados, redução de dados, exibição de dados e verificação/conclusões com base em inferência a partir de evidências ou premissas (Figura 3).

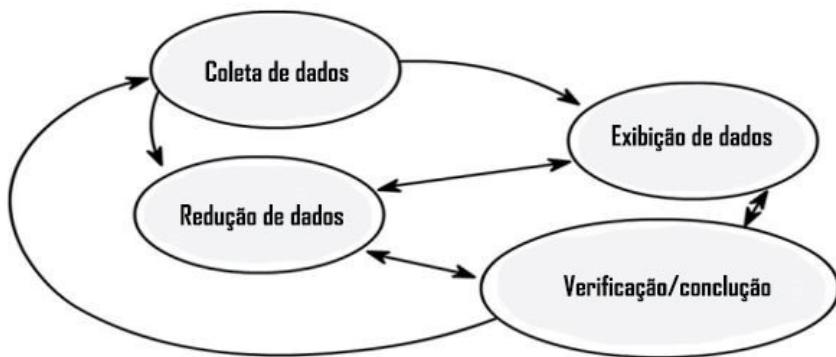


FIGURA 3 - COMPONENTES DA ANÁLISE DE DADOS – MODELO INTERATIVO

FONTE: Miles *et al.* (2014)

A. Coleta de dados

Visa processar as informações brutas que aparecem nas notas de campo escritas nos pedidos a serem analisados. O processo pode ser na forma de seleção, foco, simplificação, abstração e transformação. Os dados foram coletados por meio de método documental e analisados à luz das estratégias de impolidez propostas por Culpeper (1996).

No dia 03 de fevereiro, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, participou da abertura dos trabalhos legislativos de 2021 e recebeu atenção de vários internautas quando foi divulgada a notícia do jornal da Globo (G1) on-line (<https://qrgo.page.link/yVfh5>), na plataforma do Twitter, no Blog da jornalista Andreia Sadi. Foi relatado que o presidente da república foi chamado de ‘genocida’ e ‘fascista’ por parlamentares opositores e ‘mito’ por aliados no congresso nacional. Os dados da pesquisa usados neste estudo são tuítes que representam discurso de impolidez em resposta à fala do presidente quando ele declarou, aos opositores, que iria voltar em 2022, ano da nova eleição para presidente no Brasil.

Foram extraídos 227 tuítes na website (<https://qrgo.page.link/xRPB2>). 110 são o total de enunciados de internautas contra o presidente do Brasil, 100 dos que apoiam e 07 sobre publicidades. Devido à profundidade desse problema, as pessoas ainda estão comentando ou modificando suas falas sobre isso, já que uma das características da comunicação mediada por computador é a longevidade, uma vez que qualquer coisa que for postada on-line estará disponível para sempre (GRAHAM; HARDAKER, 2017). Apesar da limitação no tamanho da amostra, os comentários das pessoas que não gostam do presidente foram capazes de capturar o fenômeno da impolidez neste contexto on-line. Cada comentário expresso em um enunciado será considerado um dado e, por questões de privacidade, os nomes dos internautas foram omitidos ou ocultados.

B. Redução de dados

A redução de dados se refere ao processo de selecionar, enfocar, simplificar, abstrair e/ ou transformar os dados que aparecem no corpus completo de notas de campo escritas, transcrições de entrevistas, documentos e outros materiais empíricos (MILLES *et al.*, 2014).

Nesta pesquisa, após todos os dados terem sido coletados, o próximo passo foi reduzi-los. Os tuítes foram categorizados e codificados segundo os estudos Culpeper sobre estratégias de impolidez. Os códigos foram criados da seguinte forma: impolidez caluniosa foi registrada por (IC), impolidez positiva (IP), impolidez negativa (IN), falsa polidez (FP) e, por fim, a polidez retida (PR). Para identificar as instâncias de impolidez na amostra, a pesquisadora procurou aqueles casos em que elementos verbais e não verbais foram utilizados com o propósito de afetar/prejudicar a face do presidente ou seguidores.

Uma observação importante é que a coleta de dados também rendeu alguns exemplos de impolidez que não se enquadravam claramente em nenhuma das categorias existentes e exigiu o acréscimo de novas. Este é o caso de enunciados usando os efeitos de letras maiúsculas e uso de *emoticons*.

C. Exibição de dados

A exibição de dados é definida como mostrar um conjunto organizado de informações que permite tirar conclusão. Nesta etapa, todos os dados que já tinham sido reduzidos foram exibidos em uma tabela e categorizados de acordo com os tipos de suas estratégias de impolidez. Assim, podemos ver que tipo de indelicadeza foram mais frequentes nos enunciados. Na pesquisa qualitativa, os dados podem ser apresentados na forma de tabela, gráfico, pictograma e outros equivalentes. A investigadora usou uma tabela 2 para exibi-los.

D. Verificação/triangulação e Conclusão

A validade ou verificação, em pesquisas qualitativas, refere-se a se os achados de um estudo são verdadeiros e certos — ‘verdadeiros’ no sentido de que os encontrados refletem com precisão a situação, e ‘certos’ no sentido de que os dados obtidos são apoiados pelas evidências dentro de uma triangulação. Kulkarni (2013) afirma que triangulação significa usar mais de um método para coletar dados sobre o mesmo tópico.

Miles e Huberman (1994) explicam que a triangulação pode ser identificada da seguinte forma: (1) triangulação de dados, (2) triangulação metodológica, (3) triangulação pesquisador e (4) triangulação teórica. A triangulação de dados envolve o uso de diferentes fontes de informação para aumentar a validade de um estudo. A triangulação do investigador envolve o uso de vários pesquisadores diferentes no processo de análise. A triangulação teórica envolve o uso de múltiplas perspectivas para interpretar um único conjunto de dados e a triangulação metodológica envolve o

uso de múltiplos métodos qualitativos e/ou quantitativos para a investigação.

Com base nessa teoria, a investigadora usou a triangulação metodológica como o tipo que é apropriado para ser aplicado neste estudo. Por meio dessas técnicas, a pesquisadora coletou os dados usando observação e documentação, selecionou os comentários da rede social do Twitter, baixou tuítes e os dados qualitativos coletados complementaram e esclareceram os achados quantitativos, ajudando a identificar o objeto de estudo, que é o fenômeno da impolidez dirigido ao presidente do Brasil durante a visita dele ao congresso nacional no dia 03 de fevereiro de 2021. A conclusão deste estudo é o objetivo de responder à pergunta da pesquisa: Quais estratégias de impolidez definidas por Culpeper (1996) são usadas nos tuítes ao responder Bolsonaro quando ele diz que voltará em 2022?

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso de mídia social como a escolha preferida de milhões de pessoas que contam com essa plataforma para se comunicar e exibir comportamentos on-line tem um efeito poderoso e impacto sobre os internautas e agências de notícias. Desse modo, este artigo explorou a reação à impolidez dos tuítes de comentários de mídia social sobre a resposta do presidente ao grupo de opositores no senado brasileiro.

A análise foi feita por meio da taxonomia de estratégias de impolidez formulada por Jonathan Culpeper (1996), originada das distinções relacionadas ao conceito de face, e a investigadora encontrou as cinco estratégias nos comentários contra a declaração do presidente. Este ato aconteceu no dia 03 de fevereiro de 2021 e foram coletados 227 tuítes, 110 de internautas opositores a Bolsonaro, 100 a favor e 07 comentários de publicidades. Os dados foram retirados dos 110 comentários on-line que pertencem ao grupo opositor a Jair Bolsonaro.

A estratégia mais usada foi a de impolidez positiva no número total 58 (52,6%), a polidez falsa ou sarcasmo teve 27 casos (24,5%), a impolidez negativa teve 16 casos (14,6%), a impolidez caluniosa teve um número total de 8 casos (7,3%) e a polidez retida foi a estratégia de menor frequência a ocorrer nesta pesquisa (1%). Veja a tabela 2.

TABELA 2- DESCOBERTAS DAS ESTRATÉGIAS DE IMPOLIDEZ NA PESQUIS

	Estratégia de impolidez	Números	%
1	Impolidez positiva (IP)	58	52,6
2	Polidez falsa (PF)	27	24,5
3	Impolidez negativa (IN)	16	14,5
4	Impolidez caluniosa (IC)	08	7,3
5	Polidez retida (PR)	01	1,1
	Total	110	100%

FONTE: Construção analítica da pesquisadora

3.1 IMPOLIDEZ POSITIVA

A maior estratégia encontrada nesta pesquisa foi a impolidez positiva, cujos exemplos foram 58 (52,6%) encontrados no corpus. Essa estratégia envolve interferir na liberdade do destinatário de realizar uma determinada atividade. Assim como a impolidez positiva, seu nível de hostilidade e franqueza é menor do que a impolidez caluniosa. Conforme afirmado acima, ela envolve desinteresse do falante para o ouvinte, buscar desacordo, ignorar, esnobar, marcar identidades inadequadas, usar palavrões/tabu ou linguagem abusiva. Veja alguns exemplos dos dados atuais:

TABELA 3- TUÍTES DE IMPOLIDEZ POSITIVA

Código	Comentários
IP-12	 11 h Em resposta a @g1 Não sou agente penitenciário para nos encontrar-nos em 2022 !!  GENOCIDAAAAA
IP-43	 3 h Em resposta a @g1 Prepara o cu Jair Condensado
IP-59	 14 h Em resposta a @g1 Não ganha nem fudendo.
IP-103	 3 de fev Em resposta a @g1 Zzzzzzz

FONTE: Construção analítica da pesquisadora

Devido ao foco característico dos tuítes em questões sociais, certas palavras são consideradas tabu e altamente ofensivas por um grande número de seus usuários, embora possam não ser tão marcadas em outros contextos. Para efeito deste estudo, as palavras ‘cu’ e ‘fudendo’ encontradas nos exemplos (IP-43 e IP-59) são classificadas como palavrões. Mas é preciso considerar a categoria de ‘tabu’, algo que Culpeper não define em seu artigo original. Ele reconhece que o contexto, a cultura e a afinidade dos agentes na interação são essenciais para

determinar o que é considerado palavrão.

Ainda no tuíte (IP-43) observamos marcadores de identidade inadequado com a palavra 'Jair condensado'. O internauta usou a estratégia de mudar o nome para atacar os desejos positivos dos interlocutores, já que o orador se refere ao Bolsonaro com uma indicação depreciativa. A palavra é dita em alusão ao governo federal que gastou R\$ 15 milhões em leite condensado em 2020. A compreensão do significado da expressão envolve o conhecimento prévio, pois a linguagem e o contexto não são duas entidades separadas. Em vez disso, elas estão em um relacionamento de dependência mútua para emergir o sentido.

A comunicação mediada por tecnologia desenvolveu certas convenções que podem, em muitos casos, ser consideradas impolidez, embora não sejam abordadas na estrutura de Culpeper. Uma dessas convenções é o uso de letras maiúsculas para sugerir gritos e agressão (em alguns casos, também excitação). Assim, a estratégia 'Gritar - levantar a voz', o exemplo (IP-12) usou letras maiúsculas para exibir agressividade. Embora Culpeper (1996) reconheça que pistas não verbais, como evitar o contato visual ou gritar, podem ser usadas como meios de transmitir impolidez, ele não as inclui nas estratégias de sua estrutura original.

No (IP-12), também podemos ver tanto a estratégia de impolidez positiva quanto a polidez falsa na expressão "Não sou agente penitenciário para nos encontrar-nos em 2022!". O internauta, disfarçadamente, procura enfatizar que o presidente estará preso. Culpeper, em seus estudos, observa que existem comportamentos verbais que são tipicamente considerados indelicados sem nenhuma expressão de palavrão. Basicamente, não é a expressão linguística nem o contexto por si só que garantem uma interpretação de impolidez, mas sim a interação entre os dois.

O sinal de dormir "Zzzzz" no tuíte (IP-103) é outra pista paralinguística que o internauta usou para ignorar o presidente, mas com uma face positiva. O orador não está muito impressionado com a declaração do Bolsonaro e usa a estratégia de ser despreocupado e antipático para expressar isso.

3.2 FALSA POLIDEZ OU SARCASMO

Culpeper (1996) descreve a falsa polidez como atos de ameaça à face que é executado com o uso de estratégias de polidez que são obviamente falsas e, portanto, permanecem educadas apenas na superfície do enunciado. Simplesmente, sarcasmo significa usar polidez insincera. Portanto, é usado para evitar conflitos se o destinatário não discernir a falta de sinceridade por trás dessa superestratégia. Existem 27 (24,5%) desses atos de fala encontrados no corpus desta pesquisa. A técnica pode ser vista nos seguintes exemplos:

TABELA 4- TUÍTES DE FALSA POLIDEZ

Código	Comentários
FP-20	 Em resposta a @g1 · 4 de fev ... E as pessoas que gritaram esses "elogios" ao principal responsável por mais de 226 óbitos estavam erradas?  <p>E as pessoas que gritaram esses “elogios” ao principal responsável por mais de 226 óbitos estavam erradas?</p>
FP-50	 Em resposta a @g1 · 3 de fev ... Queria saber se os netos o chamam de vôjair ou de vômito? <p>Queria saber se os netos o chamam de vôjair ou de vômito?</p>
FP-63	 Em resposta a @g1 · 3 de fev ...  <p><i>Emoticons- sorrisos</i></p>
FP-72	 Em resposta a @g1 · 3 de fev ... Pode entrar gado no congresso? <p>Pode entrar gado no congresso?</p>

Fonte: Construção analítica da pesquisadora

No tuíte (FP-20), o internauta utiliza a falsa polidez com a expressão “elogio”. Aqui a intenção é insultar o presidente e os seus seguidores dando o sentido oposto da expressão. Este usuário da internet também utiliza a comunicação visual para fortalecer a intenção comunicativa. O ícone de palmas no exemplo marca uma atitude sarcástica. É por isso que o sarcasmo ou falsa polidez é uma meta-estratégia, porque requer um nível mais alto de discernimento para entender a impolidez. Pois o ato de fala não é direto, não tem uma qualidade abertamente abusiva ou hostil.

A falsa polidez no tuíte (FP-50) é categorizada como humor para zombar da declaração do presidente. A função do sarcasmo neste comentário é criar humor como um crítico social tentando atingir a face dos interlocutores. Ele combinou a estratégia de associar explicitamente o outro a um aspecto negativo e brinca com os léxicos (vô + mito= vômito) para conseguir o efeito jocoso e criativo.

No comentário (FP-72), ele fez uso do clima interrogativo para envolver explicitamente os seguidores do presidente e, assim, intensificar o impacto da sua escrita. Quando ele pergunta: “Pode entrar gado no congresso?”, a palavra ‘gado’ se refere aos eleitores do presidente Bolsonaro. Nome dado pela falta de questionamentos em torno do uso de fake news e do apoio incondicional a

qualquer medida do governo. A compreensão do significado da expressão envolve o conhecimento prévio também.

O (FP-63) responde a declaração do presidente com *emoticons*. Outra característica da comunicação mediada por tecnologia, embora não seja abordada na estrutura de Culpeper. Kankaanranta (2014) afirma que *emoticons* são representações pictóricas da expressão facial do remetente, escritas para expressar os sentimentos ou humor de uma pessoa. Ele também observou que os *emoticons* são multifuncionais e que, em um nível específico, funcionam como fortalecedores, suavizadores, marcadores de piadas / ironia e marcadores de atitude positiva. Neste tuíte, os *emoticons* de sorrisos são considerados estratégia de falsa polidez.

3.3 IMPOLIDEZ NEGATIVA

A impolidez negativa é caracterizada por amedrontar, condescender ou ridicularizar, ser desdenhoso, não tratar a pessoa com seriedade, menosprezar, invadir o espaço dos seus pares, associar explicitamente o outro a um aspecto negativo e colocar o endividamento em ênfase. Existem 16 (14,5%) dessa estratégia encontradas em nosso corpus. Os tuítes abaixo são alguns exemplos dos dados:

TABELA 5- TUÍTES DE IMPOLIDEZ NEGATIVA

Código	Comentários
IN-06	 Em resposta a @g1 · 14 h ... <p>Esse sujeito que está na presidência pode até escapar da justiça dos homens, mas da justiça de Deus ele não escapa.</p> <p>Esse sujeito que está na presidência pode até escapar da justiça dos homens, mas na justiça de Deus ele não escapa</p>
IN-51	 Em resposta a @g1 · 3 de fev ... <p>Bolsonaro, o Jaiminho nacional.</p> <p>Bolsonaro, o Jaiminho nacional</p>
IN-57	 · 18 h ... <p>Ué. Ele não falou que não gosta de reeleição e que não queria se reeleger?</p> <p>Ué. Ele não falou que não gosta de reeleição e que não queria se reeleger?</p>
IN-99	 · 18 h ... <p>Em resposta a @g1</p> <p>Ficar gritando não adianta... façam alguma coisa útil pra tirar essa coisa da Presidência!!!!</p> <p>Ficar gritando não adianta... façam alguma coisa útil para tirar essa coisa da Presidência!!!!</p>

Fonte: Construção analítica da pesquisadora

No modelo de impolidez de Culpeper (1996), essa estratégia feita pelo tuíte (IN-06) é denominada de medo e descrita como uma estratégia negativa que visa incutir a crença de que algo prejudicial vai acontecer com o ouvinte. No entanto, Bousfield (2008) sugere o termo alternativo de ameaça para esta estratégia o qual foi usado neste estudo quando o internauta diz: “Esse sujeito que está na presidência pode até escapar da justiça dos homens, mas na justiça de Deus ele não escapa”. Um ato de ameaça divina. O tuíte (IN-51) usa a estratégia de zombar do ridículo ao escolher o diminutivo: “Bolsonaro, o Jaiminho nacional”. Uma declaração com sentido de desdenhar a face do chefe de estado brasileiro.

No tuíte (IN-57), podemos presenciar um ato de desafio, cobrança no sentido de pedido de esclarecimento. O falante coloca o ouvinte confuso ao fazer-lhe uma pergunta difícil ou questionar suas crenças, status de ética etc. Neste exemplo, o internauta interroga a fala proferida pelo presidente em 2018, quando Bolsonaro afirmou que não ia participar da reeleição em 2022.

Também podemos ver a estratégia de colocar o endividamento do outro. No tuíte de número (IN-99) quando ele diz “Ficar gritando não adianta... façam alguma coisa útil para tirar essa coisa da Presidência!!!!” ele está enviando o sentimento de cobrança aos deputados que gritaram contra o presidente. A primeira ‘coisa’ está usada com sentido de ação e a segunda ‘coisa’ refere-se ao presidente com sentido desprezível, sem valor.

3.4 IMPOLIDEZ CALUNIOSA

Essa estratégia é AAF (atos de ameaça à face), que é um ataque claro, inequívoco, direto e intencional aos ouvintes. Ela foi a quarta utilizada pelos internautas, com vários tipos de funções de acordo com a situação do momento. A pesquisa diferenciou a escolha, pelo fato de os tuítes terem o nome do presidente. Dos 110 enunciados, 08 (7,3%) foram deste tipo de ações. Abaixo estão alguns exemplos de comentários:

TABELA 6- TUÍTES DE IMPOLIDEZ CALUNIOSA

Código	Comentários
IC-05	 ★★★★ · 14 h ... <p>Em resposta a @g1 Eu queria estar lá para ouvir e gritar junto! Bolsonaro Facista!</p> <p>Eu queria estar lá para ouvir e gritar junto! Bolsonaro facista!</p>
IC-34	 · 18 h ... <p>Em resposta a @g1 Mito! Muito adequado para descrever Bolsonaro. Mito é algo fantasioso, irreal, existente apenas no imaginário de mentes férteis e débeis.</p> <p>Mito! Muito adequado para descrever Bolsonaro. Mito é algo fantasioso, irreal, existente apenas no imaginário de mentes férteis e débeis.</p>
IC-66	 · 3 de fev ... <p>Em resposta a @g1 Fora Bolsonaro genocida, lesa-pátria</p> <p>Fora Bolsonaro genocida, lesa-pátria</p>
IC-20	 · 3 de fev ... <p>Em resposta a @g1 Bozo genocida</p> <p>Bozo, genocida</p>

Fonte: Construção analítica da pesquisadora

Nesses exemplos, (IC-05), (IC-66) e (IC-78), podemos ver que nenhum dos internautas aceitou a resposta do presidente com gentileza. Todos os registros o atacam abertamente evocando seu nome e com o uso de vocabulário ofensivo (fascista, fantasioso, genocida, lesa-pátria). O ato de ameaça à face realizado no tuíte (IC-34) foi diretamente aos apoiadores do presidente. Um ato de fala com muita intencionalidade e emoção.

Na estratégia de impolidez executada pelo internauta (IC-66), quando diz “Fora, Bolsonaro”, ele não tenta suavizar suas palavras, já que as diz muito diretamente. Além disso, ele usa comandos imperativos. Esses comandos são usados sem rodeios com o objetivo de danificar o rosto do chefe de estado. A ordem é geralmente dada com o único propósito de ofender, e não com a expectativa de que o destinatário realmente cumpra.

3.5 POLIDEZ RETIDA

Evitar a polidez é a estratégia para atacar o rosto do locutor calando-se e deixando de agradecer quando ele espera polidez do interlocutor. Em outras palavras, isso acontece quando alguém não consegue o que espera dos outros. Este tipo de estratégia também pode ser encontrado

nos tuítes, embora tenhamos encontrado apenas um, pois este tipo de ato de fala costumava ser usado mais em comunicação falada. A aplicação da estratégia pode ser vista abaixo:

TABELA 7- TUÍTE DE POLIDEZ RETIDA

Código	Comentário
PR-22	 <p>16 h Em resposta a @g1 Sem pedido de desculpa, Bolsonaro mais uma vez só pensa na burguesia aristocrata do país, onde até hoje esses políticos estão servindo a população, se aproveitando da pandemia para comprar o povo com dinheiro, até agora só irresponsabilidade. @GloboNews</p> <p>Sem pedido de desculpa, Bolsonaro mais uma vez só pensa na burguesia aristocrata do país, onde até hoje esses políticos estão servindo a população, se aproveitando da pandemia para comprar o povo com dinheiro, até agora só irresponsabilidade.</p>

Fonte: Construção analítica da pesquisadora

A expressão do tuíte (PR-89) “sem pedido de desculpas” implica que o internauta esperava um pedido de desculpa do presidente ao povo brasileiro. Nessa estratégia, não executar um ato de polidez onde o ouvinte esperaria. Esse silêncio pode ser percebido como indelicado. Nos casos em que um destinatário despreza um falante para mostrar seu desagrado, o silêncio pode intensificar o conflito (AGYEKUM, 2007).

4 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo descobrir os tipos de estratégias de impolidez usadas por usuários do Twitter, contra a fala do presidente Bolsonaro quando declarou aos opositores que iriam vê-lo em 2022, ano da eleição no Brasil. Com base na análise, a pesquisadora encontrou todos os tipos de estratégias de impolidez propostos pelos estudos de Culpeper (1996). No número total de 110 dados, a estratégia mais usada pelos internautas foi de impolidez positiva, com 58 casos (52,6%). Em seguida, foi a estratégia polidez falsa, com 27 casos (24,5%). Enquanto a estratégia de impolidez negativa teve 16 casos (14,6%), a estratégia de impolidez caluniosa teve um número total de 8 casos (7,3%) e polidez retida foi a estratégia de menor frequência a ocorrer nesta pesquisa (1,1%).

Além disso, as estratégias criadas por Culpeper (1996) não foram exaustivas o suficiente para descrever todos os casos de impolidez que surgiram nos dados que respondem a questão de pesquisa. Consequentemente, as características da comunicação mediada por tecnologia, como letras maiúsculas e os *emoticons*, *gifs* ou *stikers*, que são representações pictóricas da expressão facial do remetente, escritas para expressar os sentimentos ou humor de uma pessoa, não correspondiam a nenhuma das estratégias definidas. Também observamos que a impolidez é usada de várias maneiras neste contexto. As estratégias frequentemente eram usadas juntas nos comentários dos

internautas, o que mostra uma tendência de fundir diferentes técnicas para aumentar a impolidez.

Em virtude dos aspectos abordados, observamos que sentimentos muito fortes são liberados nos tuítes analisados em nossos dados. Essas discussões públicas são frequentemente associadas a emoções ou raiva e estão relacionados ao fenômeno linguístico da impolidez. O anonimato da internet não foi o fator principal no uso de palavras rudes. Encontramos perfis com nomes completos usando grosseria com conteúdo abusivo e comportamentos verbais cheios de expressões vulgares, depreciativas ou atitudes injuriosas. O corpus de dados on-line brevemente apresentado neste estudo é apenas um caso em questão, pois os tuítes dos internautas a favor do presidente estão repletos de exemplos de linguagem não educada e descrição explícita de comportamentos linguísticos de grosseria também.

Por todos esses aspectos, podemos afirmar que comunicação mediada por computador difere drasticamente da interação face a face e as abordagens tradicionais de impolidez precisam ser questionadas. O modelo adotado de Culpeper (1996) foi um desafio para a pesquisadora deduzir qual estratégia corresponderia ao enunciado sobre exame, uma vez que os limites das técnicas estão abertos à interpretação. A ambiguidade da teoria forçou a investigadora a gastar muito tempo contemplando os significados lexicais das palavras usadas para descrever a impolidez.

Com isso em mente, as velhas teorias podem ser modificadas ou pode-se desenvolver novas teorias para atender especificamente às necessidades do ambiente on-line linguístico em constante mudança. Ademais, as noções de impolidez positiva e negativa perdem muito de seu significado em um contexto em que o ouvinte não pode se sentir tão ameaçado quanto em uma interação face a face e pode facilmente cessar o contato com o falante sem preocupação.

Levando-se em consideração essa investigação e seu objetivo, espera-se ter dado algumas contribuições teóricas e práticas. Teoricamente, as descobertas do presente estudo parecem contribuir para enriquecer o campo da linguística, especialmente no estudo da pragmática, e contribuir para a comunidade acadêmica, expandindo a literatura atualmente disponível sobre impolidez.

Na prática, pode ser útil como uma referência para outros pesquisadores conduzirem outras investigações em pragmática, abordando outros discursos em diferentes plataformas. Outrossim, o conceito de impolidez afirmado nesta análise pode dar algumas informações sobre o uso de atos de fala grosseiros em nossa comunicação diária física ou on-line. Assim, as pessoas serão mais cautelosas na escolha de certas estratégias a fim de manter um bom diálogo com seus pares e alcançar seu objetivo através da comunicação.

REFERÊNCIAS

AGYEKUM, K. *The negative role of silence in Akan communication*. Issues in Intercultural Communication, 2(1), 2007. 159- 78.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford University Press. 1962.

BERNAL, M. *Do insults always insult? genuine impoliteness versus non-genuine impoliteness in colloquial Spanish*. Pragmatics, 18. 2008, 781-802.

BOUSFIELD, D. *Impoliteness in interaction*, Amsterdam, John Benjamins, 2008.

BROWN, P; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CULPEPER, J. *Towards an anatomy of impoliteness*. Journal of Pragmatics, v. 25, n.3, p. 349-367, 1996.

CULPEPER et al. *Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects*. Journal of Pragmatics 35 (10-11). 2003, 1545-1579

CULPEPER, J. *Impoliteness: using language to cause offense*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CULPEPER, J. *Impoliteness strategies*. In: CAPONE, A.; MEY, J. L. (Org.) *Interdisciplinary studies in pragmatics, culture and society*. New York: Springer, 2016. p. 421-445.

CRYSTAL, D. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 240, 1985.

GALL, M. D.; GALL, J. P.; BORG, W. R. *Educational research: An introduction*. Boston: Pearson Education, 2007.

GRAHAM, S. L.; HARDAKER, C. (Im)politeness in Digital Communication. In: culpeper, J.; Haugh, M, Kádár, D. Z. (org.). *The palgrave handbook of linguistic (im)politeness*. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 785-814. Disponivel em:< https://doi.org/10.1057/978-1-37-37508-7_30>. Acesso em 02 fev.2021.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In P. Cole, & J. L. Morgan (Eds.), *Syntax and Semantics*, 3, New York: Academic Press.1975. pp. 41-58.

GU, Y. *Politeness in modern chinese*. Journal of Pragmatics, 14, 1990.237-57.

HATIPOLU, Ç. *(Im)politeness, national and professional identities and context: Some evidence from e-mailed 'Call for Papers'*. Journal of Pragmatics, 39, 760-773, 2007.

KANKAANRANTA, A. *Hej Seppo, could you pls comment on this!* Internal Email communication in lingua franca English in a multinational company. PhD dissertation. 2005. University of Jyväskylä. Centre for Applied Language Studies. 460p. Disponivel em< <http://ebooks.jyu.fi/solki/9513923207.pdf>>. Acesso em 10 Jan. 2021.

KECSKES, I. *Intercultural pragmatics*, Oxford, Oxford University Press, 2013.

KOCH, I.G.V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992

KULKARNI, P. *What is triangulation of data in qualitative research? Is it a method of validating the information collected through various methods?* 2013 Disponível em: < <https://qrgo.page.link/LSrFT>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge University Press, Cambridge, 1983

LIMBERG, H. *Impoliteness and threat responses*. Journal of Pragmatics, 41(7), 1376-1394, 2009.

MILES, et al., *Qualitative data analysis: A methods sourcebook* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2014.

MILES, M. B., HUBERMAN, A. M. *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook* (2nd ed.). Sage Publications, Inc, 1994.

MEY, J. L. *Pragmatics: an introduction*. 2nd edn. Oxford: Blackwell, 1993.

SEARLE, John R. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SPENCER-OATEY, H. Rapport management: A framework for analysis. In: SpencerOatey, H. (Ed.), *Culturally speaking: culture, communication and politeness theory* (2nd ed.). Continuum, London. 2008, pp. 2-47

WATTS J. R. *Politeness*. Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

WIERZBICKA, A. *Cross-cultural pragmatics: The semantics of human interaction*. Bertin: Mouton De Gruyter, 1991.

YULE, G. *Pragmatics*. Oxford: University Press, 1996

Giselda dos Santos Costa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí-UESPI e Professora aposentada do Instituto Federal do Piauí-IFPI. Doutora e Mestre em Letras (UFPE). E-mail: giseldacosta@ifpi.edu.br

Recebido em 10/01/2022

Aceito em 20/02/2022.

IMPOLITENESS AND IDENTITY IN THREADS ABOUT BRAZILIAN POLITICS ON TWITTER

IMPOLIDEZ E IDENTIDADE EM THREADS SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA NO TWITTER

Ricardo Rios Barreto Filho
Joseffer Maxi Maia Rodrigues
UFPE

Abstract: This paper aims to demonstrate how impoliteness is related to identity construction in threads on Twitter. For that, we analyze three threads about politics in Brazil, in which conflict and impoliteness occur. We draw on the discursive studies of (im)politeness (WATTS, 2003; MILLS, 2011, SPENCER-OATEY, 2002, 2005, 2007), the conventionalized formulae of impoliteness (CULPEPER, 2011), and the notions of identity and tactics of intersubjectivity (BUCHOLTZ; HALL, 2004a, 2004b, 2005). The results show that insults and other forms of impoliteness are associated with the identities constructed in the threads. They also indicate that the discursive study of impoliteness can shed some light on how aggression is set on social media.

Keywords: Impoliteness; Identity; Social Media

Resumo: O objetivo deste trabalho é demonstrar como a impolidez está relacionada à construção de identidades em threads no Twitter. Para tanto, nós analisamos três threads sobre a política brasileira, em que estão presentes o conflito e a impolidez. Baseamo-nos nos estudos discursivos da (im)polidez (WATTS, 2003; MILLS, 2011, SPENCER-OATEY, 2002, 2005, 2007), nas fórmulas convencionalizadas de impolidez (CULPEPER, 2011) e nas noções de identidade e táticas de intersubjetividade (BUCHOLTZ; HALL, 2004a, 2004b, 2005). Os resultados mostram que os insultos e outras formas de impolidez são associados às identidades construídas nos threads e indicam que os estudos discursivos da impolidez podem esclarecer como a agressão se configura nas mídias sociais.

Palavras-chave: Impolidez; Identidade; Mídias Sociais

INTRODUCTION

The *Pesquisa Brasileira de Mídia* [Brazilian Media Research] (BRASIL, 2016) shows that the use of social media is increasing in the country. Politicians, regular users, and celebrities commonly use platforms like Twitter to discuss politics and other public topics. Oftentimes, these discussions are full of offenses, conflicts, and verbal violence due to different ideologies and points of view.

Recuero (2015) notices that, differently from face-to-face interactions, people in online environments tend to be geographically far from one another and that can make them less likely to notice or care about other people's instantaneous reactions. Therefore, online interactions can be a place for rudeness, verbal aggression, and hostility. Barreto Filho (2019), Barreto Filho *et al* (2019), and Barreto Filho and Barros (2021) studied how (im)politeness is set on Facebook, and Barreto Filho and Fernandes (forthcoming) investigated it on YouTube. In this paper, we observe the relationship between impoliteness and identities on Twitter.

This social networking website is famous for limiting the number of characters one can use in posts, which are called tweets. In the past, the limit of characters used to be 140, but now it is 280. However, these tweets can have other related tweets to form a thread.

Twitter has been commonly used to convey news quickly especially due to its short texts which make the reading really fast. It is also used by politicians to communicate rapidly with their audiences. The two right-wing presidents, Jair Bolsonaro from Brazil and Donald Trump from the USA, have been avid users of this social media platform, and there have been many controversial cases involving them.

Moreover, Conover *et al* (2021) also demonstrate how Twitter shapes the polarization in US politics, and we believe that their findings relate to the Brazilian context. Brazilian scholars have investigated the political polarization in Brazil (FREITAS, BOAVENTURA, 2018; MIGUEL, 2019; MACHADO; MISKOLCI, 2019), and we have noticed this polarization generally draws upon impoliteness and verbal aggression.

For that, we believe Twitter is a good source of data for our research on impoliteness and identity especially when the topic is politics. In this paper, we aim to analyze three threads to show how identity is constructed through impoliteness. The threads were initiated by three public figures in Brazil, two congresswomen and the former governor of São Paulo. We chose this sample because we have better access to the context of the tweets and that is ideal for our discursive analysis.

In this paper, the focus is to demonstrate how impoliteness and identity constructions are related. Thus, in sections 1 and 2 respectively, we discuss the notions of impoliteness and identity that we take for this study and present the analytical framework based on the discursive perspectives of impoliteness (WATTS, 2003; MILLS, 2011, SPENCER-OATEY, 2002, 2005, 2007), the conventionalized impoliteness formulae (CULPEPER, 2011) and the tactics of intersubjectivity (BUCHOLTZ; HALL, 2004a, 2004b, 2005). Finally, in section 3, we present our analysis and discuss the results.

DISCURSIVE STUDIES OF (IM)POLITENESS

It is almost impossible to think of (im)politeness without mentioning Brown and Levinson's (1987) notable theoretical framework. Their studies inspired numerous researchers in the study of linguistic politeness, and they keep on inspiring data analysis around the world until nowadays. They were strongly influenced by classical theories of Pragmatics such as the Speech Act Theory (AUSTIN, 1962), the Cooperative Principle (GRICE, 1975), and Goffman's (1967) notion of face.

Brown and Levinson (1987) developed a framework that intends to be universal, and they present strategies through which people would avoid threats. According to Eelen (2001 p. 3), the two "central themes in their model are 'rationality' and 'face', which are both claimed to be universal". Rationality refers to a logic of means and ends so it implies speakers strategically organize their speech to reach their goals. Face refers to two opposing wants: the desire to be unimpeded and free (negative face); and the desire to be accepted by others (positive face).

In general, they explain that speakers use strategies of politeness whenever it is significant to avoid threats to either the positive or the negative face. One of the strengths of this model is that it provides a solid framework based on some linguistic-discursive choices that are associated with polite behavior and that emphasizes the place of language structures in the study of politeness.

Nevertheless, over the years, scholars have pointed out criticisms of their model and some of these criticisms have inspired changes in the field. Mills (2011) summarizes some of these criticisms, but we do not focus on all of them here because it is not the scope of our article. However, two of these criticisms are relevant to our purposes.

Firstly, Brown and Levinson (1987) focus primarily on the study of utterances instead of bigger portions of texts. This kind of approach provokes two consequences: the difficulty to work with the context and an excessive focus on the speaker. The context is mostly limited to what is provided by a sentence-like utterance, so it is hard to deal with social matters such as ideology, identity, historical factors, etc. Moreover, politeness in this case depends almost exclusively on the speaker, disregarding the comprehension process by the listener who might interpret the utterance differently.

The second criticism is about the definition of politeness itself. Culpeper (2011 p. 7) explains that scholars who take the discursive perspective emphasize that the definition of (im) politeness is subject to struggle, so we should focus on how ordinary people see (im)politeness, namely, how the term is conceived in the lay people's discourses. Thus, that goes against Brown and Levinson (1987) insofar as they propose a predictive theoretical framework based on what academics consider polite.

Concerning the definition of (im)politeness, Watts (2003 p. 8) states "that whether or not a participant's behavior is evaluated as polite or impolite is not merely a matter of the linguistic expressions that s/he uses, but rather depends on the interpretation of that behavior in the overall social interaction." Spencer-Oatey (2005 p. 97) maintains that (im)politeness is "the subjective judgments that people make about the social appropriateness of verbal and non-verbal behavior."

So these two definitions agree that (im)politeness is not inherent to a group of words and syntactic structures, but to people's evaluations in the stream of social interaction.

Eelen (2001 p. 35) explains that "politeness involves what could be called an 'evaluative moment'", so one of the characteristics of (im)politeness is evaluativity. Hence, politeness refers to positive evaluations, and impoliteness refers to negative evaluations from his point of view.

The discursive perspective thereby represents the study of first-hand (im)politeness, namely, lay people's notions of (im)politeness revealed in their discourse. Spencer-Oatey (2005 p. 95) maintains that (im)politeness is associated with "harmonious/conflictual interpersonal relations" that she labels as *rapport*. She explains that subjects dynamically manage the rapport, which can take different types of orientations, namely *enhancement*, *maintenance*, *neglect*, and *challenge*. These two last are closely related to impoliteness, so they are the focus of our analysis.

Spencer-Oatey (2005) points out that the rapport is not preconceived, it is managed throughout the interaction and it depends on the interlocutors' expectations. (Im)politeness is thereby not attached to language structures so the analysis of the co-text, text, and context must be taken into account, as Culpeper and Hardaker (2017) pointed out.

Although the focus of the discursive analysis is not on the linguistic choices themselves, the speakers rely on conventionalized ways to cause impoliteness. Therefore, we draw on the conventionalized impoliteness formulae (CULPEPER, 2011 p. 135) to address the relationship between impoliteness and language form. This framework, in Chart 1, was developed by corpora analysis of discourses where impoliteness is central (CULPEPER; HARDAKER, 2017 p. 211), so they are not solely theoretical constructs like the strategies of face-attack (CULPEPER, 1996). They are based on the ritual use of language in impolite settings.

Chart 1: Conventionalized Impoliteness Formulae

Impoliteness formulae type	Examples
Insult (Personalized negative vocatives)	you fucking moron
Insult (Personalized negative assertions)	you are such a bitch
Insult (Personalized negative references)	your little arse
Insult (Personalized third-person negative references in the hearing of the target)	the daft bimbo
Pointed criticisms/complaints	that is total crap
Challenging or unpalatable questions and/or presuppositions	why do you make my life impossible
Condescensions	that's being babyish
Message enforcers	listen here
Dismissals	fuck off
Silencers	shut the fuck up
Threats	I'm going to bust your fucking head off if you touch my car
Curses and ill-wishes	fuck you

Source: Culpeper and Hardaker (2017 p. 212)

The occurrence of any formulaic expression of impoliteness displayed in the chart does not assure that there is impolite behavior. Nonetheless, it potentially indicates impoliteness. To be sure that there is impoliteness in a certain interaction, it is necessary to scrutinize the interactional context of use along with co-text. Barreto Filho and Barros (2021) demonstrated how the formulae type can be associated with identities in discourse so that they can serve to index a social group's ideology. In the next section, we deal with the notion of identity taken in this article.

IDENTITIES AND INTERACTION

The notion of identity we take in this work is also interactional and discursive likewise the concept of impoliteness from the discursive perspective. Therefore, here we advocate that identity is not essentialist, in other words, we deny that identities rely solely on demographic characteristics or the individual psyche.

Although many studies on (im)politeness did not address the notion of identity explicitly, some scholars investigated the intersection between politeness and nationality (BLUM-KULKA et al 1989; BLUM-KULKA, 1992), and politeness and gender (HOLMES, 1994). Nonetheless, the lack of discussion on the definition of identity can provoke some kind of essentialist views on social groups, as if there was an essence in being a man, woman, or from a country. The problem with that is to create overgeneralized conclusions about a group of people, such as "women are more polite than men" or "a nationality uses more politeness strategies than others". This kind of approach might privilege the external observer's point of view (BUCHOLTZ; HALL, 2004a), which might reverberate relations of powers and mainstream ideologies.

An alternative to this approach is to consider identity as a social and interactional construct that is flexible and adaptable to the context. Wodak (2011 p. 216) points out that "[i]dentities are always re/created in specific contexts. They are co-constructed in interactive relationships. They are usually fragmented, dynamic and changeable – everyone has multiple identities." Bucholtz and Hall (2005 p. 585) also defend the "identity as a relational and socio-cultural phenomenon that emerges and circulates in local discourse contexts of interaction rather than as a stable structure located primarily in the individual psyche".

Thereupon, identities are not fixed categories where people are inherently placed, they are taken as "both unstable and temporarily stabilized by social practice and regular predictable behavior" (BAKER; GALASINSKI, 2001 p. 31). Regarding these principles, Bucholtz and Hall (2005) present a framework that aims at encompassing both language features and key points in culture and society. They claim their approach is based on *Sociocultural Linguistics*, which is an interdisciplinary subfield that accounts for principles in Sociolinguistics, Linguistic Anthropology, Discourse Analysis, and linguistically oriented Social Psychology.

Their framework is based on five principles (BUCHOLTZ; HALL, 2005):

Emergence principle: the identity is better understood as a construct that emerges from

linguistic and multisemiotic practices, instead of a pre-constructed source. Hence, it is a social and cultural phenomenon.

- Positionality principle: not only do identities comprehend demographic categories (age, gender, nationality, ethnicity) but also local positions and ethnographic specificities of groups.
- Indexicality principle: identities are indexed by several processes such as
 - (a) overt mention of identity categories and labels; (b) implicatures and presuppositions regarding one's own or others' identity position; (c) displayed evaluative and epistemic orientations to ongoing talk, as well as interactional footings and participant roles; and (d) the use of linguistic structures and systems that are ideologically associated with specific personas and groups.(BUCHOLTZ; HALL, 2005 p. 594)
- Relationality principle: identities are constructed by complementary and intersubjective relations, which generally overlap. They are called tactics of intersubjectivity: "similarity/difference, genuineness/artifice, and authority and delegitimacy." (BUCHOLTZ; HALL, 2005 p. 598)
- Partialness principle: any identity construction is partial. It is in part intentional, in part habitual, and hardly ever fully conscious. It is also partly the product of interaction and partly a product of social representation and other discourses. Thus, no identity description is capable of totally comprehending a social group.

Although all of these principles are important for this framework, we focus on the principles of indexicality and relationality in this paper, due to the purposes of our analysis and space constraints. Garcés-Conejos Blitvich and Sifianou (2017) defend that indexicality is a must when studying the relationship between language and identity. Garcés-Conejos Blitvich and Sifianou (2017 p. 234) summarize that "[a]n index is a sign in which the signified is inherently connected to the signifier (smoke to fire, for example)." In the study of identity and discourse, some linguistic-discursive elements might indicate certain identities. Barreto Filho *et al* (2019) showed that certain insults can indicate political identities. For example, in Brazil, if somebody insults someone else as a "bolsominion"¹, the speaker probably identifies themselves with the left-wing parties ideologies rather than right-wing ideology.

Therefore, the formulae of impoliteness in the discourse can be indexes that contribute to identity construction. Moreover, the way people take offense might also be an index for identity construction in impolite interactions. Barreto Filho (2019) demonstrated that on social media people often make criticisms that are not directed to one person in particular, but some people

1. *bolsominion* is composed of two roots: "bolso" that refers to the right-wing politician Jair Bolsonaro, and "minion" which means a servile follower or subordinate. This is commonly used as an insult in Brazil.

take offense because they identify themselves as being part of that group. In Barreto Filho's (2019) data, many conflicts were initiated by criticisms towards political groups, but several people who identified themselves as members of those groups took offense and replied aggressively. He defended that this process was like the idiom "if the shoe fits, wear it".

Another pivotal aspect of studying identity construction in discourse is the relational principle. This is particularly important for our purposes here because we analyze impoliteness, which generally involves conflicts. Oftentimes, these conflicts do not only involve individual issues. On the contrary, the conflict between opposing identities is generally present in online discussions on social media and that includes multiple participants and collective matters. We hardly ever see opinions without counterarguments in threads on Twitter, especially in the ones initiated by public figures, and these opposing points of view are often accompanied by impoliteness and verbal aggression.

Bucholtz and Hall (2005) maintain that identity only exists in relation to others, in other words, they are always relational. Traditionally, the relationship between identities is explained by the notions of sameness and difference, but the authors believe this single axle is insufficient and oversimplified to account for the relationships amongst identities. Bucholtz and Hall (2004a, 2004b, 2005) propose three tactics of intersubjectivity to grasp the complexity involved in identity relations; they are *adequation* and *distinction*; *authentication* and *denaturalization*; *authorization* and *illegitimation*.

The first axle - *adequation* and *distinction* - is connected to the idea of sameness and difference, however, in this framework, it is the emphasis on similarities or differences that is at play. The *adequation* is seen as the discursive effort to emphasize the similarities of two elements of the group. For people to be seen as sharing the same identity, they cannot be equal - otherwise, they would not be different people - so the *adequation* takes place when the similarities are emphasized, while the differences are hidden or undermined. On the other hand, *distinction* takes place when the differences are accentuated, whereas similarities are silenced.

The second pair - *authentication* and *denaturalization* - refers to the "processes by which speakers make claims to realness or artifice, respectively" (BUCHOLTZ; HALL, 2005 p. 601). Thereupon, *authentication* happens when it is claimed that an element or someone of a given identity is actually treated as genuine. However, *denaturalization* takes place when an element or a person is claimed to be artificial or fake.

Finally, the third axle - *authorization* and *illegitimation* - is closely related to relations of power. On the one hand, *authorization* is the process by which certain identities are claimed to be accepted. On the other hand, *illegitimation* takes place when an identity is silenced, disregarded, or even ignored. Thus, these two notions are associated with institutionalized power relations, albeit also possible with local power relations.

Bucholtz and Hall (2004b p. 505) point out that, although the tactics are presented separately, "intersubjective relations are far more often multiple than singular". Thus, oftentimes more than one tactic might be at play in the analysis of interactions. As the authors also did, we analyze the data here focusing on one tactic at a time, but it is not to imply that tactics happen separately. Our

purpose is to better show the relation between impoliteness and each tactic in identity construction.

IMPOLITENESS AND IDENTITY CONSTRUCTION IN THREADS ON TWITTER

In this section, we analyze three threads from Twitter. Threads have an initial tweet and are followed by replies and also replies of replies. The length of the threads is potentially infinite inasmuch as social media users are able to reply to the tweets as long as the initial tweet is not deleted or censored.

Social media websites contribute to the existence of polylogues, that is, interactions that are composed of more than two participants. In fact, social media interaction generally involves thousands of participants especially when initiated by public figures' tweets. For that reason, we analyze the initial tweet and a few replies to discuss the relationship between impoliteness and identity construction.

We leave the names of public figures, but we omit ordinary users' names and other personal information for ethical reasons. However, all tweets that are brought here are public and available for anyone who has access to the internet. Thus, we do not need any previous authorization from the users or our institutional Ethical Committee.

This section is divided into three subsections, one for each axle of the tactics of intersubjectivity. Our analysis consists of identifying why that interaction is considered impolite, verifying if there are any conventionalized impoliteness formulae (CULPEPER, 2011), pointing out which identity indexes are used, and demonstrating how the tactics of intersubjectivity (BUCHOLTZ; HALL, 2004a, 2004b, 2005) take place and are related to impoliteness.

Adequation and Distinction

The thread in Excerpt 1 is initiated by a tweet by the Brazilian politician Geraldo Alckmin. At the time of this publication, he was involved in controversy because he was announced as Lula²'s vice president to run for the Brazilian presidential elections in 2022. Nevertheless, for 33 years, Alckmin was part of PSDB (Brazilian Social Democratic Party), a political party that is a historical opponent of Lula's PT (Workers' Party), until 2021 when he joined PSB (Brazilian Socialist Party). This change of parties made a lot of his followers surprised and uncomfortable as seen in the comment of User 1, who is using conventionalized impoliteness formulae (CULPEPER, 2011), such as the *pointed complaint* "what a shame" (line 17) and the *insult* "bandits" (line 18) towards Lula and his supporters.

2. Luiz Inácio Lula da Silva was the president of Brazil from 2003 to 2011. He is generally associated with the left-wing ideology.

Excerpt 1

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16	<p>Geraldo Alckmin: Giving up on Brazil is not an option. We're together @LulaOficial! #Let'sGoTogetherForBrazil</p>	<p>Geraldo Alckmin: Desistir do Brasil não é uma opção. Estamos juntos @LulaOficial! #VamosJuntosPeloBrasil</p>
17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44	<p>User 1: What a shame to be allied with bandits. User 2: Yes. He has already allied with Aécio. After VAZA JATO he learned. User 3: The good ones should follow me @User 3 BRBRBRBRI'll follow back BRBRBRBRB [Image: “it would be more profitable if the governor [Alckmin] explained the embezzlement in the subway construction and school meals.” Lula - 2016 (next to Lula’s picture in green) “After making Brazil bankrupt, Lula says that he wants to go back to power. That is, he wants to go back to the crime scene.” - Alckmin - 2017 (next to Alckmin’s picture in yellow) The context above corresponds to A. Two corrupts B. Two politicians who deserve each other C. Two despicable people D. All alternatives are correct (next to João Lima’s picture, below the two quotes)] User 1: Yeah... in 2018 it was like this, they traded barbs and now they get along, none of them are good.</p>	<p>Usuária 1: Q vergonha se aliar a bandido. Usuária 2: Sim. Ele já foi aliado de Aécio. Depois da VAZA JATO aprendeu Usuária 3: Sigam-me os bons @Usuária3 BRBRBRBRBsegueirei de voltaBRBRBRBR Usuária 1: Pois é... em 2018 foi assim, esta troca de farpas e agora se uniram, nenhum dos dois prestam.</p>

User 2 seems not to agree with User's 1 stance insofar as she classifies Aécio as a bandit. Aécio Neves is one of the leaders of PSDB so User 2 implies that Alckmin was allied with bandits before and now he has learned not to be. This shows that User 2 took User's 1 insult and redirected it to PSDB. Thus, this interaction presents impoliteness, despite the content of the initial tweet not being impolite.

User 2 also shows some identity indexes that she is a supporter of Lula and the Workers' Party, firstly her stance against PSDB and secondly the use of “VAZA JATO”. This term is a play of

words with the Car Wash operation, which was an inquiry of the Brazilian Federal Police that aimed at investigating embezzlement involving politicians and Brazilian public companies like Petrobras. The term Car Wash refers to the place where suspects met according to the investigators. This operation had a significant impact on the political history of Brazil and triggered different reactions according to people's political ideologies. Lula's supporters generally advocate that the operation purposely targeted some politicians to favor others, especially because Lula was incarcerated during the 2018 presidential election and that prevented him from running for president. This decision was taken by judge Sérgio Moro, who worked in the Car Wash operation and later took office as the Minister of Justice from January 2019 to April 2020 during the administration of Jair Bolsonaro who won the elections in 2018.

Amongst all the accusations against Moro was a scandal known as "VAZA JATO", which is composed of the words "vaza", an abbreviation of *vazamento* (leak), and "jato" that refers to the Car Wash (*Lava-jato* in Portuguese) operation. This event happened when alleged hackers leaked cell phone text messages that showed how Moro was biased during his work in the Car Wash operation. All these historical events show why the use of the term "VAZA JATO" entails an identity construction as Lula's supporter.

On the other hand, User 3 uses indexes of Lula's opponent. Firstly, her opinion on Lula and Alckmin expressed by the Infographic she shared shows that she categorizes both politicians as corrupt. The use of offensive language is also seen in this case by the means of *insults* such as corrupt (line 35) and despicable (line 38). Secondly, the use of the Brazilian flags (lines 22 and 23) indexes opposition to Lula, because, in current political debates in Brazil, the flag is seen as a symbol of support for president Jair Bolsonaro, who evokes nationalist symbols to claim his opponents are communists.

In terms of the *tactics of intersubjectivity*, the three users show a discursive effort to *adequate* and *distinguish* the two politicians in the identity of corrupt politicians, especially users 2 and 3. User 1 identifies Lula and his supporters as corrupt by using the insult bandits to refer to them. Geraldo Alckmin in this case is not explicitly considered a bandit, but someone who allies with them. On the other hand, User 2 distinguishes Lula and the Workers' Party from PSDB, she affirms that Alckmin's former party is corrupt by mentioning one of its leaders, Aécio Neves. User 3 is the one who uses *adequation* to highlight the corruption that would make both Lula and Alckmin similar.

This interaction shows the construction of three different points of view that represent political identities. User 1 positions herself as someone disappointed in Alckmin's alliance with PT; User 2 shows support to Lula; and User 3 uses adequation to position Lula and Alckmin in the same group, besides she also calls User 1 to follow her and shows her support to president Jair Bolsonaro with the Brazilian flags that index the nationalism he advocates.

Excerpt 1 shows how political identities are constructed through impolite discourses that demonstrate the user's stances, especially according to whom they direct their insults and criticisms. The analysis of impoliteness also shows how political identities are relational in public online interactions, such as this thread on Twitter.

Authentication and Denaturalization

Excerpt 2 is a tweet written by the Brazilian conservative Congresswoman Carla Zambelli. She is one of Bolsonaro's supporters in congress and she constantly shows disagreement with the feminist agenda. This tweet shares the news about a project that aims at criminalizing stares with a sexual connotation. In the picture is Senator Rose de Freitas, the author of the project.

Excerpt 2

00	
02	
03	
04	
05	
06	Carla Zambelli:
07	I think these “women” want to end human
08	reproduction, it’s not possible.
09	Who is going to determine if there is or
10	there isn’t a sexual connotation? Will there
11	be gaze checkers? The condemnation
12	will be done based on a picture, video, or
13	witness.
14	They really have nothing better to do.
15	[News headline: Harassment: stares with
16	sexual connotation can be criminalized]
17	
18	
19	
20	
21	

This tweet can be considered impolite and aggressive because Zambelli not only showed her disagreement but also attempted to offend the author and supporters of the bill about the criminalization of stares with a sexual connotation. She used conventionalized impoliteness formulae such as the *pointed criticisms* in lines 2, 3, and 8. Moreover, she questions the authenticity of the women who support the bill insofar as she writes “women” between inverted commas in line 02.

The usage of inverted commas also shows the attempt to provoke impoliteness because it challenges the authenticity of these women. Therefore, that is an example of *denaturalization*, that is, the discursive effort to question the authenticity of someone as belonging to a social identity. Considering the use of the plural form of “women” and Zambelli’s conservative and anti-feminist behavior, we notice that the *denaturalization* performed by the congresswoman does not only comprehend the author of the bill or some supporters but all feminists. The use of intersubjective tactics to cause impoliteness is a common way of attacking social groups online following Barreto Filho’s (2019), and Barreto Filho and Barros’s (2021) findings.

Authorization and Illegitimation

This thread was initiated by Congresswoman Joice Hasselmann, who used to be one of Bolsonaro's supporters. They both belonged to the same political party (PSL) in the Brazilian elections in 2018. Due to her support for Bolsonaro, she was considered a representative of the far-right conservative ideology in Brazil and so are many of her followers on Twitter. Nevertheless, Hasselmann and Bolsonaro broke up in 2019 amid divergences in PSL and suspicions of embezzlement, and both of them left PSL after a while. Thereafter, Hasselmann, Bolsonaro, and his sons, who are also politicians, started many conflicts online, especially on Twitter. Some of these interactions were already analyzed by Rodrigues and Barreto Filho (2020).

The conflicts on Twitter are hardly ever limited to individual issues. Hence, the offenses and the process of taking offense generally involve many people and political ideologies. In excerpt 3, Hasselmann attacks two politicians who are generally identified as opposing sides in Brazilian politics: former president Lula and president Bolsonaro. From lines 2 to 5, she uses sarcasm to equate Lula with Bolsonaro, and she implies that both use other people to justify their bad deeds.

In lines 6 and 7, she directly addresses their supporters by using the insult “suckers”, which implies naiveness and lack of critical sense. In this way, Hasselmann attacks both sides of the political ideologies in Brazil. By attacking Lula, she offends what is generally seen as the left-wing ideology; also she offends the right-wing ideology by insulting Bolsonaro and his supporters. The replies we brought for the analysis, in excerpt 3, show how users use *authorization* and *illegitimation* to construct the identity of right-wing and left-wing supporters.

Excerpt 3

1 2 3 4 5 6 7	<p>Joice Hasselmann: Lula da Silva's family investigated: "It's his friend's fault" Bolsonaro's family investigated: "It's Witzel's fault". And there are suckers, on both sides, who believe and defend them.</p>	<p>Joice Hasselmann: Família Lula da Silva investigada: "A culpa é do amigo" Família Bolsonaro investigada: "A culpa é do Witzel". E têm trouxas, dos dois lados, que acreditam e defendem.</p>
8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35	<p>User 1: Ask votes for the Left darling. From the Right, you'll not have any. User 2: That's wrong, she won't get votes from the bolsonarist cattle, but from the rational Right she will, mine she'll have even for president if she needs. Bolsonaro, never again, and with his sons, no fucking way. User 3: Until she betrays this "Right". User 4: haha it's better to be called cattle than to be moderate to "dialogue" with the Left, Argentina made it clear what happens when the "moderate Right" gains power, it opens the way for the Left to fuck the whole country [Image: The new catchphrase of the new Left is "I don't have a pet politician" This can only work in the head of functional illiterates that don't know pet[esteem]¹ means and of people who don't have a sense of proportion, that put Lula and Bolsonaro in the same box. Don't you esteem the president?]</p>	<p>Usuário 1: Peça voto pra esquerda querida. Da direita você não tem nenhum. Usuário 2: Errado, não tem voto do gado bolsonarista, da direita racional ela tem, o meu tem até pra presidente se precisar. Bolsonaro, nunca mais, com esses filhos aí, nem ferrando. Usuária 3: Ate ela trair essa "direita" Usuária 4: kk melhor ser chamado de gado do que de moderado por querer "dialogar" com a esquerda, a Argentina já deixou claro o que acontece quando a "direita moderada" ganha o poder ou seja, abre caminho pra esquerda foder o país inteiro</p>

User's 1 tweet (lines 8 to 10) does not seem to be offensive regarding only the language structure. However, the tweet is sarcastic insofar as it doubts Hasselmann's adequacy to be a right-wing representative. User 1 attempts to identify the congresswoman as someone who does not belong to the Right, so she would have to move to the Left to get any votes in the future. This can be understood as offensive because Hasselmann has been traditionally identified as a right-wing politician.

The use of the address term "darling" in line 8 also shows sarcasm. Although User 1 apparently tries to create a friendly atmosphere, she actually means to challenge Hasselmann's identity as a right-wing politician. The use of polite language to covertly provoke impoliteness sarcastically is referred to as *polirudeness* (REETZ, 2015; CHIARI, 2016).

This reply starts a discursive dispute that attempts to *illegitimate* certain members of the right-wing identity. This also illustrates the partialness principle proposed by Bucholtz and Hall (2005), because User 2 categorizes the Right into two groups: the bolsonarist cattle (line 8) and the

rational Right (line 12). Therefore, she shows two local positions within the right-wing identity.

The words User 2 chooses to address these local positions also show which attributes are worthy in the political milieu from her point of view. “Bolsonarist cattle” is a conventionalized insult that refers to Bolsonaro’s supporters and implies that they follow their leader without actually thinking about it. Two of the insults used to refer to Bolsonaro’s supporters - bolsominion and cattle - show that consciousness and critical thinking are two worthy attributes in the political milieu. Thus, people use insults that implicate the lack of these attributes to offend other identities. The term “rational Right” (line 12) also illustrates how consciousness is a worthy attribute in User 2’s perspective, because she highlights it when referring to the group she supports.

User 2 tweet illustrates how *authorization* and *illegitimation* work. She *illegitimizes* Bolsonaro’s supporters by insulting them as “cattle” and *authorizes* other members of the “rational Right”, highlighting consciousness as a worthy attribute. Thus, the analysis of impoliteness and the tactics of intersubjectivity can show how the identities are indexed by insults and which attributes are addressed to offend.

User 4 also uses *illegitimation* in order to cause offense, but he says it is better to be cattle than to be associated with the Left. So his strategy is to *illegitimate* the allegedly “moderate Right” also questioning their consciousness by claiming they can be manipulated by the Left. Likewise, User 3 also questions their consciousness by claiming Hasselmann will eventually also betray them, so they are not conscious of her agenda.

CONCLUSION

The above analysis illustrates how impoliteness works in the identity construction in online interactions about Brazilian politics on Twitter. Thus, we advocate that both identities and impoliteness are constructed through discourse and are not inherent to people or language structures. This indicates that impoliteness studies can shed light on issues that are not limited to Pragmatics itself but are also interrelated to political and ideological matters such as political polarization in Brazil.

Internet users use tactics of intersubjectivity (BUCHOLTZ; HALL, 2004a, 2004b, 2005) to attack or defend their political identities and points of view. The attack on identities also affects the process of taking offense to the extent that people feel the need to respond to offenses that are not necessarily directed to themselves as individuals, but to groups to which they belong. This factor increases participation and engagement in social media, so impolite language generally targets attributes of groups of people rather than individuals.

Therefore, we advocate the need for more studies on the relationships between impoliteness and identities, as Garces-Conejos Blitvitch and Sifianou (2017) also do. We believe that can be achieved by studying impoliteness discursively and taking into account people’s evaluations of discourses that are revealed in social interaction.

REFERENCES

- AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BARKER, C.; D. GALASINSKI. *Cultural Studies and Discourse Analysis. A Dialogue on Language and Identity*. London: Sage, 2001.
- BARRETO FILHO, R. R. *Avaliações da (im)polidez em interações no Facebook*. 2019. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32958>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- BARRETO FILHO, R. R., NEVES, H., BARROS, K. S. M. Impolidez em textos on-line no Facebook: análise das escolhas lexicais numa perspectiva textual-interativa. *Calidoscópio*, v. 17, n. 03, p. 433-452, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2019.173.02>. Acesso em: 10 de jun. 2022.
- BARRETO FILHO, R. R; BARROS, K. S. M. Impolidez e Identidades em uma Interação no Facebook: uma abordagem sociodiscursiva. *LINGUAGEM EM (DIS)CURSO (ONLINE)*, v. 21, n. 01 p. 135-136, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/g4TmXBWrGQFYcNVNLbLkGKL/?lang=pt>. Acesso em: 10 de jun. 2022.
- BLUM-KULKA, S; J. HOUSE; G. KASPER. *Cross-cultural Pragmatics: Requests and Apologies*. New York: Ablex Publishers, 1989.
- BLUM-KULKA, S. The metapragmatics of politeness in Israeli society. In: WATTS, R; IDE, S; ENLICH, K (org) *Politeness in Language: studies in its history, theory and practice*, Berlin: Mouton de Gruyter, 1992, pp 255-280.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social - Secom, *Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: SECOM, 2016 Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em: 08/08/2017.
- BROWN, P; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. New York: Cambridge University Press, [1978] 1987.
- BUCHOLTZ, M; HALL, K. Language and Identity In: DURANTI, A. (ed.) *A Companion to Linguistic Anthropology*, pp. 369–94. Malden, MA: Blackwell, 2004a
- BUCHOLTZ, M; HALL, K. Theorizing Identity in Language and Sexuality Research. *Language in Society* [s.l.] v. 4 n. 33, pp 501–47, 2004b. DOI: 10.1017/S004740450044021
- BUCHOLTZ, M; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, [s.l.], v. 7, n. 4, pp. 585-614, 1 out. 2005. <http://dx.doi.org/10.1177/1461445605054407>.

CHIARI, G. POLIRUDEZA: a agressividade “polida” nos debates políticos televisivos. *Artefactum: – REVISTA DE ESTUDOS EM LINGUAGEM E TECNOLOGIA*, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 1-13, fev. 2016. Disponível em: <http://www.artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1284>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CONOVER, M; RATKIEWICZ, J; FRANCISCO, M; GONCALVES, B; MENCZER, F; FLAMMINI, A. Political Polarization on Twitter. In: *INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEB AND SOCIAL MEDIA*, 5., 2021, Barcelona. Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media. [S.L.]: Pkp Publishing Services Network, 2021. p. 89-96. Disponível em: <https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/14126>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offense*. New York: Cambridge University Press, 2011.

CULPEPER, J; HARDAKER, C. Impoliteness. In: CULPEPER, J; KÁDÁR, D; HAUGH, M (Ed.). *The Palgrave Handbook of Impoliteness*. [s.l.]: Palgrave, 2017, pp 199-226.

EELEN, G. *A critique of politeness theory*. Manchester: St. Jerome, 2001.

FREITAS, E. C; BOAVENTURA, L.H. Cenografia e ethos: o discurso da intolerância e polarização política no twitter. *Letras de Hoje*, [S.L.], v. 53, n. 3, p. 449, 30 dez. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30796>.

GARCÉS-CONEJOS BLITVICH, P; SIFIANOU, M. (Im)politeness and Identity. In: CULPEPER, J; HAUGH, M; KÁDÁR, D. *The Palgrave Handbook Of Linguistic (Im)Politeness*, [S.L.], p. 227-256, 2017. Palgrave Macmillan UK. http://dx.doi.org/10.1057/978-1-37-37508-7_10.

GOFFMAN, E. *Interactional Ritual*. New York: Anchor Books, 1967.

GRICE, H. P. *Studies in the way of words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

HOLMES, J. *Women, Men, and Politeness*. London: Longman, 1995.

MACHADO, J; MISKOLCI, R. DAS JORNADAS DE JUNHO À CRUZADA MORAL: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>.

MILLS, S. Discursive Approaches to politeness and impoliteness. In: LINGUISTIC POLITENESS RESEARCH GROUP (Ed.). *Discursive Approaches to Politeness*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2011, pp 19-56.

REETZ, Marie. La polirudesse affective: la familiarité feinte dans l'infotainment comique. *Semen*, [S.L.], n. 40, p. 1-15, 1 nov. 2015. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/semen.10410>.

RODRIGUES, J. M. M; BARRETO FILHO, R. R. IMPOLIDEZ E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E EM THREADS SOBRE POLÍTICA NO TWITTER. In: XXXV ENANPOLL,

2020, On-line. *Anais do XXXV ENANPOLL*, online, 2020, 2020. Disponível em: <<https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/busca.htm?evento=1&d=REDES%20SOCIAIS>> Acessado em: 20/06.2022

SPENCER-OATEY, H. Managing rapport in talk: Using rapport sensitive incidents to explore the motivational concerns underlying the management of relations. *Journal of Pragmatics*, [S.L.], v. 34 n. 5, pp 529–545, jan 2002.

SPENCER-OATEY, H. (Im)Politeness, face and perceptions of rapport: Unpacking their bases and interrelationships. *Journal of Politeness Research: Language, Behaviour, Culture* [S.L.], v.1, n. 1, pp. 95–119, jan 2005.

SPENCER-OATEY, H. Theories of identity and the analysis of face. *Journal Of Pragmatics*, [S.L.], v. 39, n. 4, p. 639-656, abr. 2007. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pragma.2006.12.004>.

WATTS, R J. *Politeness*. [s.l.]: Cambridge University Press, 2003.

WODAK, R. Language, Power and Identity. *Language Teaching*, v 45, n 2, abril de 2012. pp 215-233.

Ricardo Rios Barreto Filho

Is a professor at the *Departamento de Letras* at the Federal University of Pernambuco (Brazil) and the leader of *Grupo de Estudos em Linguagem e Interação* (GELI). He holds a doctorate in Language Arts (concentration in Linguistics) from the Federal University of Pernambuco. His areas of interest are Interactional Sociolinguistics, (Im)politeness, and Social Media.

Joseffer Maxi Maia Rodrigues

Is a master's student in the Graduate Program in Language Arts at the Federal University of Pernambuco. He holds a bachelor's degree in Portuguese from the same university and is a member of *Grupo de Estudos em Linguagem e Interação* (GELI). His areas of interest are Interactional Sociolinguistics, (Im)politeness, and Social Media.

Recebido em 10/04/2022.

Aceito em 05/05/2022.

LUTAS (META)DISCURSIVAS NO GÊNERO CARTA/ NOTA DE REPÚDIO: A (IM)POLIDEZ NAS INSTÂNCIAS DA INTERAÇÃO¹

(META)DISCURSIVE COMBATS IN THE LETTER/ NOTE REPUDIATION GENRE: THE (IM)POLITENESS IN THE INTERACTION INSTANCES

**Rodrigo Albuquerque
Rafael Nogueira Cavalcante
UnB**

Resumo: Neste trabalho, almejamos analisar de que modo as estratégias de (im)polidez mitigam/intensificam, direta e indiretamente, lutas (meta)discursivas travadas por interagentes inscritos/as em uma Carta/Nota de Repúdio. No âmbito teórico, valemo-nos da interface da Sociolinguística Interacional e da Pragmática, buscando, para tanto, articular os debates de (im)polidez, de metapragmáticas e de proxêmica linguístico-discursiva no gênero discursivo em questão. No âmbito metodológico, o estudo, ancorado a um paradigma qualitativo, adota a Análise de Discurso Crítica como inscrição epistêmica, devido ao nosso interesse por uma análise que perpasse as esferas linguístico-discursiva e pragmático-interacional, com foco na convergência texto-discurso e sociedade. No âmbito analítico, examinamos uma carta produzida por Alexandre Lencina Fagundes, presidente da COSEMS/SC, em repúdio às atitudes de Carlos Wizard, ex-conselheiro do Ministério da Saúde, em que predominou o uso de recursos linguístico-discursivos mitigadores.

Palavras-chave: Carta/Nota de Repúdio. (Im)polidez. Metapragmáticas. Proxêmica linguístico-discursiva. Mitigação.

Abstract: In this work, we aim to analyze how the (im)politeness strategies mitigate/intensify, directly and indirectly, (meta)discursive struggles established by interactants enrolled in a Letter/Note of Repudiation. In the theoretical scope, we use the interface of Interactional Sociolinguistics and Pragmatics, seeking to articulate the debates of (im)politeness, metapragmatics and linguistic-discursive proxemics in the discursive genre. In the methodological scope, the study, anchored to a qualitative paradigm, adopts Critical Discourse Analysis as an epistemic inscription, due to our interest in an analysis that permeates the linguistic-discursive and pragmatic-interactional spheres, focusing on text-discourse and society convergence. In the analytical scope, we examined a letter produced by Alexandre Lencina Fagundes, president of COSEMS/SC, in repudiation of Carlos Wizard's attitudes, former counselor of the Ministry of Health, in which the predominant use of mitigating linguistic-discursive resources.

Keywords: Repudiation Letter/Note. (Im)politeness. Metapragmatics. Linguistic-discursive proxemics. Mitigation.

1. Esta produção acadêmica inscreve-se no projeto “Interações on-line em tempos de pandemia: violência linguístico-discursiva em gêneros textuais diversos”.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Assumimos que a divergência de opiniões, comum nas interações mediadas on-line (THOMPSON, 2018), pode frequentemente ser oriunda de antagonismos ideológicos, os quais podem desencadear atitudes e falas (não)violentas, a depender dos propósitos interlocutivos, das identidades dos/as interagentes inscritos/as no gênero discursivo e das perspectivações ideológicas de tais sujeitos no texto. Preliminarmente, podemos considerar que o repúdio não se associa à mera divergência de opiniões, mas perpassa um embate político-ideológico-identitário que, inegavelmente, afeta as interlocuções em torno do ato em questão. Além disso, associações do tipo *repúdio desencadeia impolidez*, indiscutivelmente, não passariam de especulações pautadas tão somente no estado de espírito inicial do/a autor/a da Carta/Nota de Repúdio. Logo, investigações que se instanciam nos planos linguístico-discursivo e interacional devem, antes de tudo, primar por análises empíricas e contextualmente situadas, considerando-se, é claro, as práticas socioculturais que integram o gênero em questão. Por esse motivo, esta pesquisa, inscrita no contexto da pandemia de COVID-19, almeja analisar de que modo as estratégias de (im)polidez mitigam/intensificam, direta e indiretamente, lutas (meta)discursivas de interagentes inscritos/as em uma Carta/Nota de Repúdio.

Partimos da premissa de que o fenômeno da polidez, mesmo com seu caráter universal, se manifesta diferentemente em contextos socioculturais diversos (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017), por meio de semioses verbais e não verbais. Em tempos de pandemia, são cada vez mais notórias interações mediadas on-line permeadas por diversas atitudes que denotam não somente impolidez, mas, em especial, agressividade, de modo que tais atores/atrizes sociais possam dirigir estratégias linguístico-discursivas violentas a seus/suas interlocutores, mobilizando discursos misóginos, homofóbicos, xenofóbicos e racistas. De modo geral, as Cartas/Notas de repúdio podem ser motivadas por dada violência linguístico-discursiva prévia, mas – devido, sobretudo, às instâncias discursivas em que a carta/nota circula e aos/às interagentes inscritos/as nesse gênero – podem mitigar a impolidez, mantendo-se, todavia, a força argumentativa.

Na seção seguinte, discutiremos, à luz da Sociolinguística Interacional e da Pragmática, o uso de estratégias de (im)polidez no domínio linguístico (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996), discursivo (EELEN, 2001; MILLS, 2003; WATTS, 2009 [2003]) e interacional (GRAINGER, 2011; CULPEPER, 2011b; KÁDÁR; HAUGH, 2013) – três ondas dos estudos de (im)polidez – no gênero discursivo (BAKHTIN, 2010 [1992]) Carta/Nota de Repúdio. Na sequência, adotaremos a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), como método de pesquisa, na análise de uma Carta/Nota de Repúdio. Por fim, analisaremos a carta/nota e a manifestação pública que motivou sua produção, sob nossa orientação teórico-metodológica, para, enfim, aventarmos algumas reflexões finais.

2. CARTA/NOTA DE REPÚDIO: ENTRE O LINGUÍSTICO, O DISCURSIVO E O INTERACIONAL

No dicionário comum, repudiar significa “repelir, rejeitar” (FERREIRA, 2008, p. 425). Repelir, por sua vez, se associa a desaceitar, inadmitir, discordar, desarmonizar; ao passo que rejeitar, a desaprovar, opor-se (FERREIRA, 2008). Avaliamos que, embora a acepção não esteja diretamente relacionada à impolidez, a ação de repudiar, bem como os sentidos a ela associados, transita pela linha tênue entre ser impolido/a e polido/a, e a escolha (entre uma ação e outra) se justifica pelas práticas socioculturais a que nos inscrevemos. Por essa pressuposição, trataremos, nesta seção, dos estudos de (im)polidez de primeira (domínio linguístico/micro), de segunda (domínio discursivo/macro) e de terceira (domínio interacional/meso) ondas; e, na sequência, de um debate concernente ao gerenciamento das estratégias de (im)polidez no gênero discursivo Carta/Nota de Repúdio.

Os estudos de primeira onda (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987; CULPEPER, 1996) perspectivam a (im)polidez como universal (pancultural), estratégica (uso de estratégias/máximas/regras linguísticas) e ética (pautada no/a pesquisador/a como analista). Sob o rótulo de regras de polidez, Lakoff (1973) avalia que, entre ser claro/a e polido/a (uma avaliação feita por pessoas que detêm competência pragmática), devemos, com frequência, escolher não ser impositivos/as, oferecer opções e fazer com que o/a outro/a se sinta bem. Igualmente ancorado a esse modelo retórico interpessoal, Leech (1983) recomenda obedecermos a seis máximas da polidez – tato, generosidade, aprovação, modéstia, acordo e simpatia, as quais, em linhas gerais, recomendam minimizar os custos e maximizar os benefícios ao/à outro/a. Brown e Levinson (1987), por sua vez, ganham centralidade nos estudos situados na primeira onda, propondo um modelo com base tanto na tríade poder (em relações assimétricas), distância social (em relações simétricas) e grau de imposição, como componentes sociológicos; quanto na noção de face, que consiste na imagem social que os/as interagentes convocam para si na busca pela aprovação mútua (GOFFMAN, 1967).

Brown e Levinson (1987) propõem um quadro com cinco macroestratégias, que, em um gradiente de maior a menor ameaça, varia entre: (i) ameaçar a face diretamente sem reparo; (ii) ameaçar a face diretamente com reparo por meio de superestratégia de polidez positiva; (iii) ameaçar a face diretamente com reparo por meio de superestratégia de polidez negativa; (iv) ameaçar a face indiretamente; e (v) não ameaçar a face. Concebendo a impolidez como a ausência de polidez e igualmente afiliado à noção goffmaniana de face, Culpeper (1996) indica as cinco seguintes macroestratégias de impolidez: (i) ameaça direta à face, sem ação reparadora; (ii) ameaça direta à face sem ação reparadora por meio de superestratégia de impolidez positiva; (iii) ameaça direta à face sem ação reparadora por meio de superestratégia de impolidez negativa; (iv) ameaça indireta à face (insinceridade, brincadeira, sarcasmo, ironia); e (v) ausência de polidez.

Em decorrência das críticas dirigidas aos estudos de primeira onda, em especial à indissociabilidade entre expectativas sociais e ofensas linguisticamente proferidas (ELEN, 2001;

WATTS, 2009 [2003]; BOUSFIELD, 2008; GRAINGER, 2011), nascem os estudos de segunda onda (EELEN, 2001; MILLS, 2003; WATTS, 2009 [2003]), cujo foco – da (im)polidez – passa a ser não só êmico (pautado na avaliação dos/as interagentes), mas, principalmente, social/discursivo (fruto de lutas (meta)discursivas). Na medida em que a (im)polidez se constrói a partir de tais lutas (WATTS, 2009 [2003]; CULPEPER, 2011a, 2011b), estas se tornam mais fulcrais do que a (in)adequação social (HAUGH; CULPEPER, 2018). Situamos que, na convergência entre os estudos de primeira e de segunda onda, as estratégias de (im)polidez, avaliadas intersubjetivamente, fazem emergir camadas metapragmáticas – linguísticas, discursivas, políticas, ideológicas e culturais (SIGNORINI, 2008; BLOMMAERT, 2014) – como “racionalizações sobre o uso da linguagem, inseridas em sistemas locais de interação, e relacionadas às formas metalinguísticas que permitem referenciar e predicar a própria linguagem” (PINTO, 2019, p. 226).

Apesar dos grandes avanços dos estudos de segunda onda, as críticas dirigidas a estes relacionam-se, em linhas gerais, a posturas excessivamente combativas aos estudos de primeira onda, que acarretaram o completo abandono do domínio micro (pragmalinguístico) em detrimento do domínio macro (sociopragmático) (TERKOURAFI, 2005; HAUGH, 2007b; GRAINGER, 2011; LEECH, 2014; BLITVICH; SIFIANOU, 2019). Além disso, tais estudos trouxeram riscos relativos à reificação da voz dos/as participantes (HAUGH; CULPEPER, 2018) e ao uso de conceitos psicológicos como *intenção, percepção e avaliação* (GRAINGER, 2011). Assim, emerge, no campo da (im)polidez, os estudos de terceira onda (GRAINGER, 2011; CULPEPER, 2011b; KÁDÁR; HAUGH, 2013), que privilegiam um domínio meso/interacional, o qual não só integra as duas ondas anteriores, em uma abordagem pragmática integrativa (CULPEPER; HAUGH, 2014; HAUGH; CULPEPER, 2018), mas, principalmente, redimensiona-as.

Embora Haugh e Culpeper (2018) façam referência ao ano de 2011 como marco para tais estudos, avaliamos que as contribuições para esse marco, por sucessivos giros epistêmicos, tenham origem na noção de face relacional/interacional (ARUNDALE, 2006); e na (im)polidez empiricamente observada em dados enquadres (TERKOURAFI, 2005) interacionais, a partir da existência de uma implicatura de polidez negociada em instâncias intersubjetivas (HAUGH, 2007a, 2007b). Nasce, portanto, os estudos de (im)polidez de terceira onda, aos quais nos afiliamos, que congregam descrição metalinguística, uso de formas linguísticas, avaliação intersubjetiva (CULPEPER, 2011b) e análise holística da interação (GRAINGER, 2011), de modo que a (im)polidez não se instancie nem no uso linguístico nem na norma social, mas nas práticas sociais (KÁDÁR; HAUGH, 2013). Acrescemos, por fim, que a dimensão interacional nos possibilita conceber que os/as interagentes negociam, constantemente, suas distâncias interlocutivas, estabelecidas no âmbito (não)verbal e construídas co(n)textualmente.

Para tratar de tais distâncias, recorremo-nos ao conceito de proxêmica linguístico-discursiva (ALBUQUERQUE; MUNIZ, no prelo), que é oriundo da noção de proxêmica (HALL, 1963) e, mais proximamente, da noção de proxêmica verbal (CARREIRA, 1997). A partir da pressuposição de que os/as interagentes gerenciam seus espaços física e socialmente (HALL, 1963), Carreira (1997) transpôs as relações espaciais (proxêmica) para domínios não espaciais (proxêmica verbal), a

fim de se considerar que, no plano semântico-pragmático, as formas de tratamento marcam maior/menor distância/proximidade. Albuquerque e Muniz (no prelo), em sintonia com tais construtos, propõem que a proxêmica linguístico-discursiva “regula as distâncias estabelecidas/construídas pelos/as interagentes tanto nas dimensões materiais (cotexto) quanto nas dimensões subjetivas (contexto), o que engloba, por conseguinte, instâncias verbais e não verbais”. Esse mecanismo de modalização intersubjetiva, na regulação proximidade/distanciamento, pode desencadear interações mais polidas, afetivas e afiliadoras ou interações mais impolidas, agressivas e invasivas, dependendo não só da estratégia e da avaliação dos/as interlocutores, mas também do enquadre gerado pela própria prática social.

Defendemos, a partir do percurso teórico trilhado – três ondas dos estudos de (im)polidez, metapragmáticas e proxêmica linguístico-discursiva –, a nossa escolha por uma abordagem pragmática integrativa. Ao surgir da tensão entre o micro e o macro, o nível meso, presente nessa abordagem, possibilita o estudo da (im)polidez tanto por analistas quanto por observadores/as, considerando-se os sentidos emergentes contextualmente situados (CULPEPER; HAUGH, 2014; HAUGH; CULPEPER, 2018), os quais decorrem de proxêmicas coconstruídas e elicitam camadas metapragmáticas. Somos partidários de que “fenômenos pragmáticos, como a (im)polidez, não podem ser totalmente explicados pelas lentes de apenas uma perspectiva ou método de análise” (HAUGH; CULPEPER, 2018, p. 220) e, por essa razão, reforçamos que “a chave para integrar essas diferentes perspectivas e métodos de análise é tratar a interação como o *locus* primário de análise” (HAUGH; CULPEPER, 2018, p. 220).

Transpomos, integralmente, essa abordagem para a nossa discussão em torno dos gêneros discursivos, considerando-os um dos eixos sociocognitivos de linguagem (ALBUQUERQUE, 2019), inscrito nas perspectivas sócio-histórica, dialógica (BAKHTIN, 2010 [1992]), pragmática, sociocultural, sociocognitiva (MILLER, 1984, 1994; BAZERMAN, 2014 [2004]) e sociointeracionista (BRONCKART, 2003 [1996], 2007 [1999], 2001). Essa composição teórica não consiste em um ecletismo irrefletido, mas em uma intertextualidade de escolas distintas, cujo caráter mestiço traz “a qualidade mais notável que a perspectiva dos estudos de gêneros tem a oferecer aos estudos da linguagem” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 368).

Desse *cluster* teórico, afiliamo-nos a uma instância pragmático-interacional no que tange à noção de gêneros discursivos, concebendo que estes preveem sujeitos perspectivados entre si que enunciam, avaliam e negociam estratégias mais/menos (im)polidas, consoantes com seus propósitos interlocutivos, altamente vinculados ao funcionamento do gênero em que tais interagentes se inscrevem. Para tanto, partimos do modelo proposto por Albuquerque (2019), que concebe ser o texto resultante do afunilamento de três eixos sociocognitivos de linguagem (ferramentas linguístico-discursivas, sequências textuais e gêneros textuais), conforme ilustra a figura seguinte.

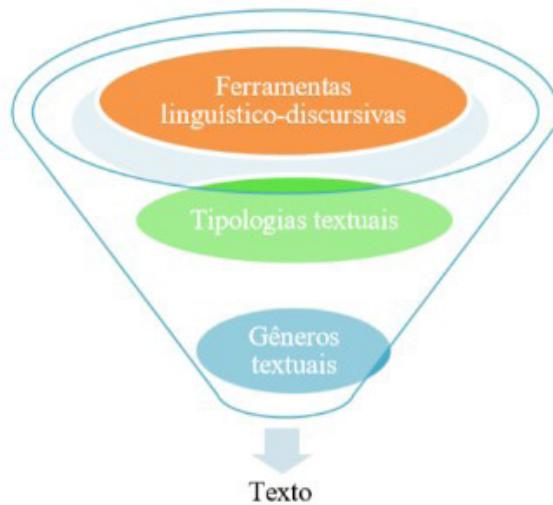


Figura 1 – Modelo de eixos sociocognitivos de linguagem

Fonte: Albuquerque (2019)

Trazendo uma sintética linha do tempo, o trabalho de Resende e Vieira (2016), que inspirou reflexões iniciais em Albuquerque (2016), previu quatro níveis de linguagem: os potenciais para significação na língua (abstrato); os tipos textuais como ação discursiva (aspectos linguísticos a serem utilizados); os gêneros discursivos em conformidade com os propósitos comunicativos (social); e o texto como realização (concreto). Em adaptação a esse trabalho, Albuquerque (2016), a partir do que denominou metáfora do funil, sugeriu haver quatro níveis de linguagem articulados em cascata. Segundo o autor (2016, p. 500-501), as ferramentas linguístico-discursivas, como recursos disponíveis para o/a usuário/a da língua, “moldam a construção de tipologias textuais, que se organizam de modo a formar o gênero textual (expectativa, cognitivo, abstrato), que regulará a produção do texto (material, social, concreto)”. Em suma, tais níveis se tornavam mais específicos (funil), de modo que os mais gerais acarretassem os mais específicos (cascata) (ALBUQUERQUE, 2016).

Verticalizando o modelo, Albuquerque (2019) propõe que, na produção do texto, estão articulados três eixos sociocognitivos de linguagem: as ferramentas linguístico-discursivas, as sequências textuais (em substituição a *tipologias textuais*, por focalizar o aspecto sequencial e reduzir o teor exclusivamente metalinguístico) e os gêneros textuais (que, por uma razão conceitual, serão denominados aqui de gêneros discursivos²). Iremos, a partir desse último modelo, explorar teoricamente os três eixos na produção textual (e, em certa medida, trazer algumas adaptações ao modelo em questão) no que tange, principalmente, à construção de interações linguístico-discursivamente (im)polidas na Carta/Nota de Repúdio.

O **primeiro eixo** contempla as ferramentas linguístico-discursivas a serem, potencialmente, utilizadas em dado texto. Frisamos que a composição linguístico-discursiva fortalece a ideia

2. Traremos, nas páginas seguintes, uma breve discussão que fundamenta nossa escolha conceitual e terminológica.

de que as nossas escolhas linguísticas não se dão em um vácuo social, mas se relacionam com aspectos discursivos, de forma que tenhamos à nossa disposição estratégias linguístico-discursivas que, ao serem enunciadas, moldam uma camada metapragmática; e, ainda, possamos avaliar, em nível metapragmático, que estratégias linguístico-discursivas se tornam mais adequadas para a interlocução. Esse nível de linguagem abrange as reflexões concernentes às duas primeiras ondas dos estudos de (im)polidez, incluindo-se as metapragmáticas, por ser um eixo que abarca os potenciais usos (estratégias de (im)polidez) e as reflexões acerca dos eventuais usos (avaliações metapragmáticas dos/as interagentes). Seria nesse eixo que não só decidiríamos entre sermos (im) polidos/as, mas de que modo a (im)polidez poderia ser construída.

Traremos, aqui, duas reflexões muito comuns nas produções de textos que se articulam com uma enunciação (im)polida. A primeira delas seria, na ameaça direta à face com reparo por meio de superestratégia de polidez negativa, a impessoalização dos/as interagentes (BROWN; LEVINSON, 1987), ou, a depender das reflexões, a nominalização destes/as, como estratégia de impolidez. A outra seria, na ameaça direta à face com reparo por meio de superestratégia de polidez positiva (BROWN; LEVINSON, 1987), o acordo (assim como a evitação do desacordo) (LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON, 1987), ou, a depender das futuras escolhas interlocutivas, o desacordo não mitigado ou até intensificado, como estratégia de impolidez. Tais reflexões, sem dúvida, são feitas com base em questões identitárias, ideológicas, políticas, (contra)hegemônicas, em alinhamento com as demandas das práticas socioculturais a que os/as interagentes se inscrevem.

O **segundo eixo**, por acarretamento e afunilamento do primeiro, traz, potencialmente, as sequências textuais a serem moldadas em conformidade com as reflexões linguístico-discursivas feitas previamente. Julgamos ser necessário frisar que ainda se trata de um eixo instanciado em uma esfera mais paradigmática (escolhas das sequências textuais mais coerentes com a futura interlocução), que, aos poucos, vai se tornando mais sintagmático (à medida em que integra o texto/a interação). Em outras palavras, apesar de trazerem marcas linguísticas (ANTUNES, 2017) e, mais ainda, de serem definidas por sua natureza linguística (MARCUSCHI, 2008), as sequências não são (mas caminham ao encontro de serem) exemplares concretos de texto (ANTUNES, 2017), nem materialização em dado texto (MARCUSCHI, 2008), tampouco unidade viva da língua (BONINI, 2005), embora já tragam, conforme previu Albuquerque (2019), ações mais gerais (narrar, descrever, expor, argumentar e prescrever comportamentos³), que, ao ganharem maior concretude (maior incursão social), se especializam em atendimento às demandas genéricas (dos gêneros discursivos).

Para que possamos compreender a integração dos dois eixos, podemos imaginar que a sequência textual descritiva seja moldada por processos adjetivais – apreciativos/depreciativos –, como ferramenta linguístico-discursiva que possa integrar a futura interação e colaborar para a construção de ações (im)polidas. Embora o uso de adjetivos já tenha, no plano linguístico, uma acepção positiva/negativa, tal avaliação não se instancia no significado prototípico, mas no sentido

3. A sequência textual injuntiva prescreve comportamentos por meio de ferramentas linguístico-discursivas que se voltam para essa finalidade, como é a tendência dos verbos no imperativo.

que esses termos ganham na interação, considerando-se, ao menos, quem fala para quem e de que modo. Um termo pejorativo, como, por exemplo, corno ou vaca, pode ganhar, no plano interacional, uma dimensão afiliativa e afetuosa.

No que tange, ainda, à futura interlocução (im)polida, situamos que a impessoalização/nominalização dos/as interagentes e o (des)acordo, em resgate ao primeiro eixo, sejam decisões a serem refletidas na construção de uma sequência textual argumentativa *lato sensu* (segundo eixo). No caso da impessoalização/nominalização, nossa projeção, em dada esfera interlocutiva, pode preservar ou atacar as faces (GOFFMAN, 1967) dos/as interlocutores/as, assim como atribuir maior/menor responsabilidade pelas ações vinculadas a estes/as. No caso do (des)acordo, essa mesma projeção é capaz de construir, como sequência textual argumentativa *lato sensu*, interações mais/menos conflitivas e mais/menos mitigadas, que, das ações mais polidas às mais impolidas, variam, segundo Holmes e Marra (2004), entre evitar o conflito, desviar do conflito, resolver o conflito por negociação ou resolver o conflito por autoridade.

Ainda sobre o uso de ferramentas linguístico-discursivas que manifestam o (des)acordo, as quais constroem uma sequência textual argumentativa *lato sensu*, o gradiente polidez/impolidez pode se dar pelo contínuo proposto por Pomerantz (2006 [1984]): acordo intensificado (termo avaliativo mais forte), semelhante (termo avaliativo repetido) e suavizado (termo avaliativo menos intenso); e desacordo pelo atraso de resposta com silêncio, pelo pedido de esclarecimento, pela repetição parcial do que foi dito, pela utilização de reparadores para preparar o desacordo e pelo início de desacordo propriamente dito.

Chegando ao **terceiro eixo** – os gêneros discursivos –, cabe, antes de tudo, conceituar essa noção e, a partir daí, justificar a nossa adesão ao termo, ampliando esse debate para a graduação conceitual entre gênero discursivo e texto. Os gêneros, até este ponto, seriam, em alusão ao funil, um ponto de convergência de sequências textuais (narrativa, descriptiva, expositiva, argumentativa e injuntiva), que, por sua vez, foram moldadas por suas respectivas ferramentas linguístico-discursivas. Além dessa catalisação, orientada por nossas práticas socioculturais de linguagem, os gêneros discursivos são, consoante Bakhtin (2010 [1992]), forma padrão relativamente estáveis, em que, segundo Albuquerque (2017), visionamos, na *forma padrão*, componentes genéricos mais objetivos/estáticos e normativos, que apontam para o que seria cognitivamente previsível no gênero; ao passo que, na *relativa estabilidade*, perspectivamos componentes genéricos mais subjetivos/dinâmicos e criativos, que dão visibilidade àquilo que seria cognitivamente possível no gênero.

Em sintonia com essa vertente de gêneros discursivos, compreendemos que eles são, em uma perspectiva pragmática, sociocultural e sociocognitiva, (i) fenômenos de reconhecimento psicossocial, por meio do qual sinalizamos modos típicos de agir e damos forma às atividades sociais em que nos inscrevemos (BAZERMAN, 2014 [2004]); (ii) ações retóricas tipificadas oriundas de situações retóricas recorrentes (MILLER, 1984); e (iii) forma cultural e cognitiva de ação social (MILLER, 1984, 1994). O repúdio, nessa linha de pensamento, congregaria todos esses atributos: tanto reconhecimento psicossocial quanto modo típico, cultural e cognitivo de agir em situações retóricas recorrentemente conflitivas.

Os gêneros, em perspectiva sociointeracionista, funcionam como megainstrumento – “uma configuração estabilizada por vários subsistemas semióticos [...] permitindo agir eficazmente numa classe bem definida de comunicações” (SCHNEUWLY, 2004, p. 25), de modo que cada texto produzido, considerado singular, seja produto de uma realização semiótica de dada ação linguística, graças ao contato com modelos genéricos disponíveis em dada língua natural (BRONCKART, 2003 [1996], 2007 [1999], 2001). Destacamos, por fim, que esse hibridismo conceitual, conforme salienta Motta-Roth (2008), converge na ideia de que os gêneros discursivos são usos da linguagem associados a atividades sociais, que, por serem recorrentes, mantêm certa estabilidade na forma, no conteúdo e no estilo. Nossa adesão por gênero discursivo (e não textual) tem, como gênese, o debate em torno da fronteira entre o que consideramos ser discurso e ser texto.

A concepção tridimensional de **discurso** (FAIRCLOUGH, 2001) – prática social, prática discursiva e texto – nos traz encaminhamentos teórico-metodológicos muito claros para visionarmos as dimensões textuais e discursivas. Estamos imersos em práticas sociais eivadas de projeções identitárias e ideológicas, e, por conseguinte, de lutas (contra-)hegemônicas, cujos sentidos, atrelados aos processos de produção, de distribuição e de consumo textual (práticas discursivas), se instanciam no texto (FAIRCLOUGH, 2001). Em Fairclough (2001), **texto** é, com frequência, associado a uma dimensão material que, em dada situação comunicativa, se corporifica em dado gênero (MARCUSCHI, 2008, 2010), e discurso é aquilo “que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva” (MARCUSCHI, 2008, p. 25). Entretanto, para nós, o conceito de práticas discursivas, como uma espécie de contexto que colabora com a construção de sentidos, está completamente entremeado ao conceito de texto.

Se concebemos que texto é “... o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2015 [2004], p. 44), não podemos, em hipótese alguma, vincular o texto exclusivamente à dimensão material. Ele, na verdade, constitui “um enunciado [...], que acontece como evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto, expressa por uma combinação de sistemas semióticos” (CAVALCANTE *et al.*, 2019, p. 26). Talvez essa singularidade, como evento único e irrepetido, possa se confundir com as instâncias materiais. Por outro lado, não podemos descartar a ideia de que texto é (também) materialidade, mas permeada por uma atividade sociocognitiva de preenchimento – pelas ações dos/as interagentes – dos vazios naturais do texto (ANTUNES, 2009).

Essa relação dialética entre texto e [gênero do] discurso é claramente construída na concepção de que “... o texto acontece concretamente como evento comunicativo...” (CAVALCANTE *et al.*, 2019, p. 26) – razão que, provavelmente, move a associação do texto à materialidade. Entretanto, seus sentidos se instauram pela (inter)ação constituída em dada situação enunciativa, pelos indícios contextuais vinculados aos contextos socioculturais, pelas determinações dos gêneros discursivos, pelas conexões intertextuais e pelos percursos argumentativos (CAVALCANTE *et al.*, 2019). Texto, portanto, se perspectiva “como **unidade de sentido em construção** por atores sociais estratégicos; e estes, por extensão, **(inter)locutores e (co)autores**, cujos parênteses reforçam a volatilidade e a dinamicidade dos papéis interlocutivos...” (ALBUQUERQUE, 2022, p. 140 –

grifos do autor).

A esse respeito, propomos, a partir de Albuquerque (2019), uma noção contínua entre ambos os conceitos, na medida em que o gênero funcione como enquadre sociocognitivo (mais virtual e menos material) realizado pelo/a interagente, com base em seu contato com o texto (menos virtual e mais material), que se vincula a dado gênero. Além disso, assumimos que o rótulo gênero textual possa focalizar uma dimensão mais textual do construto, mas que o rótulo gênero discursivo – a nossa escolha – propicie que o componente discursivo encapsule o componente textual, de modo que este esteja, portanto, contemplado naquele. Entendemos que a expressão *gênero textual* parece fazer alusão ao gênero ao qual dado texto se vincula (gênero **de** texto); ao passo que *gênero discursivo* parece se vincular às práticas socioculturais, que englobam inscrições discursivas, enunciações textualmente empíricas e singulares, e discursos textualmente orientados⁴.

Devido à escassa presença de estudos relativos ao gênero discursivo Carta/Nota de Repúdio, tivemos certa dificuldade de enquadrá-lo nos gêneros epistolares presentes na literatura. Não tínhamos interesse no-enquadre-pelo-enquadre (apenas para trazer distinções no plano formal), mas intencionávamos compreender como sua função comunicativa se aproximava/distanciava dos subtipos de cartas mais recorrentes, já que os diferentes campos de atividades, conforme assevera Silva (1997), geram subgêneros do gênero carta. Com isso, os distintos subgêneros sinalizariam modos típicos de agir e mobilizariam recursos semióticos particulares, cuja especificidade poderia não ser tão visível, dada a existência de um rótulo “abrangente e pouco esclarecedor” (SILVA, 1997, p. 121) e a relativa estabilidade dos gêneros epistolares, que estariam sob esse grande guarda-chuva denominado carta.

Em um primeiro momento, encontramos certa aproximação com a Carta de Leitor, na medida em que esta (i) possibilitaria ao/à leitor/a “legitimar sua reação frente aos fatos políticos e sociais de nossa sociedade, seja para protestar, seja para elogiar, seja para denunciar” (PASTANA, 2007, p. 21); (ii) poderia socializar reflexões, relatos de experiências e indignação (repúdio) (SILVA, 1997; MELO, 1999; PASSOS, 2006); (iii) atenderia a diversos propósitos, como opinar, agradecer, reclamar, solicitar e elogiar (BEZERRA, 2010); (iv) congregaria sequências textuais narrativas (por depoimentos/relatos) e argumentativas (por reflexões) (PASSOS, 2006); e (v) contemplaria, entre seus subtipos, a carta de indignação, a qual demonstra “seu repúdio a certas atitudes ou fatos ocorridos, clamando por mudanças que seus autores julgam necessárias” (PASSOS, 2006, p. 88).

Para além da questão do protesto, da reclamação, da indignação e da crítica, a Carta de Leitor, oriunda de um domínio discursivo⁵ jornalístico (MARCUSCHI, 2008), propicia que “leitores interajam com o jornal dando a este uma ideia das expectativas daqueles em relação à linha editorial” (COSTA, 2005, p. 28), função que, sem dúvida, traz um contexto bastante específico em

4. Não poderíamos deixar de registrar aqui as lúcidas contribuições de Paiva (2019) para o debate, ao defender, na perspectiva da complexidade, o termo *gêneros da linguagem* como um termo guarda-chuva. A decisão da autora (2019) mantém plena sintonia com a visão de Bezerra (2017, p. 32), para quem é completamente improdutiva a dicotomia gêneros discursivos/gêneros textuais, uma vez que “a compreensão holística dos gêneros inclui a compreensão dessas duas dimensões que lhes são constitutivas”.

5. Segundo Marcuschi (2010, p. 24), os domínios discursivos, como “esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana”, propiciam “o surgimento de discursos bastante específicos”.

comparação a uma manifestação *lato sensu* de repúdio, que pode se dar em outras esferas discursivas; e, por essa razão, se instanciar em outro domínio discursivo, marcar outro propósito comunicativo e convocar outros/as interlocutores/as.

Diante disso, enquadrmos a Carta/Nota de Repúdio, que, comumente, surge nas interações mediadas on-line (THOMPSON, 2018), como um subtipo da Carta Aberta, dado que esta (i) figura no jornalismo, mas adquiriu maior visibilidade nas redes sociais (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017); (ii) trata de temas de interesse particular, mas com divulgação pública (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017), selecionando, como leitores/as, tanto pessoas públicas quanto grupos de interlocutores/as inscritos/as em dadas comunidades, de modo que estes/as, mesmo não sendo o *alvo*, identifiquem o assunto, ajudem na divulgação e pressionem os/as envolvidos/as na resolução do problema (OLIVEIRA, 2018); (iii) funciona como recurso em lutas sociais, minimizando a assimetria entre grupos dominados (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017) e mobilizando interlocutores/as, a partir de um problema social comum, a aderirem dada ideia, em prol de uma coletividade, com vistas a denunciar, reclamar e/ou conscientizar (OLIVEIRA, 2018); e (iv) organiza-se, centralmente, por meio de uma tese a ser defendida com argumentos que travam uma batalha e buscam convencer os/as interlocutores/as (OLIVEIRA; ZANUTTO, 2017).

Ao tratar do gênero discursivo Carta Aberta, Oliveira (2018) evidencia que os/as interlocutores/as, por não terem intimidade entre si, mantêm distanciamento e respeito, com a expectativa de veicularem uma imagem social de educados/as e cultos/as, assim como de terem seus argumentos apreciados. Com essa passagem, almejamos destacar a convergência entre a (im)polidez (dimensões linguística, discursiva e interacional), as metapragmáticas e a proxêmica linguístico-discursiva com os eixos sociocognitivos de linguagem (ferramentas linguístico-discursivas, sequências textuais e gêneros discursivos): a (im)polidez se manifesta na interação contextualmente situada, decorrente de nossa inscrição em dado gênero discursivo. Para tanto, concebemos que a Carta/Nota de Repúdio deva ser a nossa unidade de análise – por ser ela que possibilita uma análise sociointeracional empírica –, em consonância com os pressupostos de terceira onda: a coconstrução de sentidos pelos/as interagentes inscritos/as no gênero, a partir de ferramentas linguístico-discursivas potencialmente (im)polidas, as quais geram sequências textuais de maior/menor projeção argumentativa e produzem, em um eixo de maior/menor proximidade intersubjetiva, metapragmáticas de deslegitimização, de desvalorização, de responsabilização, entre várias outras, na interação (no texto) em curso.

3. CARTA/NOTA DE REPÚDIO: ENTRE (PER)CURSOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa inscreve-se, por completo, em uma episteme qualitativa, (i) por se constituir como “forma de ação social que enfatiza o modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências para entender a realidade social dos sujeitos” (MOHAJAN, 2018, p. 2); por considerar a “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, e sua consequente indissociabilidade (CHIZZOTTI, 2000, p. 79); por focalizar “o significado subjetivo ou a produção social de

questões, eventos ou práticas” (FLICK, 2014, p. 542); e por ser “orientada por dados e sensível ao contexto” (MASON, 2002, p. 24). Em suma, interessa-nos, no âmbito metodológico-analítico, perspectivar, como atributo essencial de nossa pesquisa, uma interpretabilidade relativamente estável, assumidamente subjetiva e completamente provisória, já que, para nós, os dados não conduzem a pesquisa, e sim as lentes por meio das quais enxergarmos o nosso objeto de estudo: as lutas (meta)discursivas, articuladas pelo uso de estratégias de (im)polidez, no gênero Carta/Nota de Repúdio.

Como método inscrito nessa abordagem (qualitativa), selecionamos a Análise de Discurso Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 2001), em decorrência de objetivarmos realizar uma análise que peresse instâncias linguística, discursiva e interacional, com especial interesse pelos efeitos sociais desencadeados por sentidos do texto (RESENDE; RAMALHO, 2011). No âmbito metodológico, consideramos (i) as três dimensões do discurso – prática social, prática discursiva e texto (FAIRCLOUGH, 2001), em resgate ao que já apresentamos na seção anterior; e (ii) as categorias analíticas estrutura genérica⁶, representação de atores/atrizes sociais e modalidade, representadas, respectivamente, pelos significados acional (gênero), representacional (texto e discurso) e identificacional (estilo).

No que diz respeito aos procedimentos de pesquisa, elencamos os seguintes: (i) estabelecer, em sintonia com o objetivo deste trabalho, critérios de inclusão e de exclusão para a seleção de Cartas/Notas de Repúdio; (ii) pré-selecionar, em uma busca *Google*, cartas/notas que tratassesem de temáticas relacionadas à pandemia de COVID-19 e que, por essa razão, tivessem uma abrangência temporal de 2020-2021 (período da pandemia à época em que geramos os dados – outubro de 2021); (iii) selecionar, entre as cartas pré-selecionadas, Cartas/Notas de Repúdio que tivessem sido produzidas por entidades da esfera da saúde no combate a *Fake News*; (iv) escolher apenas uma Carta/Nota de Repúdio por meio da qual tivéssemos acesso à declaração que motivou a expressão de repúdio; (v) pesquisar, novamente na ferramenta *Google*, o texto que provavelmente motivou a produção da carta/nota; (vi) reunir outros textos que, porventura, se relacionassem com o repúdio e com a declaração que gerou o repúdio; (vii) gerar um *Portable Document Format* (PDF) com o conjunto de textos (declaração polêmica, Carta/Nota de Repúdio e outros textos relacionados); (viii) mapear recursos linguístico-discursivos que integram a carta e a declaração sob análise; e (ix) analisar os recursos linguístico-discursivos no texto, sob a ótica do conjunto teórico já apresentado.

4. CARTA/NOTA DE REPÚDIO: UMA ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS

Nesta seção, analisaremos as estratégias de (im)polidez utilizadas em uma Carta/Nota de Repúdio na mitigação/intensificação de lutas (meta)discursivas entre o COSEMS/SC (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina), as declarações do então conselheiro do

6. Selecioneamos a categoria faircloughiana *estrutura genérica*, mas frisamos que o nosso interesse não está na estrutura pela estrutura, mas no componente pragmático-interacional que, de algum modo, emerge do plano formal.

Ministério da Saúde Carlos Wizard e o público-leitor. Para tanto, assistimos à entrevista que Carlos Wizard concedeu à CNN e transcrevemos, na íntegra, o trecho que, provavelmente, motivou o COSEMS/SC a produzir a carta.

Em entrevista concedida à CNN de pouco mais de quinze minutos, Carlos Wizard, que, à época, era conselheiro do Ministério da Saúde e era cogitado a assumir a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta, fez várias declarações em resposta às perguntas dirigidas a ele, que giraram em torno da defesa do tratamento precoce pela hidroxicloroquina e da estatística de casos/óbitos por COVID-19. Em determinado momento da entrevista, uma das entrevistadoras fez um questionamento, o qual foi respondido por Wizard do seguinte modo⁷:

ENTREVISTADORA:

[...] Já saíram na mídia algumas reportagens em que o senhor defende uma recontagem dos números de casos de coronavírus que são então contabilizados hoje pelo Ministério da Saúde. Eu queria saber, na avaliação do senhor, o que está então errado na forma com que esses números são contabilizados hoje e como funcionaria uma nova metodologia do Ministério da Saúde e, a partir de quando, então, ela pode começar a ser implementada.

ENTREVISTADO:

Minha gente, nós não estamos tão preocupados com o passado. Nós estamos preocupados com o presente e mais importante com o futuro. O que nos preocupa, sim, é que alguns gestores – é lamentável afirmar isso, mas eu tenho que ser transparente – alguns gestores públicos estão se valendo dessa pandemia pra trazer o maior volume de recursos para o seu estado, para o seu município, de forma tal que estão inflacionando, estão inflando o número de óbitos. Você sabe, eu sei, a população do Brasil sabe. Existem centenas e milhares de pessoas que nunca tiveram sintomas nenhum do COVID-19. Por alguma razão, eles vieram a óbito e saiu no certificado de óbito indicando (SIC) morreu de Covid. Gente, isso é um absurdo, isso é uma irreabilidade. Então, o que nós defendemos, sim, é um critério mais apurado para, de fato, identificar quem são as vítimas do Covid e quem teve uma outra *causa mortis*. Mas, falando no global, o que nós pretendemos mesmo é diminuir essa ação de evoluir da fase 1 pra 2, da 2 pra 3, da 3 pra 4. Sabe por quê? Nós temos hoje no Brasil dois mil municípios que ninguém está contaminado pelo COVID-19, daí nós temos mais dois mil municípios que já tem a contaminação, mas não teve nenhum caso de morte, e nós temos mais mil municípios que tiveram 1, 2 ou 3 óbitos. Então nós estamos falando de cinco mil municípios, gente, e nós temos condição de blindar esses municípios, de forma tal que não venham a ter essa pandemia trazendo um número elevado de mortes. Como que nós vamos blindar é simples: fazendo tratamento precoce logo que aparecerem os primeiros sintomas.

Com base em uma declaração anterior de Carlos Wizard, a entrevistadora o questionou quanto à defesa de recontagem, solicitando que fossem apontados os erros na contabilização e as

7. O vídeo está disponível em: <http://www.cnnbrasil.com.br/saude/wizard-defende-criterio-mais-apurado-para-divulgacao-de-mortos-por-covid-19/> Acesso em: 19 nov 2021.

prováveis soluções por meio de uma nova metodologia que corrigisse tais erros. Destacamos, de sua resposta, o trecho entre as linhas 2 e 9, em que Carlos Wizard acusou gestores públicos por falta de transparência (linhas 3 e 4), por desvio de verbas (linhas 4 e 5) e por manipulação de dados (linhas 6 a 9). Embora o ex-conselheiro tivesse utilizado a impessoalização dos/as interagentes – gestores (*públicos*) –, a fim de minimizar as lesões às faces negativas dos gestores acusados (certa preservação territorial), houve uma inegável vinculação referencial a gestores – de modo genérico – que atuavam na área da saúde, que, na declaração feita, foram acusados de desvio de verbas e de manipulação de dados. Sua declaração pública, indiscutivelmente acusatória, reduziu, por completo, a distância interlocutiva; ameaçou as faces das instituições de saúde; e aventureu uma luta (meta) discursiva que ganhou relevo na carta a qual analisaremos na sequência. A carta, publicada em 7 de junho de 2020, versou sobre o repúdio contra as declarações de manipulação de dados relativos à COVID-19 no Brasil. De modo geral, ela manifestou o repúdio às declarações de Carlos Wizard acerca da manipulação e do falseamento de dados da COVID-19, sob a acusação de que tais dados poderiam ter sido supervalorizados. Segundo o COSEMS/SC, essa declaração não procedia.



**CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS
DE SAÚDE DE SANTA CATARINA**

07/06/2020

Nota de Repúdio

Contra declarações de manipulação de dados da COVID-19 no Brasil

O COSEMS/SC, que representa 295 Secretarias Municipais de Saúde vem a público manifestar veemente repúdio às declarações do senhor Carlos Wizard, futuro Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, quando afirma que Secretários Estaduais de Saúde falseiam dados sobre óbitos decorrentes da COVID-19 em busca de mais “orçamento”.

As declarações impregnadas de desconhecimento de causa jogam no obscurantismo todo o trabalho desenvolvido pelas autoridades e profissionais da Saúde de todos os estados e municípios brasileiros que atuam com base na ética e na orientação das autoridades mundiais da Saúde (OMS) e melhores evidências técnico-científicas disponíveis para o combate da pandemia do coronavírus.

Seria inaceitável tal pronunciamento, se o senhor Carlos Wizard já respondesse investido do cargo de secretário, mas não é crível que alguém que nem está nomeado no cargo fale e aja para modificar o formato das estatísticas da COVID-19 no Brasil.

Reiteramos que todos os profissionais da Saúde agem dentro dos parâmetros éticos conforme as orientações das autoridades mundiais da Saúde (OMS) e jamais aceitariam manipular dados em troca de mais verbas em detrimento de vidas.

O COSEMS/SC entende que tais declarações provocam maiores incertezas na adoção de medidas corretas para o combate da pandemia do coronavírus no Brasil. A tentativa de acobertar a realidade levará o país ao caminho mais tortuoso para recuperar a volta das atividades da economia e a vida em sociedade.

O COSEMS/SC manifesta total e irrestrito apoio aos profissionais médicos e a todos os profissionais da Saúde que têm se dedicado, de forma incansável, a salvar vidas.

ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES
Presidente do COSEMS/SC

ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES

Presidente do COSEMS/SC

Ao apresentar, no primeiro parágrafo, a estrutura organizacional do COSEMS/SC,

Alexandre Lencina Fagundes (autor da carta e presidente do conselho) destacou o número de secretarias que representava (linha 1), ação que, para nós, já sinalizava a legitimidade do órgão para manifestar o repúdio que, na sequência, foi anunciado (linhas 1 a 3). Ao apresentar o termo *repúdio* e direcioná-lo ao *senhor Carlos Wizard* (linha 2), ficou notória a desvalorização da face positiva do então futuro secretário, por meio de estratégia de impolidez positiva que transcendia o desacordo/a desaprovação, dado que o repúdio, em um contínuo, extrapolaria o nível do desacordo/da desaprovação, por se associar à rejeição/à repulsa; e, ao mesmo tempo, ameaçaria a territorialidade de uma figura pública como ele, por meio de estratégia de impolidez negativa, ação minimamente mitigada pela forma de tratamento mais polida – *senhor* (linha 2) – que precedeu seu nome. A referência direta (nominalização do alvo do repúdio) a Carlos Wizard e o desacordo fortemente intensificado (repúdio) constituem, em primeiro momento, estratégias de impolidez com lesão às faces positiva e negativa, que reduzem a distância interlocutiva, maximizam os custos (publicamente) ao outro e decorrem de uma luta (meta)discursiva no que tange à legitimidade/ilegitimidade das informações.

Ao longo deste parágrafo, houve intensificação da impolidez, com o uso do adjetivo *veemente* (linha 2), que trouxe um espectro de maior intensidade ao repúdio, que se aproximava de uma manifestação de desacordo intensificada. A ação de *vir a público manifestar veemente repúdio* (linhas 1 e 2) se associava à inegável dissonância linguístico-discursiva e político-ideológica do conselho quanto às declarações dadas à CNN. A argumentação seguiu, portanto, com marcas linguístico-discursivas de grande projeção textual e de baixa mitigação, dada a referência direta ao ex-conselheiro, com discreta mitigação (e, neste momento, menor projeção textual) ao se dirigir o repúdio não a ele, mas às suas declarações (linhas 2 a 4). Essa oscilação – maior projeção textual/menor mitigação e menor projeção textual/maior mitigação – eram, provavelmente, decorrentes das demandas do próprio gênero, o qual prevê a manifestação clara do ato de repúdio como luta social, mas, ao mesmo tempo, convoca interagentes em perspectiva de maior distanciamento interlocutivo (pela formalidade, pela distância dos/as interagentes e pela elevada exposição das faces).

Ao final deste parágrafo, notamos uma espécie de culminância de ações predominantemente impolidas, ao se afirmar que os secretários *falseiam dados e buscavam mais “orçamento”* (linha 4), conforme declarado na entrevista à CNN. O objeto do repúdio foi, portanto, apresentado no primeiro parágrafo, sem quaisquer mitigações, o que se justifica, muito provavelmente, pela alta necessidade de clareza (é preciso entender, objetivamente, o objeto do repúdio), e pela reação às declarações impactantes feitas na entrevista da CNN, as quais geraram custos para a face institucional e desencadearam metapragmáticas não só desvalorizadoras, mas, principalmente, acusatórias. Esse caráter violento instaurou lutas (meta)discursivas abertas, fazendo com que os/as leitores/as da carta/nota pudessem identificar o assunto, ajudar na divulgação e pressionar os/as envolvidos/as na resolução do problema (OLIVEIRA, 2018).

No segundo parágrafo, a passagem *As declarações impregnadas de desconhecimento de causa* (linha 1) desvalorizou, por completo, a face de Carlos Wizard, ao se mencionar que este, diferentemente das 295 *Secretarias Municipais de Saúde*, desconhecia os dados atinentes à estatística de mortes por

COVID-19, com a ressalva de que optou por mitigar a impolidez positiva por meio do eufemismo *impregnadas de desconhecimento* (linha 1), em vez de ter usado expressões similares a *declarações mentirosas*, *declarações eivadas de ignorância* etc. Contudo, a passagem foi seguida por uma estratégia direta de impolidez positiva, visto que o argumento de que *as declarações [...] jogam no obscurantismo todo o trabalho desenvolvido pelas autoridades e profissionais da Saúde* (linhas 1 e 2) marcou não só a desvalorização das declarações de Carlos Wizard, mas, principalmente, a deslegitimização e a acusação de que suas ações iam totalmente de encontro às diretrizes estabelecidas por *autoridades mundiais da Saúde* (OMS) e *melhores evidências técnico-científicas* (linhas 3 e 4).

Ainda neste parágrafo, houve nítida defesa da face institucional do COSEMS/SC, que fora desvalorizado pelas alegações de Carlos Wizard, ao ter legitimado *todo o trabalho desenvolvido pelas autoridades e profissionais da Saúde* (linhas 1 e 2) e, paralelamente, ter ampliado essa ação em nível nacional, dado ter atribuído o mérito do trabalho realizado a *todos os estados e municípios brasileiros* (linha 2). Sua legitimização ganhou força argumentativa na medida em que explicitou que o trabalho fora construído *com base na ética e na orientação das autoridades mundiais de Saúde* (OMS) (linha 3), assim como nas *melhores eficiências técnico-científicas disponíveis para o combate da pandemia do coronavírus* (linhas 3 e 4). Nessa passagem, ficaram claras a emergência de lutas (meta)discursivas – entre as declarações do futuro Secretário do Ministério da Saúde e a avaliação crítica de tais ações (deslegitimando-as e legitimando a voz da ciência) – e a preservação da face positiva institucional.

No terceiro parágrafo, notamos que a entidade intensificou a desvalorização da face positiva de Carlos Wizard, ao ter argumentado que ele não teria legitimidade para se pronunciar quanto ao *formato das estatísticas da COVID-19* (linha 3). Destacamos que essa intensificação teve início na passagem *seria inaceitável* (linha 1), a qual já mantinha forte congruência com o objetivo da carta (o repúdio às declarações de Carlos Wizard), construindo um sentido que transcendia o mero desacordo. O primeiro argumento deste parágrafo girou em torno do fato de que já *seria inaceitável tal pronunciamento, se o senhor Carlos Wizard já respondesse investido do cargo de secretário* (linhas 2 e 3). Pelo uso condicional, expressou-se uma inaceitabilidade para uma condição/hipótese que, na prática, não teria a menor possibilidade de se concretizar (**se** [ele fosse secretário] significa **não ser** secretário); e, ao mesmo tempo, intensificou, no segundo argumento, que essa inaceitabilidade se tornava ainda mais latente, ao se explicitar que *não é crível que alguém que nem está nomeado no cargo fale e aja para modificar o formato das estatísticas da COVID-19 no Brasil* (linhas 2-3). Logo, se fosse secretário, suas declarações seriam inaceitáveis; não sendo secretário, como era o caso, a gravidade e a ilegitimidade de suas declarações aumentavam. Em tempo, reiteramos que a expressão *modificar o formato das estatísticas da COVID-19 no Brasil* (linhas 2 e 3) intensificou as acusações, com impacto tanto para a face positiva (desvalorização) quanto para a face negativa (territorialidade). A acusação, portanto, tanto desvalorizava e invadia território, quanto fundamentava (e inflamava) a ação de repúdio, o que reiterava a formação de camadas metapragmáticas de (des)legitimização.

O quarto parágrafo seguiu com uma luta (meta)discursiva que envolvia tanto a legitimação das ações do COSEMS/SC e a preservação de sua face institucional, lesada por Carlos Wizard, quanto a deslegitimização das ações deste e o ataque à sua face. O verbo *reiterar* (linha 1) reforçou

os argumentos anteriormente utilizados na legitimação e na preservação da face institucional, e prediou a ratificação de informações também já disponibilizadas – *os profissionais da Saúde agem dentro dos parâmetros éticos conforme as orientações das autoridades mundiais da Saúde* (linhas 1 e 2). Na sequência, houve retomada, igualmente, da crítica lançada no primeiro parágrafo, ao ter enunciado que *jamais [esses profissionais] aceitariam manipular dados em troca de mais verbas em detrimento de vidas* (linhas 2 e 3), com o provável objetivo de deslegitimar as ações de Carlos Wizard e atacar à sua face, por meio de estratégias de impolidez positiva (desvalorizadora e deslegitimadora) e negativa (ameaça à sua territorialidade). O uso do advérbio *jamais* (linha 2), ao revelar a impossibilidade de agirem com outra conduta, intensificou a crítica em curso e, em especial, deu relevo a lutas (meta)discursivas entre parâmetros éticos demandados pela OMS e posicionamentos antagônicos no que diz respeito às medidas de combate ao coronavírus.

No quinto parágrafo, avaliamos que as estratégias de impolidez positiva e negativa predominaram, uma vez que a carta trouxe, em suma, o posicionamento institucional quanto ao perigo de declarações similares à feita por Wizard. Todavia, tais estratégias foram relativamente mitigadas, haja vista que Wizard não foi, em todo o parágrafo, nominalizado, embora soubéssemos que as críticas eram dirigidas a ele, pelo foco dado à incerteza das declarações (linha 1) e à tentativa de acobertar a realidade (linha 2). Mesmo assim, destacamos que os sentidos emergentes em um texto não se constroem apenas na materialidade (cotexto) – tampouco na materialidade setorizada (5º parágrafo) –, o que nos faria avaliar, apenas no âmbito linguístico, que houve mitigação da impolidez. Tais sentidos emergiram de um cotexto contextualmente situado, fazendo-nos concluir que houve certa mitigação, com a provável estratégia de reduzir a impolidez (pela impessoalização do interagente), mas tão somente para abrandar a impolidez conduzida pela argumentação até aqui empreendida. Ou seja, o repúdio já havia sido manifestado claramente (assim como a deslegitimação e a ameaça à face do futuro secretário), não havendo, portanto, necessidade de intensificá-lo nessa passagem.

Ressaltamos, ainda no quinto parágrafo, que a crítica se manteve, mesmo com a impessoalização do interagente, no momento em que a entidade (i) associou as ações de Carlos Wizard ao aumento das incertezas (linha 1) e, por conseguinte, à emergência de *Fake News*; (ii) fez referência a medidas corretas (linhas 2 e 3), deixando evidente que só havia medidas corretas e incorretas (não haveria meio-termo); (iii) destacou a *tentativa de acobertar a realidade* (linha 2), de forma que o termo *tentativa* pudesse transparecer uma intenção que poderia ser coibida, por exemplo, por cartas de repúdio como a escrita por Alexandre Lencina Fagundes; e (iv) visionou o perigo dessas declarações na construção de um futuro tortuoso que impactava a vida social, o que incluía a economia (linhas 3 e 4), ratificando uma luta (meta)discursiva instada em dimensões linguístico-discursivas e político-ideológicas.

Após ter associado as declarações de Carlos Wizard às ações de desconhecimento, obscurantismo (segundo parágrafo), ilegitimidade (terceiro parágrafo), manipulação de dados, desvalorização de vidas (quarto parágrafo) e tentativa de ofuscar a realidade (quinto parágrafo), o sexto parágrafo destacou o posicionamento institucional quanto ao apoio a profissionais de saúde, intensificando esse apoio em um âmbito total e irrestrito (linha 1), com vistas a valorizar/legitimar

as ações técnico-científicas e, por conseguinte, desvalorizar/deslegitimar as declarações de alguém ilegítimo e irresponsável. Esse posicionamento manteve congruência com toda a construção argumentativa, deixando proeminente, inclusive pelo uso do recurso tipográfico (negrito), o alinhamento da instituição com a ciência no que tange *a salvar vidas* (linha 2). Na esfera da interação, a carta/nota buscou reparar os danos à face institucional dirigidos aos gestores de saúde na entrevista concedida à CNN, fortalecendo a imagem social do COSEMS/SC na carta/nota, e trazendo um conjunto de fatos que, ao mesmo tempo, deslegitimavam Wizard e legitimavam as instituições públicas de saúde.

Em nossa análise, o repúdio se instanciou como uma reação a uma violência linguístico-discursiva anteriormente dirigida a um órgão (no caso de nossa análise, o COSEMS/SC), mas que também poderia ser direcionado a pessoas (personalidades públicas ou não) que, recorrentemente, se valem de estratégias de polidez positiva e negativa lançadas para si, como ação de defesa tanto no âmbito da valorização quanto no âmbito da preservação territorial; e de estratégias de impolidez positiva/negativa – não raramente mitigadas, com ameaça à face do alvo do repúdio (neste caso, a ciência brasileira). Todavia, frisamos que a violência linguístico-discursiva é proveniente da figura pública caluniadora, jamais da entidade atacada, dado que esta se posiciona, abertamente, para ter direito à voz (assim como o/a caluniador/a teve), o que significa que as estratégias de impolidez (mesmo as não mitigadas) usadas pelo COSEMS/SC não se associam à violência linguístico-discursiva, mas ao combate de violências que, diariamente, se perpetuam em nossa sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber que a (im)polidez se instancia em um domínio meso, o qual integra aspectos linguístico-discursivos sociointeracionalmente negociados, significa analisar interações permeadas por estratégias linguístico-discursivas potencialmente (im)polidas, o que requer, sem dúvida alguma, perspectivar o texto como unidade de sentido única, cuja coerência se dá, subjetivamente, a partir dos olhos de quem lê e de quem, por meio desse texto, age socialmente. Nossa análise, inegavelmente provisória e perspectivada por nossa incursão teórico-metodológica, possibilitou enxergarmos que a Carta/Nota de Repúdio manteve maior clareza e maior projeção argumentativa, assim como maior polidez e maior mitigação. As ações impolidas, de modo geral, se deram em combate à desvalorização e às acusações dirigidas aos/às gestores/as de saúde, buscando deslegitimar Carlos Wizard e, por conseguinte, legitimar as instâncias que se dedicavam, incessantemente, à luta pela vida. Ao mesmo tempo, a manifestação do desacordo, como base para uma ação de repúdio, e a impessoalização dos/as interagentes, como estratégia mitigadora da força do desacordo intensificado (repúdio), foram consonantes com a proxémica linguístico-discursiva assumida pelos/as interagentes, considerando-se a formalidade e o distanciamento previstos no gênero Carta/Nota de Repúdio.

Ter utilizado estratégias de polidez não trouxe opacidade ao repúdio pretendido, já que a argumentação foi conduzida solidamente, com estratégias que se aproximavam de uma impolidez mitigada dirigida a Carlos Wizard, com exceção da constante, clara e notória acusação de manipulação

estatística. Concluímos, com base em nossos dados, que (i) polidez e repúdio não são ações sociais contrastantes, visto que podemos manifestar repúdio com estratégias que mitigam os impactos às faces, sobretudo pelo enaltecimento da face própria; e que (ii) polidez e clareza argumentativa não são ações textuais dissonantes, dado ser possível veicular centralmente o repúdio e sustentá-lo com argumentos alinhados a esse sentimento, mantendo-se o uso de estratégias de polidez congruentes com a instância interlocutiva, que, pelas próprias demandas do gênero, inscreve os/as interagentes em um contexto de maior formalidade e de maior distanciamento.

Nossas reflexões finais – de que polidez e força argumentativa não se antagonizam – vão ao encontro do provisório desfecho dessa interação. Em 7 de junho de 2020, Carlos Wizard publicou a seguinte nota⁸:

Informo que hoje (7/junho) deixo de atuar como Conselheiro do Ministério da Saúde, na condição *pro bono*. Além disso, recebi o convite para assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta. Agradeço ao ministro Eduardo Pazuello pela confiança, porém decidi não aceitar para continuar me dedicando de forma solidária e independente aos trabalhos sociais que iniciei em 2018 em Roraima. Peço desculpas por qualquer ato ou declaração de minha autoria que tenha sido interpretada como desrespeito aos familiares das vítimas da Covid-19 ou profissionais de saúde que assumiram a nobre missão de salvar vidas.

Acreditamos que, diante das injustiças sociais e da necessidade urgente de reparo, a Carta/Nota de Repúdio se torna uma forte aliada para legítimas manifestações e ações coletivas. O contexto de pandemia deixa vestígios de práticas socioculturais que tendem a ser crônicos, como as *Fake News*, que, muitas vezes, acompanham discursos de ódio e instauram violência linguístico-discursiva em interações mediadas on-line. Logo, explorar essa temática constitui uma necessidade atemporal, para além desse gênero discursivo presente no mundo digital, instigando futuras pesquisas que se dediquem a investigações concernentes ao modo de (inter)agir dos/as atores/atrizes sociais em outros gêneros discursivos. Para (muito) além de manifestações restritas a uma materialidade textual, a carta/nota evoca (des)alinhamentos socioculturais e intersubjetivos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. Formação da competência leitora no ensino superior: uma prática de leitura analítico-reflexiva da coerência textual em artigo científico. *Desenredo*, v. 12, n. 2, p. 496-516, 2016.

ALBUQUERQUE, R. A noção de gêneros textuais no ensino de português brasileiro como língua adicional (PBLA): por uma prática centrada na cena genérica. In: SILVA, F. C. O.; VILARINHO, M. M. O. (Orgs.). *O que a distância revela: Diálogos em Português Brasileiro como Língua Adicional*. Brasília: UAB, 2017.

8. A nota está disponível em: <http://www.cnnbrasil.com.br/saude/apos-polemica-sobre-dados-da-covid-19-carlos-wizard-deixa-o-ministerio-da-saude/> Acesso em: 19 nov 2021.

ALBUQUERQUE, R. Ferramentas linguístico-discursivas, sequências textuais e gêneros textuais: eixos sociocognitivos de linguagem em diálogo na produção textual. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 85-102, 2019.

ALBUQUERQUE, R. Entre o comunicar e o interagir: contribuições epistêmicas da sociolinguística interacional para a Linguística Textual. *Revista de Letras*, v. 1, n. 41, p. 138-154, 2022.

ALBUQUERQUE, R.; MUNIZ, A. Proxémica linguístico-discursiva: um mecanismo de modalização intersubjetiva. *Fórum Linguístico*, [no prelo]

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino*: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.

ANTUNES, I. *Textualidade*: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.

ARUNDALE, R. B. Face as relational and interactional: A communication framework for research on face, facework and politeness. *Journal of Politeness Research*, v. 2, n. 2, p. 193-216, 2006.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1992].

BAZERMAN, C. Speech Acts, Genres, and Activity Systems: How Texts Organize Activity and People. In: WARDLE, E.; DOWNS, D. (Eds.). *Writing about writing*: A College Reader. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2014 [2004].

BEZERRA, B. *Gêneros no contexto brasileiro*: questões [meta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola, 2017.

BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

BLITVICH, P. G-C.; SIFIANOU, M. Im/politeness and discursive pragmatics. *Journal of Pragmatics*, v. 145, p. 91-101, 2019.

BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). *Nova pragmática*: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014.

BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

BOUSFIELD, D. *Impoliteness in Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.

BRONCKART, J. P. Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 49-69, 2003 [1996].

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2007 [1999].

BRONCKART, J. P. *L'enseignement des discours. De l'appropriation pratique à la maîtrise formelle*. Research on Child Language Acquisition. New-York: Cascadilla Press, 2001.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARREIRA, M. H. *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain-Paris: Peters, 1997.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; CUSTÓDIO FILHO, V.; CORTEZ, S. L.; PINTO, R. B. W. S.; PINHEIRO, C. L. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, S. D. Cartas de leitores: gênero discursivo porta-voz de queixa, crítica e denúncia no jornal O Dia. *Soletras*, v. 5, n. 10, p. 28-41, 2005.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, v. 25, p. 349-67, 1996.

CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011a.

CULPEPER, J. Politeness and impoliteness. In: AJIMER, K.; ANDERSEN, G. (Eds.). *Pragmatics of Society*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011b. p. 393-438.

CULPEPER, J.; HAUGH, M. *Pragmatics and the English Language*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

EELEN, G. *A Critique of Politeness Theories*. Manchester: St. Jerome, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio: o dicionário da língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2008.

FLICK, U. *An introduction to qualitative research*. 5th ed. London: Sage Publications, 2014.

GOFFMAN, E. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. UK: Penguin University Books, 1967.

GRAINGER, K. 'First order' and 'second order' politeness: Institutional and intercultural contexts. *In: LINGUISTIC POLITENESS RESEARCH GROUP (Org.). Discursive approaches to politeness.* Walter de Gruyter: Berlin/Boston, 2011. p. 167-188.

HALL, E. T. A System for the Notation of Proxemic Behavior. *American Anthropologist*, v. 65, n. 5, p. 1003-26, 1963.

HAUGH, M. The co-constitution of politeness implicature in conversation. *Journal of Pragmatics*, v. 39, n. 1, p. 84-110, 2007a.

HAUGH, M. The discursive challenge to politeness research: An interactional alternative. *Journal of Politeness Research*, v. 3, n. 2, p. 295-317, 2007b.

HAUGH, M.; CULPEPER, J. Integrative pragmatics and (im)politeness theory. *In: ILIE, C.; NORRICK, N. R. (Eds.). Pragmatics and its Interfaces.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 213-239.

HOLMES, J.; MARRA, M. Leadership and managing conflict in meetings. *Pragmatics*, v. 14, n. 4, p. 439-62, 2004.

KÁDÁR, D. Z.; HAUGH, M. *Understanding Politeness*. UK: Cambridge University Press, 2013.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. *In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.). Descortesia e cortesia: expressão de culturas.* São Paulo: Cortez, 2017.

KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: Trajetórias e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015 [2004].

LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or, minding your p's and q's. *In: CORUM, C. et al. (Eds.). Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, p. 292-305, 1973.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.

LEECH, G. N. *The Pragmatics of Politeness*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais & ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

MASON, J. *Qualitative Researching*. 2nd ed. London, Thousand Oaks & New Delhi: SAGE, 2002.
MELO, G. R. B. *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. 1999. 264f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

- MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarternly Journal of Speech*, v. 70, p. 151-67, 1984.
- MILLER, C. R. Rethorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Eds.). *Genre and the New Rethoric*. London: Taylor & Francis, 1994.
- MILLS, S. *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MOHAJAN, H. Qualitative Research Methodology in Social Sciences and Related Subjects. *Journal of Economic Development, Environment and People*, v. 7, n. 1, p. 23-48, 2018.
- MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *D.E.L.T.A.*, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.
- OLIVEIRA, J. R. *A carta aberta como instrumento de ação social: uma proposta de intervenção à luz do letramento na EJA*. 2018. 133f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Mestrado Profissional em Letras, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.
- OLIVEIRA, N. A. F.; ZANUTTO, F. O gênero carta aberta: da interlocução marcada à interlocução esperada. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (Orgs.). *Gêneros textuais em contexto de vestibular*. Maringá: EDUEM, 2017. p. 133-152
- PAIVA, V. L. M. O. Gêneros da Linguagem na perspectiva da complexidade. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 19, n. 1, p. 67-85, 2019.
- PASSOS, C. M. T. V. Funções discursivas das cartas do leitor. In: SOARES, M. E. *Pesquisas em Lingüística e Literatura*. Fortaleza: Universidade do Ceará, 2006.
- PASTANA, M. P. S. D. *Leitura e produção do gênero carta de leitor: os desafios de uma proposta de ensino*. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- PINTO, J. P. É só mimimi? Disputas metapragmáticas em espaços públicos online. *Interdisciplinar*, v. 31, p. 221-236, 2019.
- POMERANTZ, A. Preference in conversation: Agreeing and disagreeing with assessments. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. (Eds.). *The Discourse Reader*. 2nd ed. USA & Canada: Routledge, 2006 [1984].
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- RESENDE, V. M.; VIEIRA, V. C. Leitura e Produção de Texto na Universidade por meio de Roteiros de Aula: Um Exemplo da Abordagem. *Gláuks*, v. 16, n. 1, p. 75-97, 2016.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008.

SILVA, V. L. P. P. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, I. V.; BARROS, K. S. M. (Orgs.). *Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, 1997.

TERKOURAFI, M. Beyond the micro-level in politeness research. *Journal of Politeness Research*, v. 1, n. 2, p. 237-262, 2005.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. *Matrizés*, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

WATTS, R. J. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [2003].

Rodrigo Albuquerque

É doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília e professor adjunto da mesma instituição de ensino. E-mail: rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5279-4311>.

Rafael Nogueira Cavalcante

É licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas pela Universidade de Brasília. E-mail: rafaelcavalcante.unb@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6297-8563>

Recebido em 10/03/2022.

Aceito em 15/04/2022.

O DISCURSO DE ÓDIO E A ARGUMENTAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO MÉDIO

HATE SPEECH AND ARGUMENTATION: A PROPOSAL FOR HIGH SCHOOL

Samara Gabriela Leal França
USP

Resumo: Movido pela análise das falácia e da lógica informal, o pensamento crítico impulsionou novas perspectivas, nas quais se comprehende a importância de que os sujeitos em formação escolar desenvolvam a capacidade de formular, identificar e avaliar argumentos. Apropriando-se de tais habilidades, os alunos podem estar melhor preparados para posicionarse de modo menos ingênuo frente aos discursos que permeiam a sociedade que, de maneira explícita ou não, tendem a manipular pelo poder da linguagem. Desse modo, lançando mão da análise do discurso e de estratégias argumentativas, esta pesquisa objetiva tecer discussões acerca de uma proposta interventiva de ensino que tem como foco o processo de ensino-aprendizagem da argumentação nos gêneros cartas de solicitação e reclamação. As reflexões serão tecidas à luz de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2011), Breton e Gauthier (2001), dentre outros. Os resultados demonstram que tão importante quanto instrumentalizar os alunos no que tange aos recursos estratégicos da língua, é ensiná-los a construir argumentos em defesa de uma posição sem que se utilize do discurso de ódio, da “argumentação ad hominem” e do “confronto bélico”, conforme denominam Breton e Gauthier (2001). Esses conceitos serão melhor evidenciados ao longo do artigo.

Palavras-chave: Discurso de ódio; Argumentação; Confronto Bélico; Carta de Solicitação; Carta de Reclamação.

Abstract: *Driven by the analysis of fallacies and informal logic, critical thinking has driven new perspectives, in which it is understood the importance of subjects in school training to develop the ability to formulate, identify and evaluate arguments. (BRETON and GAUTHIER, 2001) Appropriating such skills, students may be better prepared to position themselves in a less naïve way against the discourses that permeate society, which, explicitly or not, tend to manipulate by the power of language. Thus, using discourse analysis and argumentative strategies, this research aims to discuss an interventionist teaching proposal that focuses on the teaching-learning process of argumentation in the genres letters of request and complaint. The reflections will be woven in the light of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Amossy (2011), Breton and Gauthier (2001), among others. The results show that it is as important to teach students how to construct arguments in defense of a position without using hate speech, “argumentation ad hominem” and “warlike confrontation”, as Breton and Gauthier (2001) call them. These concepts will be better evidenced throughout the article.*

Keywords: Hate speech; Argumentation; Warlike Confrontation; Letter of Request; Letter of Complaint.

INTRODUÇÃO

Ao proporem uma linha histórica para as teorias da argumentação, Breton e Gauthier (2001) concluem que o ensino sobre as estratégias argumentativas não estão tão presentes na sala de aula quanto deveriam. Para os autores, a ausência “de um ensino sólido e estruturado da argumentação, apoiado numa cultura geral, ampla e interessada na utilização prática, transforma os nossos jovens em cidadãos lançados à água sem aprendizagem prévia e posteriormente censurados por não saberem nadar.” (BRETON E GAUTHIER, 2001, p.148)

A ausência da argumentação e do raciocínio lógico em sala de aula pode ter sido fomentada por uma cultura escolar que, durante décadas, foi sedimentada na concepção de que o educador era o detentor do saber e o aluno, mero reproduutor e armazenador de informações. (FREIRE, 2000) Assim é que, quando se privilegiou o ensino da argumentação: habilidade essencial proposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Currículo de São Paulo aos alunos do Ensino Médio, por exemplo. E, quando o pensamento crítico impulsionou a necessidade de que os alunos fossem autônomos e reflexivos, observou-se a lacuna e a dificuldade dos discentes nessa condução de proposta pedagógica, uma vez que as provocações para que questionassem ou se posicionassem sobre o que aprendiam eram, ainda, incipientes.

Nesse sentido, evidencia-se, neste trabalho, a corrente do pensamento crítico, concedendo-lhe lugar nas investigações contemporâneas como possibilidade de se recuperar o fundamento pedagógico da argumentação. Isso porque foi a partir desta corrente que se iniciou a reflexão da finalidade educativa da lógica e do raciocínio, isto é, a necessidade de “inculcar o sentido crítico nos estudantes e desenvolver a sua capacidade de pensar”. (BRETON e GAUTHIER, 2001, p.148)

Para tanto, pretendemos, à luz da relação entre a análise do discurso, de base enunciativa (MAINGUENEAU, 2002) e a teoria da argumentação: tecer uma discussão acerca de uma proposta intervintiva de ensino que tem como foco a argumentação nos gêneros *cartas de solicitação e reclamação*. A intervenção foi realizada com alunos do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública do interior de São Paulo, cujas produções e propostas de atividades compõem o *corpus* de análise deste artigo. O livro “Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso” de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien configurou-se base para a aplicação da proposta que foi pautada em uma metodologia ativa e dialógica de ensino.

Com efeito, todo projeto de ensino deve partir de uma contextualização com a realidade e o cotidiano dos alunos, valorizando as experiências além da sala de aula. É nesse quesito que se observa, na primeira seção deste estudo, a mobilização para o projeto que envolve os conceitos de “confronto bélico” e da “argumentação ad hominem”, postulados por Breton e Gauthier (2001). Tais conceitos serão discutidos e relacionados a um fenômeno que tem se destacado que são os “discursos de ódio” que permeiam os ambientes virtuais dos quais os alunos participam de forma ativa. Já na segunda seção, apresenta-se a análise do projeto intervintivo e, por fim, são tecidas as considerações finais.

1 CONFRONTO BÉLICO, ARGUMENTAÇÃO AD HOMINEM E OS DISCURSOS DE ÓDIO

Com a campanha eleitoral para a presidência do Brasil em 2018, muitas discussões ideológicas, sobretudo ligadas às questões de gênero, religião, raça e posicionamento político ganharam força e espaço, de maneira especial no ambiente virtual.

Se por um lado, tal evento foi positivo à medida que privilegiou o debate, a discussão de ideias e a liberdade de expressão, por outro lado, culminou num fenômeno que é preciso ser discutido e refletido que são as atitudes violentas - ataques, perseguições, ofensas - assim como, os “discursos de ódio” que se repercutem rapidamente nas redes sociais e impactam fortemente os jovens, de modo geral e, sobremaneira, os que participaram deste estudo.

Essa afirmação decorre da recepção de uma pesquisa, composta por quatro questões, realizada com os discentes que participaram do projeto interventivo de ensino. O objetivo era buscar compreender melhor o evento discursivo acima evidenciado e seus efeitos para os participantes. Tais dados encontram-se ilustrados e discutidos abaixo:

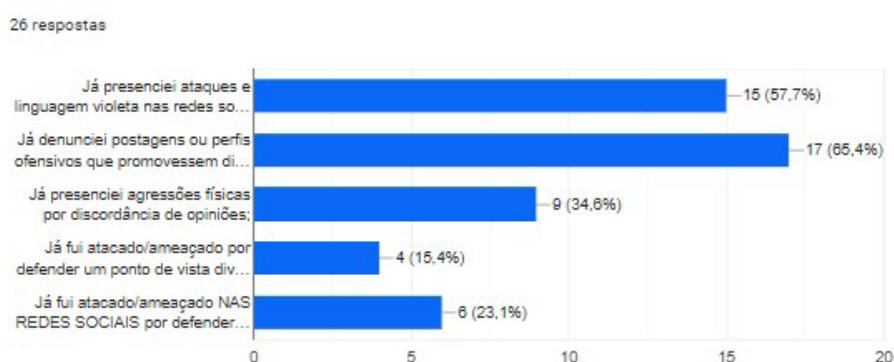


Figura 1. Situações vivenciadas nas redes sociais

Fonte: Autoria própria

Vinte e seis alunos responderam à pesquisa e, na primeira questão, eles poderiam marcar mais de uma opção. Assim, ao serem questionados sobre as vivências nas redes sociais com relação aos discursos de ódio:

- 65,4% deles afirmaram já terem denunciado postagens e perfis ofensivos que promovesssem discurso de ódio;
- 57,7% responderam já terem presenciado ataques e linguagem violenta nas redes sociais para se defender um ponto de vista;
- 34,6% declararam já terem presenciado agressões físicas por discordância de opiniões;
- 23,1% afirmaram já terem sido atacados/ameaçados nas redes sociais por defenderem um ponto de vista divergente de outras pessoas;
- 15,4% disseram já terem sido atacados/ameaçados pelo mesmo motivo, fisicamente - aqui entendido como fora das redes sociais.

Destaca-se da primeira pergunta a consciência crítica dos alunos, uma vez que a grande maioria já denunciou esses eventos nas redes sociais e, também, o impacto dessas situações para os jovens, pois apesar de os ataques e da linguagem violenta não terem ocorrido com eles mesmos (76,9%), metade deles, ao menos, presenciaram tal evento nas redes (57,7%).

Com relação às redes sociais em que mais presenciaram esses ataques e ameaças, os discentes elencaram em primeiro lugar o Facebook, seguido pelo TikTok e depois pelo Instagram. Possivelmente, sejam essas redes sociais as mais acessadas pelos alunos, conforme podemos ver no gráfico abaixo:

2) Em qual rede social você já observou ataques e ameaças desse tipo?

26 respostas

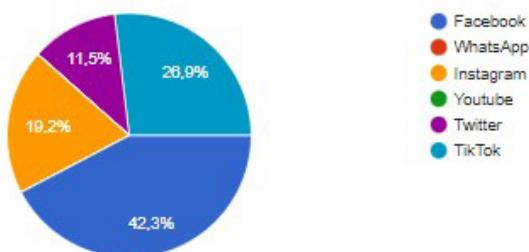


Figura 2. Redes Sociais que mais veiculam o discurso de ódio

Fonte: Autoria própria

A pesquisa procurou saber, também, quais os temas que mais suscitam a linguagem violenta. Segundo os discentes, e como veremos a seguir, são eles: i) Homofobia; ii) Intolerância Política e Misoginia ; iii) Xenofobia e Racismo, por fim, iv) a intolerância religiosa:

Encerrando a pesquisa, os alunos foram instigados a refletir sobre o controle das redes sociais com relação aos conteúdos que veiculam, conforme será demonstrado nos gráficos seguintes:



Figura 3. Temas que mais suscitam o discurso de ódio

Fonte: Autoria própria

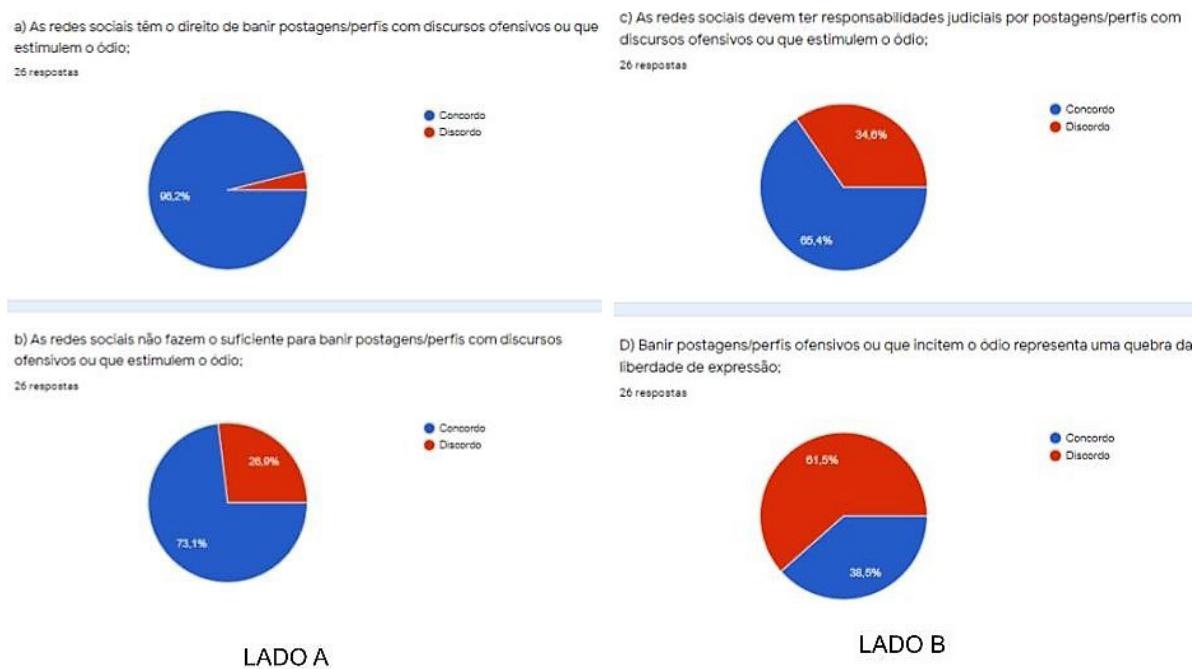


Figura 4. O controle das redes sociais com relação aos conteúdos que veiculam

Fonte: Autoria própria

Nesse último tópico da pesquisa:

- 96,2% dos alunos acreditam que as redes sociais têm o direito de banir postagens/perfis com discursos ofensivos ou que estimulem o ódio;
- 73,1% concordam que as redes sociais não fazem o suficiente para banir postagens/perfis com discursos ofensivos ou que estimulem o ódio;
- 65,4% afirmaram que as redes sociais devem ter responsabilidades judiciais por postagens/perfis com discursos ofensivos ou que estimulem o ódio;
- 61,5% discordam que banir postagens/perfis ofensivos ou que incitem o ódio representa uma quebra da liberdade de expressão;

Embora a pesquisa tenha sido respondida de maneira anônima para que os alunos pudessem responder com segurança e liberdade, os resultados foram discutidos com eles para que tivessem consciência de que o discurso tem poder tanto positivo quanto negativamente. E que tudo o que é dito ou escrito tem uma resposta, uma repercussão, uma consequência.

Ao se discutir com os alunos como esses discursos de ódio são construídos, pode-se observar nesses conflitos que a argumentação perde lugar, uma vez que, como defendem Breton e Gauthier (2001) “a argumentação exige a renúncia à força, à violência, ao confronto bélico. É certo que só há argumentação quando há desacordo, mas ela impõe uma resolução do desentendimento por meio da discussão, do debate discursivo, em vez do confronto bélico.” (p.13). Embora não haja nos autores citados a definição de “confronto bélico”, pelo contexto onde o conceito aparece e, ainda, retomando o termo através de seu sentido denotativo temos como palavras correlatas

“guerra”, “luta”, “batalha”, “conflito” e “briga”.

Assim é que se comprehende que argumentar não é revelar ou, ainda, impor uma certeza/verdade, muito menos utilizar um discurso violento. Antes de tudo, trata-se de se estabelecer uma convicção e de buscar o consenso. É o oposto do que se depreende nos discursos que circulam as redes, em que cada sujeito envolvido nesses debates públicos busca uma imposição daquilo em que se acredita, muitas vezes, atacando o adversário, e ficando, nesse contexto, demasiadamente longe da pretensão de se chegar a um acordo. Na figura abaixo, podemos analisar um exemplo:



Seu ridículo, crítica a opinião do Levir mas pode dar a sua livremente né?? Onde está a democracia? Seu comunista de merda, você pode e deve ter sua opinião, mas desmerecer e dizer que o outro não pode dar sua opinião é típico de gentinha como você, vai morar em Cuba, saia da internet, não use telefone, vai viver na caverna, seu comunista de merda.

Figura 5. Discurso de ódio

Fonte: BLOG SAKAMOTO, disponível em blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/uol_amp/2014/09/30/caso-levy-a-diferenca-entre-emitir-opiniao-e-proferir-discurso-de-odio/

Como se pode observar, a estratégia utilizada no discurso acima consiste, sobremaneira, em atacar o outro. Expressões como “Seu ridículo” e “gentinha” - utilizada no diminutivo de maneira pejorativa - e outras ofensas presentes no texto, além de fazerem com que o debate se configure no conceito de “confronto bélico”, fazem emergir a classificação da argumentação “ad hominem”.

Esse tipo de argumento, conceituado por “ad hominem”, foi preconizado por John Locke. Para ele, significava “a contestação de um oponente por este se recusar a aceitar a conclusão que se impõe a partir de premissas às quais declara aderir”. (BRETON E GAUTHIER, 2001, p.103) Ou seja, caracterizava-o como uma incoerência, uma contradição.

Entretanto, com o avanço das teorias da argumentação, o argumento “ad hominem” passou a ser compreendido como um “ataque à pessoa do adversário, mais do que às suas ideias, opiniões ou argumentos”. (BRETON E GAUTHIER, 2001, p.103) Nesse sentido, ao analisar a figura 5, observa-se que a argumentação utilizada busca desqualificar o outro, como é comum em diversos discursos de ódio que circulam nos ambientes virtuais. Nesses tipos de discursos, portanto, o “confronto bélico” e a “argumentação ad hominem” estão sempre presentes.

Refletir essas questões, principalmente com os sujeitos ainda em formação escolar, faz com que haja possibilidade de desconstrução dessas práticas, posto que os efeitos delas são ruins para as pessoas envolvidas nos debates. Podem trazer consequência do mundo virtual ao presencial, podem difamar alguém, sem mencionar a *política de cancelamento* das redes.

Além disso, a imposição desses tipos de discursos, de maneira rotineira, faz com que temas importantes sejam banalizados como o respeito às diferenças, - religiosas, políticas, étnicas - redimensionando a intolerância nos debates e nas relações interpessoais. A utilização de estratégias

argumentativas sólidas pode colaborar para uma convivência pacífica das diferenças, obtendo melhores resultados, inclusive, para a “adesão de mentes”, isto é, para convencer alguém, de maneira mais respeitosa e significativa.

2 ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM CARTAS DE RECLAMAÇÃO E SOLICITAÇÃO: UMA PROPOSTA DE ENSINO

Nos termos de Amossy (2017), as disputas polarizadas acerca das ideologias já discutidas anteriormente sempre existiram na sociedade e continuam a ganhar destaque e ampliação, sobretudo, numa época com relevo das relações mediadas pela tecnologia. Embora haja os defensores de que as distintas dicotomizações tivessem de ser amenizadas, há aqueles, como a autora, que acreditam que isso não seja factível, uma vez que o conflito e o dissenso fazem parte da interação humana.

A autora defende que as polarizações cumprem funções sociais, e diferentemente do que se pode pensar, podem colaborar para os mecanismos democráticos da sociedade. Assim, em vista de se refletir sobre a moldagem da polêmica como lugar que privilegia os debates e a resolução de conflitos, comprehende-se a relevância de propostas escolares que visem ao ensino da utilização de estratégias argumentativas, suas construções de sentido e as marcas de posição do enunciador contra a perspectiva da impolidez e o discurso de ódio nas interações sociais públicas.

Se, como tem-se defendido, a argumentação não se constrói através das estratégias “ad hominem” e, tampouco, através do “confronto bélico”, a argumentação como atividade linguística e como o estudo das técnicas discursivas fundamentam não apenas a análise deste artigo, mas também o plano de ensino evidenciado.

Assim é que se comprehende, nos termos de Munson (1976) e Fogelin (1978), que a argumentação é uma atividade essencialmente linguística, ou seja, podemos realizá-la através da linguagem. Além disso, como defende Perelman (1970), a argumentação corresponde ao estudo “das técnicas discursivas que permitem provocar ou reforçar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento”. (BRETON E GAUTHIER, 2001, p.50)

Para a análise de tais estratégias, Perelman e Obrechts-Tyteca (2005) são referências para que se comprehenda as técnicas de discursos que buscam persuadir e convencer; pois, como já elucidado, de acordo com eles, é fundamental se refletir sobre os recursos discursivos utilizados para se obter a “adesão das mentes”.

Na perspectiva dos autores, a apresentação dos dados, a organização do texto, a repetição de palavras e as escolhas de termos e signos, mesmo contraditórias à expectativa do leitor, avivam a atenção deste àquilo que se quer comunicar/argumentar no discurso. Dessa maneira, comprehende-se que “para discernir o uso argumentativo de um termo, é importante, pois conhecer as palavras ou as expressões de que o orador poderia ter-se servido e às quais preferiu a palavra utilizada”. (PERELMAN E OBRECHTS-TYTECA, 2005, p.170)

Lançando mão dessa concepção de estudo, nesta seção, pretende-se discutir um dos diversos caminhos possíveis para aproximar os discentes dos recursos linguísticos argumentativos. As etapas

do projeto de ensino que serão analisadas seguem a ordem: i) leituras; ii) compreensão do gênero dentro do seu contexto de circulação e iii) análise do discurso e das estratégias argumentativas. Alguns textos trabalhados e a proposta com as cartas de solicitação e reclamação podem ser encontrados no livro didático, do PNLD 2018 a 2020, “Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso” de William Cereja, Carolina Vianna e Christiane Damien.

2.1 As cartas analisadas

As primeiras cartas analisadas (Cartas 01 e 02) não evidenciam o discurso de ódio nas interações, no entanto, elas foram analisadas com os alunos, a fim de que se compreendesse a contextualização dos gêneros estudados e que, com estratégias argumentativas solidificadas, a impolidez e descortesia perdem lugar. Refletiu-se sobre quem as produziu, a quem se dirigia, qual a solicitação ou reclamação realizada, se a identificação do assunto estava clara, assim como a situação de comunicação em que elas circularam. Mais cartas foram discutidas e analisadas com os alunos, entretanto, aqui serão evidenciadas apenas três.

Quanto às estratégias argumentativas destacadas, na primeira carta que segue - de solicitação - observou-se a escolha de alguns termos que reforçam o argumento principal defendido no discurso: a relevância de se considerar o circo como opção no “Edital de Seleção de Patrocínios de projetos culturais” da empresa Correios, conforme se evidencia abaixo:



Rua Pompeia, 1928 - Mta Pompeia - CEP: 01023-001 São Paulo (11) 3888-4172 luanainci@arcoesp.com.br

Figura 6. Carta de Solicitação

Fonte: Disponível em: carta-correios.jpg (2482×3508) (wordpress.com). Data do acesso: 18/08/2021

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), “a escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo” (p.168). Assim, entende-se que os adjetivos, utilizados no superlativo, como “profícuo”, “imensa”, “inúmeros”, “fortalecida” não foram escolhidos a não ser para cumprir seu objetivo no discurso que é convencer à empresa de Correios da qualificação da cooperativa circense para que façam parte do Edital de Seleção.

Alinhados, ainda, às concepções dos autores acima mencionados, depreende-se que “por vezes a escolha de um termo será destinada a servir de indício, indício de distinção, de familiaridade ou de simplicidade” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.169). Assim é que ao mencionarem instituições familiares e reconhecidas no âmbito cultural como SESC, SESI, CAIXA CULTURAL, os enunciadores demonstram as referências artísticas que possuem estabelecendo uma relação de comunhão com os destinatários da carta que, através do edital, se comprometem com a difusão da cultura.

Além disso, observa-se que, embora a carta seja assinada pelo presidente da Cooperativa Brasileira de Circo, ela representa o interesse de “todas as demais entidades que compõem a Aliança Pró Circo”, o que fica claro logo no início do texto, numa tentativa de se estabelecer uma preocupação coletiva e que busca atender não apenas os interesses dos remetentes, mas os dos seus interlocutores também. Foi possível discutir com os alunos, ainda, que apesar de se tratar de uma carta de solicitação é possível ser destacada no texto em evidência uma reclamação implícita: a de ainda não fazer parte do Edital de Seleção da empresa.

Já na carta de reclamação abaixo, outras estratégias foram reconhecidas:

São Bernardo do Campo, 09 de junho de 2000.
Pergunto para a empresa F do Brasil, por intermédio deste conceituado portal, já que não obtive resposta aceitável por meio do único canal de comunicação com a fábrica, o telefone 0800.

Comprei um veículo FF, em leilão, com 10 mil quilômetros rodados, proveniente da frota utilizada em Camaçari pela empresa F. Por se tratar de carros utilizados por funcionários de alto escalão da empresa, fui informado de que o carro estaria sem garantia. Meu avô comprei, confiando na qualidade dos produtos da Marca F, pois já adquiri diversos veículos, e meus familiares, ao longo de 20 anos, têm sido também clientes dessa montadora. Exemplos: FX Super Série, FSUPER, FC (4 ao longo dos anos), FY Sedan, FY Hatch (anos 2007 e 2009), FK 2009, FF 2008 e um FW 2010, que ainda não chegou, todos sempre comprados em concessionárias F (principalmente a FS, com a Sra. T.).

Por minha conta, mandei o veículo comprado no leilão para a revisão dos 10 mil e 15 mil km (antecipadamente, para evitar problemas), pagando normalmente por três revisões. Porém, na última revisão surgiu um defeito que, segundo a concessionária FS e a própria empresa F, localizava-se no diferencial do carro, que afeta a tração 4wd, fazendo com que o veículo trave as rodas traseiras em funcionamento (nunca tinha ouvido nem lido nada a respeito disso). Após a constatação do defeito, a concessionária entrou em contato com o fabricante, a fábrica autorizou a troca da peça e ainda me ofereceu garantia estendida, comunicando a mim e também à concessionária a troca sem custo algum (mesmo não estando em garantia, por se tratar de um defeito de fabricação e não de mau uso). Após cerca de 3 semanas da autorização do conserto, a própria F me ligou (consultor R. de O., do 0800 da fábrica), alegando que não fariam mais o conserto, por se tratar de um carro comprado em leilão. Fiquei muito surpreso, pois, quando ligaram autorizando, estavam cientes de que era um carro de leilão. Passados mais de 30 dias, o meu carro está no elevador da concessionária, desmontado, sem solução, pois, na minha opinião, a fábrica não sabe o defeito do carro! Diferencial com problemas! Como? Nunca vi isso, e para que leilão um carro com problema no diferencial? Como vou consertar? Se nem a fábrica tem essa peça, ou seja, isso não se quebra!!! (O atendente do 0800 me disse que a peça teria de vir do México e achava que iria demorar cerca de 30 dias.) Pésimo isso, a empresa F está no país há várias décadas, não é uma marca recente como outras que também sofrem por falta de peças.

Assumi a responsabilidade de comprar um carro em leilão ciente de que não possui garantia. Mas um defeito no diferencial, isso não aceito. Se após 6 meses de eu ter comprado um carro em leilão, ele rachar no meio, o fabricante não se responsabiliza por nada? Isso é bem estranho. E me pergunto: como se quebra um diferencial de um carro com 14 mil km e automático?

Fico no aguardo por alguma ajuda no caso.

Figura 7. Carta de reclamação

Fonte: Cereja, (2016, pp. 169-170)

Pode-se observar, na figura acima, um vasto campo de estratégias argumentativas que foram analisadas com os discentes após serem revisados os elementos que compõem o gênero em questão. O primeiro elemento argumentativo foi a colocação do enunciador como cliente antigo da Fábrica F, em que não apenas ele, mas toda sua família adquire automóveis. Esse estabelecimento de comunhão com outras pessoas explicita que ao deixar o reclamante descontente, a empresa pode perder mais de um cliente.

Observa-se, também, que o autor se utiliza do argumento “de provas concretas ou princípio”, quando usa nomes e dados para confirmar a veracidade das informações que expõe na carta. O enunciador, ainda, tece elogios à empresa contratada no fragmento “...mesmo assim comprei, confiando na qualidade dos produtos da marca F.”; uma confiança que foi quebrada, mas pode ser restaurada mediante a resolução do problema.

Outra estratégia do enunciador é assumir parte da responsabilidade pelo ocorrido “assumi a responsabilidade de comprar um carro em leilão cliente de que não possui garantia.”, e se mostra uma pessoa flexível, disposta a contribuir para a solução do conflito.

Como se pode perceber, há, ainda, uma série de questionamentos retóricos dirigidos aos leitores, a fim de direcionar a argumentação à resposta pretendida pelo autor, como em... “Nunca vi isso, e para que leiloar um carro com problema no diferencial? Como vou consertar?” e, depois, em “E me pergunto: como se quebra um diferencial de um carro com 14 mil km e automático?”

Para finalizar a identificação das estratégias, observa-se que o enunciador elabora uma apresentação sucessiva de várias informações ou elementos necessários à compreensão do texto que colaboraram para o argumento desenvolvido. Desse modo, essa foi a reflexão final com os discentes: as estratégias utilizadas na carta contribuíram para que seu autor atingisse seu objetivo? A posição dos alunos foi consensual ao afirmarem que julgavam que sim.

A respeito de outras cartas analisadas em sala, a representada na Figura 08, com uma reclamação pouco comum, mas verdadeira, faz retomar os conceitos da argumentação “ad hominem” e do “confronto bélico”. Assim, foi possível discutir com os alunos a questão da impolidez, e, ao mesmo tempo, da falta de estratégias argumentativas que conseguissem convencer à destinatária da carta. Refletir sobre a reclamação realizada possibilitou a compreensão dos efeitos do discurso de ódio para quem o recebe e de que maneira a mesma carta poderia ter sido escrita se lançasse mãos de estratégias argumentativas bem utilizadas, como por exemplo, aquelas presentes e analisadas nas Cartas 01 e 02. Sabe-se que a carta abaixo não foi persuasiva, pois a interlocutora da carta ficou admirada quando a recebeu e, além de não mudar sua postura, enviou-a para uma comediante australiana que a divulgou em suas redes sociais, escrevendo uma coluna sobre o assunto.

Os ataques à destinatária da carta, consoante figura 08, e o modo como ela foi elaborada - com ironias e expressões pejorativas -, retomam justamente o que foi discutido na seção anterior, quando os sujeitos recorrem a ataques e à linguagem violenta para se posicionar ou tentar convencer alguém. Entretanto, além de todos os aspectos negativos que já foram evidenciados, essa elaboração argumentativa, muitas vezes, não atinge a finalidade de se chegar a um acordo ou

ao convencimento, que são os objetivos centrais ao se argumentar.

A carta em análise causou justamente o oposto da finalidade a que se propôs, pois a interlocutora além de enviá-la para uma comediante, passou a postar ainda mais imagens de sua filha nas redes. Nesse sentido, depois de toda reflexão sobre “discursos de ódio, linguagem violenta, confronto bélico e argumentação ad hominem”, a provocação, para os alunos, era buscar as razões pelas quais as remetentes da carta não obtiveram êxito.

Em consonância com todas as considerações tecidas e, ainda, com a posição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), torna-se evidente que ao se argumentar, faz-se necessário considerar “o outro”, bem como sua reação perante a troca discursiva. Quando se utiliza da linguagem violenta, fica claro que não se considera o interlocutor. Assim, os alunos deveriam reescrever a carta, escolher e apresentar melhor os argumentos, adaptando o discurso aos efeitos procurados. Um exemplo dos resultados pode ser analisado abaixo:

Jade,

Me reuni com algumas das garotas estamos tão CANSADAS de seus comentários recorrentes sobre a sua vida e cada pequena coisinha que Addy faz. Olha, nós todas temos filhos pelos quais somos loucas - adivinhe - todo pai acha que seu filho é o melhor do mundo. Mas não fazemos todo mundo engolir isso!!! Ela veste uma roupa nova - bem, tire uma foto e mande PRIVADAMENTE para a pessoa que deu a roupa para ela - não para todos!!! Ela engatinha para fora do tapete - nós NÃO ligamos!!! Ela tem 6 meses - GRANDE COISA!!! Pare e pense - se todas as mães postassem todas as bobagens sobre seus filhos - tenho certeza de que você se cansaria muito rápido. Mal podemos esperar para você voltar ao trabalho - talvez você não tenha tanto tempo para passar no Facebook. Addy é linda e nós todas a amamos, mas nossas crianças são demais também. Acho que você está irritando muita gente com seus "Addy isso e Addy aquilo" - achamos que isso diminuiria depois do primeiro mês, mas isso não aconteceu. Nem todo mundo está tão interessado quanto você sobre o que Addy faz, então dê um tempo. Estamos fazendo isso para que você saiba o que realmente as pessoas pensam.

Figura 8. Carta de reclamação pouco comum

Fonte: Revista Crescer | Curiosidades (globo.com)

A produção discente, a exemplo das demais, demonstra a compreensão de que a utilização de estratégias argumentativas pode, e deve, partir do pressuposto da negociação, observados os ajustes realizados no processamento da interação. Destaca-se na carta: i) o estabelecimento de uma comunhão com uma amiga comum, “Luiza”, ou seja, a preocupação de que trata a carta não é apenas de uma só pessoa ; ii) primeiramente, o enunciador utiliza a estratégia de reciprocidade, parabenizando o nascimento da filha e afirmando que ela “realmente” é muito linda e, assim, depreende-se a relevância das postagens na compreensão “se é bonita, vale mesmo compartilhar”; iii) a interlocutora elabora seu lugar de fala, pois se coloca como uma profissional da Delegacia, uma autoridade para falar sobre crimes (cibernéticos ou não) e, por fim, iv) torna-se evidente o principal argumento: os perigos que podem decorrer do excesso de exposição nas redes.

Ademais, os anos de amizade justificam a preocupação e o alerta das amigas. A escolha da expressão “...que você não nos entenda mal, só achamos uma boa ideia te alertar sobre isso” torna a carta menos impositiva do que a versão original, onde podemos encontrar expressões como “...

então, dê um tempo”. O tom assumido é mais respeitoso, o que pode colaborar para a modificação da atitude da interlocutora.

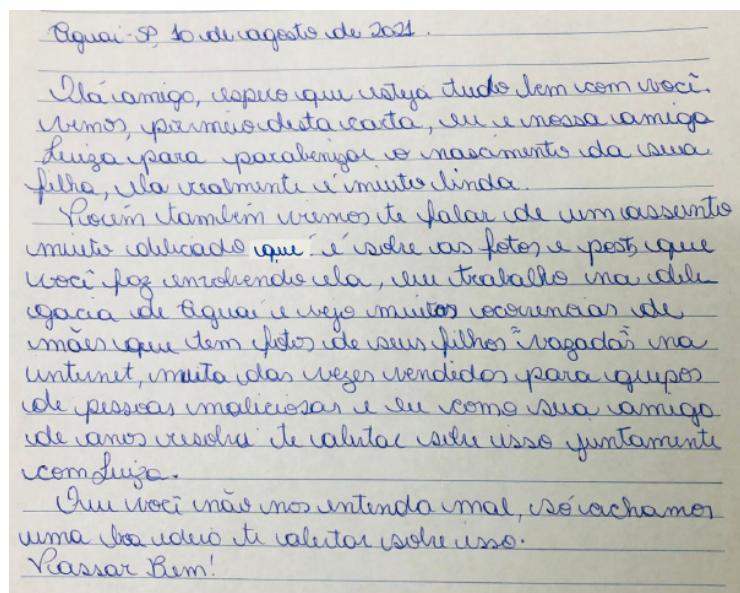


Figura 9. Produção discente

Fonte: Autoria própria

Essas observações e os resultados do projeto de ensino permitem concluir que foi favorecido aos discentes identificar, avaliar e construir seus próprios argumentos a fim de se posicionar frente a uma situação discursiva concreta, respeitando-se a posição do interlocutor. Nesse contexto, o papel do professor é de mediador, suscitando reflexões e análises. Para as atividades propostas, o pensamento crítico foi uma concepção fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma pesquisa realizada com os discentes participantes deste estudo, foi possível se discutir acerca de eventos discursivos, principalmente os que ocorrem nas redes sociais, que se utilizam do “confronto bélico” e da argumentação “ad hominem”. Esses debates, marcados por uma relação de força e imposição, fazem uso da linguagem violenta e do discurso de ódio, desconsiderando o jogo argumentativo pautado na defesa de ideias e na consideração da reação do outro.

Tal motivação possibilitou levar para a sala de aula um projeto de ensino sobre estratégias argumentativas em cartas de solicitação e reclamação. Através das análises dessas estratégias, foi mostrado que, embora só seja possível haver argumentação a partir de pontos de vista divergentes entre os interlocutores, o debate não precisa acontecer baseado em ataques e desrespeito. Contrariamente a isso, demonstrou-se que estratégias argumentativas bem elaboradas são capazes de produzir ou transformar uma discussão para se conseguir a adesão de outros participantes.

Espera-se que este estudo possa colaborar com pesquisas que tematizam o ensino da argumentação para os sujeitos ainda em idade escolar, privilegiando, nesse contexto, a corrente do

pensamento crítico que impulsionou o aspecto pedagógico na história das teorias da argumentação.

Abordagens de ensino como a que foi apresentada podem contribuir para a tomada de consciência sobre a força e o poder que a linguagem possui nos discursos que permeiam a sociedade, sejam eles virtuais ou não. Os alunos participantes do projeto puderam compreender que a força deve estar no argumento e não na relação de poder imposta na interlocução.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. *Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1.p. 129-144, nov. 2011.

_____. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

AQUINO, Zilda. *Conversação e conflito* – estudo das estratégias discursivas em conversações polêmicas. Tese de doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. *História das Teorias da Argumentação*. Trad. Maria de Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001

BÜHLER, Karl. *Teoria del Language*. Madrid, Revista de Occidente.1^a.ed. Tradução do alemão, 1934, Julian Marias.

CEREJA, William Roberto. *Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.168-173.

DOLZ, Joaquim ; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. *Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento*. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. *Gêneros Orais e escritos na escola*. Trad. e org. ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. São Paulo: Mercado das Letras, 2004, p. 95-128.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

_____. *Nacimiento de la Biopolítica*. Curso em el Collège de France: 1978-1979. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007c.

Freire, Paulo. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PALUMBO, Renata. *Argumentação e sociocognição nos discursos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 18, p. 104-121, abr.2019. DOI dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2304.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Música popular: de olho na fresta*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

Samara Gabriela Leal França

Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa (USP), Mestra em Letras (USP). Atualmente, é diretor de escola na Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi e professora de Ensino Fundamental II - LP e LE – na escola E.E “Padre Geraldo Lourenço”. E-mail: samarafranca@usp.br

Recebido em 20/03/2022.

Recebido em 20/04/2022.

NO CONTRADISCURSO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A CENOGRÁFIA DE UMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA

IN THE COUNTER-DISCOURSE OF DOMESTIC VIOLENCE: THE SCENOGRAPHY OF AN ADVERTISING CAMPAIGN

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima

Jaqueline Alves da Silva

UEG

Resumo: O presente trabalho busca analisar uma campanha contra a violência doméstica que cenograficamente apresenta em seus enunciados o contradiscorso propagandista de reação à misoginia e ao machismo que hostilizam a mulher na sociedade. Com isso, fomentamos um diálogo sobre práticas discursivas cotidianas e sobre a pertinência de problematizarmos, na esfera escolar, temas que afligem a humanidade. Pautamos nossa pesquisa na Análise do Discurso francesa, a fim de estabelecermos um paralelo entre as irrupções dos atuais casos de violência, suas condições de produção e o ensino de Língua Portuguesa a partir do estudo da perspectiva dos gêneros discursivos. O método empírico de cunho interpretativo embasa os procedimentos de análise que não concebem o discurso como produto, mas como um processo que se realiza ao longo das observações sempre atreladas ao postulado discursivo e corpus analisado. Afora, observamos como o crescente número de casos de violência doméstica no Brasil convoca-nos à desconstrução de discursos que inferiorizam a mulher.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Discurso. Ensino.

Abstract: The present work seeks to analyze a campaign against domestic violence that scenographically presents in its statements the propagandist counter-discourse of reaction to misogyny and machismo that antagonize women in society. With this, we encourage a dialogue about everyday discursive practices and about the pertinence of problematizing, in the school sphere, themes that afflict humanity. We base our research on the French Discourse Analysis, in order to establish a parallel between the outbreaks of current cases of violence, their conditions of production and the teaching of Portuguese Language from the study of the perspective of discursive genres. The empirical method of interpretive nature supports the analysis procedures that do not conceive the discourse as a product, but as a process that takes place throughout the observations always linked to the discursive postulate and analyzed corpus. Apart from that, we observe how the growing number of cases of domestic violence in Brazil calls us to deconstruct discourses that make women inferior.

Keywords: Domestic Violence. Discourse. Teaching.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Producir um artigo científico é, necessariamente, um meio para problematizarmos práticas cotidianas de discursos que se materializam na linguagem. As campanhas de conscientização, a exemplo disso, podem se materializar em diversos tipos de gêneros e, nesta ordem, militar contra a violência doméstica em discursos propagandistas.

Charaudeau (2010) define o discurso propagandista como um discurso de incitação a fazer e complementa que estudar esse tipo de discurso é considerá-lo um processo discursivo abrangente, a fim de se averiguar como se ligam a ele diversos gêneros, tais como o publicitário, o promocional e o político. Aqui, buscamos problematizar campanhas contra a violência doméstica que, cenograficamente, apresentam seu contradiscurso em enunciados que reagem a discursos misóginos e intolerantes. Para Maingueneau (2015, p. 123), “a noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar”. O autor elucida dizendo que um romance pode ser enunciado por meio de uma *cenografia* do diário íntimo, do relato de viagem, de uma conversa ao pé do fogo, de uma correspondência amorosa.

Embasdando-nos nesses conceitos singulares, analisamos uma campanha contra a violência doméstica que, cenograficamente, se apresenta em anúncio publicístico. Esta reveste-se de determinados recursos estilísticos na cena enunciativa, objetivando que suas finalidades sejam alcançadas. Há um propósito de se conscientizar a população para denunciar a violência doméstica, de convencer e instruir mulheres a tomarem providências e atitudes que denunciem a agressão e o agressor.

Vivenciamos situações na sociedade atual que são heranças de um passado injusto que não cala sua voz em discursos que disseminam preconceito e segregação entre as relações de gênero. Dizemos isso porque todo discurso é constitutivamente histórico, sendo a memória basilar à sua construção e permanência. Assim, neste artigo, partimos da hipótese de que o estudo com o gênero campanha publicitária nas aulas de Língua Portuguesa constitui um campo de significações e materialidade enunciativa sobre as práticas cotidianas que tecem posicionamentos ideológicos nos sujeitos. Buscamos, em tese, problematizar discursos de campanhas que denunciam a violência contra a mulher em propagandas no Brasil e no mundo.

Isto posto, nosso objeto de estudo constitui-se do discurso publicístico em campanhas contra a violência doméstica, veiculadas em diferentes países na mídia impressa e digital, entre 2010 e 2020, dentre as quais escolhemos uma campanha brasileira para ser analisada. Este artigo edifica-se em uma metodologia qualitativa de cunho interpretativo, cujos procedimentos constroem-se ao longo da análise de uma campanha publicitária contra a violência doméstica que se vincula aos princípios teóricos, objetivos e questões que norteiam a presente investigação. Tentamos, com essa proposta, fomentar um diálogo entre práticas discursivas cotidianas e a prática do ensino de Língua Portuguesa, pois consideramos crucial que os temas que afigem a humanidade entrem na escola, alcancem o livro didático e se tornem acessíveis aos sujeitos em seus diferentes níveis de

escolaridade.

Pelo fato de o discurso sobre violência doméstica, materializado em campanhas de conscientização, ser o objeto de análise desta pesquisa, orientamo-nos teoricamente à luz da Análise do Discurso de linha francesa, advinda dos estudos de Pêcheux (2007) e Foucault (2008), somados às contribuições de Charaudeau (2010), Maingueneau (2015) e de outros autores. Com isso, depreendemos como os discursos cotidianos, principalmente aqueles que afigem a humanidade, veiculados midiaticamente, podem constituir temas relevantes. São conteúdos que nos convocam, na condição de educadores que somos, a discuti-los em sala de aula.

Para cumprirmos tal objetivo, os gêneros discursivos constituem um liame para a reflexão e construção de uma postura crítica. Por meio do trabalho com leitura, interpretação e produção escrita em sala de aula, é possível conscientizarmos uma parcela da sociedade contra mazelas historicamente instauradas entre nós, como a violência doméstica, alvo do presente estudo. Pesquisar sobre o discurso propagandista de campanhas contra a violência doméstica, além de poder constituir material didático, também pode promover reflexão sobre práticas do cotidiano que ainda relegam o sujeito ao silenciamento do sofrimento. Entendemos que há premência em se discutirem as práticas sociais em sala de aula e que é pelo viés da formação escolar que conseguimos despertar o senso crítico do aluno, aclarando-o dos seus direitos, deveres e, com isso, desconstruir os silêncios que o oprimem.

2 A PRÁTICA DISCURSIVA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO

O discurso é uma representação inerente à cultura, o que nos leva a indagar como as representações culturais se constituíram e perpassaram o tempo, estando algumas até hoje enraizadas em nossa sociedade, como é o caso da violência doméstica.

Foucault entende que:

[...] o discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedece à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. (FOUCAULT, 2008, p. 170 -171)

Os discursos mobilizados na atualidade estão intimamente ligados a discursos anteriores que instauram novas práticas ou reatualizam outras já esquecidas. O conceito de prática discursiva, consoante Foucault (2008), pode ser descrito como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). A prática discursiva, assim como o discurso, pode ser constantemente ressignificada, gerando desta forma novos discursos e novas práticas resultantes desses discursos. Contudo, mesmo com as inúmeras transformações pelas quais as práticas

discursivas passam, estas são mobilizadas por uma memória.

Nas palavras de Pêcheux (2007, p. 50), a memória deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. A memória, segundo o autor, “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56). É comum nos depararmos com enunciados que materializam acontecimentos na atualidade que traduzem, no caso específico deste trabalho, uma herança injusta sobre as mulheres.

Embora se apresentem na ordem histórica de um discurso que se tornou regular, por terem sido comumente aceitos, por fazerem parte de uma regularidade outrora conveniente ao lugar da mulher na sociedade, são enunciados que se legitimam na esteira de um tempo pretérito. “A memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (ACHARD, 2007, p. 17). O elo do passado com os dias atuais é indissociável, uma vez que a memória é elementar à existência de todo e qualquer discurso, independentemente de suas condições de aparecimento na atualidade.

Em várias casas, as cenas domésticas clássicas que povoam o cotidiano de muitos educandos são de violência doméstica contra suas mães, irmãs e até avós. São cenas que, independentemente da classe social, do credo e da raça, têm ocorrido hodiernamente. Tais cenas, como um processo capcioso de banalização de inúmeros tipos de violência contra a mulher, chegam também às letras de músicas e, negligentemente, são cantadas, como: *Dou tapinha na potranca, com o bumbum ela balança, Yuri chama de malandra, ela vai se apaixonar [...]* (dos Mcs Jhowzinho e Kadinho)¹. Dizer que bater na potranca e chamar de malandra, repetidas vezes, é o caminho para a mulher se apaixonar é regularizar sua sujeição à violência e subserviência. Segundo Foucault (2008, p. 111-112), o enunciado “desde sua raiz, se delineia em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual”. Os enunciados sobre violência doméstica resultam de uma história de subjugação da mulher, de uma memória que remete a humilhações, preconceitos e diferenças que se estabeleceram entre a mulher e o homem.

Se não há reflexão sobre esses enunciados, pois crianças, adolescentes e adultos dançam com desmazelo as letras de *funk*s, sambas, forrós, entre outros gêneros, estas perpetuam livremente uma cultura de violência contra a mulher que, infelizmente, pode ser constitutiva de outras práticas de violência doméstica. Neste sentido, o enunciado, construto histórica e ideologicamente marcado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, “aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga” (FOUCAULT, 2008, p. 121). Pelo fato de os enunciados sobre violência doméstica poderem circular livremente, servirem ou serem rebeldes a determinados interesses, entram na ordem das contestações e das lutas, tornam-se tema de apropriação ou rivalidade (FOUCAULT, loc. cit.). Assim, a escola não pode se mostrar apática a esses discursos, o estudo do gênero propaganda de campanha contra a violência doméstica pode ser um liame para se produzirem discussões e esclarecimentos sobre este

1. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-jhowzinho/agora-vai-sentar/>. Acesso em: 24 set. 2020.

conteúdo temático e suas condições de aparecimento.

Há um arquivo com o qual tais práticas discursivas dialogam e que permite o aparecimento e o funcionamento desses enunciados sobre violência doméstica. Se “o arquivo, é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008, p. 149), há uma dinamicidade que o atravessa, no sentido de que o arquivo constitui enunciados sobre a violência doméstica que se refazem, se ressignificam e são mobilizados por sua reatualização e uso.

Há condições que possibilitam o aparecimento desses enunciados e a escola deve dialogar com essas condições historicamente produzidas em práticas memoriais remissivas à mulher na sociedade. Destarte, problematizar o olhar sobre enunciados multissemióticos, visando ao posicionamento crítico do aluno sobre questões de violência, versadas em diferentes culturas, identidades e territorialidades, é uma premência.

A violência doméstica é um hábito tão antigo quanto a existência da própria instituição familiar, herança injusta de tempos remotos, que até hoje estampa capas de revistas e manchetes de jornais. A prática da violência se transformou, ao longo do tempo, devido a mudanças culturais e à criação de regras e leis de combate à violência doméstica. A Lei Maria da Penha, de nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal), estabeleceu critérios mais rígidos de punição dada aos agressores, visando a coibir a violência doméstica no Brasil.

As formas de combate à violência doméstica em nosso país não param por aí, pois, no Brasil, existe um canal de atendimento para a mulher, vítima de violência, por meio do número telefônico 180, central telefônica para atendimento às vítimas, criada pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). O serviço é gratuito e funciona 24 horas todos os dias, inclusive nos finais de semana (EBC, 2016)². Os canais de atendimento e as medidas tomadas para o controle da violência no Brasil são indispensáveis às tentativas de solução do problema.

Há alguns tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, cujo decreto, de nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, “promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994”³. Outro tratado internacional no qual o Brasil se inscreve é a *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, adotada pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil em 01 de fevereiro de 1984⁴.

Acrescente-se a *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, instituída pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, órgão criado pela Presidência da República em 2011, com o objetivo de “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva

2. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma empresa pública federal, criada pela Lei no 11.652/2008 e alterada pela Lei no 13.417/2017, que dá efetividade ao princípio constitucional de complementaridade entre o sistema público, privado e estatal de comunicação.

3. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%201.973-1996?OpenDocument. Acesso em: 21 set. 2020.

4. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>. Acesso em: 21 set. 2020.

de gênero e de uma visão integral deste fenômeno” (BRASIL, 2011, p. 35).

Pensamos que, para superar esta prática, devemos mesmo investir na educação, uma vez que podemos coibir estes atos, proporcionando à criança e ao adolescente, em formação escolar, posturas que possam ir além dos livros e que também abranjam quesitos necessários a uma vida pacífica e ao cotidiano dos sujeitos em sociedade.

No discurso bíblico, encontramos passagens de violência contra a mulher que nos são conhecidas. Por meio dos textos bíblicos, somos apresentados à história de Maria Madalena (JOÃO, 8: 1-11), mulher condenada ao apedrejamento por adultério, pela qual Jesus intercede, pedindo “[...] que atire a primeira pedra aquele que não tem pecado”. Em um texto disponível no *site* do Centro de Estudos Bíblicos (CEB), encontram-se reflexões remissivas à devida temática, segundo as quais, diferentes teóricos reconhecem, sob diversos prismas, essa questão:

Desde Esdras e Neemias, a tendência oficial era de excluir a mulher de toda a atividade pública e de considerá-la inapta para qualquer função na sociedade, a não ser para a função de esposa e mãe. O que mais contribuiu para a sua marginalização foi a Lei da Pureza. A mulher era declarada impura por ser mãe, por ser esposa, por ser filha, por ser mulher.⁵

No *site* pesquisado, são apresentadas e respaldadas no texto bíblico as seguintes explicações sobre a devida citação: “Por ser mãe: dando à luz, ela se torna impura. Por ser filha: o filho que nasce traz 40 dias de impureza; mas a filha, 80 dias” (LEVÍTICO, 12). “Por ser esposa: a relação sexual a torna impura durante um dia” (LEVÍTICO, 15-18). “Quando menstruava, ficava impura sete dias. E quem a tocasse também se tornava impuro por contágio” (LEVÍTICO, 18-23). Em outras palavras, o discurso bíblico deixou esse legado à identidade da mulher. São atribuições que, certamente, lhe relegaram uma herança que regulamenta não apenas discursos, mas práticas sociais de humilhação que lhe pesam até hoje. Essa postura não se restringe apenas ao discurso bíblico. Há sociólogos, filósofos, antropólogos e outros estudiosos que reafirmam posicionamentos remissivos à exclusão e ao silenciamento social da mulher. Nas palavras de Pierre-Joseph Proudhon, filósofo político francês, “a inteligência da mulher é composta de ideias desconexas, raciocínios ilógicos, ilusões tomadas por realidade, analogias vazias transformadas em princípios e uma disposição de espírito fatalmente inclinada à destruição” (PROUDHON, 1858, p. 348 apud BLOCH, 1995, p. 37).

As posturas acima relatam parte da história das mulheres, marcada por passividade e silenciamento. Del Priore (2009, p. 24) elucida que “os comportamentos femininos não podiam estar dissociados de uma estrutura global, montada sobre uma rede de tabus, interditos e autoconstrangimentos”. A mulher era vista com inferioridade perante os homens e a sociedade colonial, uma vez que esta era amplamente patriarcal e via a mulher apenas como progenitora.

A influência da igreja na medicina e em outras áreas afins no período colonial é inegável, uma vez que a instituição gozava de extremo poder e a medicina ainda se via em evolução, estando presa a inúmeras convicções e induções imaginárias ainda não comprovadas. Assim, com base

5. Disponível em: <http://www.cebi.org.br/noticias.php?secaoId=21¬iciaId=3827>. Acesso em: 23 ago. 2020.

nestas intuições Del Priore (2009, p. 27) reitera que cabia à medicina dar caução à igreja, a fim de disciplinar as mulheres para o ato da procriação. Apenas como mãe, a mulher revelaria um corpo e uma alma saudáveis, sendo sua missão atender ao projeto fisiológico-moral dos médicos e à perspectiva sacramental da igreja.

A ação da igreja constituiu um enorme atraso na área médica, em especial no que diz respeito à anatomia feminina, uma vez que a reprodução era vista como uma questão estritamente religiosa. Após a descoberta de ‘ovos nos testículos femininos’ empreendida por De Graff, a visão teocêntrica com relação à reprodução não mudou, contudo, a partir daí, a mulher começou a ser vista como um agente importante no processo de reprodução (DEL PRIORI, loc. cit.). Estes enunciados antigos podem até ser vistos atualmente com certo desdém, todavia atentemos ao fato de que estes embasam condições de produção de muitos discursos discriminatórios na atualidade.

A figura masculina desde a criação da noção de família tem estabelecido forte poder sobre a figura da mulher, seja por meio dos discursos religiosos, fisiológicos ou sociais, visão que foi difundida pelo mundo a fora, e que se enfraqueceu apenas com a chegada da modernidade, na qual a mulher ainda lutava por seu lugar na sociedade, o que agora não era mais impossível devido ao enfraquecimento da igreja.

Alguns filósofos e médicos, como Schopenhauer e Lombroso apresentaram julgamentos pejorativos sobre as mulheres, conferindo-lhes um lugar de inferioridade na sociedade. Lombroso (1896, p. 428 apud SOIHET, 1989, p. 82-83) afirma que:

[...] a mulher tem numerosos traços comuns com a criança, que seu senso moral é deficiente, que ela é vingativa, ciumenta, levada a exercer vingança de uma crueldade refinada, mas nos casos ordinários estes defeitos são neutralizados pela piedade, a maternidade, o pouco ardor de suas paixões, sua frieza sexual, sua fraqueza e sua menor inteligência.

São palavras carregadas de estereótipos atribuídos à mulher, ao serem ditas por um filósofo, são também carregadas de autoridade e de uma visão distorcida e capciosa sobre sua identidade. São estereótipos que sintetizam fragilidade e convocam, de modo quase patológico, o senso de dominação e o controle a ser exercido sobre a mulher. Tal senso de dominação deu margem a inúmeros tipos de violência contra a mulher. Essas e outras considerações inscritas no pensamento filosófico tiveram papéis importantes na “construção” da imagem da mulher ao longo da história.

Com este breve relato de discursos memoriais sobre o lugar da mulher na sociedade, podemos depreender alguns porquês que tentam justificar a violência doméstica. Talvez não tenhamos apenas uma história silenciada, mas uma história mal contada, distorcida nos modos dominantes de uma sociedade patriarcalmente machista, cujos efeitos foram nefastos ao lugar social da mulher. Coincidemente, as vozes autorais e autorizadas acima são todas de homens que povoaram o pensamento religioso e intelectual da sociedade.

Kehl (2008, p. 253) esclarece que “o caráter feminino e o ideal de feminilidade segundo o qual ele é modelado são produtos da sociedade masculina”, forma de controle que demonstra o

temor dos homens para com as mulheres, estas que possuem como sombras Eva, Judite e Dalila, figuras que demonstram alta representatividade social perante os homens.

A violência tem um papel na história das mulheres, o mais triste de todos. Para Saffioti (2004, p. 17), a violência é uma “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. A autora apresenta a definição de violência, como uma ação que irrompe em inúmeras instâncias enunciativas. A violência é uma prática que já circula por diversos ambientes, principalmente, o familiar. A violência doméstica está enraizada em diversas culturas ao redor do mundo e possui suas especificidades, “uma das mais relevantes é a sua rotinização, o que contribui, tremendamente, para a co-dependência e o estabelecimento da relação fixada” (SAFFIOTI, 2004, p. 85). É como se o fato de a violência ocorrer dentro de casa traduzisse um capcioso sentido de “faz parte” ou “deixa como está”.

A historiadora Michele Perrot (2005) demonstra as transformações ocorridas na sociedade que delinearam a organização social que conhecemos atualmente. A autora relata que “as sociedades bárbaras eram matriarcais e matrilineares; elas eram quietas, felizes, mas estagnantes. A irrupção da violência na História – a ‘grande derrota do sexo feminino’ é também o início, o processo”. Com a queda das sociedades matriarcais (Minóica), devido às dificuldades frente à subsistência, o patriarcado ascende e traz consigo um histórico de violência e práticas sociais que relegam à mulher uma posição de passividade e sujeição dentro da organização social (PERROT, 2005, p. 267).

Saffioti (2004, p. 55) apresenta o patriarcado como a conversão da diferença sexual em diferença política, esta que pode se manifestar ou em liberdade ou em sujeição. Já Mendes (2012, p. 102) elucida que o patriarcado é um sistema que justifica a dominação sobre a base de uma suposta inferioridade biológica das mulheres, que tem origem na família, cujo comando por milênios foi exercido pelo pai.

A prática da violência doméstica vem acompanhando as inúmeras transformações da sociedade desde tempos imemoriais, entretanto há pouco tempo a questão saiu da instância privada para se tornar um assunto de interesse público. Consoante Saffioti (2004, p. 87), “na maioria das vezes, quando a mulher procurava uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), na verdade, esperava que a delegada desse uma “prensa” em seu marido agressor, a fim de que a relação pudesse se estabelecer em novas bases (leiam-se harmoniosas)”. Para a autora, o comportamento das mulheres diante da agressão está ligado a diversos fatores, tais como: questões de ordem financeira; a pressão da família, dos amigos e da igreja; ameaças do agressor; e o medo de novas agressões resultando em sua morte.

Determinados fins que tentaram justificar o infeliz meio da violência doméstica são insustentáveis para se entender a atrocidade que é a prática social da violência doméstica. Assim, por meio do estudo dos discursos de campanha contra a violência doméstica, encontramos um liame para refletirmos sobre tal temática, enquanto problematização para se pensar o ensino de leitura e produção de textos em língua portuguesa.

3 QUANDO A CAMPANHA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SE ENUNCIA NO DISCURSO PROPAGANDISTA

As campanhas contra a violência doméstica podem ser confundidas com outros gêneros publicitários, pois se caracterizam pela hibridização de aspectos presentes em outros gêneros discursivos que também estão associados ao discurso propagandista. Bakhtin (2003, p. 279) conceitua os gêneros discursivos como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, o que assinala a intertextualidade presente nas múltiplas materialidades de uma campanha de conscientização contra a violência doméstica.

Advém dessa premissa a relevância de se explorarem em sala de aula esses enunciados que fazem parte do cotidiano social. Para discutirmos teoricamente campanhas de conscientização e como estas podem se materializar em diferentes gêneros, partimos de alguns conceitos constitutivos de gênero. Segundo Bakhtin (2003), a constituição do gênero discursivo se efetiva por meio dos seguintes elementos: conteúdo temático, estilo e estrutura composicional.

Mendes (2004, p. 123-124) elucida que o conteúdo temático “constitui, de um modo geral, as representações semânticas e/ou as redes conceituais dizíveis a partir de um determinado gênero inserido em um dado domínio discursivo”. O tema, certamente, conduz os outros elementos, pelo modo como é enunciado e problematizado. O autor também define estilo, em uma perspectiva bakhtiniana, como sendo a configuração formal dos recursos expressivos que se materializam sob a forma de um texto reconhecido como exemplar de um determinado gênero. O estilo está relacionado à forma (normalização estilística) utilizada pelo discurso, desta forma o estilo dependerá da finalidade do enunciador e do gênero trabalhado. Já a estrutura composicional é a parte responsável pela união harmoniosa dos aspectos temáticos aos aspectos estilísticos, a fim de tornar o texto/discursso coeso e coerente (MENDES, 2004, p. 124). Em outras palavras, esses elementos possibilitam a relativa estabilidade que configura os mais diversos gêneros do discurso, eles dão o tom sobre os desniveis e os relevos que embasam a construção heterogênea do gênero discursivo.

Pelo feitio com que a campanha analisada se materializa, por meio de uma propaganda que anuncia figuradamente um produto, é relevante que discutamos, sucintamente, a noção desse gênero que é habitualmente utilizado na construção e mobilização de diferentes tipos de campanhas.

Segundo Ogden (2002), a propaganda pode ser entendida como sendo o desenvolvimento e a execução de qualquer mensagem de lembrança, informativa ou persuasiva, comunicada a um mercado ou público-alvo através de um meio não-pessoal. As propagandas são um dos gêneros de destaque no campo publicitário, estas são responsáveis por uma grande mobilização de leitores ao redor do mundo, devido a sua capacidade de transitar com sucesso por diferentes instâncias enunciativas.

De acordo com Costa e Crescitelli (2003 p. 58), a propaganda é uma forma de comunicação impessoal, unilateral, paga e assumida pelo anunciante que assina suas mensagens, podendo atingir grande volume de pessoas no público visado, em grandes extensões geográficas, permitindo que

um produto possa, rapidamente, tornar-se conhecido e aceito. Costa (2008, p. 153) esclarece que a propaganda, cujas mensagens geralmente são curtas, breves, diretas e positivas, com predomínio da forma imperativa (interlocução direta, com uso da segunda pessoa, vocativo etc.), é um enunciado repetido à exaustão. Tal enunciado faz parte do discurso publicitário, este que se utiliza de diversos gêneros para alcançar seus objetivos. Estas definições têm aqui sua relevância pelo fato de analisarmos campanhas que mobilizam um discurso propagandista, mas elas estão em outra instância conceitual para o que propomos compreender.

Para Charaudeau (2010, p. 61), o discurso propagandista caracteriza-se em propriedades que designam o “eu” como uma “posição de *não autoridade* e deve, a partir daí, usar uma estratégia de *fazer crer*, que atribui ao “tu” uma posição de *dever crer*”. É um discurso que deve fazer o interlocutor acreditar e, se possível, ser conduzido por ele. “Este discurso se origina de um ato voluntário proveniente de uma instância de produção, um “eu”, que constitui uma fonte individual ou coletiva, que é determinada e pode ser *imputável* do ponto de vista de sua responsabilidade”. A campanha contra a violência doméstica torna-se fonte coletiva, pois se apropria de diferentes práticas que mobilizam sujeitos em sociedade, e, ao mesmo tempo, é responsável por sua produção enunciativa.

O discurso propagandista tem como alvo “uma instância coletiva, o que explica que ele se inscreva sempre num dispositivo de *difusão*; daí o qualificativo de “propagandista” no seu sentido etimológico de difusão e circulação do discurso no espaço público, junto ao maior de número possível de pessoas (*propagare*)”. É neste sentido que inscrevemos a campanha contra a violência doméstica no discurso propagandista que engendra grande difusão midiática. Por fim, o autor observa que “para conseguir o objetivo de *fazer crer* e colocar a instância de recepção em posição de *dever crer*, o discurso propagandista se organiza de acordo com um duplo esquema cognitivo, narrativo e argumentativo” (CHARAUDEAU, 2010, p. 61).

Na campanha contra a violência doméstica mira-se um interlocutor, um tipo de comportamento que é preciso despertar na mulher que sofre agressão, uma conscientização que precisa sair do silêncio. A violência é algo abominável que necessariamente deve ser exterminado da sociedade. O discurso propagandista agrupa valor argumentativo à campanha, pois seus enunciados buscam seduzir o interlocutor a denunciar a violência que o aflige.

Os currículos escolares, em consonância com alguns livros didáticos, propõem, atualmente, que o trabalho com leitura e produção de texto, no ensino de língua portuguesa, seja pautado na perspectiva dos gêneros do discurso. Então, pensar como esses gêneros estão sendo trabalhados em sala de aula é indispensável.

O ambiente acadêmico está carregado de críticas sobre a falta de leitura dos alunos. Sabemos que o problema não é apenas a falta de leitura, mas a falta de envolvimento, de aprofundamento na leitura. Em algumas instituições, comumente, o estudo do gênero discursivo é limitado, estanque e circunscrito à análise de sua forma. Ou seja, o aluno reconhece a estrutura composicional, mas superficialmente se detém em seu conteúdo temático. Cumpre-se um programa conteudístico, mas não se constroem posicionamentos críticos sobre este.

Presentemente os alunos estão imersos no ambiente virtual, carregado de textos

multissemióticos, intertextos e hipertextos. Contudo, falta-lhes uma mobilização apurada desse conhecimento, a fim de se promoverem posturas críticas em sala de aula, que os ajudem a se tornarem sujeitos dignos e conhecedores de seus direitos e deveres. Adotar uma prática dialógica em sala possibilita a participação do aluno, esta, por sua vez, deve se traduzir em voz audível e constitutiva dos sentidos que definem esse aluno na sociedade. O que falta atualmente não é leitura, mas um trabalho que torne a leitura um ato efetivo de realização e construção crítica sobre os temas que se mobilizam em seus textos.

O trabalho com temáticas que afigem a sociedade, a humanidade e que expõem a vulnerabilidade social e a indefensabilidade dos sujeitos, como é o caso da violência doméstica, deve ser constantemente realizado em sala de aula. A escola, por meio de seus materiais didáticos deve ser o *locus* para a formação e clareza das ideias.

Urzêda-Freitas (2013, p. 46) alerta que “a escola também é responsável pela construção da cidadania, visto que, nesse espaço, professores/as e alunos/as constroem diariamente suas identidades”. O autor demonstra a validade de uma abordagem que desperte o senso crítico em sala de aula, não apenas para a construção da identidade do aluno, mas também para a formação de um pensamento ético sobre diversos temas que precisam ser refletidos e combatidos, a fim de se formarem sujeitos conscientes socialmente.

3.1 Entre campanhas militantes: um anúncio publicitário

Para a elaboração deste trabalho, coletamos 10 (dez) campanhas oficiais contra a violência doméstica que materializaram discursos propagandistas em países, como: Afeganistão, Portugal, França, Canadá, China, Índia, entre outros⁶. Devido às exigências e limitações composticionais deste artigo, deste número, escolhemos apenas uma campanha para ser analisada, que foi produzida no Brasil.

Embora veiculada em seu país de origem, a propaganda brasileira conseguiu *status* e circulação mundial devido à difusão das campanhas na internet. Esta foi escolhida com base em sua ligação com essa temática bastante explorada no Brasil nos dias atuais. Tal campanha tem sua singularidade materializada no estilo e na estrutura composicional com que aborda o devido conteúdo temático no discurso propagandista.

6. Como em alguns países do oriente a questão religiosa é fortemente marcada em algumas propagandas, às vezes, subvertendo ou amainando o peso da violência, optamos por textos veiculados em países ocidentais, cujos enunciados dialogam com a humanização do sujeito e com os direitos que lhe são garantidos por lei.



Figuras 1 e 2: A violência doméstica no Brasil. Fonte: Agência Lew Lara/TBWA. 2015⁷.

A campanha acima foi desenvolvida no Brasil pela agência Lew Lara/TBWA. em 2015, sob encomenda da Casa Sofia, uma ONG paulista direcionada ao trabalho com mulheres vítimas de violência doméstica. Esta ONG também foi responsável pela criação da proposta. O discurso propagandista chama a atenção do leitor ao colocá-lo como participante ativo da ação de conscientização expressa no gênero em questão.

Notamos que há uma encenação por meio da qual o gênero acontece. A modelo sendo fotografada em estúdio remete à difusão dos sentidos da violência. No panorama de discussões sobre os gêneros do discurso, Maingueneau (2015) propõe que se pense a noção de gênero por meio de uma cena de enunciação. Isso nos leva a pensar sobre o modo como o gênero se constrói, como ele é visto e que perspectivas gera no leitor.

Maingueneau (2015, p. 126) apresenta as estruturas que compõem a cena de enunciação, que são: cena genérica, cena englobante e cenografia. Para o autor, enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; “é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma cenografia. A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar” (MAINGUENEAU, *idem*, p. 123). Temos, com essas palavras, a possibilidade de que os gêneros discursivos integrem enunciados/discursos com características distintas daquelas já padronizadas pelas instâncias enunciativas, por meio de uma cenografia. Nesta acepção, podemos partir de um determinado gênero discursivo e, ao final, entendê-lo sob o crivo e constituição de outro gênero.

Rojo e Barbosa (2015, p. 42) elucidam que “não importam tanto as formas linguísticas ou a dos textos em si, para relacioná-las aos contextos, mas o desenvolvimento dos temas e da significação”. A compreensão desses aspectos é relevante para que se realize um trabalho efetivo com os gêneros. Ao analisarmos a Figura 1 da campanha, percebemos a intercalação do discurso comercial com o discurso ideológico, o que elucida a heterogeneidade cenográfica que se inscreve por meio do discurso propagandista.

Cria-se uma ilusão de que há um demaquilante perfeito para a sua pele, o quê, à primeira

7. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/marketing/campanha-da-lewlaratbwa-incentiva-a-denuncia-de-casos-de-violencia-domestica/100113/>. Acesso em: 28 set. 2019.

vista, proporciona apenas uma abordagem comercial, devido ao enunciado *Descubra o poder do CS. Experimente remover a maquiagem dos olhos da modelo*. Contudo, ao removermos a maquilagem com o produto fictício, condição expressa na Figura 2, percebemos a proposta real da propaganda que descortina outro gênero: a campanha de conscientização contra a violência doméstica.

A imagem surpreende ao demonstrar as marcas da violência nos olhos da modelo, com o enunciado “Não esconda a violência, ligue 08007703053 e denuncie”. Tal proposta foi conscientizar a população sobre a violência doméstica e reforçar a importância da denúncia.

O enunciado propagandista do suposto *Demaquilante CS* apresenta como conteúdo temático a violência doméstica, a configuração com que a campanha se apresenta chama a atenção do leitor, porque o convoca a participar da asserção elaborada. No tocante ao estilo, a campanha mobiliza uma linguagem formal e de fácil compreensão, a imagem utiliza matizes claros e monocromáticos, a fim de despertar a atenção do leitor e fazer com que esta se volte para o rosto da modelo, mais especificamente para os olhos e a boca que são os pontos de intensidade de cor. Essas partes estão pintadas com tons de preto e vermelho que traduzem as marcas da violência, são signos e ressignificantes ideológicos da prática social da agressão contra a mulher.

A campanha que materializou essa propaganda foi produzida em papel *couché* fosco, com acabamento exclusivo, e foi anexada em 4.500 (quatro mil e quinhentas) edições da revista *Brasileiros* no ano de 2015. A estrutura composicional da campanha se baseia no conceito de expectativa versus realidade, esta que é típica das redes sociais e visa chocar o leitor promovendo a reflexão, o estranhamento ou o humor. Por meio desse discurso propagandista, percebemos que a ênfase é dada à reflexão, entretanto, o produtor se utilizou de uma construção imagética básica, e não lança mão de outros elementos para a composição da propaganda da campanha elaborada.

O discurso propagandista dessa campanha produz um efeito de persuasão sobre o interlocutor, mobilizando um dizer impositivo, um modo de enunciar que se sobreleva pela reflexão que produz. A maquilagem da modelo revela “o produto a ser vendido” que nada mais é do que o rosto demaquilado da violência. O leitor encontra nesse enunciado seu possível rosto, rostos conhecidos ou desconhecidos, rostos que lhe são próximos. É um discurso que impõe sua ideia sobrepujante de se produzir uma reflexão, de fazer o leitor desvendar os implícitos traduzidos no e pelo demaquilante.

Assim, Charaudeau (2010, p. 68) observa que

[...] o discurso propagandista é, desse modo, um *tipo* de discurso definido de maneira ideal que se concretiza por diferentes gêneros que variam de acordo com: o tipo de *legitimidade* do qual goza o sujeito falante, a natureza do objeto de fala (ou objeto de busca) que constitui o “fazer crer” e o “dever crer”, e o lugar atribuído ao sujeito influenciado.

O discurso presente na campanha se faz propagandista, também, por inscrever ficticiamente em seu enunciado o discurso publicitário do consumo, ao apresentar em primeiro plano uma propaganda de produto de beleza, um demaquilante. Sendo que, aqui, o produto se enobrece por

estar imbuído do papel de desmascarar as marcas da violência sofrida pela mulher.

O leitor também pode se sentir tocado pela “força” da imagem, que retrata a violência que lhe é dada pelas marcas do rosto. Como a interpretação é subjetiva, cada leitor pode observar um novo aspecto na imagem, mas as características centrais sempre estarão ligadas à violência.

A campanha aqui estudada pode ter destaque no ensino de língua portuguesa, uma vez que está cada vez mais presente em discursos midiáticos e, até, em livros didáticos. Contudo, a abordagem dada à temática nos materiais escolares, em sua maioria, está relacionada aos aspectos comerciais dos discursos publicitários (propagandas e anúncios publicitários) e não ao aspecto da conscientização social, como vemos nas propagandas de campanha. Pelo *modus operandi* com que produzimos essa investigação, tal proposta teve a finalidade de discutir, junto à comunidade acadêmica, fragmentos de uma história de silenciamento das mulheres, que não chegaram ao conhecimento coletivo em profusão e estão atrelados à violência doméstica, enquanto prática crescente em nosso país. Tal prática, certamente, não está longe de nós, ela pode acontecer nas casas de nossos alunos, pode estar mascarada à nossa volta e no silêncio das vozes conhecidas e desconhecidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo problematizou uma prática que remonta à construção da instituição familiar, a violência doméstica, e intercalou um diálogo com o seu possível estudo em sala de aula na perspectiva dos gêneros do discurso. Nos dias atuais, e em grande proporção, este conteúdo temático ainda invade nossos lares, seja por meio de notícias midiáticas ou de histórias de pessoas conhecidas. Muitas mulheres permanecem vítimas e silenciadas, como se herdassem um legado de sofrimento e segregação social. É comum encontrarmos mulheres que são vítimas de violência que não se sentem amparadas ou seguras para denunciarem seus agressores.

Na contramão das denúncias, seguem pessoas, entidades civis e religiosas, que acreditam que essa é uma prática que deve ficar na intimidade de um casal. Por outro lado, as campanhas aparecem como um liame para se quebrar um silêncio. Estas também servem de objeto de estudos, como o que investigamos neste artigo. São as campanhas que, figuradamente ou não, estão metendo a colher em briga de marido e mulher. Afinal, as práticas agressivas que relegam à mulher uma posição de inferioridade e subserviência comprometem a dignidade não apenas da vítima, mas de sua família e traduz um problema humanitário.

Neste sentido, com as discussões e reflexões que realizamos sobre o devido tema, pudemos contribuir não apenas para uma conscientização da população, mas também para uma proposta de ensino que contemple o cotidiano de muitas crianças, jovens e adultos em idade escolar. Uma das finalidades desta análise foi oferecer ao leitor uma reflexão que, possivelmente, viesse a atender a uma demanda dos nossos alunos que objetivam explorar temas ainda silenciados em sala de aula. Por este motivo, delineamos um conjunto de coordenadas para perscrutar o conteúdo da violência doméstica à luz dos estudos dos gêneros discursivos, enquanto elemento complexo presente no

contexto sociointeracional dos sujeitos.

Destacamos a relevância de se estabelecer um paralelo entre conteúdos questionáveis e o ensino de Língua Portuguesa. Procuramos fornecer apenas uma visão sobre o trabalho com os gêneros, atrelando certa complexidade ao estudo de campanhas de conscientização contra a violência doméstica que se realizam sob o crivo de discursos propagandistas. Nesses discursos, necessariamente não se vende um produto, mas uma ideia. A “venda” à que a propaganda está associada não se restringe somente ao aspecto comercial, mas a uma postura, a uma consciência, a um comportamento. É ideologicamente marcada, no sentido de convencer pessoas sobre determinado assunto, como vemos nas propagandas de campanhas eleitorais, campanhas de vacinação ou campanhas de conscientização.

Talvez, essa visão falte a muitos alunos que apresentam dificuldades em expandir e abstrair sua compreensão sobre certos gêneros discursivos, consequência de um ensino fragmentado, baseado em fórmulas e formas para a obtenção de notas e aprovações. Essas posturas não contribuem para a construção de posicionamentos críticos e reflexivos sobre temas ainda pouco explorados na sociedade, como a violência doméstica, prática que acomete o cotidiano de muitas mulheres no Brasil e no mundo.

Portanto, questionar a existência de tal prática e de muitos outros males que afligem os sujeitos em sociedade, problematizando-os em sala de aula, faz-nos acreditar, ainda que hipoteticamente, que podemos construir posturas comportamentais mais dignas, mais críticas e mais éticas entre os sujeitos escolares e seus pares.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.
- AMÂNCIO, Thiago. *Brasil registra 606 casos de violência doméstica e 164 estupros por dia*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/brasil-registra-606-casos-de-violencia-domestica-e-164-estupros-por-dia.shtml>. Acesso em: 28. out. 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BÍBLIA. João. Português. In: *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. 1376 p.
- BÍBLIA. Levítico. Português. In: *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. 1376 p.
- BLOCH, Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Ideal Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/>

publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional. Acesso em: 21 set. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMPREIA, Luiz Felipe. DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%201.973-1996?OpenDocument. Acesso em: 21 set. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS (CEB). Disponível em: <http://www.cebi.org.br/noticias.php?secaoId=21¬iciaId=3827>. Acesso em: 25 out. 2019.

COSTA, Antônio R.; CRESCITELLI, Edson. *Marketing promocional para mercados competitivos*. São Paulo: Atlas, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato. *Análises do discurso hoje*. V. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 57-78. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FADEL, Manir; LUCHI, Felipe; MENESSES, Cainã; ARAÚJO, Felipe. et al. *CS Demaquilante para olhos. Lew'Lara\TBWA*. Revista os Brasileiros. 2015. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/marketing/campanha-da-lewlaratbwa-incentiva-a-denuncia-de-casos-de-violencia-domestica/100113/>. Acesso em: 28 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LOMBROSO, Cesare; FERRERRO, Guglielmo. La femme criminelle et a prostitute. In: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e a ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênero de discurso e cena de enunciação. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MATOSO, Filipe. *Governo sanciona lei que prevê pena maior para assassinato de mulheres*. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/governo-sanciona-lei-que-preve-pena-maior-para-assassinato-de-mulheres.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MELITO, Leandro. *Luiza Brunet não é a única: saiba como denunciar violência contra a mulher*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/07/luiza-brunet-nao-e-a-única-saiba-como-denunciar-casos-de-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Os gêneros discursivos em debate: análise de uma crônica de L. F. Veríssimo. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)Pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/118>

67/1/2012_SoraiadaRosaMendes.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

OGDEN, James R. *Comunicação integrada de marketing*: modelo prático para um plano criativo e inovador. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIERENS, Ivan; WACKER, Arnaud; COTTREL, Renan; LE PAPE, Yann. *The living-room*. WCIE. 2010. Disponível em: https://www.adsoftheworld.com/media/print/fnsf_the_livingroom. Acesso em: 10 mar. 2020.

ROJO, Roxane Helena R; BARBOSA, Jacqueline. *Hipermoderne, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Antonio Ozai da. *Filósofos e pensadores contra as mulheres*. Disponível em: <https://antoniozai.wordpress.com/2011/07/02/filosofos-e-pensadores-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

URZÊDA-FREITAS, Marco Túlio de. *Ensino de línguas como transgressão: corpo, discursos de identidades e mudança social*. Jundiaí, SP: Paco, 2013.

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima

Graduada em Letras/Português (UEPB), Especialista em Linguística (UERN), Mestre em Letras e Linguística (UFG), Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP), Pós-Doutorado em Linguística (UNICAMP). Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG).
E-mail: ffpalima@uol.com.br

Jaqueline Alves da Silva

Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Especialista em Docência na Educação Básica e Profissional pelo Instituto Federal Goiano (IFG), Professora da Educação Básica da Rede Particular de Ensino.

Recebido em 10/03/2022.

Aceito em 15/05/2022.

A DIALÉTICA DA LINGUAGEM GERENCIALISTA

THE DIALECTIC OF MANAGEMENT LANGUAGE

Gabriela Piovesan Leitão Tibola

Patrick Araújo Pereira

Altamir Botoso

UEMS

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar e analisar, sob a luz da filosofia da linguagem, a problemática da linguagem gerencial, com traços neoliberais, nos discursos contemporâneos por meio de trechos de interpretação da literatura de autoajuda, empregando como *corpus* a obra *Pai Rico, Pai Pobre*, de Robert Toru Kiyosaki (2011). A análise busca reconhecer termos ressignificados e, ainda, interiorizados sob práticas ideológicas que pregam liberdade, porém que oprimem as classes trabalhadoras. A exploração tida dentro da linguagem gerencial é sutil a tal ponto que passa a ser internalizada em discursos cotidianos sem que os sujeitos se deem conta. Assim, o presente artigo tem o intuito de reconhecer práticas de dominação e exploração dentro desta linguagem e a forma em que esta permeia e transpassa os sujeitos do mundo. Como suporte teórico, utilizam-se os estudos dos seguintes críticos: Volóshinov (2018), Heidegger (1979, 2015), Gaulejack (2007), Zizek (1996, 2017), Dowbor (2017), dentre outros.

Palavras-chave: Linguagem gerencialista. Filosofia da linguagem. Literatura de auto-ajuda. *Pai Rico, Pai Pobre*.

Abstract: The objective of this article is to present and to analyze, in perspective of the philosophy of language, the managerial problem, with neoliberal traits, in the contemporaries discourses through excerpts of interpretation of self-help literature, using as corpus the book *Rich Dad, Poor Dad*, by Robert Toru Kiyosaki (2011). The analysis seeks to recognize ressignified terms and also internalized in that ideological practices that preach liberty, but oppress the working class. The exploration in the managerial language is subtle to the point that go by internalized in the daily discourses without that the subjects perceive it. Thus, the present article has the intention of recognize domination and exploration practices in this language and the way it permeated under the world subjects. As theoretical support, the studies by the following critics are used: Volóshinov (2018), Heidegger (1979, 2015), Gaulejack (2007), Zizek (1996, 2017), Dowbor (2017), among others.

Keywords: Managerial language. Philosophy of language. Self-help literature. *Rich Dad, Poor Dad*.

INTRODUÇÃO

A linguagem, de certa forma, pode afetar relações hipermodernas¹. Para isso, é necessária a reflexão em relação aos aspectos intrínsecos e extrínsecos da linguagem e, assim, pensar nas próprias relações sociais e de poder. Desta maneira, quando uma palavra ou conceito passa por uma ressignificação e acaba por adquirir outro significado é uma prova constante de que a sociedade e a língua são mutáveis e, por isso, estão em constantes mudanças dialéticas. Assim como Gaulejac (2007), em seu estudo da *Gestão como Doença Social*, demonstra, de maneira assertiva, como o conceito de gestão ressignificou-se em um mundo hipermoderno e adquiriu uma dimensão social e psicológica.

Neste sentido, a modernidade capitalista hipermoderna faz com que o indivíduo passe cada vez mais por uma dinâmica de super-produtividade, como observado em grandes empresas de capital aberto, como é o caso da *Amazon*. Gaulejac (2007) salienta que a palavra gestão em si não carregaria nenhum problema semântico, afinal, significaria organizar as tarefas diárias, o que seria comum e inteligente. No entanto, o conceito adquiriu uma nova significação, sendo apropriado por grandes empresas e, também, muitas vezes, utilizado como vocabulário de *coaches*. Para o autor, nem todos os resultados são negativos, *a priori*, porém a cultura do alto desempenho não é a ideal para o mundo do trabalho, “principalmente quando ela vem a justificar práticas de gerenciamento, cuja brutalidade nada deixa a invejar às mais repressivas do poder disciplinar” (GAULEJAC, 2007, p. 196).

Dessa maneira, empresas passam a possuir sua própria “teologia” baseada em conceitos, palavras e dogmas e – assim como as demais religiões –, o mercado de trabalho tem a necessidade de sua autoafirmação por intermédio do discurso social e da ideologia dominante, desta forma, deixa apenas de Ser e passa a se justificar. Estas grandes empresas, geralmente configuradas como conglomerados multinacionais, exploram ao máximo os serviços de base para que se diminuam os custos e, assim, gerem mais lucro. Conforme argumenta Dowbor:

Esses grupos financeiros estão no centro da dinâmica que mais nos interessa esclarecer no presente trabalho: a complementação entre a forma tradicional da mais-valia numa empresa produtiva – por meio de baixos salários – e processos mais sofisticados, baseados na financeirização, que se tornaram hoje dominantes. E esta apropriação do produto social se realiza por mecanismos globais, acima do poder regulador dos Estados (2017, p. 67).

Ou seja, o trabalho passa a ser mais apropriado por multinacionais que denominam a forma que ele deve acontecer e o preço a ser pago, sem que os mecanismos estatais possam fazer algo

1. O conceito de hipermoderno é usado recorrentemente para tratar de temas atuais. Esse termo foi criado pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky para delimitar o momento atual da sociedade humana. Assim, o prefixo “hiper” é utilizado em referência a uma exacerbação dos valores criados na modernidade: “O pensador defende que, em seguida à pós-modernidade, a partir dos anos 1980, estamos em outra etapa: a hipermodernidade, caracterizada por hiperconsumo e hipernarcisismo. Enquanto na pós-modernidade explicita-se o gozo, na hipermodernidade, explicita-se a angústia. Esta etapa se concretiza como um período de “acabamento” da modernidade” (BRITO, 2015, p. 172).

diante das novas formas de exploração do trabalhador. Gaulejac ainda complementa o exposto nos seguintes termos:

A diferença de tratamento entre a circulação das mercadorias, dos capitais e dos homens no mundo de hoje é considerável. A liberdade de circulação dos produtos e do dinheiro é quase total, ao passo que as restrições sobre circulação dos homens são múltiplas. A transferência dos capitais é ilimitada, instantânea, incontrolada, enquanto a dos trabalhadores é limitada, trabalhosa e objeto de regras muito estritas. Essa constatação é sintomática das relações entre o capital e o trabalho na hora da mundialização (2007, p. 57-58).

O gerencialismo, assim, passa a ser uma nova dinâmica social bem como o vocabulário gerencialista começa a permear as relações socioeconômicas. Neste sentido, a análise deste léxico não pode ser feita apenas de maneira estruturalista, como a Linguística de Saussure, mas caberia a uma parte da filosofia. A filosofia da linguagem, conforme Araujo (2001), não se limita aos elementos que constituem a língua, pois caberia ao filósofo o *denotatum*² da linguagem.

Em termos gerais, a motivação deste artigo está ligada à necessidade de analisar a linguagem e o modo pelo qual ela pode legitimar princípios de meritocracia, produtividade e os princípios neoliberais. Isto é, a linguagem do gerencialismo tem impactos em todas as esferas sociais do indivíduo, sejam elas corporativas ou até familiares. Este pensamento traz à luz a ideia de que o mundo corporativo passou a gerir as demais esferas e a sociedade é constituída basicamente de trabalho. Assim, a “ideologia da gestão”, explicada por Gaulejac (2007), faz com que o indivíduo aceite o excesso de trabalho mascarado de liberdade individual, porém esta liberdade é tida como ilusão. Tal fato ocorre porque o objetivo final é ilusório, o que pode ser explicado através da ideia lacaniana de que este objetivo é um eterno orbitar ao redor do objeto de desejo, isto é, o objeto de desejo estará sempre fora e distante do alcance do sujeito, ao mesmo tempo em que ele se circunscreve no sujeito e o sujeito nele.

Neste contexto, o objetivo final da super-produtividade não existe realmente, a ideia de tempo também foi ressignificada pelo gerencialismo. Isso porque, em tempos hipermodernos, a linearidade temporal persiste e também existe a pressa. Com isso, o sujeito hipermoderno está sempre preso a laços temporais de imediatismo e, ainda, isso está diretamente ligado à superprodutividade. Assim, pelo viés do conceito marxista, se o tempo está relacionado à produtividade e esse tempo é apressado, a produtividade deve ser elevada à máxima potência também. Neste sentido, o gerencialismo, ao passar a ideia de que o sujeito não tem muito tempo, centra-se no aumento da produtividade. A lógica do tempo também começa a impactar nas relações produtivas e de exploração, como afirma Lafargue (1999, p. 27): “a paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de sujeição dos homens livres: a sua

2. Araujo (2001) explica que na língua as palavras são combinadas pelas regras gramaticais, sintáticas e semânticas para que o indivíduo consiga produzir frases com significados. Neste caso, o que importa – na visão estruturalista – é a competência verbal, que a autora denomina *designatum*. O *denotatum* é o externo ao sistema linguístico estrutural, que no latim significa denotação.

produtividade empobrece-os". Além disso, Gauleac (2007, p. 27) explica a gestão como "uma ideologia que legitima uma abordagem instrumental, utilitarista e contábil das relações entre o homem e a sociedade" (GAULEJAC, 2007, p. 27) e reiterada "sob uma aparência pragmática e racional, a gestão subentende uma representação do mundo que justifica a guerra econômica" (GAULEJAC, 2007, p. 27).

Em suma, expressões como "trabalhe enquanto eles dormem"; "treine sua mente para ver o lado bom em qualquer situação"; "trabalhe por um sonho, não por um salário", entre muitas outras que circulam pela sociedade, disfarçam-se de discursos motivacionais que ajudariam o indivíduo a ter mais capital. Na realidade, porém, estas expressões motivam o indivíduo a trabalhar cada vez mais, enquanto a empresa enriquece e restringe a liberdade deste. Torna-se, desta maneira, um discurso de exploração tendencioso a ponto de fazer o indivíduo acreditar que o fato de "ganhar dinheiro" ou "possuir uma casa própria" só depende da sua própria produtividade e, ao fracassar, não existem outros culpados além dele mesmo.

Dessa forma, a linguagem auxilia a ideologia dominante da exploração para um acúmulo de capital que não vai chegar às mãos das camadas trabalhadoras. Assim, o gerencialismo se fortalece, atinge a esfera privada e a torna sua imagem e semelhança, ou como assevera Gaulejac:

Hoje, tudo se gera – as cidades, as administrações, as instituições, mas também a família, as relações amorosas, a sexualidade, até os sentimentos e as emoções. Todos os registros da vida social são atingidos. Cada indivíduo é convidado a se tornar o empreendedor de sua própria vida. O humano se torna um capital que convém tornar produtivo (2007, p. 28).

Pautado nas premissas expostas acima, o presente artigo pretende demonstrar, também sob a perspectiva da filosofia da linguagem, ancorando-se nas teorias de Volóchinov (2018); Heidegger (1979; 2015); Gaulejac (2007); Zizek (1996; 2017); entre outros, a problemática do uso da linguagem gerencialista na esfera privada e social. Desse modo, tem-se como escopo a possibilidade da compreensão da ideologia como fator de exploração e dominação usando como instrumento a significação dos signos simbólicos para relações assimétricas de jogos de poder.

A FILOSOFIA DA LINGUAGEM E A LINGUAGEM GERENCIALISTA

Em sua definição, a filosofia da linguagem é um campo de pesquisa, que integra a filosofia e a linguística, no qual não somente se analisa a relação pensamento *versus* linguagem, mas também entende-se a linguagem como tendo um papel constitutivo, em relação às diferentes formas de discursos. Neste sentido, na perspectiva de Volóchinov (2018), a existência de normas sociais é constituída através das consciências subjetivas de membros de uma coletividade, ou seja, a consciência – coletiva e individual – está situada em um contexto concreto, e assim é possível a compreensão da significação da língua. Com isso, a consciência coletiva em relação, especificamente ao aspecto abordado neste artigo, da linguagem gerencialista, é um acordo comum, assim como uma representação de signos é

uma convenção – ou, de certa forma, uma imposição – coletiva. Desta maneira, “de fato, a forma linguística é dada ao falante [...] apenas no contexto de certos enunciados e portanto apenas em um determinado contexto ideológico” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181).

Neste sentido, a linguagem gerencialista é uma linguagem que visa explorar o indivíduo, mas com um discurso que é compreendido pela sociedade como algo natural e internalizado. Volóchinov afirma que “*onde não há signo também não há ideologia*³” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 91 grifo do autor), isto é, qualquer signo reflete e refrata outra realidade, que está além dos limites desta. A estrutura social hipermoderna está impregnada de signos gerencialistas, os quais reproduzem a super-produtividade como algo necessário e imposto. Em contrapartida, a imposição não vem de modo a se sentir uma determinação violenta, ao contrário, por conta de ressignificações de termos que são apropriados pela linguagem gerencialista, o sujeito internaliza essas ideias e reproduz este discurso. Sendo assim, o significado de qualquer palavra, termo ou expressão “será definido pelas condições reais do enunciado e, antes de tudo, pela *situação social mais próxima*” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 204 grifo do autor), na qual a sociedade hipermoderna se encontra, em um contexto puramente capitalista, e se poderia até mesmo considerá-la como um capitalismo selvagem, que permeia as relações entre os seres humanos e desvela fatores de opressão e submissão que, inevitavelmente, conformam tais relações.

PODER, DESEJO E A MORTE DO SUJEITO NO MUNDO GERENCIALISTA

O poder do capital tornou-se quase que ilimitado, enquanto o do sujeito tornou-se cada vez mais reduzido. Aqui não se faz referência a alguma forma de sociedade pré-capitalista em que os sujeitos fossem mais ou menos livres do que no capitalismo moderno. O próprio debate acerca de liberdade é excessivamente antigo e abissal, se esse ou aquele pensador estavam certos quanto ao livre-arbítrio não é tarefa deste artigo dizê-lo. No entanto, constatam-se as seguintes premissas: o capitalismo desempenhou uma nova forma de poder na sociedade e o capitalismo moderno, apoiado na financeirização e nas novas tecnologias, exerce um controle profundo dos meios de produção intelectual e cultural. Ademais, como argumenta Dowbor (2017), as corporações absorveram para si o exercício de poder, fazendo com que a sociedade e o indivíduo as sigam⁴.

Deve-se salientar que isto é feito de maneira quase que automática e velada, porque a apropriação da singularidade do sujeito ou do dinheiro e da mais-valia do mesmo é sempre realizada por uma pressão semântica, estatal, ideológica e religiosa. Um dos pontos latentes é a aceitação do capitalismo como *real* e *natural* e das demais formas de governo como opressivas e irrealizáveis. De acordo com Zizek (1996, p. 25, grifos do autor),

Essa tensão entre a ‘espontaneidade’ e a imposição organizada introduz uma espécie de distanciamento reflexivo no próprio cerne da noção de ideologia:

3. Em teóricos do círculo de Bakhtin, o conceito de ideologia é tido como “Ciência de Ideias” e se define não como tendo um caráter negativo, mas sim como organização estrutural social.

4. Cf. DOWBOR, 2017, p. 115-137.

a ideologia sempre é, por definição, ‘ideologia da ideologia’. Basta lembrar a desintegração do socialismo real: o socialismo era percebido como o império da opressão e da doutrinação ‘ideológicas’, enquanto a passagem para a democracia-capitalismo foi vivenciada como uma libertação dos grilhões da ideologia. Mas essa experiência de ‘libertação’, no decorrer da qual os partidos políticos e a economia de mercado foram percebidos como ‘não ideológicos’, como o ‘estado das coisas natural’, não é ideológica por excelência? O que queremos dizer é que esse traço é *universal*: não há ideologia que não se afirme distinguindo-se de outra ‘mera ideologia’. O indivíduo submetido à ideologia nunca pode dizer por si mesmo, ‘estou na ideologia’; ele sempre requer *outro* corpo de opiniões, para deste distinguir sua própria postura, ‘verdadeira’.

Tomando esta perspectiva, o capitalismo que se travestiu com a semântica de “democrático” e passa a ser aceito como *real* na sociedade em geral para, desta forma, naturalizar o seu *status quo*. Sendo assim, há uma aparência de sociedade democrática que valoriza a liberdade do indivíduo, no entanto, “na prática, poderemos ter democracia, conquanto a usemos a favor das elites” (DOWBOR, 2017, p. 137). Esta também é a questão elementar para Lênin, ou seja, a problematização da democracia capitalista e burguesa⁵.

É certo, por vezes, que o trabalho desempenhado pelo indivíduo entrou em contradição com sua essência⁶, uma vez que sempre foi proibido a quase todas as pessoas o privilégio de se fazer o que quer e o que se deseja. No entanto, cabe observar que o mundo gerencial tira a forma do poder tradicional, que era exercido pelos antigos modelos de empresa, e exerce uma nova forma de opressão psicológica e semântica sob o indivíduo.

Desta forma, o indivíduo passa a justificar seu *status quo* e, assim, as vontades da empresa tornam-se simbioticamente ligadas à vontade do sujeito, isto é, a inserção do sujeito quase como ente pertencente à empresa, tornando um “microindivíduo” dentro de um macrocosmo. Deste modo, o Eu constitui-se como parte menor de um *corpus* que é o mundo gerencial. Dentro da lógica gerencialista, todo e qualquer sujeito deve ser inserido de forma total no cotidiano das empresas tanto de forma física, quanto psicológica – muitas vezes a inserção torna-se tão fecunda que toma ares de dogmática, quase como se fosse uma religião própria. Ora, como assevera Gaulejac (2007), as novas formas de poder não são exercidas na esfera obrigatoriedade e correção, como antes era demonstrado e argumentado por Foucault. O poder agora passa muito mais pela *psyché* do indivíduo do que pela repressão física do mesmo, ou como pondera Gaulejac (2007, p. 119):

A gestão gerencialista prefere a adesão voluntária à sanção disciplinar, a mobilização à obrigatoriedade, a incitação à imposição, a gratificação à punição, a responsabilidade à vigilância. Sua força se enraíza em um sistema de valores que favorece o engajamento individual no qual a busca do lucro é acoplada a um ideal.

5. Cf. LENIN, 2019, p. 19-22.

6. Marx (2019) argumenta que o trabalho útil, aquele que tem relação direta e essencial com a vida do indivíduo sempre fez parte do cotidiano humano, desta forma o trabalho seria “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2019, p. 64-65).

Portanto, cabe ao Eu a inserção metafísica no *locus* da empresa, tornando-se parte – não essencial – de um corpo maior e dinâmico que são as corporações no capitalismo hipermoderno. Assim, se antes o modelo tradicional de empresa exigia obediência/empenho dos funcionários por meio de ameaças e sanções, o modelo gerencial convence e, desta forma, transfere toda a lógica de poder para o campo psíquico, fazendo com que o sujeito absorva para si a culpa ou o êxito pelos resultados da empresa. Dessa maneira, o gênero literário de autoajuda, altamente consumido, se insere como parte fundamental para manutenção de sistemas hipermodernos de repressão psicológica e semântica do sujeito.

Neste contexto, como afirma Heidegger, a fala é o fundamento ontológico-existencial do sujeito⁷. Dessa maneira, a existência do sujeito está intrinsecamente ligada à sua essência. Torna-se, neste sentido, o pertencer e o enunciar, ou seja, a forma pela qual o sujeito se posiciona e se insere no mundo. Assim, como salienta Heidegger (1979), o recíproco-pertencer faz com que o indivíduo projete-se na sociedade na mesma medida em que a sociedade se projeta no indivíduo, construindo uma relação inseparável e dialética⁸. Dessa forma, o mundo gerencial passa por absorver a singularidade do Eu, tendo como um dos pontos mais latentes o desejo e, se antes o desejo era exterior à empresa, no mundo gerencial, o desejo é intrínseco à empresa, os planos e os sonhos do indivíduo passam pela realização profissional dentro de determinado âmbito de trabalho. Como assevera Gaulejac (2007, p. 112):

É a empresa que é “personificada”. Os empregados dela esperam o reconhecimento. Experimentam por ela sentimentos tão intensos quanto a paixão, a raiva ou o despeito. A busca insatisfeita de reconhecimento é a expressão de uma necessidade de personalização diante de relações abstratas e químicas. A empresa gerencial não é tanto uma “burocracia liberal” (Courpasson, 2000), mas um sistema “sociopsíquico” de dominação, fundado sobre um objetivo de transformação da energia psíquica em força de trabalho. Para canalizar a energia psíquica, o gerenciamento põe em ação certo número de princípios em ruptura com o modelo disciplinar.

Além disso, a própria noção de tempo é absorvida pelo gerencialismo. O trabalho não se realiza apenas em horários de expediente, mas em momentos em que são exigidos do sujeito a superprodução, sendo mascarados como aperfeiçoamento individual. Os resultados disto são práticos, porque o mundo do trabalho torna-se cada vez mais selvagem quanto à competitividade e, com efeito, o trabalhador passa a ter suas forças de trabalho cada vez mais exauridas, conquanto sua qualidade de vida não possui uma melhora significativa.

7. Cf. HEIDEGGER, 2017, p. 223.

8. *Zusammengehörigkeit* traduzido comumente como comum-pertencer, mostra a relação entre o Ente e o pertencer, desse modo o processo é dialético e conduz a uma síntese. Cf. Heidegger (1979, p. 180-182).

O QUE HOUVE COM O TEMPO?

A produção do trabalho está diretamente ligada com o tempo. Como demonstrado por Marx (2019), o valor final de uma mercadoria em si considera vários fatores, dentre eles o seu valor simbólico, o que é chamado de fetichismo da mercadoria⁹. A categoria fetichismo é de suma importância para compreender o encanto e o véu que o mercado financeiro assumiu para si próprio. Como argumenta Zizek (1996, p. 25, grifo do autor):

O que se deve ter em mente, aqui, é que ‘fetichismo’ é um termo *religioso* para designar a idolatria ‘falsa’ (anterior), em contraste com a crença verdadeira (atual): para os judeus, o fetiche é o Bezerro de Ouro; para um partidário do espiritualismo puro, fetichismo designa a superstição ‘primitiva’, o medo de fantasmas e outras aparições espirituais etc. E a questão, em Marx, é que o universo da mercadoria proporciona o suplemento fetichista necessário à espiritualidade ‘oficial’: é bem possível que a ideologia ‘oficial’ de nossa sociedade seja o espiritualismo cristão, mas sua base real não é outra senão a idolatria do Bezerro de Outro, o dinheiro. Em suma, o que Marx frisa é que não há espírito sem fantasmas dos espíritos, não há espiritualidade ‘pura’ sem o espectro obsceno da ‘matéria espiritualizada’.

Afinal, o mundo gerencial concebe que o próprio tempo seja colonizado como mercadoria fetichista. Em última análise, o tempo é uma moeda na qual o indivíduo paga por suas escolhas. À medida que a ideia gerencial é constituída em relação ao tempo e como este deve ser sempre voltado para a produção, ou seja, não é permitido o ócio ao sujeito; o ócio não apenas no sentido físico, mas no sentido mental. Assim, por intermédio das novas ferramentas tecnológicas, o tempo foi colonizado ao máximo pela ideia de produtividade e gerencialismo. Tendo em vista que o sujeito ideal, para o mundo do gerencialismo, é aquele que com extremo aperfeiçoamento individual. Deste modo, o próprio aperfeiçoamento estaria ligado diretamente a razões externas como o fato de se sobressair em determinado emprego e/ou situações.

Nesta perspectiva, a linguagem desempenha um papel fundamental neste paradigma, pois ela é quem enuncia essas novas dinâmicas sociais e mercadológicas. Por isso, o papel da literatura de autoajuda tangencia este novo espectro de dominação simbólica. O mercado financeiro que age e transmuta a forma pela qual as empresas agem, visa, como sustenta Dowbor (2017), apenas o lucro, retirando o excedente – mais-valia – do trabalhador, assim enxugando os gastos e tornando mais competitiva a empresa dentro do mercado financeiro global¹⁰. Logo, nada mais eficiente que uma doutrina própria que justifique o mundo atual em prol de um mundo futuro.

Nessa perspectiva, assim como a maioria das doutrinas que pregam uma abnegação do agora em prol de um futuro, a literatura *coach* desenvolve em seu panteão seus dogmas e preceitos para o desenvolvimento de um indivíduo 100% produtivo que se ligue, de maneira total ao mercado,

9. Cf. MARX, 2019, p. 92-93.

10. Isto se deve em grande medida ao que Dowbor (2017) chama de *Economia Imaterial*, a economia não produtiva e especulativa que lucra com a financeirização do mercado, tornando-se uma forma estrutural de extração de mais-valia do trabalhador que está localizado na base do sistema produtivo. Cf. DOWBOR, 2017, p. 111-113.

transformando sua própria essência em produção/consumo. Dessa forma, utilizando de conceitos lacanianos, o capitalismo, com base no gerencialismo, mexe e transmuta o desejo de desejar do indivíduo, ou como afirma Zizek (2008, p. 89):

No nível mais imediato em que se dirige aos indivíduos, é claro que o capitalismo os interpela como consumidores, como objetos de desejo, provocando neles desejos perversos, excessivos e sempre novos (para cuja satisfação oferece produtos); além disso, é óbvio que também manipula o “desejo de desejar”, louvando o próprio desejo de desejar objetos e modos de prazer sempre novos.

Constata-se que como a pulsão e o desejo são circundantes, seu objetivo principal é circular o objeto-meta. Zizek (1996) salienta também que, desse modo, ele se constitui não só em processos psicológicos do sujeito, como também em processos de constituição ideológica. Para se constituir como ideologia, deve haver em sua essência a contradição, ou como pondera Zizek (1996, p. 16):

A ideologia é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc), uma lacuna separa seu sentido público ‘oficial’ e sua verdadeira intenção – ou seja, em que lidamos com uma tensão não refletida entre o conteúdo enunciado explicitamente no texto e seus pressupostos pragmáticos.

Ora, há uma tensão entre a temática real da literatura gerencialista e a temática pragmática – o que ela é de fato. Em termos práticos, ela deve dissimular-se, como todo processo ideológico. Portanto, em suma, esses processos devem, e vão, sempre, se apresentar como indicadores de melhoria do sujeito para o sujeito. Ademais, esta é uma marca do capitalismo tardio e hipermoderno, já que as palavras não possuem mais o valor de mudança *real*. Zizek (1996, p. 23-24) reitera:

É como se, no capitalismo tardio, ‘as palavras não importassem’, já não gerassem um compromisso: cada vez mais, elas parecem perder seu poder de execução; o que quer que se diga fica imerso na indiferença geral; o rei está nu e a mídia alardeia esse fato, mas ninguém parece realmente se importar – isto é, as pessoas continuam a agir como se o rei não estivesse nu...

Consequentemente, como Zizek (1996) ressalta, não há uma sociedade real que reapareceria após serem superadas as contradições entre o modelo econômico e a sociedade. Mesmo que se deseje, a realidade sempre carregará consigo o espectro do *real*. O trabalho da crítica é justamente não recair nos erros metodológicos e teóricos que separariam *nós* e *eles* nos discursos proferidos e defendidos pelas organizações/empresas/entidades comerciais.

ANÁLISES DA LINGUAGEM GERENCIALISTA EM CONTEXTOS ATUAIS

A análise partirá dos usos da linguagem para investigação de apropriação da linguagem gerencial nos discursos contemporâneos, utilizando como ilustração alguns trechos que contenham

palavras com significados que se imbuíram deste tipo de discurso. Além disso, a análise busca compreender como a ideologia se faz presente na legitimação da opressão e da exploração das classes trabalhadoras, e como isso se internalizou e se naturalizou na mesma. Os trechos foram retirados do livro *best seller* *Pai rico, pai pobre*, de Robert T. Kiyosaki. Como aporte teórico empregaram-se estudos de Adorno (2002), Volóchinov (2018), Lafargue (1999), dentre outros.

Para analisar de forma mais incisiva os significados que foram apropriados e ressignificados pela linguagem gerencialista, o presente artigo usará como *corpus* o livro mencionado acima e que se enquadra no gênero de autoajuda. Essa obra é uma das mais famosas desta área e, no ano de 2018, foram comercializados cerca de 54 mil exemplares¹¹.

Neste contexto, o intuito deste artigo não é de descredibilizar esse gênero literário, que atualmente é um dos mais consumidos no Brasil¹², como já supramencionado e explicado na seção anterior. Visto que o conceito chave, e talvez mais atrativo deste gênero, é o de ser classificado como algo que trará ao leitor algum ganho pessoal, assim como, também, traria ao leitor uma linguagem mais acessível e, com isso, compreensão – ainda que parcial – do pensamento humano. Dessa forma, dentro do gênero de autoajuda estão os livros de *coaching* que têm o objetivo de trazer esse ganho pessoal ao leitor, porém está mais relacionado à sua vida profissional. Esses livros, geralmente, “ensinam” ao leitor uma forma de ser um profissional bem sucedido, com uma grande carreira e, por consequência, conseguir o acúmulo de capital, o lucro. São, em síntese, leituras voltadas para a produtividade e em como trabalhar a mente para que o sujeito aprimore suas habilidades e competências para conquistar os objetivos profissionais.

Assim, o conceito seria algo inerente ao ser em relação ao desenvolvimento humano. Isto porque aprimorar habilidades e competências é o que o ser humano faz desde os primórdios. E, por conta disso, conforme assevera Saviani (2007), o homem é um animal, diferente dos outros, racional – em sua concepção mais difundida – e toda sua evolução está diretamente ligada à inteligência. Então, em conclusão, entende-se que o ser humano se aprimora tanto em habilidades e competências que já tem quanto em outras novas, como é o caso da tecnologia que surgiu no mundo contemporâneo.

Em contrapartida, a linguagem gerencialista, em discursos neoliberais, reutiliza alguns termos, porém com significados distintos. Dando ênfase na super-produtividade, que é a todo tempo impregnada no inconsciente dos indivíduos e ameaça, de certa forma, a liberdade do sujeito trabalhador. Assim, o sistema ganha com a ideia da super-produtividade, as multinacionais enriquecem, há o acúmulo de capital para aqueles que estão no topo da pirâmide, mas à classe trabalhadora resta pouco capital e muito trabalho. Este trabalho é feito de forma consciente, por terem expressões desta linguagem gerencialista que se internalizam na concepção de mundo do sujeito.

Levando em consideração o exposto, pode-se fazer uma análise semântica, com foco na filosofia da linguagem, de alguns trechos de *Pai Rico Pai Pobre*, conforme se vê abaixo:

11. Cf. <https://veja.abril.com.br/cultura/os-10-livros-de-negocios-mais-vendidos-de-2018-quantos-voce-leu/>

12. Cf. <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/autoajuda-domina-lista-de-livros-mais-vendidos-na-quarentena-e-desempenho-do-setor-volta-a-melhorar,ed5f259a20c75ca63d43f1858ffe980ddukgxndl.htm>

- i. “A preguiça reduz tanto a saúde quanto a riqueza” (KIYOSAKI, 2011, p. 17).

A palavra “preguiça” vem do latim: *pigritia, -ae* que significa: “Lentidão, vagareza, indolência. Preguiça. Lazer, ócio, tempo livre” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 340). Utilizando a expressão retirada do dicionário como “tempo livre”, tem-se a perspectiva do filósofo Adorno (2002), que explica sobre a importância do tempo livre. Assim, o termo é conceituado por ele como um período que possibilita a criatividade, produtividade, um momento de liberdade – verdadeira – que o trabalhador contemporâneo, sob o regime capitalista, passou a subjugar em relação ao trabalho. A ressignificação do termo “preguiça” ocorre porque, como Adorno (2002, p. 19) destaca,

[...] a mecanização adquiriu tanto poder sobre o homem em seu tempo de lazer e sobre sua felicidade, determinada integralmente pela fabricação dos produtos de divertimento, que ele apenas pode captar as cópias e as reproduções do próprio processo de trabalho.

Assim, a preguiça, ou o ócio, que anteriormente eram considerados momentos essenciais no cotidiano humano, neste trecho de um livro que se utiliza da linguagem gerencialista, é tida como algo que apresenta um caráter negativo, pois a preguiça reduz a saúde e, também, a riqueza, que o trabalhador está lutando constantemente para ter. Lafargue (1999) denuncia a “sacrossantificação” do trabalho feita por padres, economistas e moralistas que integram a civilização capitalista. O referido autor ainda assevera que antigamente os filósofos se posicionavam a favor do homem livre e “os poetas cantavam a preguiça, esse presente dos deuses ‘*O Meliboe, Deus nobis hoec otia fecit*’ (Ó Melibeu, um Deus deu-nos esta ociosidade)” (LAFARGUE, 1999, p. 9).

Além disso, assim como outras expressões e ressignificações da língua, a linguagem gerencialista foi moldando os seus ressignificados ao longo de muitas décadas. Lafargue (1999) relembra de um escrito anônimo com título *An Essay on Trade and Commerce* (Um ensaio sobre o negócio e o Comércio) publicado em Londres, em 1770, em que o autor sugeria que para acabar com a preguiça da classe proletária era necessário “encarcerar os pobres nas casas ideais do trabalho (*ideal workhouses*) que se tornariam ‘casas de terror onde se fariam trabalhar 14 horas por dia’” (LAFARGUE, 1999, p. 12).

Em suma, a linguagem gerencialista fez com que o ócio, a preguiça, o tempo livre fossem estigmatizados de tal forma que estes signos linguísticos fossem associados a uma imagem acústica (ARAUJO, 2001) – de caráter negativo – com o passar do tempo. Assim, como a filosofia da linguagem reverbera, em relação ao contexto discursivo, as palavras devem ser entendidas e estudadas a partir do contexto em que foram ditas. A discussão em torno dessa citação retirada de um discurso neoliberal justifica-se no sentido de compreender como a linguagem gerencialista pode movimentar toda a estrutura social – em conjunto com o regime capitalista.

ii. “Meu pai pobre dizia: “Não ligo para dinheiro” ou “O dinheiro não é importante.” Meu pai rico sempre dizia: “Dinheiro é poder.”” (KIYOSAKI, 2011, p. 18)

O autor utiliza a polarização de ideias para justificar seu ponto de vista, neste trecho. São expressões utilizadas de forma cotidiana e que, provavelmente, todo indivíduo já ouviu, assim como a máxima de que “dinheiro não traz felicidade”. Em contrapartida, a linguagem gerencialista acabou por tornar frases assim como negativas, porque pensando em dinheiro – ou capital – como algo não importante, o sujeito não produzirá para alcançar lucro e isso não seria positivo para a indústria. Volóchinov (2018) explica que a “ideologia do cotidiano¹³” é a forma mais contundente de se cristalizar sistemas ideológicos e, com isso, é este discurso que interage, de forma ativa, com o contexto histórico; é, ainda, o lugar em que ele vive e transforma a estrutura social. Dessa maneira, ele é capaz de transmitir mudanças de base social e econômica.

iii. “Continuem usando seu cérebro, trabalhem de graça e logo sua mente lhes mostrará formas de ganhar muito mais dinheiro do que eu poderia lhes pagar. Vocês verão o que outras pessoas nunca percebem. Oportunidades que estão à frente de seu nariz. A maioria jamais enxerga essas oportunidades porque estão atrás de dinheiro e segurança, e é isso que elas recebem” (KIYOSAKI, 2011, p. 40-41).

Para fins de contextualização, este trecho aparece no livro quando o “pai rico”, que na verdade é pai do amigo do autor, está ensinando uma lição a respeito de “ser rico”. O homem, que é proprietário de diversos empreendimentos comerciais, coloca o autor, Robert, e seu amigo, Mike, ainda crianças, para trabalhar em troca de ensinar como ter dinheiro. Nesse trecho, o “pai rico” fala sobre a importância de pensar em oportunidades e não nas horas trabalhadas em relação ao salário no fim do mês. Assim, ele faz a proposta para que os meninos trabalhem de graça para ele, para aprenderem as formas de se fazer dinheiro. Dessa forma, ele fala sobre o quanto as pessoas se preocupam com seu contracheque, quando na realidade um “emprego é na verdade uma solução de curto prazo para um problema de longo prazo” (KIYOSAKI, 2011, p. 36).

Anteriormente, o “pai rico” de Kiyosaki já havia se colocado contra os programas sociais do governo, por acreditar na “autossuficiência financeira” e “falava que isso estava criando pessoas fracas e financeiramente necessitadas” (KIYOSAKI, 2011, p. 18). Além disso, para o homem rico, “a causa principal da pobreza e das dificuldades financeiras está no medo e na ignorância, não na economia, ou no governo ou nos ricos” (KIYOSAKI, 2011, p. 37).

Desse modo, retirada da culpa do sistema, em relação à desigualdade socioeconômica, tal discurso transforma-se em uma ferramenta que potencializa a super-produção. Isto porque, se o problema econômico de um país não está atrelado a um problema de gestão governamental, então é no indivíduo que se concentra o problema de ele não ter capital. É como Dowbor (2020) salienta

13. Ideologia do cotidiano tem como conceito “todo o conjunto de vivências da vida e expressões externas ligadas diretamente a elas” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 213).

na perspectiva de Piketty: “todo sistema cria suas ideologias. E o sistema capitalista criou a sua, com correspondentes narrativas, para que pareçam legítimos os ganhos não merecidos”¹⁴. Ou seja, o discurso gerencialista faz crer que os ricos são ricos por trabalhar mais, terem criatividade na questão de “fazer dinheiro”. Em contrapartida, os pobres continuam pobres, pois tem preguiça e não tem criatividade, ou até, como se demonstra no *Best Seller* de Kiyosaki, porque têm medo. E, sendo assim, para o “pai rico”, estes sujeitos acabam culpabilizando o governo, que não teria nenhuma responsabilidade pela sua situação financeira.

Em síntese, este tipo de linguagem gerencialista culpa e responsabiliza o próprio trabalhador por seu fracasso. Se este é pobre é porque simplesmente não fez por merecer, não trabalhou o suficiente, não teve criatividade e não viu oportunidades. Esta linguagem e este preceito não levam em conta a relação de desigualdade que existe no mundo, assim como os privilégios da elite ou de outros indivíduos comparados a outros – como a raça, situação econômica, entre outros problemas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem gerencialista é direcionada para a classe trabalhadora, assim como o livro de Kiyosaki também se destina a este público. Dessa maneira, a linguagem é utilizada para internalizar aspectos neoliberais através de seu discurso. Com o enraizamento de falas neoliberais, o trabalhador irá produzir mais e mais rápido, uma vez que o enunciado destinado a ele lhe diz que dessa forma conseguirá chegar ao seu objetivo – objetivo ilusório conforme já discutido anteriormente. Nesse sentido, segundo as colocações de Volóchinov,

Antes de mais nada, ele [enunciado] é determinado de modo mais próximo pelos participantes do evento do enunciado, tanto os imediatos quanto os distantes, e em relação a uma situação determinada; isto é, a situação forma o enunciado, obrigando-o a soar de um modo e não de outro, seja como exigência ou um pedido, seja como a defesa de um direito ou como uma súplica por piedade, seja em estilo pomposo ou simples, seja de modo confiante ou tímido e assim por diante (2018, p. 206).

Assim sendo, o sujeito se priva de sua liberdade, de seus desejos para sucumbir ao trabalho. O discurso gerencialista torna o que Volóchinov (2018) chama de “expressão exterior” como algo que influencia a “vivência” do sujeito ou sua expressão interior e, com isso, pode-se afirmar que “não é tanto a expressão que se adapta a nosso mundo interior, mas nosso mundo interior que se adapta às possibilidades da nossa expressão e aos seus possíveis caminhos e direções” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 212-213 grifo do autor) nas inter-relações entre aqueles que controlam o capital e aqueles que trabalham para sustentá-lo.

Em suma, a linguagem tem sido utilizada – tanto de maneira consciente, quanto inconsciente

14. Cf. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-Capital-e-Ideologia-de-Thomas-Piketty-A-desigualdade-nao-e-economica-ou-tecnologica-ela-e-ideologica-e-politica/4/47001>

– para adaptar os sujeitos aos ambientes, como uma forma de praticar a ordem social. Isto é, termos que antes não eram apropriados por enunciados gerencialistas, atualmente foram semanticamente ressignificados a fim de legitimar expressões que trazem à classe trabalhadora a premissa de que quanto mais se trabalha, mais próximo e mais rápido chega-se ao objetivo. Porém, como já explanado e explicado anteriormente, o acúmulo do capital não fica nas mãos desta classe, assim como não se tem nenhum objetivo concreto a se atingir. Compreender e entender estes aspectos pode auxiliar na luta contra a opressão do sistema de classes e, desta forma, também ajudar na problemática da desigualdade socioeconômica que assola todo o mundo.

Ademais, como assevera Gaulejac (2007), a forma de comunicação que advém do gerencialismo produziu uma nova dinâmica no mundo do trabalho e nos sistemas financeiros, sendo assim, inseparável a necessidade de entender-se esses novos paradigmas enfrentados pela sociedade e pelo sujeito. A massificação do gerencialismo só comprova sua eficácia na expansão dos seus conceitos e dogmas que só por intermédio da análise minuciosa pode ser combatido e entendido.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAUJO, I. L. *Linguagem e realidade*: do signo ao discurso. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Área de Estudos Linguísticos, 2001.
- BRITO, W. da C. Os conceitos de pós-modernidade e hipermodernidade em Gilles Lipovetsky. *Perspectivas em Psicologia*, vol. 19, n. 2, p. 155-182, Jul/Dez, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/32500/17501>. Acesso em: 01 abr. 2022.
- DOWBOR, L. *A Era do Capital Improdutivo*: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- GAULEJAC, V. *Gestão Como Doença Social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e letras, 2007.
- GRILLO, S. V. C. Marxismo, psicanálise e método sociológico: o diálogo de Volóchinov, marxistas soviéticos e europeus com Freud. *Rev. Estud. Discurso*, n. 12, v. 3, set./dez., 2017.
- HEIDEGGER, M. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KIYOSAKI, R. *Pai Rico Pai Pobre*: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. Fonte Digital. Edição ebooksbrasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/direitopreguica.pdf>. Acesso em 11 dez. 2021.

LÊNIN, V. I. *Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

REZENDE, A. M.; BIANCHET, S. B. *Dicionário de Latim Essencial*. São Paulo: Autentica Clássica, 2014.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Bras. Educ.*, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 11 dez. 2021.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem* (Círculo de Bakhtin). São Paulo: Editora 34, 2018.

ZIZEK, S. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Gabriela Piovesan Leitão Tibola

Mestranda em Linguística pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Licenciada em Letras Português-Espanhol pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Patrick Araujo Pereira

Graduado em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2022). Mestrando em Poéticas da Modernidade pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: Rosário Fusco, Verde, Modernismo Periférico, Filosofia, Crítica literária. Membro pesquisador/colaborador do grupo de pesquisa Modernismo Periférico.

Altamir Botoso

Doutor e Mestre em Letras (UNESP/Assis), Graduado em Letras: Português/Inglês/Espanhol/Francês/Italiano (UNESP). Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), atuando na graduação e no Programa de Pós-graduação em Letras. E-mail: abotoso@uol.com.br

Recebido em 10/02/2022.

Aceito em 10/03/2022.

A LÓGICA DA POLIDEZ; OU, CUIDANDO DA SUA LINGUAGEM¹

THE LOGIC OF POLITENESS; OR, MINDING YOUR P'S AND Q'S.

Robin Lakoff
Universidade da Califórnia

Tradução: Rodrigo Albuquerque, Bernd Renner e Alex Leitão
UNB

Apresentação dos tradutores

A obra *A lógica da polidez; ou, Cuidando da sua linguagem* (no original: *The logic of politeness; or, Minding your P's and Q's*), de 1973, da autora americana Robin Tolmach Lakoff, constitui, sem dúvida, um trabalho de referência em pesquisas iniciais sobre a polidez nos estudos linguísticos. Em seu estudo pioneiro, inscrito nas investigações de primeira onda, a autora destaca o fato de que a interação cotidiana consiste não apenas no intercâmbio de informações, mas é guiada pelo interesse mútuo dos interagentes ao evitar enunciados impolidos. Assim, ela reconhece a importância de se considerarem, além da sintaxe e da semântica, os aspectos pragmáticos que integram as interações face a face. Partindo desse pressuposto e baseando-se nas máximas de conversação de Grice (1967), a autora elabora seu próprio modelo de polidez, que consiste em uma combinação do que ela chama de regras de competência pragmática e de conversação, as quais dão visibilidade ao paradoxo entre ser claro e ser polido. Lakoff mostra, por meio de vários exemplos e de forma bastante ilustrativa, como essas regras entram em vigor durante a interação e quais fatores verbais e não verbais estão em jogo quanto a processos de co-construção de sentidos, sempre levando em consideração dimensões contextuais. Embora a autora considere as regras de polidez como universais e traga exemplos em nível frástico, ela destaca que a interpretação do que é considerado polido pode diferir de uma cultura para outra, dado que diferentes grupos socioculturais atribuem diferentes valores a essas normas. Em suma, as contribuições de Lakoff são um convite a nos lançarmos em direção a estudos de (im)polidez em um âmbito linguístico, servindo de base para abordagens e teorias subsequentes que, de algum modo, discutem sobre (im)polidez.

1. [Nota dos tradutores] O título original do artigo é: *The logic of politeness; or, Minding your P's and Q's*. O termo *Minding your P's and Q's* é uma expressão em língua inglesa que pode ser entendida como *Mind your manners, Mind your language, Watch what you are doing*. Tal entendimento nos levou a optar pela tradução *Cuidando da sua linguagem*, como tentativa de nos aproximarmos do sentido original.

Tradução da obra: LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or, minding your p's and q's. In: CORUM, C. et al. (Eds.). *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, p. 292-305, 1973.

Nós que viemos da tradição da gramática transformacional parecemos ter passado uma quantidade excessiva de nossa juventude tropeçando em obstáculos linguísticos que nós mesmos criamos, sem conseguir resolvê-los. Entre os mais crueis desses obstáculos está a dificuldade da gramaticalidade parcial ou hierárquica. Na teoria sintática proposta em “Aspectos da teoria da sintaxe” (CHOMSKY, 1965), por exemplo, qualquer usuário da língua teria a expectativa de que uma sentença fosse marcada como boa ou ruim (*). Essa expectativa não faria sentido se a estrutura sintática fosse o único fator decisivo para incertezas e julgamentos do tipo “Talvez (seja) bom, se você assumir...”.

Contudo, os linguistas que tentaram ser honestos descobriram, à medida que avançaram em seus trabalhos, que as sentenças com as quais lidavam precisavam, cada vez mais, de marcações especiais do tipo: “Bom, se você assumir...”, “Bom, se você quer que o outro cara pense...”, “Bom, se você não gosta...” e assim por diante. Ou seja, precisávamos nos preocupar com o contexto em que as expressões eram proferidas, em domínios linguístico e não linguístico². Além disso, apenas por apelo ao contexto poderíamos explicar a inaceitabilidade de sentenças em algumas condições que, sob outras condições, eram aceitáveis.

Descobrimos bem cedo que as suposições que os falantes faziam sobre o mundo real se configuravam em julgamentos relacionados à possibilidade de determinada sentença poder ser usada em circunstâncias específicas. Na maioria das vezes, poderíamos pensar em termos de pressuposições culturais supostamente compartilhadas pela maioria dos falantes. É provável que essa percepção inclua tanto a noção filosófica de pressuposto lógico quanto a maioria do que tem sido chamado de pressupostos pragmáticos. Então, para lembrar de um exemplo famoso, se eu disser (1a), meu ouvinte só aceitará essa sentença se considerar (1b) verdadeira.

- (1) a. O atual rei da França é careca.
b. Existe atualmente um rei da França.

De igual modo, outros casos talvez estejam relacionados: mesmo que os valores de verdade não estejam explicitamente envolvidos, praticamente qualquer pessoa pode pressupor sobre o que estamos falando (o pressuposto pragmático). Portanto, podemos dizer que a sentença (2a) é aceitável apenas no caso de (2b) ser pragmaticamente pressuposta pelo destinatário:

- (2) a. John morou em Paris.
b. John ainda está vivo.

2. [Nota dos tradutores] Apesar de a autora se referir a domínios linguístico e não linguístico, provocamos os leitores a pensarem em domínios verbal e não verbal, haja vista que o linguístico, em estudos sociointeracionais, abarca dimensões que transcendem o plano verbal. Em suma, todo o sentido é construído no âmbito linguístico, o qual coordena, assim como previu Gumperz (1982), dimensões verbais, extraverbais, paraverbais e não verbais.

Ou seja, a pressuposição (2b) nos permite usar o tempo perfeito em (2a).

Entretanto, à medida que nos aventuramos nessa nova maneira de ver as sentenças, descobrimos cada vez mais que uma sentença que era perfeitamente aceitável sob um conjunto específico de condições poderia ser ruim sob outro, apesar de ambos (os casos) serem perfeitamente concebíveis no mundo real. Eu tenho (1969) dado exemplos similares a (3): cada uma dessas sentenças é boa, em seu conjunto particular de contextos:

- (3) a. Alguém quer feijão?
b. Quem quer feijão?³

A diferença é, como foi apontado, que em (a) o falante pode não ter ideia se alguém quer feijões ou pode presumir que ninguém os quer. Entretanto, em (b), ele deve assumir que haverá uma resposta positiva, mas pode estar errado, apesar dessa pressuposição.

Casos ainda mais complexos são aqueles em que a sentença reflete a atitude do falante em relação ao seu contexto social, mais especificamente, suas pressuposições sobre (1) as pessoas com quem ele está se comunicando: seus sentimentos sobre ele mesmo e a posição delas em relação a ele; (2) a situação do mundo real em que ele está se comunicando: quão crucial é a informação que ele busca transmitir?, ele (realmente) procura transmitir alguma informação? e quão formal é a situação do ato de fala?; e (3) suas decisões, baseadas em (1) e em (2), quanto ao efeito que ele deseja alcançar por meio de seu ato comunicativo: ele deseja reforçar as distinções de *status* entre ele, o falante (F), e o destinatário (D)?⁴, (em caso positivo, tal reforço ocorreria) para destruí-los ou isso não importa para ele?, ele quer causar a impressão de que D é importante, sério, espirituoso ou esnobe?, ele quer mudar a situação do mundo real?

Nenhuma palavra que ele realmente fala pode ser diretamente aplicável a tais perguntas. Tudo pode ser levantado e respondido em uma discussão, digamos, sobre a vida em Marte. No entanto, as perguntas podem ser respondidas sem ambiguidades, ao se examinar o diálogo, tanto por meios linguísticos quanto por qualquer outro: palavras e suas construções são o meio de comunicação. Assim, a comunicação de ideias (que alguns podem considerar sociológicas, em vez de linguísticas) é efetuada por meios linguísticos.

Argumento, neste artigo, que, se alguém faz algo acontecer por meios linguísticos, independentemente de ser proposital, (essa pessoa) está usando uma ferramenta linguística. É no domínio da linguística que tais questões devem ser exploradas e respondidas, com a ajuda de antropólogos e de sociólogos que vêm estudando essas questões há anos. Sugerimos que tais

3. [Nota dos tradutores] Os exemplos no texto original são, respectivamente, *Who wants any beans?* e *Who wants some beans?*

4. [Nota dos tradutores] Destacamos que os papéis *falante* e *destinatário* não contemplam todas as instâncias do ato comunicativo, tampouco de ações no plano interacional, haja vista que a altura da voz, a intensidade dos movimentos, a projeção do olhar, a maneira como nos dirigimos aos nossos interlocutores, entre outras instâncias linguístico-interacionais, influenciam a construção conjunta de sentidos. Além disso, o outro – o nosso interlocutor – não é alguém a quem simplesmente destinamos uma mensagem, mas alguém que constrói sentidos conjuntamente conosco.

estudos possam ser aprofundados pelo uso de técnicas linguísticas de análise, assim como as nossas (questões) possam (ser aprofundadas) por esses domínios do conhecimento.

O que estou dizendo, então, é que o conteúdo pragmático de um ato de fala deve ser levado em conta para determinar sua aceitabilidade, assim como ocorre, geralmente, com construções sintáticas, e, recentemente, com construções semânticas. Podemos dizer que, por exemplo, (4a)

- (4) a. John jogou fora o lixo.

é um enunciado gramatical, e que (4b)

- (4) b. *John isso jogou fora.

não é, apenas por motivos sintáticos: as condições da regra de movimento de partículas foram violadas em (4b), mas atendidas em (4a). Ou podemos dizer que, semanticamente, (5a) é uma sentença melhor que (5b), que é inaceitável por violar certos princípios semânticos.

- (5) a. A multidão se dispersou.
b. *O porco-formigueiro dispersou.

E, portanto, podemos dizer que uma sentença como (6a) é uma boa sentença por motivos pragmáticos (e, claro, por outros): ela não viola pressuposições sobre a interação no mundo real; mas (6b) é, por razões puramente pragmáticas, uma sentença muito estranha.

- (6) a. Você pode pegar sua metodologia e enfiá-la.
b. *Pode pegar sua metodologia e enfiá-la?

Muito brevemente, e desconsiderando exatamente o que está acontecendo nos exemplos (6a) e (6b), podemos dizer que a forma de pergunta - como em (b) - é polida e a forma declarativa da sentença - como em (a) - é impolida, apesar de o conteúdo comunicativo ser, inalteravelmente, impolido. Logo, se combinarmos uma construção polida com um significado impolido, ocorrerá, apenas por motivos pragmáticos, ironia ou aberração total. Uma sentença como (6b) é, no plano sintático, perfeitamente construída e não viola qualquer restrição semântica imaginável - como violaria uma sentença como (7), que é ruim de uma forma muito diferente de (6b):

- (7) *Essa pedra pode pegar sua metodologia e enfiá-la.

Outro teste de regras sintáticas que se mostrou muito útil é o da ambiguidade. A ambiguidade sintática está destacada na literatura, provando a necessidade de estruturas subjacentes e de regras transformacionais para se eliminar a ambiguidade, por motivos puramente sintáticos, de enunciados como (8):

- (8) Eles não sabem [o quanto bom] é carne.

Eles não sabem o que é [carne boa]⁵.

Semanticamente, não há confusão. Discuti casos de ambiguidade semântica, em que apenas recorrer à relação entre conceitos semânticos na sentença poderia indicar se deveria ser pensado (em relações) simétricas ou assimétricas, como em (9).

(9) A polícia entrou na sala e todos engoliram seu cigarro.

Contudo, podemos também falar de ambiguidades solucionáveis apenas recorrendo a um exame da relação entre os participantes em um diálogo e sua situação no mundo real. Isso poderíamos chamar de ambiguidade pragmática, e sua ocorrência, em uma sentença como (10), nos indicaria a necessidade de incorporar, em nossa gramática, regras pragmaticamente sensíveis:

(10) Por favor, feche a janela.

Ou seja, (10) poderia ser um enunciado subserviente no caso em que o falante fosse realmente subordinado ao destinatário, ou igual a ele, e não um conhecido próximo. Nesse caso, ‘por favor’ poderia significar “Estou pedindo que faça isso como um favor, já que não posso forçá-lo a fazer isso”. Entretanto, no caso de F ser superior a D, o uso de ‘por favor’ seria convencional. O falante realmente quer dizer algo como “Estou pedindo para você fazer isso, mas, apesar de ter o poder de forçá-lo, estou apenas agindo como um cara legal”. A diferença é clara para o destinatário: no primeiro caso, ele poderia recusar; no segundo, somente com um bom motivo. Desse modo, uma resposta como (11) é válida como uma recusa no primeiro caso (falante subordinado ou igual ao destinatário), mas não no segundo (falante superior ao destinatário):

(11) Nossa, está tão quente aqui!

Há mais uma possibilidade de uma leitura ambígua de (10): suponha que F e D sejam amigos íntimos há anos, usam apelidos e, portanto, não usam formas polidas entre si há algum tempo. Nesse caso, o suposto falante de (10) descobre que o destinatário tem agido ‘pelas costas’ (não precisamos nos preocupar com o teor de tais ações) e fica furioso com ele (com D). Para ele (F), a amizade acabou. Em um encontro futuro entre ele e seu ex-companheiro (que talvez ainda não saiba da situação), o falante enuncia (10), com ou sem entonação ‘fria’, dependendo de sua sutileza. Nessa situação, se D for absolutamente perspicaz, ele notará, pelo mero uso de ‘por favor’, que F não está sendo gentil com ele; que o relacionamento piorou. E ele pode responder: “Ei, qual é o problema?”, referindo-se não ao conteúdo semântico de (10), mas às suas implicações pragmáticas.

Assim, o uso de (10) pode sinalizar, entre outros, três tipos diferentes de relacionamentos entre F e D, e D responderá de forma bem diferente em cada caso. Eu chamaria isso de ambiguidade legítima, de um tipo pragmático, e diria que essa é outra indicação de que o componente pragmático

5. [Nota dos tradutores] Nos exemplos originais, a ambiguidade parece ficar mais clara: *They don't know [how good] meat tastes* e *They don't know how [good meat] tastes*.

é, assim como qualquer outro componente gramatical, de responsabilidade do linguista. Exemplos, tais como (6), indicam que a pragmática interage com a sintaxe e com a semântica, não podendo ser considerada separadamente: precisamos saber quando a regra sintática de formação de perguntas é aplicável, considerando-se componentes pragmáticos. Portanto, devemos, de alguma forma, estender nosso conceito de regras [que estão em jogo] para cobrir casos como esses – em que as condições para a aplicabilidade de uma regra sintática incluem componentes pragmáticos, tal como o efeito que o falante deseja que seu enunciado tenha sobre o destinatário.

Assim como invocamos regras sintáticas para determinar se uma sentença deve ser considerada sintaticamente bem ou mal formada – e de que forma ela é mal formada, caso seja –, em que medida, então, gostaríamos de ter algum tipo de regra pragmática ditando se um enunciado é pragmaticamente bem ou mal formado – e até que ponto ele se desviaria, caso houvesse desvios. Assim como há muitas regras sintáticas que são utilizadas para gerar uma sentença em sua totalidade – e quanto mais regras são violadas, maior se torna, progressivamente, sua má-formação –, o mesmo pode ser dito na esfera pragmática: podemos identificar vários tipos de regras e suas possíveis violações.

Do mesmo modo que a aplicabilidade de uma regra a dada estrutura sintática pode diferir dialeticamente, o mesmo se aplica a regras pragmáticas. Gostaria de olhar para alguns casos, apresentados de modo bastante informal, embora não haja razão para que, no futuro, tais regras não possam ser tão rigorosas quanto às sintáticas previstas na literatura transformacional (e, esperançosamente, muito menos *ad hoc*).

Primeiramente, podemos voltar às três áreas de comportamento pragmático⁶ a que nos referimos anteriormente: as suposições do falante sobre suas relações com seu destinatário, sua situação no mundo real enquanto fala, e até que ponto ele deseja mudar (ou reforçar) a primeira e/ou a segunda área. Descobriremos que duas regras básicas estão envolvidas, às vezes coincidindo em seus efeitos e reforçando-se entre si, apesar de estarem, com maior frequência, em conflito aparente. Nesse último caso, uma ou outra prevalecerá, conforme as circunstâncias. Vamos chamá-las de Regras de Competência Pragmática:

REGRAS DE COMPETÊNCIA PRAGMÁTICA

1. Seja claro.
2. Seja polido.

[Tais regras sinalizam que] se alguém busca comunicar uma mensagem diretamente, essa pessoa tentará ser clara, para que não haja engano quanto à sua intenção. Se o objetivo principal do falante consiste em navegar, de algum modo, entre os respectivos *status* dos participantes no

6. [Nota dos tradutores] Como a pragmática se refere ao estudo do uso da língua, alertamos que não agimos baseando-nos apenas em comportamentos, o que nos inscreveria em um paradigma behaviorista, mas também pela forma como nos engajamos interacionalmente, sendo influenciados por crenças, por relações de poder, por ideologias, por questões intersubjetivas *etc.*

discurso, indicando onde cada um se situa na visão do falante, seu objetivo será menos a clareza do que, em oposição, a polidez. Às vezes, como veremos, clareza é polidez; mas, frequentemente, deve-se escolher entre Scylla e Charybdis⁷. Temos sorte em nosso trabalho porque as regras de clareza foram formuladas no trabalho de Grice ([1967] 1975)⁸ sobre as regras de conversação; provavelmente, não de forma totalmente satisfatória, mas, certamente, em um esboço valioso. É evidente que elas funcionam como regras para que o falante divulgue o conteúdo denotativo de seu ato de fala da forma mais clara e com o mínimo de confusão possíveis.

REGRAS DE CONVERSAÇÃO

1. Quantidade: seja tão informativo quanto necessário
não seja mais informativo que o necessário
2. Qualidade: diga apenas aquilo que você acredita ser verdade
3. Relevância: seja relevante
4. Modo:
 - seja claro
 - não seja ambíguo
 - não seja confuso
 - seja sucinto

Desconsidero o problema (que é um problema para Grice ou para qualquer pessoa) de como os seguintes atributos são determinados: Quanto é demais? O que é relevante? Quando uma afirmação é confusa?

Afinal, essas questões nos dividem: dou uma contribuição conversacional que julgo necessária, verdadeira, relevante e clara; você ouve e julga [a minha contribuição como] desnecessária, falsa, irrelevante e confusa; e ficarei intrigado se você encerrar, abruptamente, a conversa. Portanto, essas noções devem ser definidas mais rigorosamente, considerando-se os mundos distintos entre falante e destinatário.

Contudo, uma dificuldade mais séria é a de que, aparentemente, as regras de conversação são mais violadas do que observadas. Deve ficar claro para qualquer pessoa que esteja olhando para essas regras que uma conversa informal interessante as viole em todas as ocasiões, diferentemente da conversa insípida ou rigidamente formal. Muitas vezes, as violações são sinalizadas em nossas conversas por expressões como ‘A propósito’ (= “Estou, por um motivo, violando modo”); ‘Como você sabe’ (= “Estou, por um motivo, violando quantidade”); e, mesmo sem pistas, notamos que as violações das regras de conversação são, ainda assim, percebidas como conversação, diferentemente das violações de regras sintáticas, que são percebidas como não-sentenças.

Em vez disso, falantes parecem conspirar, usando uma espécie de princípio de sanidade: ‘Presumo que você é sô, a menos que seja provado o contrário, e, portanto, assumirei que tudo

7. [Nota dos tradutores] A expressão *Scylla e Charybdis*, originária da mitologia grega, significa “ter de escolher entre dois males”. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Scylla-and-Charybdis>. Acesso em: 08 dec. 2021.

8. [Nota dos tradutores] Ao publicar o texto, em 1973, a autora utilizou, como referência, uma versão do trabalho de Grice não publicada (datada de 1967). Anos mais tarde, em 1975, o trabalho em questão foi publicado.

o que você faz em uma conversa é feito por um motivo – a violação de uma regra significa dar preferência a outra ou a um sistema de regras”. Parece ser o caso de que, quando Clareza entra em conflito com Polidez, na maioria dos casos (mas não em todos, como veremos), a Polidez predomina: evitar ofensas é considerado mais importante, em uma conversa, que alcançar clareza. Isso faz sentido, uma vez que, na maioria das conversas informais, a própria comunicação é secundária em relação à mera necessidade de reafirmar e de fortalecer relacionamentos.

De fato, as regras da conversação são estritamente cumpridas naquelas conversas em que o conteúdo é mais importante que o próprio ato de falar. Portanto, dispositivos como ironia, exagero, piada, ambiguidade e outros recursos de conversação divergentes são usuais para um estilo de conversa informal, mas não em conversas de negócios ou palestras acadêmicas, em que as Regras de Conversação tendem a estar em vigor.

(Trata-se, portanto, de uma generalização exagerada: surgem usos informais até mesmo em situações mais formais. É raro encontrar um estilo não misto: puramente formal ou puramente informal. Há muitos motivos para isso, principalmente por ser raro que o ato de fala sirva simplesmente para transmitir informações factuais. Frequentemente, procura-se transmitir um sentimento favorável sobre a informação factual, de modo que o destinatário, por meio do uso das Regras de Polidez, faça uma avaliação positiva sobre o falante. Em uma conversa informal, às vezes queremos ir direto ao assunto. Mesmo ela tendo um caráter de informalidade ou de retratação, podemos recorrer às Regras de Conversação para sermos diretivos).

Assim sendo, quais são as regras de polidez e como elas se relacionam com as Regras de Conversação? Vou listar essas regras informalmente a seguir e dar alguns exemplos.

REGRAS DE POLIDEZ

1. Não imponha
2. Dê opções
3. Faça o destinatário se sentir bem - seja amigável

Às vezes, duas ou mais dessas regras podem estar simultaneamente em vigor, reforçando-se. Em outros momentos, devemos fazer uma escolha – estamos em uma situação Regra 1 ou Regra 3? – e uma cancelará a outra. Isto é, uma regra pode substituir a outra. Contudo, como podemos dizer que regra estamos aplicando em determinado momento? Vamos dar alguns exemplos de como essas regras funcionam:

1. Regra 1: Não imponha. Essa regra também pode ser interpretada como permaneça indiferente, não se intrometa nos “negócios de outras pessoas”. Se algo, na esfera linguística ou em outra esfera, é um bem não gratuito⁹, no sentido de Goffman, essa regra nos alerta para evitá-lo ou,

9. [Nota dos tradutores] As expressões *bem gratuito* e *bem não gratuito*, relacionadas ao grau de imposição que, sócio/interculturalmente, nossas ações podem gerar, têm relação, respectivamente, com ações que podemos executar sem permissão prévia (como, por exemplo, utilizar o banheiro em nossa própria casa) e com ações para as quais necessitamos de autorização (como, por exemplo, pedir para usar o banheiro na casa de uma pessoa pouco íntima). Lakoff (1974, p. 27) afirma que “Claramente, existem alguns tópicos sobre os quais se pode perguntar livremente e outros que

em qualquer caso, pedir permissão antes de recebermos a oferta. Portanto, assim como pedimos licença para examinar os pertences de outra pessoa, devemos, em geral, pedir permissão antes de fazer uma pergunta pessoal:

- (12) Eu poderia perguntar quanto você pagou por aquele vaso, Sr. Hoving?

Diferentemente de um caso em que a resposta não seja interpretada como um bem não gratuito:

- (13) *Eu poderia perguntar quanto é $1 + 1$?

a menos que algo mais profundo esteja implícito na pergunta.

Evidentemente, o pedido de permissão é mais ou menos convencional, já que você está fazendo a pergunta no exato momento em que está pedindo permissão para fazê-la; mas é o pensamento que conta. Você parece dar uma saída ao destinatário (consulte a Regra 2 - *Dê opções*), embora na verdade não o faça.

Certos dispositivos linguísticos são igualmente regidos pela Regra 1 (*Não impõe*), tais como expressões passivas e impessoais. Elas tendem a criar uma sensação de distância entre falante e enunciado, ou entre falante e destinatário. Consequentemente, sentenças contendo essas formas tendem a ser interpretadas como polidas, tais como as outras formas de comportamento governadas pela Regra 1 (*Não impõe*). O mordomo diria (14a), e não (14b).

- (14) a. O jantar está servido.
b. Você gostaria de comer?

Autores acadêmicos, como é bem sabido e muitas vezes lamentado, tendem a usar frases passivas e impessoais em suas pesquisas, assim como o nós autoral, que, como o polido *vous* em francês (e casos análogos em muitas outras línguas), cria um distanciamento entre ele próprio (no caso de *vous*, o destinatário) e as demais pessoas envolvidas na comunicação. O nós autoral é, portanto, paralelo ao *vous* da não solidariedade igualitária¹⁰, conforme discutido por Brown e Gilman (1960); mas o nós imperial é paralelo ao *vous*, indicando *status* superior.

Quanto à proibição de bens não gratuitos sob as condições da Regra 1 (*Não impõe*), encontramos, em nossa cultura, o uso de termos técnicos para evitar a menção a termos tabus, como sexo, uso do banheiro ou dificuldades econômicas, o que poderia ser diferente em outras culturas. Essa é a prática da terminologia burocrática, médica e jurídica, bem como em outros casos

são ‘não é de sua conta’ - isto é, bens não gratuitos”.

10. [Nota dos tradutores] Para Brown e Gilman (1960), a (não) solidariedade igualitária refere-se ao grau de intimidade ou de condescendência assumido pelos interagentes, impactando nas relações de poder que estes estabelecem. Tais relações, de acordo com os autores (1960), mantêm vínculo direto, por exemplo, com a escolha dos dêiticos *tu* e *vous* na língua francesa.

de formalidade, diferentemente do eufemismo, que é um uso relacionado à Regra 2 (*Dê opções*). A terminologia técnica busca separar o assunto de seu impacto emocional: “Estamos falando sobre ISSO, mas não tem suas conotações usuais porque estamos separando-o de todo conteúdo emocional”. Então, se você tem de dizer algum termo tabu, você diz copulação, defecação ou desfavorecido [economicamente].

A Regra 2 (*Dê opções*) opera, em alguns casos, junto com a Regra 1 (*Não imponha*) e, em outros casos, quando a Regra 1 é inadequada. A Regra 2 orienta: “Deixe D tomar suas próprias decisões – deixe-o fazer suas escolhas”. Isso pode parecer indiferença, mas, na verdade, ela só ocorre às vezes.

Certas expressões [linguísticas] podem ser usadas para dar ao destinatário uma opção sobre como ele deve reagir: algumas dessas expressões (*hedges*)¹¹ foram discutidas por George Lakoff (1972). Alguns *hedges* também têm o efeito de sugerir que o falante sinta apenas um comprometimento emocional fraco em relação ao que ele mesmo está discutindo. Isto é, essas expressões refletem sentimentos do falante sobre a sentença, e, além de seu uso violar a Regra 1 (*Não imponha*), elas não existem no discurso verdadeiramente formal.

(15) Nixon é meio conservador.

Uma sentença como (15) não poderia ser usada, digamos, em um editorial do *New York Times*, que é um formato que invoca, quase que exclusivamente, a Regra 1 (*Não imponha*). Entretanto, pode ser usada em atendimento à polidez, de modo que, sob algumas circunstâncias, um falante cuja opinião verdadeira é representável como (16) pode proferir (15) para evitar aborrecimentos sociais.

(16) Nixon é super conservador.

Poderíamos mencionar outros tipos de sentenças que permitem ao destinatário a maior liberdade possível para se decidir, por exemplo, como foi feito em (17):

(17) a. Acho que é hora de ir embora.
b. É hora de ir embora, não é?

Independentemente de suas funções básicas, tais sentenças também podem funcionar como dispositivos de polidez, em conformidade com a Regra 2 (*Dê opções*). Obviamente, tanto (17a) quanto (17b) podem ser usadas quando o falante está, de fato, incerto sobre o que está afirmando. Entretanto, elas, muitas vezes, são também usadas quando o falante assume total confiança: ele sabe do que está falando, mas não deseja se impor, sob o risco de ofender o destinatário. Tais

11. [Nota dos tradutores] Os chamados *hedges* são utilizados para suavizar a linguagem oral (e escrita) e constituem parte importante de uma conversa polida. As formas mais comuns de *hedging* envolvem expressões modais (*could*, *possibly* etc.) ou uma linguagem vaga (*sort of*, *just*), entre outras (Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/grammar/british-grammar/hedges-just>). Acesso em: 08 dec. 2021). Kerbrat-Orecchioni (2005), ao tratar desses suavizadores (*softeners*), assume que eles podem emergir nas interações por procedimentos substitutivos (uma formulação suavizada) e acompanhantes. Estes podem, ainda, ocorrer por meio de minimizadores (na redução da ameaça ao outro), de modalizadores (instauram a distância interlocutiva), de desarmadores (neutralizam antecipadamente uma reação negativa) e de moderadores (suavizam com a inserção de termos polidos).

sentenças, sob essas condições, significam algo próximo a “Eu digo isso a você, mas você não tem obrigação de acreditar. Eu não estou tentando enganá-lo”. Seja por uma questão de polidez ou por não se saber a resposta, o falante deixa a decisão final quanto à verdade de tais sentenças para o destinatário.

Assim como termos técnicos para (assuntos) tabus são dispositivos da Regra 1 (*Não imponha*), eufemismos fazem parte da Regra 2 (*Dê opções*). Estes mantêm a presunção de que o tópico em discussão é proibido, mas procuram dissipar o efeito desagradável, sugerindo que o destinatário não precisa interpretar o que está sendo dito literalmente.

Ele obviamente não faz tal interpretação, e esse fato é, novamente, convencional. Contudo, ele, ao menos aparentemente, tem a chance de optar por não participar, fingindo que o tópico tabu não foi abordado, o que torna o eufemismo um dispositivo de Regra 2 (*Dê opções*).

Então, falamos, sob as condições de Regra 2 (*Dê opções*), em fazer aquilo, em fazer o número dois ou em estar duro (em sentido econômico). Pessoas em discussões profissionais, em que a Regra 1 (*Não imponha*) geralmente prevalece, recorrerão a termos técnicos em vez de eufemismos, enquanto em recepções sociais requintadas, se for necessário falar sobre o assunto, usamos eufemismos, como também outros dispositivos de Regra 2 (*Dê opções*).

Compare as sentenças (18) e (19) no que diz respeito à Regra 1 (*Não imponha*); e imagine, primeiramente, um antropólogo em uma reunião usando (18a), (18b) e (18c). Em seguida, [imagine] uma matriarca da sociedade em uma festa elegante falando (19a), (19b) e (19c).

18 (a) Quando os nativos de Whango-whango querem copular/*fazer aquilo, eles ...

18 (b) Defecar/*Fazer o número 2 é geralmente feito utilizando grandes folhas de bananeira ou exemplares antigos da *New York Daily News*.

18 (c) Muitos residentes do gueto estão desprivilegiados/*duros.

19 (a) Ouvi dizer que o mordomo encontrou Freddy e Marion fazendo aquilo/*copulando na despensa.

19 (b) Com licença, tenho de fazer xixi/*defecar.

19 (c) Harry vendeu sua filha para a escravidão branca¹², porque ele estava muito duro/ *desprivilegiado.

A questão é que respondemos emocionalmente, de forma diferente, aos dispositivos de Regra 1 (*Não imponha*) e de Regra 2 (*Dê opções*). Portanto, o falante cuidadoso ajustará seu dispositivo conforme seu propósito. As regras 1 e 2 podem ser aplicadas juntas, conforme vimos, de modo que a evitação de bens não-gratuitos possa ser interpretada tanto como um meio de não-imposição, quanto como uma forma de deixar o interlocutor ter sua liberdade.

12. [Nota dos tradutores] Segundo Donovan (2003), a expressão *white slavery* (escravidão branca) foi utilizada nos Estados Unidos, durante os séculos XIX e XX, para fazer referência à prática de coerção organizada de pessoas à prostituição. Embora o termo se refira principalmente a mulheres brancas, qualquer etnia poderia ser forçada à escravidão branca.

No entanto, as Regras 1 (*Não imponha*) e 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) parecem ser mutuamente contraditórias. Se tais regras coexistem na mesma conversa, devemos assumir que, por quaisquer razões extralingüísticas, os participantes estão, real ou convencionalmente, mudando suas relações entre si. A Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) é a regra de polidez que parece menos “hipócrita”, embora também seja, com frequência, usada convencionalmente, quando não há um verdadeiro sentimento de amizade.

Essa é a regra que produz um sentimento de camaradagem entre falante e destinatário. O efeito final é fazer o destinatário se sentir bem. Tal regra produz uma sensação de igualdade entre ambos. Se F, realmente, tiver um *status* igual ou superior a D, isso faz D se sentir bem. Entretanto, se o F, realmente, tiver um *status* inferior a D, sua invocação de Regra 3 será vista como “tomando liberdade” e resultará no encerramento da conversa de forma insatisfatória. Ressalta-se que a Regra 1 e a Regra 2 também são projetadas para “fazer D se sentir bem”. Assim, podemos tentar generalizar e dizer que esse foi o propósito de todas as regras de polidez.

Contudo, todas elas fazem isso de maneira diferente. A Regra 3 consegue [fazer D se sentir bem], de tal forma que ele se sinta desejado, um amigo. A Regra 3 produz *tu* em situações apropriadas, nas línguas que usam *tu*, quando este é usado para expressar solidariedade. Nesse caso, em vez do sobrenome + título usados em situações legítimas de Regra 1 (*Não imponha*), encontramos apelidos, ou pelo menos primeiros nomes (cf. Brown & Ford 1964). Encontramos, igualmente, partículas que expressam como o F se sente sobre o que está falando, tornando o D um participante mais ativo, no uso de expressões como “sabe”, “cê sabe”, “quero dizer”.

Quando retóricos alertam contra essas palavras, eles o fazem porque sua função de informação denotativa é nula, uma vez que elas estão deslocadas em uma situação de Regra 1 (*Não imponha*). Todavia, como já dissemos, os enunciados não são proferidos apenas para transmitir informações. Devemos reconhecer que tais partículas sem significado têm, na verdade, um sentido profundo, de que a “Regra 3 está em vigor.”¹³

De igual modo, encontramos na Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) elogios, que, em situações de Regra 1 (*Não imponha*), são interpretados como imposições, assim como usos de formas simples de palavras tabus.

Brown e Ford (1964) apontam que, quanto mais apelidos alguém tem para uma pessoa, mais provável é que ele tenha discutido coisas íntimas com ela. Ambos aspectos integram a situação de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) e um decorre do outro.

Observou-se que Regra 1 (*Não imponha*) e Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) são incompatíveis; ao passo que Regra 1 e Regra 2 (*Dê opções*), bem como Regra 2 e Regra 3, são, às vezes, incompatíveis, às vezes, coexistentes. Em outros casos, as partículas [que expressam como F se sente sobre o que está falando] também servem para oferecer margem [de interpretação] ao interlocutor. Ao utilizar “tipo”, “cê sabe” e assim por diante, o falante quer expressar que o que

13. [Nota dos tradutores] Cabe ressaltar que a noção de significado se ancora em instâncias linguístico-discursivas mais estáveis, enquanto o sentido se instaura no processo de (co)engajamento construído pelos interagentes. Em outras palavras, somos partidários de que “o significado (semântico) imerso numa ótica interacional (discurso) ganha o estatuto de sentido (pragmático)” (ALBUQUERQUE; ARAÚJO, 2020, p. 170).

está dizendo é apenas seu próprio sentimento. Portanto, o uso de tais termos também pode ser interpretado como oferecendo opções, diferentemente do uso de apelidos e de palavras tabu, que elimina essa interpretação.

Em uma situação em que esperaríamos a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*), mas estamos diante da Regra 1 (*Não imponha*), o efeito decorrente é uma violação de polidez, ao invés de uma escolha livre entre violar e recusar (de forma polida) a imposição. Em referência a um exemplo anterior, se eu disser (10) [Por favor, feche a janela], assumindo que, anteriormente, eu disse (20),

(20) Feche a janela.

a suposição do destinatário não será mais de um estado de camaradagem. Ele se sentiria mal, devido a uma violação das regras de polidez, em vez de sentir que apenas não tinha outra opção ou que não houve imposição.

Teoricamente, ambas as interpretações deveriam ser possíveis. O fato de que apenas uma é [possível], pelo menos em nossa cultura, mostra que a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*), quando aplicável, tem precedência sobre as outras regras. Quando isso não ocorre, é claro, deve-se recorrer às outras [regras]. No entanto, parece que na sociedade americana de classe média, a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) está continuamente ganhando terreno às custas de Regra 1 (*Não imponha*), enquanto em sociedades mais estratificadas, a Regra 1 (*Não imponha*) parece receber mais espaço.

Da mesma forma, uma implicatura conversacional (cf. Gordon & G. Lakoff (1971)) como (21), que costumava significar (20) [Feche a janela], pode ser uma forma polida de dizer (20), dependendo da situação.

(21) Está frio aqui.

Ela (21) pode ser interpretada como polida sob a Regra 2 (*Dê opções*). Ao menos convencionalmente, é dada ao destinatário a opção de como ele deve interpretar a sentença – como uma forma de estabelecer uma conversa ou como uma ordem – e [ele] pode escolher responder apropriadamente em qualquer direção.

Todavia, suponha que o falante de (21) esteja em uma posição superior ao destinatário. Nesse caso, se ele usa (21), uma vez que ele não está em uma situação de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) e, portanto, não apenas estar de “conversa fiada” sobre o clima, (21) deve necessariamente ser interpretado como uma ordem, equivalente a (20). Entretanto, o fato de o F ter formulado isso como uma declaração parece sugerir: “Você deve interpretar todos os meus desejos como uma ordem, você é [hierarquicamente] muito inferior a mim” e, portanto, [tal declaração] viola várias regras de polidez de uma só vez.

Gostaria de, rapidamente, observar algo: as regras de polidez funcionam tanto para o discurso quanto para as ações. Uma ação polida é assim considerada porque está de acordo com os ditames de uma ou mais Regras (1, 2, 3), assim como um enunciado polido. Portanto, cobrir minha

boca quando eu tusso é polido porque me impede de impor meus próprios excrementos pessoais a outra pessoa (além dos germes). Ficar de lado quando alguém entra por uma porta é polido porque dá opções a ele, ou seja, [respeita] a liberdade de movimento. Tais ações sugerem que as regras da linguagem e as regras para outros tipos de interações humanas cooperativas integram o mesmo sistema. Logo, é fútil separar o comportamento linguístico de outras formas de comportamento humano.

Voltemos à relação entre as regras de polidez e as regras de conversação. Notamos que estas estão em vigor em situações em que não se aplica a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*): ou seja, em situações de Regra 1 (*Não imponha*), que são casos de formalidade.

Podemos considerar as regras de conversação como subcasos da Regra 1 (*Não imponha*), dado que seu propósito é fazer com que a mensagem seja comunicada no menor tempo [possível] e com o mínimo de dificuldade. Ou seja, evitar qualquer imposição ao destinatário (desperdiçando seu tempo com falatório ou trivialidades, ou confundindo-o e fazendo-o se sentir mal). Prova disso é o fato de as regras de polidez estarem em conflito com as regras de conversação, precisamente em situações de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*).

Além disso, se interpretarmos as regras de conversação como um tipo de regra de polidez, especificamente um tipo de Regra 1 (*Não imponha*), teremos alcançado uma generalização interessante sobre a maneira como as regras de polidez têm precedênciaumas em relação às outras e sobre as circunstâncias nas quais cada uma é aplicável. Isso nos ajudará a responder à nossa pergunta original: como é possível que violações das regras de conversação preservem as regras de polidez? Na verdade, elas preservam apenas a polidez de Regra 2 (*Dê opções*) e de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*), o que nos faz entender como e por que isso acontece.

Uma objeção a essa formulação das regras de polidez é a seguinte: o que é polido para mim pode ser rude para você. Estou afirmando que essas regras são universais. Mas é claro que os costumes variam. Essas declarações são contraditórias? Acredito que não. O que eu acho que acontece, no caso de duas culturas diferirem em sua interpretação de polidez de uma ação ou de um enunciado, é que elas têm as mesmas três regras, mas ordens distintas de precedência. Um exemplo: diz-se que, na sociedade chinesa, é polido arrotar após uma refeição (se não for você o responsável pela comida). Entretanto, tal ato não é polido em nossa sociedade, haja vista que a Regra 1 (*Não imponha*) tem precedência: não se deve impor o funcionamento interno [*internal workings*] de uma pessoa a outra pessoa. Contudo, na sociedade chinesa, a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) tem precedência: mostrar apreciação, fazer o outro se sentir bem.

Outro exemplo: fui criada para acreditar que as questões financeiras, assim como aquelas que envolvem sexo ou hábitos de ir ao banheiro, são bens não gratuitos. Portanto, não se perguntava a um conhecido (até um estágio bem avançado do relacionamento) quanto ele ganhava, em que o seu pai trabalhava ou quanto valiam seus bens. No entanto, outras pessoas, aparentemente, têm liberdade para entrar em sua casa, e para perguntar o valor de seus pertences, o quanto profundamente endividado você está *etc.* Uma interpretação desse comportamento é que ele é totalmente grosseiro: [essas pessoas] conhecem as regras, mas não ligam para aplicá-las.

Entretanto, há uma outra maneira, mais generosa – a generosidade está de acordo com as Regras 2 (*Dê opções*) e 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*). Vamos interpretar o que me foi ensinado como uma afirmação de Regra 1 (*Não imponha*). Perguntar sobre os bens das pessoas e mostrar interesse no bem-estar delas pode ser interpretado como um comportamento de Regra 3 – fazer o outro se sentir importante, fazê-lo se sentir um amigo. Portanto, temos possivelmente aqui outro caso em que a ordem de precedência de duas regras difere dialeticamente. Assim como alguém que usa uma sentença sintaticamente aberrante pode não saber as regras do inglês ou pode ter um conjunto de regras ligeiramente diferente das suas. Então, alguém que parece violar as regras da polidez pode, de fato, não saber as regras ou ignorá-las. Ele pode ter as mesmas regras que você, mas ordenadas de forma diferente.

Um último conjunto de casos: mencionei as várias maneiras de descrever os enunciados performativos (as sentenças de (17) – (a) Acho que é hora de ir embora e (b) É hora de ir embora, não é?), maneiras de enfraquecer a força declarativa dos verbos do dizer, e sugeri que, às vezes, isso é feito em consonância com a polidez. O oposto também ocorre: encontramos uma insistência absoluta na força do ato de fala, como nas sentenças de (22). Por que elas existem?

- (22) a. Estou dizendo a você que Fred é um desgraçado.
b. Rapaz, estou te perguntando onde posso encontrar o Presidente.
c. Pela última vez, estou dizendo para você tirar o chiclete da boca.

Essas [sentenças] são, sem dúvida, rudes, na medida em que impõem ao destinatário e destroem suas opções (ele deve reconhecer o ato de fala pelo que é e deve respondê-lo apropriadamente). Além disso, uma vez que [tais sentenças] insistem na resposta adequada do destinatário, elas o tratam não como um amigo, mas como uma pessoa explicitamente desigual. Portanto, elas violam as Regras 2 (*Dê opções*) e 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*). Contudo, elas também são inequivocamente claras, na medida em que deixam bem claro o que o falante pretende. Nesse caso, R1-R3 – ou seja, o conflito clareza-polidez – são resolvidas em favor da Regra 1 (*Não imponha*), em que normalmente são resolvidas em favor da Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*).

Trata-se de uma exceção? Primeiramente, devemos perguntar em que casos essas sentenças podem ser usadas. Geralmente, elas são usadas em situações de desespero – quando um ato de fala comum foi anteriormente ignorado. Nessa situação, a polidez pode ser dispensada – o destinatário, ao ignorar o falante em primeiro lugar, perdeu seus direitos. Além disso, o falante precisa transmitir sua mensagem, já que ele tem boas razões para acreditar que apenas o ato de fala mais forte conseguirá isso. Portanto, essas sentenças não são exceções verdadeiras, mas antes mostram que nossas regras são, em geral, corretas: elas nos permitem lidar com exceções aparentes e mostrar por que elas existem.

Em suma, espero ter mostrado o seguinte:

1. Que seguimos regras pragmáticas na fala, assim como seguimos regras semânticas e sintáticas, e todas [essas regras] devem fazer parte de nossas regras linguísticas.
2. Que há regras de polidez e regras de clareza (conversação), em que a última se torna um

subcaso da primeira: as regras de conversação são um subtipo da Regra 1 (*Não imponha*).

3. Que as regras de polidez podem diferir dialeticamente na aplicação, embora sua forma básica permaneça universalmente a mesma.

4. Que essas regras não são meramente linguísticas, mas aplicáveis a todas as interações humanas cooperativas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R.; ARAÚJO, T. B. S. Interagindo em português (brasileiro como língua adicional): a construção de sentidos no gênero campanha publicitária. *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 22, n. 1, p. 161-182, 2020.

DONOVAN, B. The sexual basis of racial formation: Anti-vice activism and the creation of the twentieth-century ‘color line’. *Ethnic and Racial Studies*, v. 26, n. 4, p. 707-727, 2003.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

LAKOFF, R. *What you can do with words*: politeness, pragmatics, and performatives. Berkeley Studies in Syntax and Semantics I: XVI-1-XVI-55, 1974.

Robin Lakoff

Linguista estadunidense, professora emérita da Universidade da Califórnia em Berkeley, que estuda linguagem e gênero, a política da linguagem e linguagem e cultura popular. Mais academicamente, seu trabalho se enquadra na sociolinguística e na relação entre a forma da linguagem e a função da linguagem. Ela escreveu ou editou 10 livros, entre eles *Language and Woman's Place*, *Face Value: The Politics of Beauty*, *Talking Power* e *The Language War*.

Rodrigo Albuquerque

É doutor em Linguística pela Universidade de Brasília e professor da mesma instituição de ensino. Atua nas áreas de Sociolinguística Interacional, Pragmática e Linguística de Texto. E-mail: rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5279-4311>.

Bernd Renner

É doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Atua nas áreas de Sociolinguística Interacional, Tradução, Ensino de Línguas e Formação de Professores de Línguas. E-mail: berndrenner1@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1297-7153>.

Alex Leitão

É doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Atua nas áreas de Sociolinguística Interacional e de Formação de Professores de Línguas. E-mail: alexb.leitao@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7024-2927>.

Recebido em 10/02/2022.

Aceito em 10/03/2022.

ENTRE “TRETAS” E NOS “ENTRETANTOS”: UM *BOM-CRIOULO*

BETWEEN “DISAGREEMENTS” AND “ADVERSITIES”: A BOM-CRIOULO

Fernando Tadeu Triques
UFSCar

Resumo: O cerne do presente artigo restringe-se à tentativa do estabelecimento das interações entre as posturas naturalistas, tanto temáticas quanto estilísticas, assumidas por Adolfo Caminha na elaboração do romance *Bom-Crioulo* – que teve sua primeira edição em 1895 – e alguns pareceres críticos a respeito da obra veiculados em jornais e revistas do último quartel do século XIX. Entre elogios e detratações, entre tretas e estratégias, entre intrigas e apadrinhamentos, os artigos e as respectivas respostas evidenciam os meandros da crítica literária brasileira da época, com seus valores e preconceitos, grupos e facções, bem como suas estratégias e interesses. No entanto, o que fica evidente é o propósito do autor em elaborar uma obra de qualidade, dentro das suas preocupações artísticas, e procurar romper barreiras morais em busca de novas situações estéticas.

Palavras-chave: Adolfo Caminha. Bom-Crioulo. Naturalismo. Recepção.

Abstract: The present article refers to an attempt to establish interactions between naturalistic postures, both thematic and stylistic, assumed by Adolfo Caminha in the elaboration of the *Bom-Creole* novel - which had its first edition in 1895 - and some critical opinions about the work published in newspapers and magazines from the last quarter of the 19th century. Between praise and depreciation, between disagreements and strategies, between intrigues and sponsorships, articles and answers to evidence questions about the intricacies of Brazilian literary criticism at the time, with its values and prejudices, groups and factions, as well as its strategies and interests. However, what is evident is the author's objective in a quality work, within his artistic concerns, and try to break moral barriers in search of new aesthetic situations.

Keywords: Adolfo Caminha. *Bom-Criolo*. Naturalism. Reception.

INTRODUÇÃO

Pode-se considerar que, no último quartel do século XIX, a expansão das editoras brasileiras fez parte de um processo generalizado, de âmbito mundial, particularmente de origem europeia, envolvendo a manufatura e a difusão de livros, revistas e jornais. Era necessário, na perspectiva eurocêntrica, disseminar parâmetros socioculturais que confirmassem o alcance das influências econômicas e dos domínios políticos e ideológicos das potências industriais da época.

Como indício de tais reflexos no Brasil, a revista *A Estação – jornal ilustrado para a família* é exemplar. Constituiu-se num guia ou manual de instruções de variedades e de modelos a serem seguidos, editado pela livraria e tipografia H. Lombaerts & Cia., com sede na Rua dos Ourives n. 7, no centro do Rio de Janeiro, e administrada pela família de Jean Baptiste Lombaerts (infere-se, por exemplo, na Figura 1 que o piano é referência de bom gosto e de ambientação sofisticada para quem deseja um comportamento considerado superior).



Figura 1- O piano como requinte social.

Fonte: A Estação (1889, p.1)

Sucedâneo da versão francesa *Le Saison*, o jornal circulou com sucesso na cidade do Rio de Janeiro de 1879 até 1904, por quinzena. Segundo o editorial de estreia, datado de 15 de Janeiro de 1879, a pretensão era “criar um jornal brasileiro indispensável a toda mãe de família econômica que deseja trajar e vestir suas filhas segundo os preceitos da época”¹. Impresso na Alemanha, com alta qualidade de estampa, a revista era dividida em duas partes: a “literária” – com textos de, entre outros, Arthur Azevedo, Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida, Luiz Murat, Raimundo Corrêa – era totalmente confeccionada no Brasil, e a “estrangeira”, que, a exceção do texto de abertura, reproduzia os conteúdos destilados pela prestigiosa revista *Die Modenwelt* (O Mundo da Moda), publicada em Berlim pela editora Lipperhiede e distribuída em inúmeros países, com versões em

1. ¹ Corroborando a ideia de difusão, no exemplar de 15 de março de 1883, ficou o registro do editor: “cada assinante representa, termo médio, dez leitores, o que nos dá uma circulação de 100 mil leitores, quando, aliás, a nossa tiragem é de apenas dez mil exemplares”. (A ESTAÇÃO, 1883, p.52).

vários idiomas.

Ao lado dessa influência estruturante, que almejava indicar aos “distintos leitores”, especialmente ao público feminino, padrões comportamentais europeus considerados de bom grado e refinada educação, outras casas editoras e outros editores – de certo sintonizados com as necessidades e os jogos mercadológicos locais, ávidos de um público cativo e consumidor – também se empenharam na conquista de desenhistas, ilustradores e práticos de tipografia para compor suas oficinas de publicações e, claro, ficavam à espreita de inusitadas produções textuais, sejam de autores já consagrados ou, convenientemente, de promissores novatos para movimentarem seus emergentes negócios.

Atento às movimentações artísticas e culturais do seu tempo, o cearense Adolfo Caminha (1867/1897), autor do *Bom-Crioulo* (1895) sempre se mostrou interessado pelas caricaturas e pelas ilustrações publicadas nos periódicos da época, como a da Figura 2, feita pelo português Bordalo Pinheiro (1846/1905) e que ironiza o modo como, no Brasil, os compatriotas bem-sucedidos, com esteio econômico e social, se evidenciavam.



Figura 2 - Manoel Trinta-Tostões, caricatura de Bordalo Pinheiro.

Fonte: *O Mosquito* (1875, p.2).

Nas suas “Crônicas de Arte”, publicadas em *A Nova Revista*, periódico do qual foi editor, Adolfo Caminha chega a comentar a importância da caricatura e da ilustração e lamenta que os grandes desenhistas da época em atividade no Brasil sejam estrangeiros: além de Bordalo Pinheiro (1846/1905), o italiano Angelo Agostini (1843/1910) e o angolano Julião Machado (1863/1930). Receoso com mercado e preocupado com a difusão, nas suas *Cartas literárias*, no artigo “Editores”, lamenta a ausência no Brasil de um editor de porte, com o francês Georges Charpentier.²:

2. Georges Charpentier (1846/1905), editor francês, responsável pelas edições de Émile Zola, Gustave Flaubert e Guy

[...] ao tempo em que o Naturalismo feria a sua campanha de morte contra a hipocrisia literária, foi ele, Charpentier, quem arregimentou Zola, Flaubert, os Goncourt, Daudet, e os outros revolucionários, em torno de si, à sombra da mesma bandeira; foi ele quem teve a inaudita coragem de os editar primeiramente, sem consultar o gosto da burguesia escandalizada, sem preocupações de lucro, arriscando-se a um prejuízo enorme, e, por outro lado, à má vontade pública. (CAMINHA, 1999, p. 124).

Assim, dentre as possíveis contratações almejadas pelos editores, ganhavam vez aquelas que apresentassem situações e assuntos de maior espectro popular, não raro com tendência escandalosa e polêmica, com potenciais chamativos pela própria origem e natureza dos temas abordados, capazes de movimentar as letras brasileiras, quer pela apaixonante posição de identidade e, consequentemente, de defesa que por ventura viessem a suscitar, quer pela mera e, por vezes, espezinhada detração.

As estratégias empresariais das casas editoras se arrojavam, em boa parte, pelo conhecimento da existência de facções ou grupos que, de modo corporativo e, muita vez, sectário, monarquistas ou republicanos, estabelecidos ou não, cultuados ou apenas tolerados, fincavam posições para manter certos privilégios ou ganharem alguns destaques em seus parcos e, quase sempre, diminutos e elitizados polos de produção, bem como de relativo consumo: a Corte carioca (ainda na época do Império; depois, Capital Federal) e alguns núcleos provincianos, a exemplo do cearense, com o qual Adolfo Caminha se relacionou tempos antes de se radicar no Rio de Janeiro³.

Vale notar que, ao longo da segunda metade do século XIX, por dados oficiais, a população do Rio de Janeiro cresceu de exatos 266.466 habitantes em 1850 para 274.972, em 1872, atingindo a incrível marca de 811.433 habitantes na virada do século XIX para o XX (IBGE, 2010). Para as elites brasileiras, agora constituídas pelos remanescentes dos antigos fazendeiros, notadamente os cafeicultores, operantes em trocas e favores, e pela burguesia comercial e industrial em ascendência – articulando-se também os difusores de cultura, tanto europeia quanto nacional, os últimos anos do século XIX representaram um momento contrastante de inflexão econômica e social, com ações prósperas e falâncias fulminantes, simultaneamente às manifestações políticas em prol da Abolição e pelo fim da Monarquia.

Com a instauração da República, em 1889, a sociedade brasileira passou a viver episódios decisivos, em súmula: o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca e a crise do Encilhamento⁴; as tensões de Floriano Peixoto, o “marechal de ferro”, e a revolta da Armada

de Maupassant, entre outros. Ele também promoveu pintores impressionistas e, juntamente com sua esposa, Marguerite Charpentier, organizou uma significativa coleção de obras de arte.

3. Adolfo Caminha colaborou com o jornal “O Pão”, periódico da “sociedade de rapazes de letras e artes” denominada “Padaria Espiritual”, sediada em Fortaleza – CE, do qual fez parte desde a sua fundação em 1892, pelo o que indica seu artigo “Padaria Espiritual”, publicado em *Cartas literárias* (1895).

4. O Encilhamento: trata-se da política econômica em vigor no começo da República, destinada a contornar o problema da falta de dinheiro em circulação no Brasil e a incentivar a industrialização; no entanto, resultou num processo inflacionário, com a consequente quebra de empresas e falência de investidores. O nome é irônica referência ao ponto de partida do qual os cavalos disparam no turfe ou ao próprio ato de selar o cavalo para domá-lo.

(1893/94) – lembrando que Adolfo Caminha pertenceu à Armada Imperial, mas deu baixa, e que se posicionava como francamente republicano; o mandato de Prudente de Moraes, com a legitimidade civil do novo regime e a vergonhosa questão de Canudos (1895/97). Tais transformações contribuíram para um relativo desenvolvimento dos centros urbanos, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, e incrementaram, por assim dizer, o panorama sociocultural e econômico de uma parte de seus cidadãos – a que detinha certo lastro aquisitivo, incluindo prósperos imigrantes, sobretudo portugueses, franceses e ingleses, ligados ao comércio do café.

Após a morte do livreiro francês Baptiste-Louis Garnier (1823-1893) e a consequente diminuição do volume de publicações da afamada casa, aproveitando o momento, o português Domingos de Magalhães inaugurou sua Livraria Moderna, situada na parisiense Rua do Ouvidor, n. 54, com o objetivo de conquistar espaço comercial e com a inclinação de buscar novos e ousados escritores nacionais.

No longo artigo de Alves de Faria, publicado a 03 de dezembro de 1895, no *Comércio de São Paulo*, na coluna “Da Capital”, comentando as novidades do Rio de Janeiro, está o compromisso, a extensão das atitudes empresariais de Domingos de Magalhães: “Seu trabalho é já longo e medido. Dá por um lado os livros da mais fina flor literária atual e contrabalança-os com a publicação do panfleto – *Aos monarquistas* – obra muito venenosa, química perversa do Sr. Afonso Celso Júnior [...]” (ALVES DE FARIA, 1895, p.1).

A apreciação crítica de Alves de Faria é longa, mas fundamental para o entendimento das opiniões favoráveis e contrárias ao destacado livro de Adolfo Caminha, evidenciando as tretas tão partidárias e, por vezes, tão disparatadas dos núcleos e dos grupelhos literários, a começar, por exemplo de época, pela articulação do elenco dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras e, na posteridade, dos seus sucedâneos – e o ato de escolher sempre traz preterições: entre tantos.

BOM-CRIOULO: UM ROMANCE POLÊMICO

Do pequeno conjunto das obras de Adolfo Caminha, Domingos de Magalhães só não publicou o romance *Tentação*, de 1896, o último do autor e editado pela Laemmert.⁵ Em 1893, veio a público o romance *A normalista*, um ano depois foi a vez do livro de viagens *No país dos ianques* e, por fim, em 1895, o romance *Bom-Crioulo* e os ensaios críticos intitulados *Cartas literárias*.

Restringindo-se ao *Bom-Crioulo*, pode-se dizer que o romance foi recebido com arraigado senso de pudor por parte da crítica e de maneira sintomaticamente escandalosa pelos leitores de época – como esperado, e com frenesi de curiosidades. Foi tal a amplitude da repercussão, levando Alves de Faria a afirmar que o audacioso livreiro se postava como “valente e operoso”, capaz de atingir em cheio – isto é, indo “direto a um ponto certo, às barbas espantadiças do público, mesmo o inteiramente imberbe, por força de frase” (ALVES DE FARIA, 1895, p.1).

De modo conjuntural, os então recentes e penetrantes ecos dos postulados naturalistas

5. A tipografia dos irmãos Laemmert foi responsável pelas inovações nos processos gráficos no Brasil. O *Almanak Laemmert* ganhou fama como referência ao comércio e à indústria nacionais no final do século XIX.

– especialmente franceses e, particularmente, os de Émile Zola (1840/1902)⁶ – alicerçavam esteticamente o trívio dos anseios de parte dos brasileiros – a que tinha acesso à cultura: os interesses dos autores, os requisitos dos livreiros e as curiosidades dos leitores.

De maneira competente e corajosa – afinal, as ponderações se fazem por interesses e ajustes, cada qual com suas carências e premências – motivos até então inexplorados ou mesmo evitados vieram à tona e ganharam justificações artísticas, com crivos de caráter científico: doenças e enfermidades, desde um simples escarro ou vômito, passando por micoses ou atrofias ósseo-musculares, até as chamadas “apoplexias” e “histerias” – sejam lá o que de fato eram – até purgações venéreas; desvios comportamentais, como taras ou obsessões, fetiches – a exemplo da inesquecível fixação da Dona Felicidade pela “calva” do conselheiro Acácio, “larga, redonda, polida, brilhante às luzes”, n’O *primo Basílio* (1878), de Eça de Queirós, que, num habilidoso e sugestivo jogo pronominal, continuava: “[...] uma transpiração ansiosa umedecia-lhe as costas, os olhos dardjavam-lhe, tinha uma vontade absurda, ávida de lhe deitar as mãos, palpá-la, sentir-lhe as formas, amassá-la, penetrar-se nela!” (QUEIRÓS, 2002, p. 35); ou os acentuados aspectos psicofisiológicos, tais os de João Romão n’O *cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo – “apoderando-se, com os olhos, de tudo aquilo de que ele não podia apoderar-se logo com as unhas” (AZEVEDO, 1997, p.24) –; e, com bastante ênfase, os encaminhamentos marcados pela experimentação, sobretudo pelas previsões de cunho determinista.

Destacam-se, ainda, com grande constância nos livros sintonizados com as premissas naturalistas, as científicas aproximações entre o animalesco e o humano.⁷ No caso específico do *Bom-Crioulo* (1895), Adolfo Camila delega às personagens Amaro, Aleixo e Carolina, formadoras de um tenso e quizilento triângulo amoroso, características e comportamentos bestiais, como clarificam os trechos abaixo transcritos:

O negro Amaro é o *touro*:

Aleixo nesse dia estava de folga, e muito cedo, coisa de uma hora, veio à terra impelido por uma grande saudade que o fazia agora escravo da portuguesa. Receava encontrar Bom-Crioulo, ter de o suportar com seus caprichos, com o seu budum africano, com os seus ímpetos de touro, e esta lembrança entrustecia-o como um arrependimento. Ficara abominando o negro, odiando-o quase, cheio de repugnância, cheio de nojo por aquele animal com formas de homem, que se dizia seu amigo unicamente para o gozar. Tinha pena dele, compadecia-se, porque, afinal, devia – lhe favores, mas não o estimava: nunca o estimara! (CAMINHA, 1983, p.56, grifo meu)

Louro de olhos claros, nos seus quinze anos, o grumete Aleixo – assentou praça na Marinha

6. Referendando suas ideias, Émile Zola escreve os seus “artigos de combate, ou mesmo manifestos”, entre eles o do “romance experimental” (ZOLA, 1982, p.23-76).

7. A expressão zoomorfização parece inadequada e, de certo, ultrapassada; pois, na verdade, etimologicamente, as personagens não se transformam em animais ou, então, não assumem formas ou formatos respectivos. O que ocorre é uma adequação etológica, isto é, comportamental ou de simples ação animalesca, por vezes através de verbos onomatopeicos e embasados em símiles.

em Santa Catarina – é comparado a um *novilho* e a sua parceira, a velha portuguesa Carolina, muito experimentada em seus quarenta anos, conhecida como “Carolina-Bunda”, comporta-se como uma *vaca*:

D. Carolina chegava-se pouco a pouco, estreitando-o, colando-se-lhe num grande ímpeto de fúria lúbrica, de mulher gasta que acorda para uma sensação nova...
– Tu não podes comigo, disse trançando a perna sobre o joelho do Aleixo.
E envolvendo-o todo com o seu corpo largo de portuguesa rude:
– Dize lá: ficas ou não ficas?
O efebo teve um arranco de *novilho* excitado, e, segurando-se à cadeira com as mãos ambas, todo trêmulo agora, sem sangue no rosto:
– Fico!
[...] Bateu a porta e começou a se despir a toda pressa, diante de Aleixo, enquanto ele deixava-se estar imóvel, muito admirado para essa mulher-homem que o queria deflorar ali assim, torpemente como um animal.
– Anda, meu tolinho, despe-te também: aprende com tua velha... Anda, que eu estou que nem uma brasa!...
Aleixo não tinha tempo de coordenar ideias. D. Carolina o absorvia, transfigurando-se a seus olhos.
Ela, de ordinário tão meiga, tão comedida, tão escrupulosa mesmo, aparecia-lhe como um animal formidável, cheio de sensualidade, como uma *vaca* do campo extraordinariamente excitada, que se atira ao macho antes que ele prepare o bote... Era incrível aquilo!
A mulher só faltava urrar. (CAMILHA, 1983, p. 47)

De modo sucinto, a precipitação da trama se dá quando, embarcado no encouraçado, submetido ao rígido controle disciplinar, e saudoso do amante, o Bom-Crioulo foge no “escaler das compras” para reencontrar Aleixo na pensão, o “sobradinho da rua da Misericórdia”. No entanto, sua ação é inútil – não consegue avistar-se e, por efeito, aplacar seus desejos. Embebeda-se e briga. É preso e chibatado. Pelo bruto castigo, Amaro é hospitalizado. Concomitantemente, Aleixo e Carolina tornam-se amantes. Amaro tenta contato por meio de um bilhete, escrito por um “rapazinho” do hospital – “Meu querido Aleixo...”, mas quem recebe o escrito é Carolina porque Aleixo encontrava-se embarcado. Ciente de que o grumete já expressa recusa pelo negro, possessiva, Carolina rasga o bilhete – prevendo algum entrevero. Há mais de um mês internado, o Bom-Crioulo acha-se no abandono. Resoluto, deixa o hospital e segue direto até o “sobradinho”. Ao tomar informações, o “português da padaria” declara: “Dizem até que está amigada com o pequeno”. No mesmo instante, irascível, o Bom-Crioulo vê Aleixo saindo da pensão de Carolina e, num átimo, precipita-se sobre ele: xingamentos, gritos e tumulto.

Que o romance *Bom-Crioulo* traz em suas páginas o relacionamento sexual entre dois homens é fato notório e alardeado. É, sem dúvida, um dos primeiros romances a tratar abertamente do homoerotismo masculino na literatura de língua portuguesa, fazendo par com *O barão de Lavor*, do português Abel Botelho, publicado em 1891.⁸ No Brasil, pela segunda metade da década de

8. Como o próprio Adolfo Caminha admite em seu artigo “Um livro condenado”, publicado em *A Nova Revista*, de

1880, o tema já está pautado em *Um homem gasto: episódio da história social do XIX século – estudo naturalista* (1885), do Dr. Lourenço Ferreira Leal (1850/1914), que assinou com as iniciais L.L. – no intuito de dissimular a autoria, e cuja segunda edição data de 1888 – demonstrando o interesse pelo assunto, e também no romance *O Ateneu – crônica de saudades* (1888), de Raul Pompéia. Além desses, *O cortiço* (1890), Aluísio Azevedo aponta a continuidade da relação homoerótica de Léonie, Pombinha e Senhorinha; e, em *A normalista* (1893), do próprio Adolfo Caminha, ocorre a cena em que Lídia Campelo ensina à normalista, Maria do Carmo, como as personagens d'*O primo Basílio*, Luísa e Basílio, tomam *champagne*: “Que porcaria! E assim também a tal “sensação nova” que Basílio ensinara à amante... não podia ser coisa muito asseada... [...]. Depois, as duas curvadas sobre o livro, unidas, coxa a coxa, braço a braço, passaram à ‘sensação nova’” (CAMILHA, sem data, p.28) - eis o trecho original de Eça de Queirós que propicia a intertextualidade: “[...] e ele quis-lhe ensinar então a verdadeira maneira de beber champanhe. Talvez ela não soubesse! [...] Tomou um gole de champanhe e num beijo passou-o para a boca dela. Luísa riu muito, achou ‘divino’; quis beber mais assim. Ia-se fazendo vermelha, o olhar luzia-lhe” – um cacófato sem precedentes. (QUEIRÓS, 2002, p.170).⁹

As múltiplas atividades e desempenhos no campo sexual das personagens desses romances revelam que as nuances passionais e os desdobrados desejos e prazeres transcendem os padrões cristalizados pelas normas e apontam outras possibilidades de encarar as alteridades.

No dia 22 de fevereiro de 1894, quase um ano antes da publicação do *Bom-crioulo*, uma nota na primeira página do *Correio Paulistano*, assinada pelo articulista que se autodenominava Satyro, antecipa o conteúdo do livro:

Alguns rapazes do norte aqui chegados pretendem também mimosear as letras com trabalhos de valor. Adolfo Caminha, que lavrou um tento com a publicação do seu primeiro livro *A normalista* já entregou aos editores um volume de viagens *No país dos ianques* e trabalha com perseverança numa bela obra que há de marcar muito mais do que aquele dois livros. Não que eles sejam inferiores a este último, mas porque vai ser uma novidade entre nós e parece-me até que no estrangeiro ainda não apareceu coisa que com ela se pareça. Intitula-se o romance *Bom-Crioulo* e é a descrição fiel da vida do marinheiro estudada por Adolfo Caminha com o cuidado meticoloso e a fina tática de observação que o caracteriza. (SATYRO, 1894, p.1).

Fazendo parte da estratégia de divulgação, a nota encaminha o livro para o bojo da estética naturalista, destacando o “cuidado meticoloso e a fina tática de observação que o caracteriza” (SATYRO, 1894, p.1), ou, por outras palavras, o aproximando dos postulados do “romance

1896: “Abel Botelho deu *O barão de Lavos*, quinhentas e tantas páginas de psicopatia sexual, e ainda merece o respeito e a admiração da sociedade em que vive, porque lá, em Portugal, há um critério firme no julgamento da obra d’arte”. (CAMILHA, 1896, p.40). Na narrativa de Abel Botelho, o triângulo amoroso é formado por D. Sebastião Pires de Castro e Noronha, o Barão de Lavos, pelo efebo Eugênio e a esposa do barão, Elvira.

9. Na continuidade d'*O primo Basílio*, em sua função de amante, o analítico e afetado Basílio ensina o que talvez o marido de Luísa se recusava a fazer: “— Oh, Basílio! Ele torcia o bigode, muito satisfeito. Ensinara-lhe uma sensação nova; tinha-a na mão!” (QUEIRÓS, 2002, p.170, grifos do autor).

experimental” apregoados por Émile Zola nos seus escritos teóricos: em suma, ao invés do “por quê”, o registro do “como” se processam os fenômenos naturais. O apego de Adolfo Caminha à obra de Émile Zola é evidente em vários escritos, como no capítulo III de suas *Cartas literárias* (1895), dedicado ao mestre do Naturalismo e que se abre da seguinte maneira: “Quanto mais o leio maior é a minha admiração, maior o meu entusiasmo por essa obra colossal que vem, desde a Fortune des Rougon, estuando como um rio caudaloso e límpido, até ao Docteur Pascal, até Lourdes...” (CAMINHA, 1999a, p. 31).

Praticamente um ano depois, a edição de 12 de novembro de 1895 do jornal carioca *O País*, primeira página, e sem autoria evidenciada, apresenta uma nota acusando o recebimento de um exemplar do *Bom-Crioulo* – reiterando, pelo ato do envio, uma das estratégias de divulgação da Editora Moderna; diz a nota:

Cento e dezessete folhas de papel impresso, ligados entre si por mimoso laço de fita rósea, com o oferecimento de um *avant la lettre* do Sr. Domingos Magalhães, chegaram-nos às mãos ontem”.

Compõem essas folhas o novo romance de Adolfo Caminha de título *Bom-Crioulo*, cuja leitura ainda não pudemos fazer, razão por que dele não falamos, por ora, com a minúcia de que é merecedor.

Em breve diremos do *Bom-Crioulo* o que nos parece verdadeiro e justo (O PAIS, 1895, p.1)

À espera de posicionamentos a respeito do livro, nesses breves entretantos, é ainda Alves de Faria quem assume os esclarecimentos:

[...] o *Bom-Crioulo* é um livro naturalista, sobre a vida do mar e de marinheiros, na sua primeira parte. O estudo do caso, tal qual Caminha o faz, de um profundo vício que o grumete Aleixo tem e que Bom-crioulo possui, constituindo ambos os dois polos atrativo e passivo de uma libertinagem necessária na vida de bordo, por longos céus e mares extensos, é que faz o *clou* principal do livro.

Foi isto o que repugnou ao senso artístico do crítico da Notícia, levando ao exagero de, descompondo o livro, chamar o autor de grumete, sob a acrobática posição insinuante da frase (ALVES DE FARIA, 1895, p.1, grifos do autor).

Na sequência, o artigo de Alves de Faria, datado de 03 de dezembro de 1895 – portanto, posterior a outros pareceres já divulgados na época, afirma que o livro “apanha perfeitamente certas cenas e as descreve vivamente, por um processo instantâneo de fotografia”, expressando um “estudo minuciosíssimo do descrito, apanhado e surpreendido *d'après nature*” (ALVES DE FARIA, 1895, p.1). O articulista foca, então, no cerne do romance: “O caso de pederastia que o autor dá o *clou* do seu trabalho, repugna, porque é talvez ele o primeiro a explorá-lo entre nós, do modo porque o explora; mas a obra é naturalista e a pederastia se dá aí todos os dias” – chega a sugerir ao leitor um passeio noturno por pontos da cidade para presenciá-la. E, evidenciando o diz-que-diz das opiniões e julgamentos, de modo inusitado, mas crível, Alves de Faria alfineta até

mesmo um conluio entre o crítico Valentim de Magalhães e Adolfo Caminha:

E a coisa é tão forte, correram tantos boatos depois disso, dizia-se nos grupos de comentário desta imortal rua do Ouvidor tanta coisa à surdina, que a mim me passou pelos lábios um riso de descrédito.

A descompostura do crítico é tão ofensiva à obra do romancista, que eu estou inabalável na minha crença: - eles combinaram aquilo! Aquilo é obra de acordo! E desta certeza de um fato íntimo da vida *au jour le jour* de escritores nacionais e da capital federal, espécie de *reclame* disfarçado em verrina, máscara que se apega ao rosto da obra propositadamente para que ela faça o *can can* libidinoso do apetite público, conlúcio que o único roubado foi o ilustre Sr. V. de Magalhães como crítico, porque Adolfo Caminha, como romancista, fica inalteravelmente na sua primitiva posição de analista e de observador (ALVES DE FARIA, 1895, p.1, grifos do autor).

Seja como for, consoante ou não com a suposição do articulista, o fato é que nos últimos parágrafos do *Bom-Crioulo*, após o sórdido crime, transeuntes e locais fazem a notícia correr, numa propagação incontrolável e, certamente, acrescida de inverdades e maledicências:

Houve logo um fecha-fecha, um tumulto, um alvoroço. Trilaram apitos; vozes gritavam — rolo! rolo! e a multidão crescia no meio da rua, procurando lugar, empurrando, abrindo caminho, precipitando-se, formando um grande círculo de gentes ao redor dos dois marinheiros, invisíveis agora.

Os bondes paravam. Senhoras vinham à janela, compondo os cabelos, numa ânsia de novidade. Latiam cães. Um movimento cheio de rumores, uma balbúrdia! Circulavam boatos aterradores, notícias vagas, incompletas. Inventavam-se histórias de assassinato, de cabeça quebrada, de sangue. Cada olhar, cada fisionomia era uma interrogação. Chegavam soldados, marinheiros, policiais. Fechavam-se portas com estrondo.

Alguma cousa extraordinária tinha havido porque, de repente, o povo recuou, abrindo passagem, num atropelo.

— Abre! abre! diziam soldados erguendo o rifle.

[...] A rua enchia-se de gente pelas janelas, pelas portas, pelas calçadas. Era uma curiosidade tumultuosa e flagrante a saltar dos olhos, um desejo irresistível de ver, uma irresistível atração, uma ânsia!

[...] e a onda dos curiosos foi se espalhando, se espalhando, té cair tudo na monotonia habitual, no eterno vaivém (CAMILHA, 1999b, p. 80).

Em certos aspectos, a célebre descrição parece prever a espetaculosa recepção do livro — um “eterno vaivém” de opiniões, tretas e elogios, identidades e desafetos, estratégias e interesses até entrar em regímen e se aquietar na “monotonia habitual” — e, com tom conformista, no esquecimento.

Na mesma *Gazeta de Notícias*, que estampou o necrológio do autor (Figura 3), dias depois, em 7 de janeiro de 1897, em longo e laudatório artigo, ao comentar o passamento de Adolfo Caminha, Frota Pessoa indaga aos seletos leitores: “Quem há por ai, no nosso meio tão frívolo e

egoísta, que possa avaliar em toda a sua extensão a tristeza dessa terrível tragédia que constituiu a vida dessa criança de 29 anos?" (FROTA PESSOA, 1897, p.2).

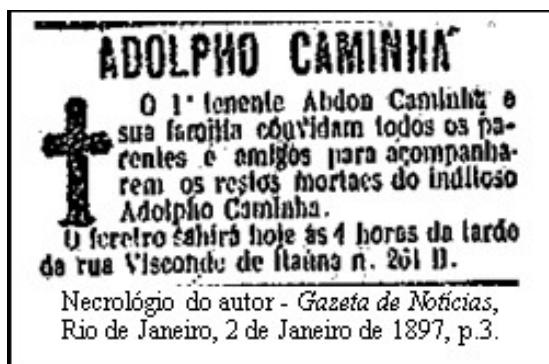


Figura 3- Necrológio de Adolfo Caminha.

Fonte: Gazeta de Notícias (1897, p.3)

E, com intimidade, Frota Pessoa desnuda as intenções e os percalços do cearense:

Ele todo vivia dessa aspiração suprema – dar um novo molde, mais sério e mais digno à *arte de escrever*, que entre nós tem uma outra denominação que não quero deixar aqui expressa.

E que revolta implacável e perpétua aninhou-se em seu cérebro de artista honesto, quando compreendeu-a estranha, a incurável corrupção que gangrena a nossa literatura.

Por querer reagir, numa luta insana e desesperada, é que ele sucumbiu, rechaçado impiedosamente, acossado por todos que ele zurziu sem piedade, afoito e intrépido.

[...] Afrontando todas as conveniências, rompendo com todos os preconceitos, fustigou os culpados por nossa anemia intelectual e os perturbadores de nossa evolução literária.

Depois deu um livro que assombrou os covardes escrevinhadores dos contos de salão – *Bom-Crioulo*, um estudo vigoroso e são, arrojado e honeste, de uma surpreendente força de análise e uma nobreza clássica de estilo [...] (FROTA PESSOA, 1897, p.2, grifos do autor).

Para dar término a tão reveladora nênia, Frota Pessoa acrescenta a índole pouco gregária, reservada, e pouco influente de Adolfo Caminha sobre certas confrarias - e, talvez por isso - do “desconhecido”, mas desbravador e destemido amigo:

Quem era esse desconhecido? Ninguém o via, ele não fazia parte das camarilhas literárias nem sondava a opinião alheia para dizer o que pensava. Não procurou elementos de auxílio ou de apoio, antes deixou que o seguissem os que pensavam como ele. (FROTA PESSOA, 1897, p.2).

Por conseguinte, o que diz, então, o artigo de Valentim de Magalhães? Qual o seu tão crasso conteúdo, a ponto de Alves de Faria afirmar que se recusava a repetir as palavras usadas – “jamais

repetirei”?¹⁰ – a ponto de levantar as ditas e tidas suspeitas?

O ARTIGO DE VALENTIM DE MAGALHÃES

O estabelecido crítico Valentim de Magalhães, d’*A Notícia*, jornal carioca, na coluna “Semana Literária”, situada na primeira página da edição de 20 de novembro de 1895, de bate-pronto, dá o seu recado aos cativos ledores:

Encontro-me grandemente embaraçado para tratar de *Bom-Crioulo*, o último romance do Sr. Adolfo Caminha, que foi o livro da semana. E vou lhes dizer por quê.

Eu só teria dois meios de tratar deste livro: ou arrasá-lo com a descompostura mais severa, mais indignada, mais flamívoma que jamais se tenha desencadeado contra um livro imundo, ou escrever simplesmente as duas ou três linhas seguintes: “Do livro *Bom-Crioulo*, do Sr. Adolfo Caminha, nada direi, por julgá-lo indigno de que com ele se ocupe uma pena honrada”. (MAGALHÃES, 1895, p.1)

Na justeza da sua lógica, Valentim de Magalhães (1895, p.1, grifos do autor) acha resolução ao seu expressivo dilema:

Mas o primeiro processo daria como resultado fazer uma *réclame* imensa ao romance, dado o conhecido mau gosto do público em devorar os livros torpes, que tresandam a pornografia, e o segundo, evidentemente o melhor, tem este inconveniente insuperável – deixar-me sem assunto para o folhetim. Se trato do livro, faço-o vender por que terei de descompô-lo; se não trato, adeus, lá se me vão o assunto único. Que entalação! Saio-me dela – tratando do *Bom-Crioulo*, mas de um modo tal que o leitor não se sinta com apetite para lê-lo.

Seus comentários mensuram a afetação e a soberba daqueles que se achavam como os baluartes da cultura e das artes no Brasil, se colocavam como guardiões e difusores das estéticas e das éticas - atuantes também nos dias atuais. Tendenciosos e traiçoeiros, os tais se servem de tacanhas articulações para manter posições e privilégios, com ambiguidades calculadas. Atrevido, Valentim de Magalhães coloca em dúvida “(?)” esse tipo de literatura. Qual tipo? De certo a dos outros, não a do “ramo” apreciada e praticada por ele mesmo:

O nosso público, como todos os públicos, mais ou menos, adora o gênero *fresco*, *grivois*, os contos picantes, as histórias decotadas até os tornozelos, os romances piscarescos (*sié*) e sádicos. Esse ramo de literatura (?) é mesmo o que se vende aqui melhor e com mais segurança. Há desses livros ignóbeis que se vendem há trinta, quarenta, cinquenta anos, em edições sucessivas, que escorrem secretamente e sem interrupção nos fundos escuros das livrarias (MAGALHÃES, 1895, p.1,

10. “O efeito das tantas páginas do livro, no meio hipócrita brasileiro, foi de repulsivos gestos e o Sr. Valentim de Magalhães foi eleito tacitamente *leader* das senhoras e dos cavalheiros honestos para vir pela *Notícia* dizer o que ele disse e que eu jamais repetirei” (ALVES DE FARIA, 1895, p.1).

grifos do autor, destaque meu).

Recolocando o foco no livro, Valentim de Magalhães mostra-se decomposto em sua apreciação, passando longe da elegância e da sutileza:

Ora o *Bom-Crioulo* excede tudo quanto se possa imaginar de mais grosseiramente imundo.

[...] É um livro ascoroso, porque explora - primeiro a fazê-lo, que eu saiba - um ramo de pornografia até hoje inédito por inabordável, por ante-natural (*sic*), por ignobil. Não é pois somente um livro *faisandé*: é um livro podre, é o romance-vômito, o romance-poia, o romance-pus.

Li-o todo com uma paciência longânime e um desgosto profundo; por dever do ofício, como o operador que enterra os dedos num abcesso purulento e fétido (MAGALHÃES, 1895, p.1, grifos do autor, destaque meu).

O senso de Valentim de Magalhães (1895, p.1) descamba para agressões pessoais, aproximando pejorativamente autor e personagem, criador e criatura - vale a pena insistir na leitura do artigo:

Este moço é um inconsciente, por obcecação literária ou perversão moral. Só assim se pode explicar o fato de haver ele achado literário o assunto, de ter julgado que a história dos vícios bestiais de um marinheiro negro e boçal podia ser literalmente interessante.

Quando eu via anuciado - e por quanto tempo o foi! - esse *Bom-Crioulo*, imaginava que se tratava de um livro em que se fazia a apologia do negro brasileiro, em que se procurava reabilitá-lo como elemento etnogênico, pondo em evidência as suas qualidades psicofísicas. E venho encontrar unicamente um negralhão bronco, analfabeto, completamente instintivo, e aberrantemente vicioso. É a história desse homem inferior, depravado, repulsivo [...]

Valentim de Magalhães chega, então, ao cúmulo da ofensa pessoal, sem cogitar quaisquer possibilidades de imaginação por parte de Adolfo Caminha, limitando a produção artística a uma mera experimentação da realidade. Em dupla ação pejorativa (a que ele expressou para seu público e tempo e a diacrônica, aquela que, por reflexo sobre ele próprio, pode ser apreendida com a devida decantação e distância) evidencia-se o jogo especular, de frustrações e de desejos - afinal, é na alteridade que o ego se delineia e se situa:

[...] Não há dúvida que é um romance verdadeiro, *vívido*, este. O autor conhece admiravelmente a vida promíscua e nauseabunda da maruja de dia e de noite, - de noite principalmente, - a bordo de um vaso de guerra. Nada lhe escapa - a nomenclatura das velas, das cordas e dos instrumentos navais, as práticas de bordo, o calão da marinhagem e as mínimas particularidades da sua vida íntima, miserável e aviltante, tudo sabe, tudo conhece, tudo reproduz. Isso lá é verdade. Provavelmente o Sr. Caminha já foi embarcadiço, talvez grumete como o seu

louro Aleixo – o que ignoro. Mas é de crer, à vista de tanta sabedoria náutica e marujal. (MAGALHÃES, 1895, p.1).

Por fim, ostentando-se de consciente, faz-se tão abrupto e aviltante quanto no início do artigo:

E basta. Afrouxo os dentes da pinça em que tenho conservado suspensa esta imundice e deixo cair o *Bom-Crioulo* no caixão do lixo: - que vá envenenar as ratazanas da ilha da Sapucaia.¹¹ (MAGALHÃES, 1895, p.1).

A nota anônima publicada no *Jornal do Comércio*, de 27 de novembro de 1895, depois assumida por José Veríssimo, traz o seguinte parecer:

O Sr. Adolfo Caminha é um romancista e crítico já vantajosamente conhecido no mundo das letras brasileiras. A sua proficiência nos tira todo o escrúpulo para falar da obra nova com inteira liberdade de apreciação. *Bom-Crioulo* é pior do que um mau livro: é uma ação detestável, literatura à parte. (VERRÍSSIMO, 1895, p.2)

E utilizando o mesmo expediente de Valentim de Magalhães, destaca que “o sentimento popular atribui às obras de arte uma semelhança com o seu autor” (VERRÍSSIMO, 1895, p.2), permitindo-se o estabelecimento de uma incógnita:

Como quer o Sr. Adolfo Caminha que seja respeitado e estimado um homem que, sem utilidade alguma social, passou longos dias ocupado em analisar e discutir a psicologia improvável de nauseantes crimes contra a natureza e tenta depois com isso despertar em nós o arrepião da curiosidade impura e mórbida? (VERRÍSSIMO, 1895, p.2)

O futuro autor dos *Estudos de Literatura Brasileira* (1916) é capaz de certificar pontos vindouros, de sorte que, “chegado à idade da razão e do respeito”, Adolfo Caminha “terá vergonha da incongruência literária que agora cometeu e que lhe será perpetuamente presente à memória, para humilhá-lo quando a admiração do obvio (sic) público o consagrará grande escritor” (VERRÍSSIMO, 1895, p.2).

E COMO REMEDIAR O QUE TRETEADO ESTÁ?

Em contrapartida, praticamente dois meses depois, no artigo intitulado “Um Livro Condenado”, de fevereiro de 1896, estampado n’*A Nova Revista*, em legítima e elegante reação – mas com ares resignados, Adolfo Caminha procura se defender dos ataques da crítica especializada,

11. A ilha da Sapucaia, a maior das 9 ilhas da enseada de Inhaúma, no Rio de Janeiro, funcionou como um depósito de lixo de 1893 a 1954, recebendo e acumulando detritos e entulhos de vários bairros. Desapareceu quando do aterro formando a Ilha do Fundão, na qual está localizada a Cidade Universitária, *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

tentando situar e justificar sua obra. Seus desafetos imediatos são Valentim de Magalhães (“diretor de uma Companhia de seguros”) e José Veríssimo (“chefe de um estabelecimento nacional de instrução”), pelos pareceres críticos veiculados e anteriormente citados:

Atualmente a crítica no Brasil, ou melhor, no Rio de Janeiro, está entregue ao diretor de uma Companhia de seguros de vida e ao chefe de um estabelecimento nacional de instrução,—o primeiro formado em direito econômico e administrativo, o outro doutorado em pedagogia. Daí, dessa curiosa amalgama, a sentença que condenou à execração pública o meu romance – BOM CRIOLLO. Foi um verdadeiro escândalo o ato inquisitorial da critica, talvez o maior escândalo do ano passado. Não houve quem não quisesse ler a obra mais caluniada de quantas de tem escrito neste país. O BOM-CRIOLLO vendeu-se à guisa de cartilha de infância, com grande surpresa para o autor, que acreditava no poderio da crítica educadora. (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 445)

Arrolando exemplos – Balzac; Flaubert; Zola, “esse monstro de gênio”; Huysmans; Maupassant; e Eça de Queirós - o autor não perde a oportunidade da comparação: “Enfim, todos os grandes escritores, todos os grandes artistas da palavra, renegaram a moral, chafurdaram na crápula, tornaram-se desprezíveis e indignos da consideração pública”. Na sua argumentação destaca:

[...] a ignorância dos que não enxergam além do convencionalismo de salão, muita vez porque se reconhecem na obra do artista e se julgam denunciados publicamente, dai o ódio contra quem teve a inaudita coragem de os estudar [...]”, procurando, assim, rebater a acusação de ter sido um grumete com o é a sua personagem: “a julgar como certos imbecis, – que os personagens de um romance devem refletir o caráter do autor do romance [...]. (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 446)

E para justificar a abordagem científica empreendida na elaboração do polêmico romance, Adolfo Caminha refere-se a três estudiosos: o médico-legista francês, Ambroise Tardieu (1818/1879), e dois psiquiatras alemães, Richard von Krafft-Ebing (1840/1902) e Albert Moll (1862/1939),

Que é, afinal de contas, o BOM-CRIOLLO?

Nada mais que um caso de inversão sexual estudo por Krafft-Ebing, em Moll, em Tardieu, e nos livros de medicina legal. Um marinheiro rudo, de origem escrava, sem educação, nem princípio algum de sociabilidade, num momento fatal obedece às tendências homossexuais de seu organismo e pratica uma ação torpe: é um degenerado nato, um irresponsável pelas baixezas que comete até assassinar o amigo, a vítima de seus instintos. (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 446)

Pleno sabedor do seu processo de criação literária, ele reforça sua adesão ao estilo naturalista, evidenciando a verossimilhança da sua personagem até mesmo na “fala”, adequada ao ambiente

das ações comportamentais que ela pratica:

Em torno dele se espraiava o romance, logicamente encadeado, de acordo com as observações da ciência e com a análise provável do autor, que, no caráter de oficial de marinha, viu os episódios acidentais que descreve a bordo.

Compreende-se também que, estudando um meio segregado da sociedade e naturalmente baixo, como esse em que vivem marinheiros de proa, não era lícito empregar a tecnologia convencional de um meio civilizado, *Bom-Crioulo* fala o calão de bordo. (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 446-447)

E, assim, insistindo na amplitude da criação artística, na capacidade criativa, equaciona sua obra entre forma e conteúdo, entre estilo e tema. Está ciente de que a crítica reage “elogiando a forma do livro e condenando o tema”:

Agora, por que esses escrúpulos, essa fingida repugnância da crítica?

O naturalismo é a própria vida interpretada pela arte; e, sendo o romance a forma mais natural da arte clara está que só é imoral quando não apresenta caracteres da obra artística. Ora, andou-se a escrever que o BOM-CRIOULO “tem páginas excelentes, vigor de expressão, estilo claro...”, mas que o tema é baixamente (*sic*) repugnante. Logo, trata-se de uma obra em que só o tema é mau. (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 447)

Sintonizado com o *Zeitgeist* do último quartel do século XIX, vibrando suas ideias e fantasias, procurando fixar-se como homem de letras, Adolfo Caminha questiona a complacente hipocrisia de parte da sociedade e da crítica, deixando escapar sua posição pessoal, um tanto rescaldana, mas cheia de ironias:

Qual é mais pernicioso: o BOM-CRIOULO, em que se estuda e condena o homossexualismo, ou essas páginas que ai andam pregando, em tom filosófico, a dissolução da família, o concubinato, o amor livre e toda a espécie de imoralidade social?

[...] Se a critica, ingênuas e pudibunda, lançasse o olhar sobre o volume de Tardieu, que eu tenho na minha estante com umas gravuras horríveis e competentemente numeradas, representando *les desordres que produit la pederastie passive ou la sodomie...* não sei que gestos de náusea faria, cobrindo o rosto com a mão em leque...

E o autor do BOM-CRIOULO não desceu ao exame médico legal de Aleixo, porque então começaria a imoralidade da obra. Portanto, foi verdadeiro e leal como romancista que não quer, a pretexto de erudição, armar no efeito escandaloso (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 447-448, grifos do autor).

De maneira contundente, sem disfarces, como aparenta ser de sua praxe, no artigo “Editores”, presente em *Cartas literárias*, Adolfo Caminha reflete suas próprias agonias artísticas, demonstrando suas inserções e seus relacionamentos públicos:

Incontestavelmente uma das causas que muito influem no ânimo de nossos escritores, obrigando-os ao recolhimento, à vida obscura de autores inéditos, a uma espécie de asceticismo literário duas vezes prejudicial, roubando-lhes o estímulo e amesquinhando-lhes o talento, é o monopólio, a ganância, a desenfreada ambição do elemento editor (CAMILHA, 1999a, p.119).

Na sequência, revela as suas próprias agruras socioeconômicas:

Não há por aí quem desconheça que o escritor brasileiro, na maioria dos casos, vive tristemente de um mísero emprego público, sem recursos de outra espécie, ocultando-se da sociedade para não ser visto com os seus trajes de boêmio à força, macambúzio, chorando suas necessidades, alimentando-se mal, contraindo favores, enquanto não lhe chega o minguado subsídio com que vai pagar aos agiotas que o socorrem durante o mês (CAMILHA, 1999a, p.119).

De índole reservada - ao que registram seus pares e conhecidos, casmurro e ensimesmado, mas extremamente determinado, Adolfo Caminha não teve tempo de desfrutar dos seus continuados empenhos, tanto nas atribuladas articulações familiares (sua coragem em assumir a amada, Isabel, anteriormente casada com oficial militar, perante a provinciana Fortaleza, e a consequente baixa forçada das fileiras da marinha, em 1889; a mudança do casal para a Corte, em 1892, e o tímido envolvimento com a *intelligentsia* da época; a criação e o provimento das filhas, Aglaís e Belkiss; o trabalho como funcionário público do Tesouro), quanto nas agudas e sentenciadas apreciações da sua produção literária.

A morte prematura pela tuberculose¹² – aos trinta anos de idade, incompletos - sinaliza suas deficitárias condições de vida e de intensas jornadas de trabalho, convergindo para um inopinado esquecimento nos anos subsequentes. No entanto, pelo desprendimento temático e pelo empenho em busca de um estilo próprio, a pequena - mas expressiva produção - de Adolfo Caminha, ainda que submetida a condições adversas de edições e de tretas críticas, nos entretantos de lá para cá, garantem uma sensação de permanência e de atualidade.

Num Brasil provinciano, recém-saído da escravidão e recém-entrado na República, Adolfo Caminha trata do relacionamento humano – ou da ontológica alteridade, com singular coragem. Coragem porque rompe limitações de preconceitos, ostentadas por correlações de força e de poder das mais variadas tonalidades e manifestações.

À revelia das escolhas envolvidas e de suas respectivas práticas, o amor se constitui - é inegável, um dos sentimentos que move o mundo. Humano, naturalíssimamente humano.

12. Os registros do estudioso Sanzio de Azevedo elencam os poucos amigos presentes na hora extrema: Oliveira Gomes, o companheiro da *A Nova Revista*; os escritores simbolista, Nestor Vítor e Cruz e Sousa; e o crítico Frota Pessoa.

REFERÊNCIAS

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para a familia. Rio de Janeiro: Livraria Lombaerts & Cia., v.XII, n.5, mar. 1883. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709816/per709816_1883_00005.pdf. Acesso: 20/09/2019.

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para a familia. Rio de Janeiro: Livraria Lombaerts & Cia., v.XXIII. n.5, mar. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709816/per709816_1889_00005.pdf. Acesso: 20/09/2019.

ALVES DE FARIA. Da capital. *Comércio de São Paulo*, v. III, n.823 dez. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/227900/3336>. Acesso: 19/09/2019.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30.ed. São Paulo: Ática, 1997.

AZEVEDO, Sanzio de. Adolfo Caminha e o Naturalismo. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, v. 14, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.14.0.85-93>. Acesso: 18/09/19.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Adolfo Caminha*: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897). São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2009. 482 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/wp4sh/pdf/bezerra-9788579830334.pdf>. Acesso: 21/09/2019.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3.ed. São Paulo, 1981.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. 2.ed. Fortaleza: UFC Edições, 1999a.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. 7.ed. São Paulo: Ática, 1999b.

CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. Rio de Janeiro: Ediouro, sem data.

FROTA PESSOA. Adolfo Caminha. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, v.XXIII, n.7, Jan.1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15560. Acesso: 20/09/19.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Typographia 72, v. V, n.3, jan. 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=necrol%C3%B3gio&pagfis=15535. Acesso: 18/09/2019.

IBGE. *Censos demográficos do IBGE (1872-2010)*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso: 17/09/2019.

MAGALHÃES, Valentim de. *A Notícia*, edição de 20 de Novembro de 1895, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/899>. Acesso: 18/09/2019.

SATYRO. Do Rio. *Correio Paulistano*, São Paulo, v. XL, n.11, fev. 1894. Disponível em: <http://memoria>.

bn.br/DocReader/090972_05/4989. Acesso em 17/09/ 2019.

O MOSQUITO. Rio de Janeiro: [s.n], v. VII, n. 327, dez.1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/doctreader.aspx?bib=709654&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=1244>. Acesso em 17/09/ 2019.

O PAÍS. Rio de Janeiro: [s.n], v. XII, n. 4059, nov. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/14167. Acesso em 19/09/2019.

VERÍSSIMO, José. Imprensa. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, v. 73, n. 330, nov. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/doctreader/364568_08/19405. Acesso: 20/09/19.

ZOLA, Émile. **O** romance experimental e o naturalismo no teatro. Int., trad. Italo Caroni e Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Fernando Tadeu Triques

Graduado em Física - Teórico-Experimental pela Universidade de São Paulo (1984), Instituto de Física de São Carlos. É mestre em Estudos de Literatura pela Universidade Federal de São Carlos (2016) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de São Carlos (2018). Atualmente exerce o cargo de professor de literatura no Ensino Médio nas cidades de São Carlos - SP e da região. E-mail: zebuino@gmail.com

Recebido em 10/03/2022.

Aceito em 20/04/2022.

MUITOS CAMINHOS A DESCOBRIR: A VARIEDADE DE GÊNEROS TEXTUAIS E INTERTEXTOS EM *LISBOA, LIVRO DE BORDO*, DE JOSÉ CARDOSO PIRES

MANY PATHS TO DISCOVER: THE VARIETY OF TEXTUAL GENRES AND INTERTEXTS IN LISBON, BOARD BOOK, BY JOSÉ CARDOSO PIRES

Rachel Hoffmann

UNESP

Resumo: Este trabalho estuda o livro *Lisboa, livro de bordo* (1997), de José Cardoso Pires, o qual é marcado por uma composição complexa em que se mesclam versos de poetas, lendas da tradição lisboeta, subversão de expressões de conhecimento popular, entre outros, aliado à temática que o liga à cidade de Lisboa. Os objetivos específicos de nosso trabalho são: a) estudar a presença de uma heterogeneidade de gêneros narrativos que se entrelaçam no livro, b) verificar o cruzamento de diversos textos na apreciação da cidade de Lisboa, apreciação realizada por um narrador *flâneur*. Como teóricos norteadores de nossa pesquisa, selecionamos Bakhtin (2003), autor que aborda o conceito de gênero discursivo, Benjamim (1987), que discorre sobre a cidade, e Grossegesse (2009, 2011), que se dedicou a estudar esse livro do autor português.

Palavras-chave: José Cardoso Pires, gêneros discursivos, cidade, intertexto, *flâneur*.

Abstract: This work studies the book *Lisboa, book on board* (1997), by José Cardoso Pires, which is marked by a complex composition in which poets' verses, legends of the Lisbon tradition, subversion of expressions of popular knowledge are mixed, among others, combined with the theme that links it to the city of Lisbon. The specific objectives of our work are: a) to study the presence of a heterogeneity of narrative genres that are intertwined in the book, b) to verify the intersection of different texts in the appreciation of the city of Lisbon, an assessment carried out by a *flâneur* narrator. As guiding theorists of our research, we selected Bakhtin (2003), author who addresses the concept of discursive genre, Benjamim (1987), who talks about the city, and Grossegesse (2009, 2011), who dedicated himself to studying this book by the Portuguese author.

Keywords: José Cardoso Pires, discursive genres, city, intertext, *flâneur*.

INTRODUÇÃO

Se nos dirigirmos à observação do percurso biográfico de José Cardoso Pires, notamos que desde cedo ele o tem marcado pelo interesse pela escrita em suas diversas frentes, pois além de escritor, foi jornalista, ensaísta e professor. Durante esse tempo, o modo de escrever desse autor passou por mudanças significativas, fazendo com que, em algumas de suas produções, as fronteiras entre gêneros como o diário, a fábula, a anedota, a notícia fossem desafiadas.

O autor possui uma obra que abrange parte da história de seu país de origem, principalmente a partir da vivência da experiência da ditadura e da posterior redemocratização. É um artista que testemunhou um passado não tão longínquo e que ainda ronda seus conterrâneos por meio das cicatrizes que deixou ou ainda pela permanência de ideologias retrógradas da nação em questão.

Em 1997, 48 anos depois do lançamento de seu livro de estréia, Cardoso Pires escreve *Lisboa, livro de bordo: vozes, olhares, memorações* (1997), livro de composição complexa, intensificada pela reprodução de fotografias, desenhos, pinturas, cartazes, azulejos, cerâmicas, caricaturas. É um texto organizado por meio da focalização de diversas vistas da cidade portuguesa, as quais nos são apresentadas a partir de frases que ora constituem versos de poetas, ora ainda consistem em subversão de expressões de conhecimento popular, ora aludem a personagens de lendas da tradição lisboeta.

Com relação à análise que empreendemos, ressaltamos dois eixos que nos embasam: a observação de uma heterogeneidade de gêneros narrativos que se entrecetam e a questão do cruzamento da memória pessoal e coletiva por meio do olhar de um narrador *flâneur* na apreciação da referida cidade. Com relação ao primeiro, elegemos como teórico articulador de nossa reflexão Mikhail Bakhtin, com relação ao segundo, Walter Benjamin.

Elegemos como objetivo geral de nosso trabalho analisar a composição do livro *Lisboa, livro de bordo*, de José Cardoso Pires e verificar como ela se relaciona com as demais obras do autor e como objetivos específicos: a) estudar a presença de uma heterogeneidade de gêneros narrativos que se entrecetam no livro; b) verificar o cruzamento de diversos textos na apreciação da cidade de Lisboa, apreciação realizada por um narrador *flâneur*.

GÊNEROS TEXTUAIS E INTERTEXTOS EM LISBOA, LIVRO DE BORDO, DE JOSÉ CARDOSO PIRES

Bakhtin, no livro *Estética da criação verbal* (2003), especificamente no adendo “Os gêneros do discurso”, constrói sua argumentação partindo do conceito de “enunciado”. Para ele, sempre utilizamos a língua dentro de enunciados, os quais, por sua vez são proferidos dentro de um campo da atividade humana. Por outro lado, cada campo de utilização da língua elabora tipos estáveis de enunciados, os quais são denominados pelo autor de gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

Bakhtin defende que são infinitos os gêneros do discurso, pois são inesgotáveis

as possibilidades de atividade humana. Insistindo nesse ponto, o teórico postula que “Uma determinada função [...] e determinadas condições de comunicação discursiva [...] geram determinados gêneros” (BAKHTIN, 2003, p. 266). A partir daí, conceitua que os gêneros discursivos são “determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2003, p. 266)

Paralelamente à conceitualização de gêneros do discurso, Bakhtin trabalha indiretamente a noção de “dialogismo”, a qual retornará em outros de seus trabalhos. Desse modo, no mesmo adendo, o autor declara que todo ouvinte de um enunciado assume uma atitude responsiva em relação a ele, em outras palavras, “toda compreensão é prenhe de resposta” (BAKHTIN, 2003, p. 272). Por outro lado, afirma que todo falante espera uma resposta ao que diz; e mais: todo falante é por si mesmo um respondente. Aqui se encerra um primeiro conceito de “dialogismo”: ou seja, a partir dele entendemos que cada enunciado que proferimos é uma resposta a uma cadeia de enunciados antecedentes, ou ainda “cada enunciado é um elo da corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 273).

Bakhtin voltará a esse ponto em diversos momentos de seu texto e o relacionará à escolha de um gênero discursivo por um falante. Para o autor, cada gênero discursivo utiliza-se de formas típicas do enunciado, escolhidas a partir do conhecimento de uma determinada situação comunicativa. Quando falamos, nossas palavras nem sempre carregam o sentido lexical que a elas corresponde, elas irão corresponder-se, na verdade, com palavras provindas de enunciados anteriores aos nossos, enunciados esses expressos dentro de um gênero. Desse modo, ao escolher um gênero estamos dialogando com outros textos conhecidos por nós anteriormente. O crítico ainda afirma que (2003, p. 294), uma palavra pode existir para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém, como palavra alheia dos outros, cheia de ecos de enunciados e como palavra individual carregada pela própria expressão do falante.

Esse retorno ao conceito de dialogismo se torna mais claro quando ele afirma que:

[...] a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e desenvolve em uma interação constante e contínua de enunciados de outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras *do outro* (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados [...] são plenos de palavras dos outros, de grau variável de alteridade ou assimilabilidade, em grau variável de aperceptibilidade, e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (2003, p. 294-295).

Dizer que “todos os nossos enunciados são plenos de palavras dos outros” é uma forma de entender que nossas palavras dialogam com outras: não nascem do nada e nem são totalmente neutras. Por estarmos dentro de uma cadeia comunicativa nunca proferiremos uma palavra “original”, ou “primeira”. Sempre retomamos palavras de outros, seja assimilando, reelaborando ou reacentuando o que já foi dito.

Nas últimas partes de seu texto, Bakhtin resume alguns dos pontos essenciais de sua argumentação. Desse modo, defende que: a) os limites do enunciado são determinados pela alternância de sujeitos do discurso, b) cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela esfera de comunicação discursiva, c) cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (BAKHTIN, 2003, p. 297-298).

Por outro lado, o autor amplia seu entendimento de dialogismo defendendo que todo enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes, mas também aos subseqüentes. Ou seja: desde o início o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele é criado, no entanto, ao expressarmo-nos também aguardamos a resposta dos outros em uma atitude de compreensão responsiva (BAKHTIN, 2003, p. 301).

Bakhtin (2003, p. 263-264), também entende uma obra literária, como o romance, como um enunciado, mas de um gênero secundário, ou seja, de um gênero que nasce de um convívio cultural mais complexo e desenvolvido, em comparação àqueles em que se manifestam apenas os primários (simples). Focalizando a questão da literatura, o crítico também afirma que a linguagem literária penetra em todos os gêneros, acarretando uma reconstrução ou renovação dos gêneros do discurso.

Com relação aos estudos dos gêneros discursivos presentes no livro *Lisboa, livro de bordo*, começamos nossa investigação em nossa tese de Doutorado, trabalho em que entrelaçamos a questão da ironia e de seus procedimentos correlatos à problematização da identidade portuguesa no referido autor. Na altura, observamos que a narrativa recorre a diferentes gêneros, mas nos concentramos na abordagem da linguagem irônica e do procedimento da paródia em suas linhas. Como teóricos norteadores, pautamo-nos em Hutcheon (1989) e Brait (1996), as quais nos serviram de norte também no Mestrado. No processo de qualificação e na defesa da tese foi sugerido o caminho investigativo que teria Bakhtin como guia, caminho ao qual gostaríamos de dar continuidade.

De fato, a noção do dialogismo e da polifonia também se comunica com os conceitos de ironia e paródia, tanto é que Brait, em seu livro *Ironia em perspectiva polifônica* (1996) discute a questão nesses termos. Desse modo, realizar esse estudo seria uma tentativa de dar mais um passo no processo investigativo do modo de escrever de José Cardoso Pires. Críticos como Grossgesesse (2012), além de notar o uso do intertexto na obra do autor português, investigam a possibilidade de existência de passagens carnavaлизadas no texto lido. De nossa parte, quando lemos *Lisboa, livro de bordo* notamos a presença da intertextualidade a textos da tradição que têm Lisboa como tema e de obras literárias do próprio autor ou de outros.

Seguindo pela outra perspectiva de nosso trabalho, escolhemos Walter Benjamin, pois esse autor, dentre outros, disserta a respeito da memória e da cidade. Com relação aos escritos do crítico, vamos nos ater ao texto “Paris, a cidade do espelho” do livro *Rua de mão única* (1987). Sabemos que não é apenas nesse livro que o autor se dedica a dissertar sobre a cidade, mas é nesse fragmento que se encontram pistas para refletirmos a respeito da escrita de José Cardoso Pires.

No texto em questão, Benjamim compara Paris a um livro e reflete sobre a atitude de flanar em meio à cidade. Para o autor, andar por entre ela é o mesmo que ler um ou uma série de livros. O transeunte realiza na cidade a mesma ação que o leitor no romance. Depois dessa constatação, o filósofo depara-se com os monumentos da cidade e, cada um deles, como um novo signo, evoca outros textos, como, por exemplo a catedral que nos remete ao livro de Vitor Hugo. Ao mesmo tempo, para Benjamim, Paris preparou, em suas ruas, material abundante para vários escritos.

Na contemplação da cidade, o crítico também nos chama atenção para o fato de que em Paris encontram-se as vias estratégicas de outrora, como a Porta de Versailles, e que agora a cidade possui algumas das melhores rodovias da Europa. Também detendo-se na Torre Eifell e nas praças, constata a chegada da modernidade e o passar do tempo. Encontra ainda na *Place de Grèves* e na *Place de Vosges* vestígios da História.

O aspecto labiríntico da cidade se reflete não apenas na imagem do livro, mas também encontra correspondência naquela do mapa. Continuando a construção de sua alegoria, Benjamim descobre nesse o nome de uma série de ruas, as quais pertencem ao bairro Europa e remetem aos nomes de alguns dos países do continente. Desse modo, para ele “se pode atravessar no mapa as ruas passo a passo” do mesmo modo como se pode atravessar a cidade “rua por rua, casa por casa” na obra do historiador Lefeuvre.

A partir desse momento, o autor refere-se às páginas que se encontram sob o verbete “Paris” na Biblioteca Imperial e ressalta o fato de que sobre ela não se encontram apenas arquivos, topografias ou literatura científica, mas também aqueles textos artísticos em homenagem à cidade.

Na parte final de seu texto, Benjamim afirma que a cidade se multiplica em uma grande quantidade de olhos e objetivas. Também diz que “Paris é a cidade dos espelhos” e elenca vários lugares que os expõem. Voltando à imagem da comparação entre a cidade e os livros, desdobra-a na aproximação entre a reflexão que a literatura faz da História. Em um dos trechos, escreve: “Os espelhos que, nos bistrôs, pendem turvos e desalinhados são o símbolo do naturalismo de Zola; como se refletem um ao outro numa sequência imensa, um equivalente da infinita lembrança da lembrança na qual se transformou a vida de Marcel Proust sob sua própria pena” (BENJAMIM, 1987, p. 197-198).

Todas essas reflexões encontram eco na configuração de um livro como *Lisboa, livro de bordo*. Podemos afirmar isso, pois também nele, um transeunte, *flâneur*, passeia por Lisboa e evoca vozes do passado literário e histórico daquela cidade. Também refere ao nome das ruas quando disserta pelo movimento dos corvos de São Vicente de adentrarem no espaço urbano. Por outro lado, as marcas da História deixam-se ver no livro de Cardoso Pires na focalização do Chiado, palco de um incêndio e da revolução. O narrador do texto ainda se refere a artistas que escreveram sobre Lisboa, assim como Benjamim relembra viajantes que construíram textos sobre Paris. E nota os efeitos da modernidade no espaço urbano ao remeter à parte nova de Lisboa.

Com relação à crítica em torno do livro *Lisboa, livro de bordo*, Grossegesse (2009), como salientamos, já utilizou Benjamim para realizar sua leitura do texto em questão. Em artigo publicado em 2009, realiza uma análise em que entretece reflexões sobre a questão da cidade moderna, sobre

a obra *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino, e sobre os escritos de Walter Benjamin. Nesse estudo, uma das possibilidades que é colocada pelo estudioso é a de que o livro de Cardoso Pires seja construído por meio do procedimento da colagem.

O crítico ainda retoma a imagem do cartaz “A poesia está na rua” de Maria Helena Vieira da Silva, cartaz reproduzido nas páginas do livro, e a focalização da ação dos calceteiros, evidenciada pelo narrador de *Lisboa, livro de bordo*, como alegorias do próprio processo de escrever. Em sua leitura, o teórico nos chama a atenção para o fato de a cidade significar não apenas o que vemos dela, mas também evocar diversos textos que nos ajudam a olhá-la como uma floresta de símbolos.

Além desse artigo, Grossegesse escreve um outro, cujo tema também é o livro *Lisboa, livro de bordo*. Em “Bichos, velhos e estátuas – a Lisboa carnabalizada: de Alexandre O’Neill a José Cardoso Pires” (2011), o crítico revisita a obra do escritor português, estabelecendo também, como no outro ensaio, um diálogo entre a narrativa e outros escritos de José Cardoso Pires. Nesse estudo, o autor reafirma como um dos procedimentos do livro a colagem de cartazes, imagens de cerâmicas, fotografias, entre outros, bem como salienta um teor de conversa que se estabelece entre o narrador e o leitor.

Lado a lado com a leitura que realiza do livro de Pires, vai indicando os intertextos que reconhece entre a narrativa em questão e alguns poemas de Alexandre O’Neill, os quais também se utilizariam do procedimento da colagem em sua construção. De modo paralelo a esse procedimento, afirma a existência de um processo de carnabalização realizado por Cardoso Pires não só nessa obra como em outras de sua autoria.

Nesse ensaio, Grossegesse novamente compara a voz que nos narra seu passeio entre as ruas de Lisboa com a figura do *flâneur*, colecionador ou trapeiro, desenvolvida por Walter Benjamin ao pensar a poesia de Baudelaire, retomando um ponto já outrora indicado por ele como profícuo para o estudo de *Lisboa, livro de bordo*. Enveredando-nos por esse caminho outrora percorrido por esse estudioso, dedicamo-nos agora à apreciação do livro escolhido como *corpus* de nossa pesquisa.

Se pensarmos no subtítulo do livro: “vozes, olhares, memorações”, verificamos que ele sintetiza a própria constituição do texto de Cardoso Pires, ou seja, Lisboa é trazida sob focos de visão distintos (“olhares”), articulando “vozes” características da cidade por meio de variados aspectos evocados pelo narrador (“memorações”). Esses três vocábulos, por sua vez, explicitam, de certa maneira, a denominação contida na primeira parte do título (“livro de bordo”), que remete a diário de bordo, indicativo de dois, entre outros subgêneros, transfigurados no livro na medida em que nos conduz não só à forma diarística, mas também à narrativa de viagem, que é subvertida, tendo em vista que nos relatos de viagem tradicionais o narrador, em geral, descreve lugares inicialmente desconhecidos por ele, esboçando um olhar estrangeiro sobre as paisagens que presencia. Em *Lisboa, livro de bordo*, diferentemente, a cidade (re)visitada não é desconhecida pelo narrador; ao contrário, ele a conhece profundamente, a ponto de expressar uma visão internalizada sobre ela. A evocação de um passado particular entrelaçado com as paisagens da cidade se deixa ver quando, por exemplo, o narrador evoca Arroios:

Sou daí, desse largo e dessa janela, ficas a saber. Um pouco atrás (num quarto da Travessa das Freiras, segundo as biografias oficiais) é que o romancista Camilo, muito dado a amores de perdição, praticou seus erotismos nortenhos com a Dona Ana Plácido, mais abaixo, fim da Rua dos Arroios, ficava o cortiço onde o primo Basílio do respeitado Eça de Queiroz abelhou entre lençóis a despassarada Luizinha que andava fugida dos beirais, e por aqui já se está a ver como Arroios, um século atrás, era um verdadeiro folhetim de alcovas tresmalhadas que a História passou a escrito. Espero bem que, lá no largo, os bêbados dos meus anos de menino não soubessem de tanta devassidão, ressonando em inocência à sombra das palmeiras e gatos de telhados. (PIRES, 1999, p. 13-14)

Ao remeter ao lugar onde teria vivido em sua infância, o narrador, posicionando-se perspicazmente, espreita as situações mais curiosas daquela região, passando a narrar fatos que têm relação com a intimidade de diversas personagens. Primeiramente remete aos discursos sobre a vida de Camilo Castelo Branco, fazendo com que o conturbado envolvimento amoroso com D. Ana Plácido seja trazido para as páginas do livro, de forma aparentemente neutra, haja vista a voz narrativa dizer ter tirado as informações que traz de fontes oficiais.

Posteriormente, pela apropriação e inserção do título da famosa obra camiliana *Amor de Perdição* (1862), e pela referência a Basílio e a Luíza, personagens do romance *O primo Basílio* (1878), a voz narrativa remete à literatura, readicionando ao espaço um viés luxuriante ao evocar as lembranças que tem do romance de Eça de Queiroz e da vida de Camilo Castelo Branco. Paralelamente, o narrador articula os tempos referentes à infância e à idade adulta, ressaltando uma inocência que, segundo declara, não é mais dele, mas dos bêbados que se encontrariam nos bares quando era menino. A passagem coloca-se, assim, como um discurso que, em seu conjunto, veicula a possibilidade de apreciação de uma avaliação crítica e irônica que rebaixa os textos da história e valoriza os da literatura, visto que acaba por intensificar o fato de a primeira ter anulado as particularidades do Bairro de Arroios, enquanto a segunda as fortaleceu, adicionando ao espaço aspectos particulares.

A singularidade fornecida ao Bairro de Arroios pela reorganização narrativa é construída pela elevação irônica dos bêbados dos bares que circundariam o lugar e pelo simultâneo rebaixamento das personagens de Eça de Queiroz que são focalizadas por sua volúpia, além de quase serem animalizadas pelos termos “abelhou” e “despassarada”, vocábulos que parecem, à primeira vista, ligados ao contexto animalesco, numa aproximação que insinua as atividades sexuais das personagens aludidas.

No trecho destacado da narrativa, o texto como que escancara seu aspecto constitutivo discursivo, visto que a menção às personagens de livros da tradição literária portuguesa, como Basílio e Luíza, ou ainda, a citação a autores respeitados dessa mesma literatura pontua a natureza intertextual da urdidura cardosiana.

No percurso de escrita de *Lisboa, livro de bordo*, a afirmação “Sou daí” encena outra armadilha textual que encontra paralelos com a seguinte passagem do texto:

**“Que fazemos nós, Lisboa, os dois aqui
na terra em que nascemos e eu nasci”**

perguntava Alexandre O'Neill, de ombro na ombreira, a olhar o imperador Maximiliano do México que está na estátua do Rossio a fingir que é Dom Pedro IV de Portugal.

Hoje na igreja de Arroios já não voam anjos sobre os bêbados, mas há mistérios que continuam a animar a cidade e o Dom Pedro do Rossio é um deles. (PIRES, 1999, p. 15)

Enigmas destes comprometem a paisagem e, muito sinceramente, não só caem mal nas pessoas de sentimento como são difíceis de desculpar à luz da inteligência. Os eruditos, então, ainda hoje perdem o sono com esse parágrafo da nossa História e quando passam pela estátua do falso rei baixam os olhos num silêncio de pudor que só lhes fica muito bem.

O lisboeta corrente é que não se deixa embrulhar em desmandos dessa espécie, o lisboeta corrente tem cá uns traquejos e um deixa-andar que lhe permitem dar a volta aos azares de estremeção e às complicações mais solenes. Se levanta a cabeça e vê o imperador transviado a escorrer verdete lá no alto, até é capaz de achar graça. Dom Pedro? Dom Maximiliano? Que se lixe, seja o Dom Pedro, por que não? Assim como assim, o país fica na mesma e o Rossio ainda ganha mais um caso para entreter. (PIRES, 1999, p. 16)

Os primeiros trechos colocam em evidência a criação de uma voz narrativa que se aproxima da do eu-lírico de O'Neill, poeta que escreveu os versos que introduzem os outros parágrafos destacados. Dessa maneira, o verbo nascer, modificado no texto de *Lisboa livro de Bordo* em relação ao poema “E de novo Lisboa”, visto que no último se apresenta na segunda pessoa do singular e no primeiro, na primeira do plural, nos lembra que o nascimento a que o texto se refere é o da própria escritura, que se faz também pela voz articuladora de imagens.

O eu-lírico de O'Neill e a voz narrativa criada por José Cardoso Pires apresentam-se para o leitor enquanto sujeitos que observam Lisboa por outro viés que não o usual. Este viés é dado pela configuração de seus olhares, ambos posicionados à margem da movimentação urbana e, por isso mesmo, portadores de um senso crítico necessário para avaliar a realidade que os circunda.

Ao recuperar a poesia de O'Neill, o narrador de *Lisboa, livro de bordo* paulatinamente agrega outro sentido a ela a partir do momento em que também insere, sem aspas ou qualquer outra indicação, o nome dado ao volume em que se encontra o poema em questão, o livro *De ombro na ombreira*, publicado em 1969. Na narrativa, o poeta é focalizado na atitude de quem espia a estátua de Dom Pedro IV, localizada no Rossio, de soslaio, indício de um olhar de suspeita perante o monumento cristalizador daquela outra figura emblemática.

Por outro lado, a referência ao monumento do Rossio e à possível troca de estátuas representativas de heróis dos diferentes países remete aos versos do O'Neill encontrados no texto “Alô vovô”.

Segundo Ferreira e Cabello (1998, p. 7), há uma versão da história sobre a identidade do monumento situado na Praça D. Pedro IV que defende que o monumento representaria o

imperador Maximiliano do México, cuja estátua teria ficado em Portugal devido à execução do imperador por compatriotas mexicanos. Ferreira e Cabello (1998, p. 7) ainda acrescentam que, como os dois imperadores (D. Pedro IV e Maximiliano do México) eram representados de modo semelhante, a estátua teria permanecido no Rossio à revelia dos boatos em torno dela.

Ao se referir ao caso da estátua, tanto o texto de O'Neill como o de José Cardoso Pires realizam uma operação de rebaixamento do discurso oficial. Ao aludir o ponto de vista dos estudiosos em relação ao monumento, o narrador cardosiano os ridiculariza, criticando, talvez, o fato de eles não terem tomado nenhuma atitude perante o mal-entendido histórico. A preferência pelas atitudes dos outros moradores de Lisboa, moradores que, apesar de não saberem qual versão da história é real permitem-se fazer piadas sobre ela, é explicitada pela inserção no corpo do texto das sentenças interrogativas, sentenças que se colocam como falas provindas dos lisboetas correntes. Esse procedimento acentua a comicidade, reforçada pela observação final do narrador, que desmascara a mesmice de um cenário que se alimenta e se diverte com seus próprios equívocos.

O intertexto histórico e literário aliado à identidade do narrador visto nas passagens que focalizam a região de Arroios mostra-se em outro trecho da narrativa:

O pequeno largo onde se situam [as estátuas de Fernando Pessoa e Camões] (que outrora foi assaltado por fanáticos chamejantes em procissões do Santo Ofício e logo depois abalado por um terremoto de estremecer o mundo) esse pequeno largo, digo, teve a felicidade de sobreviver há alguns anos a um incêndio que lhe guardou distância. (PIRES, 1999, p. 70-73)

Largo do Carmo do ano de 74, quem o pode esquecer? Era primavera e a capital proclamava a Revolução dos Cravos diante dos donos da Ditadura encerralados num quartel.

Que feliz um lugar como esse que, apesar de sismos e de chamas, teve a fortuna de ser o palco da hora que libertou o país.

Olho e recordo, mas há uma parte dele que está desfigurada para sempre. E isso dói, não esquece. Quando aquelas cicatrizes se tiverem fechado como será esse rosto de mim mesmo? (PIRES, 1999, p. 75)

A contemplação da região do Chiado parte de uma rememoração de fatos de um passado mais longínquo, as procissões do Santo Ofício, ocorridas por volta do século XV, e o terremoto de 1755, passa pela menção ao incêndio ocorrido em 1988, e retorna no tempo, na referência ao Largo do Carmo palco da Revolução dos Cravos, ocorrida em 1974. A citação ao 25 de Abril ganha vieses mais específicos, destacando-se como um acontecimento significativo para os portugueses, pois esses alcançaram a liberdade depois de quase 50 anos de regime ditatorial.

No último parágrafo citado principalmente, a voz narrativa aproxima-se de forma intensa do espaço que evoca e, assim, as ruínas do Carmo surgem como metáforas da lembrança, para sempre viva, dos percalços a que o povo português foi submetido. A sentença interrogativa, encerrando o parágrafo, sugere a dúvida com relação aos novos tempos, na medida em que o narrador ainda manifesta incerteza quanto à completa superação dos terrores do passado e

também indecisão com relação ao futuro, ao que se pode esperar de um país que teve sua história interrompida por um sistema fascista que impediu que o homem luso se afirmasse como indivíduo, livre, decidido e convicto.

A história portuguesa outrora estilhaçada pelo trauma da ditadura, trauma esse que não foi, no entanto, vivido da mesma maneira por todos os portugueses, encontra correspondências nas ruínas evocadas do Largo do Carmo.

De forma semelhante, a questão do poder do governo salazarista será revivida no texto pela citação de personalidades que passaram pelo Rossio, numa enumeração que parece visar ao movimento contrário ao da cristalização do passado, mantendo vivos nomes como os de Mário Soares, Jorge de Sena, Humberto Delgado, Helberto Helder, entre outros, sujeitos que atuaram e fizeram diferença, não se deixando sufocar pelo poder coercivo e que lutaram pela mudança, seja no nível político, seja no literário (PIRES, 1999, p. 20, 23).

Lado a lado com a evocação de todos esses capítulos da história, a narrativa se entrelaça a outros discursos ao aludir, por exemplo, à lenda de São Vicente:

São Vicente, está provado, entrou no Tejo em cadáver navegante sob a guarda de dois corvos. Já ressequido e mirrado, acrescente-se. Já relíquia de sacrário, boca roída, dentes de fora. Chegou nessa figura e, embora santo, não teve uma palavra para a cidade que o recebeu [...].

Mas embora com um ou outro desvio para esparecer, nos bairros da capital é que os corvos propriamente faziam vida. Pátio do Corvo, em São Vicente de Fora, Rua dos Corvos às Escadinhas de Santo Estêvão, Terreiro do Corvo, na Sé – como se vê, o mapa municipal assinala-os ainda hoje em personagens de respeito [...].

[...]

Hoje conhecemos os corvos do brasão e é se queremos. Os verdadeiros levaram sumiço [...].

[...]

Terão ido por esses mares à procura de cadáveres navegantes? (PIRES, 1999, p. 26-31)

No trecho destacado, chamamos atenção para a forma pela qual o santo passa a ser qualificado: nomeado primeiramente de “cadáver navegante”, ele é ainda referenciado por meio de características negativas, qualificações que se ligam a certa decrepitude do corpo, lembrando-nos a caracterização grotesca própria da cosmovisão carnavalesca. Por outro lado, as características negativas são intensificadas por meio da utilização da estrutura paralelística no 1º parágrafo citado. Detecta-se nesse trecho também o teor irônico da voz narrativa, seja em função dos adjetivos utilizados (“ressequido”, “mirrado”, “roída”), seja pelo emprego de substantivos relacionados a objetos de culto religioso (“relíquia”, “sacrário”).

Essa forma de dizer evidencia um ser decrépito; trata-se de uma descrição corrosiva, não atribuída normalmente a um santo, ainda mais a S. Vicente, santo considerado um dos padroeiros da cidade de Lisboa. Nesse sentido, o intuito aqui seria ressaltar a natureza repetitiva e retrógada da

lenda e do que ela veicularia: a ideia de que Lisboa fora escolhida para acolher o corpo do mártir.

Na formulação da imagem negativa de S. Vicente, comparece também, de forma irônica, a indignação do narrador diante da postura do santo em relação a Lisboa, o que contrasta com o comportamento dos corvos, que se integram rapidamente à cidade. Tais considerações rebaixam a figura do santo, sugerindo indiretamente que o caráter solene da lenda não seria o aspecto que teria sobrevivido entre os moradores de Lisboa, o que indicia, em uma segunda instância, o fato de esse caráter também não interessar ao narrador.

Essa releitura dá-se no texto pelo emprego da paródia que, ao mesmo tempo em que realiza a crítica ao discurso religioso, integra-o na narrativa para ressignificá-lo. Dessa maneira, os corvos, ao contrário do santo, integram-se à paisagem, fazendo parte dela. E mais, nesse sentido, o fato de eles se embrenharem nos bairros da capital equivaleria a um modo de convivência com a população e não de indiferença perante ela.

A convivência entre os moradores da capital lusa e os corvos se faz não apenas pela presença dos pássaros, mas também pela reprodução da imagem deles pela cidade. Nascimento (2007), ao analisar *Lisboa, livro de bordo*, afirma que o autor explora tanto a “toponímia” da capital portuguesa quanto o aspecto simbólico desta. Para a estudiosa, essa ligação dos nomes dos locais da cidade à sua simbologia associa-se ainda à “equivalência” que o narrador recupera entre os substantivos “corvo” e “Vicente”. Nesse sentido, Nascimento considera que a partir da agregação entre o santo e os corvos, e pela presença desses últimos em Lisboa, realizou-se “um deslize semântico e o nome próprio ‘Vicente’ tornou-se, para os lisboetas, um nome comum significando ‘corvo’”.

Por sua vez, a enumeração dos lugares da capital portuguesa que contêm a presença do substantivo corvo (“Pátio do corvo”, “Rua dos corvos”, “Terreiro do corvo”), ainda segundo a crítica, encena o alastramento dos pássaros por toda a cidade, além de indicar a repetição da história do mártir de boca em boca. A constatação do sumiço dos animais verdadeiros, somada à pergunta sugestiva do narrador no final da citação novamente, tensiona os planos relativos à materialidade da cidade e às lendas que se formam ao redor dela e vem carregada de ironia, pois, em toda a passagem citada, observa-se um discurso crítico que se posiciona de maneira desfavorável à transmissão impensada da lenda e dos significados que ela comporta.

A lenda de São Vicente é um texto que é constantemente visitado pela literatura de José Cardoso Pires. Críticos como Abreu (2003) e Hoffmann (2008), ao estudarem o conto “A república dos corvos”, verificam uma releitura daquela lenda lisboeta. É interessante notar não só como esse tema é retomado constantemente na escrita de José Cardoso Pires como também como esse autor tece uma urdidura entre suas próprias narrativas. Um dos modos de se fazer isso no livro *Lisboa, livro de bordo* é pela inserção da personagem Sebastião Opus Night, a qual já havia aparecido antes no romance *Alexandra Alpha* (1987) do mesmo autor:

Sebastião Opus Night, militante do whisky nos bares destas redondezas, passa a vida a prevenir que Lisboa é toda em trompe-l’oeil (Trompe-l’oeil, assim mesmo, palavras do próprio). Só que ele é que anda de olho trompeado desde que nasceu. Irmão de um juiz Opus Dei, o Opus Night nunca na vida desceu à rua antes do

anunciar da noite e só no dia do funeral é que abrirá uma exceção a essa regra porque pelo horário dos cemitérios os mortos fecham às cinco [...].

Diz mas nunca viu Lisboa a essa luz, era o que faltava; e se visse talvez ficasse de queixo caído porque é uma cidade de geometria esquiva, colinas, requebros, reflexos de um rio a tons incertos, conforme os dias e conformes as marés, um corpo para soletrar sem pressas (PIRES, 1999, p. 38).

Na passagem destacada distinguem-se dois modos de enxergar a cidade: um defendido pelo narrador, outro por Opus Night, personagem criado por José Cardoso Pires, e que comparece tanto no romance *Alexandra Alpha*, quanto em uma crônica intitulada com o nome da personagem e publicada em *A cavalo no diabo* (1994). O trecho mostra-se como indício de uma relação intertextual que se estende pelo restante do livro de 1997, relação esta que produz subsídios para que se compreenda a crítica que o narrador dirige para o modo como Opus Night define Lisboa: como se essa fosse toda em *trompe-l'oeil*.

Dito de outro modo, o termo *trompe l'oeil*, atribuído a Opus Night, na passagem, indica a maneira pela qual a personagem interpreta os cruzamentos e as ruas de Lisboa: como se fossem construídos para enganar o observador, ruas que, em função das suas várias bifurcações, vão se multiplicando, propiciando que o transeunte se perca no labirinto construído por elas. O fato de Sebastião enxergar Lisboa como “um tipo de pintura que dá a ilusão de realidade” ou ainda como um espaço de “aparência enganosa” deve-se a sua maneira de olhar. Esse olhar “trompeado”, como diz o narrador, um olhar que vê a cidade de forma transfigurada, como um tipo de pintura que ele não distingue bem, faz com que se aluda ao processo de construção do texto de José Cardoso Pires.

Explica-se: o autor parece recorrer a linguagens distintas (linguagem escrita e pictórica, neste caso) para alcançar um efeito de sentido diferenciado e, dessa maneira, o leitor é convidado a ver o texto não apenas como um conjunto de palavras que se entremeiam, mas também como uma pintura a que se deve olhar minuciosamente, atentando para suas cores, formas e trejeitos. É assim também que o narrador, diferentemente de Opus Night, que nunca apreciou Lisboa à luz do dia, vê a cidade. Lisboa é um corpo a ser tateado, um corpo a ser descoberto com calma, corpo que se metamorfoseia de acordo com a luz que nele incide, corpo textual e pictórico.

O “olho trompeado” de Sebastião ainda dá margem à outra interpretação do texto cardosiano: a de que a costura entre diferentes textos e discursos sobre Lisboa relaciona-se a divergências de perspectivas em relação à cidade. Desse modo, o efeito de embriaguês da personagem perante o espaço urbano se faz sentir pelo leitor, que pode, literalmente, se perder entre as referências textuais da narrativa.

Lado a lado com essa sensação de embriaguez, experimentada devido à grande quantidade de textos a que a narrativa se refere, testemunha-se como que um diálogo entre o narrador e Opus Night e, em outros, momentos entre aquele e a cidade. Explica-se: ao lermos as linhas de *Lisboa, livro de bordo* somos levados a seguir de perto esse olhar da voz narrativa que, por vezes, parece dirigir-se à própria cidade numa intimidade invejável. O convite do texto é então que todos os que passem por Lisboa tentem descobrir seus traços incomuns. É a partir desse viés que podemos

entender sentenças como:

Nós, tanto quanto me apercebo, estamos os dois em mais ou menos: tu, cidade desfocada pela luz mundana dos videoturistas que te vieram espreitar de miradouro, eu um pouco a margem porque, para mim, panorâmicas e vistas gerais são quase sempre frases feitas ou cenários de catálogos. (PIRES, 1999, p. 10)

É que o narrador e a cidade são, não só nessa passagem, mas também em outras, aproximados. Os dois aparecem como elementos que estão aí para ser decifrados a partir da observação do que têm de incomum, de marginal. Essa aproximação entre narrador e cidade se torna mais explícita nas partes finais da narrativa em que ele trava um diálogo com Daisy, vocativo de um dos poemas de Álvaro de Campos:

Olha, Daisy, quando o Álvaro de Campos te mandou aquele Soneto já Antigo quase ninguém sabia por cá o teu nome. Hoje, vê tu, até o tens escrito num passeio da Avenida de Roma, frente a uma botique de enxovals de noiva [...] repara: uma referência mesmo a condizer com o soneto que te tornou eterna. Um lugar onde o teu nome pode ser lido a qualquer hora e por qualquer um como um mistério deposto no caminho. (PIRES, 1999, p. 90)

(Na verdade, também o teu nome, Daisy, apesar de muito viajado na poesia, continua a ser enigma para quem depare com ele, implantado pedra a pedra, no chão da Avenida de Roma. Vai vê-lo, experimenta. Vai e tenta decifrá-lo com a pontinha do teu pé.) (PIRES, 1999, 92)

Além de estarem presentes em lugar de destaque na abertura de uma das passagens do livro, os termos iniciais da sentença que abre o primeiro parágrafo citado retomam os versos do texto do heterônimo de Fernando Pessoa, fortificando a relação intertextual. Tanto no poema quanto em *Lisboa, livro de bordo*, Daisy parece se transmutar em personagem, ou, ao menos, ocupa um lugar que permite que, tanto o eu-lírico de um texto, quanto o narrador de outro, estabeleçam uma espécie de conversa com ela. A mesma personagem já havia aparecido na crônica “O viajante anunciado”, presente no livro *A cavalo no diabo* de 1994, do mesmo autor.

Se, no poema, o texto assume um tom acusatório em relação à Daisy, em *Lisboa, livro de bordo*, no entanto, a relação entre o narrador é outra: ela se faz como um convite para que Daisy reencontre seu nome e sua significação nas ruas de Lisboa.

Sob outra perspectiva, esse convite direciona-se ao próprio leitor, visto que é um modo de chamar sua atenção no sentido de fazê-lo refletir sobre os outros significados que o poema ganha quando incorporado à fala do narrador. Dessa maneira, para o narrador, o lugar em que o nome dela é grafado, em frente a um enxoval de noivas, condiz com o que é dito pelo poema, ou seja, ele passa a reinterpretar o poema de Álvaro de Campos como uma história de amor mal-resolvido.

O modo pelo qual o eu-lírico dirige-se a Daisy, como se ela fosse uma mulher que não é digna de confiança, que oculta suas verdadeiras intenções, faz com que se olhe diferentemente o

texto de Cardoso Pires, e àquele que o narrador retoma. Ou seja, faz com que atentemos uma vez mais a essa voz narrativa que, além de desconfiar das imagens usuais de Lisboa, se expressa em uma linguagem baseada no desvio, ou seja, é irônica em relação às imagens que julga inadequadas. Dito de outro modo, o ato de “fingir”, atrelado a Daisy no poema, mostra-se importante também para a compreensão da escrita cardoseana, escrita que se realiza pela teatralização da linguagem, pela postura diferenciada do narrador, pela desestabilização entre as esferas do histórico e do comezinho, tudo isso de forma jocosa e crítica, conforme mostramos até aqui.

Na parte final do livro que é objeto de nosso estudo, o narrador detém-se na exploração do trabalho dos calceteiros e o compara ao ato dos tatuadores que gravam na pele imagens dignas de nota. Grossegesse (2009, 2012), em sua leitura dessa obra de José Cardoso Pires, já alertara que ao invés de comparar a cidade de Lisboa com a imagem mais comum de uma noiva, a voz narrativa prefere aproximá-la ao corpo tatuado de um marinheiro em que essas tatuagens seriam, na verdade, as ilustrações construídas em basalto nas calçadas.

Quando o olhar da voz narrativa incide sobre o chão de Lisboa, ela nos chama atenção para um fenômeno interessante: o fato de as imagens gravadas na calçada em uma parte da cidade encontrarem correspondência com aquelas presentes em azulejos presentes em outros lugares do espaço urbano. Ou ainda: o fato de as “pinturas” do empedrado se repetirem pela cidade em outras formas de manifestações artísticas como nas peças de Rafael Bordalo Pinheiro. No entanto, essa mesma voz narrativa nos alerta que não se trata apenas de gravuras repetidas. Na verdade, quando elas reaparecem, já adquirem uma nova roupagem e um outro sentido.

Desse exercício de olhar para o baixo, para o chão, e ver o que há de verdadeiramente singular em Lisboa, o narrador alarga seu entendimento sobre os muitos motivos que aparecem pelas calçadas e azulejos de Lisboa e percebe, muitas vezes, ao pegar o metrô, que as imagens gravadas pelas paredes da estação se repetem do lado de cima da cidade. Essa espécie de espelhamento se deixa ver na própria maneira de se construir *Lisboa, livro de bordo*, quando o narrador, por exemplo, alude aos desenhos de São Jorge nas calçadas e nos azulejos de Lisboa e esses são reproduzidas nas páginas do livro. Ou ainda quando, depois de a voz narrativa referir-se a esse espelhamento, deparamos-nos, na página 107, da edição de 1999, com a imagem de uma biblioteca a ilustrar a obra cardoseana em questão.

No percurso de se descobrir novos caminhos dessa Lisboa, o narrador refere-se ao ato de navegar próprio dos portugueses, sendo que esse ato, agora, se faz por terra. Ao mesmo tempo, a voz narrativa compara a contemplação das imagens do empedrado com a leitura de um livro, teatralizando a ação do leitor que tem em seus braços a obra *Lisboa, livro de bordo*. Essa simbiose entre a metáfora da leitura de um livro e a visualização da cidade reaparece nos parágrafos finais da narrativa:

Quando por fim fechamos a página onde líamos a cidade, descobrimos que a vidraça do café está toldada por uma dança de gaivotas em turbilhão e que não há Tejo. Que desapareceu por trás duma desordem de asas e já não é prenúncio de oceano.

Então, ternamente, confiadamente, reconhecemo-nos ainda mais ancorados à cidade que nos viu partir. (PIRES, 1999, p. 117)

A referência ao ato de fechar as páginas do livro encontra correspondência com as linhas iniciais do relato, momento em que o narrador compara o ato de abrir a página do livro à contemplação de uma primeira imagem de Lisboa. E mais: nesses momentos finais, o narrador se encontra sentado a um café próximo à Praça do Império, lugar de onde provavelmente começou sua narrativa. Provavelmente porque esse ponto de partida parece um tanto quanto ambíguo na obra.

Por outro lado, a referência à dança das gaivotas na vidraça do café também se comunica com uma das imagens que ilustram o livro, a pintura “Espaço poético – Natureza” de A. Costa Pinheiro. Nessa, o observador se depara com um espaço dúbio: não sabe se vê uma janela ou um quadro ao lado de uma parede, sobre a qual também irrompem gaivotas que desestabilizam as fronteiras entre o que é exterior e o que é interior.

As gaivotas presentes tanto na pintura quanto nos últimos parágrafos do livro ainda ressurgem na gravura da página 115 da edição de 1999. Na gravura “Três retratos de Fernando Pessoa a meio corpo e Três Gaivotas”, testemunhamos a desintegração de traços que sugerem a imagem das aves e do poeta. A inserção dessa imagem nessa parte do livro também se torna interessante porque, além de aludir ao poeta modernista que é referido em algumas passagens da narrativa nos lembra, pela fluidez de suas linhas, aspectos próprios da poética de Fernando Pessoa e que são, de certo modo, reaproveitados pela voz narrativa de José Cardoso Pires.

Explica-se a questão da multiplicidade de pontos de vista, propiciada pela existência dos heterônimos, aliada à questão da teatralização e do fingimento próprios da escrita do poeta e nos lembra que também o livro *Lisboa, livro de bordo* tenta nos trazer uma diversidade de visões sobre a cidade, as quais são comentadas por um narrador que esfumaça os limites entre os aspectos visuais do espaço urbano e os textos a que a voz narrativa alude.

CONCLUSÃO

Na introdução desse artigo, estabelecemos como objetivo geral analisar a composição do livro *Lisboa, livro de bordo* de José Cardoso Pires e como específicos: a) estudar a presença de uma heterogeneidade de gêneros narrativos que se entrecem no livro; b) verificar o cruzamento de diversos textos na apreciação da cidade de Lisboa, apreciação realizada por um narrador *flâneur*.

Para chegarmos aos nossos objetivos, utilizamos como teóricos norteadores Bakhtin, que disserta sobre os gêneros literários e o dialogismo e Benjamim, que discute aspectos relacionados à cidade moderna. Também nos pautamos nos escritos de Grossegesse (2009, 2012) sobre a obra *Lisboa, livro de bordo*.

Com relação aos gêneros discursivos mobilizados pela narrativa, exploramos não apenas aqueles indicados no próprio título, mas também salientamos a presença do intertexto entre essa espécie de guia turístico às avessas, poemas e lendas da tradição lisboeta. Verificamos ainda

que esse intertexto se faz também a partir de obras do próprio José Cardoso Pires e que tais referências auxiliam na apreciação das vistas inusitadas sobre Lisboa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENJAMIM, Walter. *Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

FERREIRA, Emilia; CABELLO, Jorge. *Arte e história de Lisboa*. Florença: Casa Editrice Bonichi, 1998.

GROSSEGESSE, Orlando. *Bichos, velhas, estátuas: a Lisboa carnavaлизada – de Alexandre O'Neill a José Cardoso Pires*. In: VIII. Congresso DLV, Munique, 2 a 6 de 2009.

GROSSEGESSE, Orlando. Cidades que em nós se fazem. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 9, dezembro de 2012, p. 105-117.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Lisboa: Edições 70, 1985.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad. Júlio Jeha. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NASCIMENTO, Flávia. Apontamentos sobre a Lisboa palimpsesto de José Cardoso Pires. *Revista de Cultura Agulha*, n. 55, Fortaleza/São Paulo, Jan/fev, 2007. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/ag55pires.htm>. Acesso em: 20 out. 2011.

PIRES, José Cardoso. *Lisboa, livro de bordo: vozes, olhares, memorações*. 5ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

PIRES, José Cardoso. *A cavalo no diabo*. 2ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

Rachel Hoffmann

Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), Mestrado e Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: rachel.hoffmann@gmail.com

Recebido em 10/02/2022.

Aceito em 20/03/2022.

OS PERSONAGENS MALANDROS DE LIMA BARRETO

THE TRICKSTER CHARACTERS BY LIMA BARRETO

Victória Nantes Marinho Adorno
Altamir Botoso
UEMS

Resumo: O objetivo deste artigo é evidenciar traços da malandragem nos personagens dos contos “O homem que sabia Javanês”, “Nova Califórnia” e no romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto. Como suporte teórico, utilizaremos os seguintes textos: “Dialética da Malandragem”, de Antonio Cândido (1970), *Carnavais, malandro e heróis*, de Roberto DaMatta (1990), *A vida de Lima Barreto*, de Francisco de Assis Barbosa (2003), *Malandragem Revisitada*, de Roberto Goto (1988), *Que horas são? Ensaios*, de Roberto Schwarz (1987), *No fio da navalha: malandragem e literatura no samba*, de Giovanna Ferreira Dealtry (2009), dentre outros. Em nosso estudo, identificamos primeiramente os traços e características mais relevantes dos malandros para, em seguida, efetivar-se a análise desses elementos com o apoio dos textos teóricos, com o intuito de ampliar os estudos sobre o personagem malandro e os seus desdobramentos na ficção brasileira, e também com o propósito de difundir as obras de Lima Barreto que apresentem personagens cujo comportamento seja regido pela malandragem.

Palavras-chaves: Malandro; “O homem que sabia javanês”; “Nova Califórnia”; *Clara dos Anjos*; Lima Barreto.

Abstract: The objective of this article is to show traces of trickery in the characters of the short stories “The man who knew Javanese”, “New California” and in the novel *Clara dos Anjos*, by Lima Barreto. As theoretical support, we will use the following texts: “Dialética da Malandragem”, by Antonio Cândido (1970), *Carnavais, malandros e heróis*, by Roberto DaMatta (1990), *A vida de Lima Barreto*, by Francisco de Assis Barbosa (2003), *Malandragem Revisitada*, by Roberto Goto (1988), *Que horas são? Ensaios*, by Roberto Schwarz (1987), *No fio da navalha: malandragem e literatura no samba*, by Giovanna Ferreira Dealtry (2009), among others. In our study, we primarily identified the most relevant traits and characteristics of the tricksters, and then carry out the analysis of these elements with the support of theoretical texts, in order to expand the studies on the trickster character and its consequences in Brazilian fiction, and also with the purpose of diffusing works by Lima Barreto that presents characters whose behavior is governed by trickery.

Keywords: Trickster; “The man who knew Javanese”; “New California”; *Clara dos Anjos*; Lima Barreto.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A figura do malandro plasma-se na literatura brasileira a partir do romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Joaquim Manuel de Macedo. Seu protagonista usa a astúcia e a malandragem para sobreviver e obter o que necessita. Além disso, tal personagem tem uma capacidade “quase camaleônica de converter-se nas mais diversas identidades”, emprega “o discurso para tirar vantagens dos mais ingênuos”, tenta “conquistar, pela astúcia, uma melhor posição social” (CUNHA, 2016, p. 128, 130, 136).

A respeito dessa figura tão emblemática, podemos afirmar que ela “corrobora a consagração do malandro como figura típica do Brasil” (CRISTINO, 2009, p. 49), que é “capaz de envolver todos nós” e “com ele aprendemos [...] duas grandes lições: do seu gingado, o jeitinho, e da sua sedutora altivez, a coragem para seguirmos em frente” (CRISTINO, 2009, p. 50). Trata-se de um personagem sedutor, que tem a capacidade de nos encantar e, apesar de empregar meios pouco ortodoxos para satisfazer seus propósitos, logra construir “belas páginas de vida” (BARRETO, 2012b, p. 8), nas quais prevalecem o bom humor, a inteligência e um discurso engenhoso e hábil para atingir suas metas.

Nesse artigo, objetivamos analisar os personagens malandros no livro *Clara dos Anjos* (2012a), nos contos “Nova Califórnia” (2018a) e “O homem que sabia javanês” (2012b), escritos por Lima Barreto. Nossa proposta é identificar as características de cada malandro, analisar os atos da malandragem e apontar as suas táticas utilizadas que possibilitam incluí-los numa galeria de personagens malandros da literatura brasileira.

A base teórica para o estudo proposto centra-se nos seguintes textos: “Dialética da Malandragem”, de Antonio Candido (1970, p. 67-89), *Carnavais, malandro e heróis*, de Roberto DaMatta (1997), *Malandragem Revisitada*, de Roberto Goto (1988), *Que horas são? Ensaios*, de Roberto Schwarz (1987), “No tempo do rei”, de Walnice Nogueira Galvão (1976, p. 22-33), “Entre melindres e espertezas: personagens malandras, nos contos de Lima Barreto e José da Silva Coelho”, de João Figueiredo Alves Da Cunha, dentre outros.

1. VIDA E OBRA DE LIMA BARRETO

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 1881 no Rio de Janeiro, foi um escritor que transcendeu seu período, pois enxergou a arte na sociedade, relatando sua vida e conflitos sociais por meio de suas obras. Filho de João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta Pereira de Carvalho, o pai era tipógrafo e a mãe professora do primário, ambos mulatos e pobres; tiveram cinco filhos, o primeiro morreu ainda recém-nascido. Amélia, após o nascimento de seu primeiro filho, ficou doente e, com o passar dos anos, sua saúde foi piorando.

Zélia Freire (2005, p. 95) afirma que, “[p]elo posicionamento crítico do escritor e por estar, na maior parte das vezes, contrário às ideias dominantes, Lima assume o papel quase único de reivindicar mudanças”. O escritor tem um estilo simples, objetivo, revolucionário e de certo modo

direto; percebe as necessidades, valores e problemas das diferentes classes sociais, fazendo uma análise crítica das aparências que a sociedade tenta impor como padrão. A composição de estilo e a norma gramatical pouco importavam para o autor, pois sua intenção era retratar de forma simples a vida que ele observava ao seu redor. Dessa forma, ele sempre está à frente dos acontecimentos, refletindo em suas obras sobre a realidade de sua vida e da sociedade, sendo incompreendido em seu tempo.

Afonso Henriques de Lima Barreto faleceu vítima de um colapso cardíaco, no dia 1 de novembro de 1922, realizando seu desejo de abraçar a morte, conforme ele próprio declarou: “[p]ara se compreender bem um homem não se procure saber como oficialmente viveu. É saber como ele morreu; como ele teve o doce prazer de abraçar a Morte e como Ela o abraçou” (BARRETO, 2018a, p. 612, v. 1). Nota-se o seu forte sentimento em relação à morte, uma vez que, em todos seus textos, esse vocábulo aparece grafado em letra maiúscula.

Lima Barreto escreveu textos humorísticos, contos, sátiras, crônicas e memórias. Em relação aos romances, os títulos que Lima Barreto concebeu foram: *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e a Ninfá* (1915), *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e *Clara dos Anjos* (1948). Seus textos humorísticos foram resumidos e publicados com o título de *Aventuras do Dr. Bogoloff* (1912). Os contos compõem o volume *História e sonhos* (1920), como sátira, há o livro *Os Bruzundangas* (1922). As crônicas encontram-se organizadas nos seguintes títulos: *Bagatelas* (1923), *Feiras e mafuás* (1953) e *Marginália* (1953). E, como texto memorialístico, *Diário Íntimo* (1953).

2. ESTUDOS SOBRE O MALANDRO

Um dos estudos mais relevantes a respeito do personagem malandro é “Dialética da malandragem”, de autoria do crítico Antonio Cândido (1970). O referido estudioso caracteriza o malandro como o indivíduo que vive fora das normas estabelecidas, utilizando seu talento para não trabalhar, desse modo tentando conseguir a ascensão social de forma facilitada.

Outro estudioso que se dedicou à pesquisa da malandragem brasileira foi Roberto DaMatta. Para ele, o malandro é um personagem deslocado, que “De fato, o malandro não cabe nem dentro da ordem nem fora dela: vive nos seus interstícios, entre a ordem e a desordem, utilizando ambas e nutrindo-se tanto dos que estão fora quanto dos que estão dentro do mundo quadrado da estrutura” (DAMATTA, 1997, p. 172).

O antropólogo DaMatta assinala que o malandro vive entre a ordem e a desordem, não tem um lugar determinado na sociedade, pois ele transita de um polo a outro, sem se fixar em nenhum deles, corroborando o posicionamento de Cândido (1970), que aponta a itinerância e o trânsito entre a ordem e a desordem como elementos fundamentais de sua caracterização.

O crítico Antonio Cândido (1970, p. 71), ao refutar a tese de que Leonardo, do romance *Memórias de um sargento de milícias* (1852-1853), seja um pícaro, acaba por fornecer uma definição do personagem malandro:

Digamos então que Leonardo não é um pícaro, saído da tradição espanhola; mas o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, a certa atmosfera cômica e popularesca de seu tempo, no Brasil. Malandro que seria elevado à categoria de símbolo por Mário de Andrade em *Macunaíma* e que Manuel Antônio com certeza plasmou espontaneamente, ao aderir com a inteligência e a afetividade ao tom popular das histórias que, segundo a tradição, ouviu de um companheiro de jornal, antigo sargento comandado pelo Major Vidigal de verdade. O malandro [...] é espécie de um gênero mais amplo de aventureiro astucioso, comum a todos os folclore. [...]

Para Cândido, o malandro usa a sua esperteza, a sua inteligência, para se dar bem e se aproxima do “*trickster*” imemorial e de suas encarnações zoomórficas (macaco, raposa, jabuti), os quais aparecem, invariavelmente, em relatos folclóricos como seres que também empregam a astúcia e a esperteza para se safarem de situações embaraçosas ou conflituosas.

O malandro tem como características principais: carisma, sensualidade, vestimenta apurada, boa lábia, astúcia, necessidade de ascensão social, safadeza, inteligência, quebra de padrões, busca por novos desafios e preguiça. No caso da ascensão social, o sujeito malandro não gosta de trabalhar, pois sempre consegue estar dentro da alta sociedade por meio do “jeitinho”; utilizando-se da safadeza e da inteligência para tirar vantagens para proveito próprio.

A astúcia do personagem consiste em levar vantagem em tudo, realizando golpes sobre os diversos grupos, dessa forma transita entre a ordem e desordem, sem que as pessoas percebam de imediato seus atos, utilizando a sedução como forma de enganar suas vítimas. Segundo DaMatta (1997), a figura do malandro se torna símbolo nacional, pois na sociedade, o engano transita em todos os grupos sociais, ultrapassa diversas gerações, sendo característica da cultura brasileira.

Outros dois atributos do malandro, boa lábia e carisma, são necessários para cativar e convencer a todos. Sua inteligência permite com facilidade planejar “golpes” em benefício de si próprio e, na grande maioria das vezes, ao conseguir seus objetivos, aproveita ao máximo e logo muda o foco, buscando nossos desafios. A preguiça faz com que não queira e nem deseje trabalhar, pois sempre prefere soluções que não o prendam ao trabalho assalariado e massificante, que o fixariam em um local preciso e cuja monotonia ele abomina. Ainda que possa exercer trabalhos temporários em empresas ou realizar pequenas tarefas em bares, restaurantes, lojas, o malandro procura sempre garantir a sua liberdade e ganhar a rua, espaço onde pode enganar, trapacear no jogo e sobreviver de expedientes ilícitos.

O “jeitinho” do malandro significa fazer pouco esforço para conseguir algo. Por isso, ele usa a safadeza, o engano e a trapaça como ação para seus atos. O jeitinho pode ser considerado como uma das facetas da malandragem que, segundo Roberto Goto (1988, p. 11), sintetiza certos atributos do brasileiro:

No imaginário da sociedade nacional, [a malandragem] costuma sintetizar certos atributos considerados específicos ou identificadores do brasileiro:

hospitalidade e malícia, a ginga, a finta, o drible, a manha e o jogo de cintura, muito apreciado no futebol e na política, a agilidade e a esperteza no escapar de situações constrangedoras ligadas ao trabalho e à repressão, o ‘jeitinho’ que pacifica contendas, abrevia a solução de problemas, fura filas, supre ou agrava a falta de exercício de uma cidadania efetiva.

O malandro tem o objetivo de sempre se dar bem, não importa o meio que use para conseguir isso. Esse talento não falta ao anti-herói da ficção brasileira e, de certo modo, é o que acaba lhe garantindo sua liberdade, pois ele, frequentemente, envolve-se em situações nas quais necessita usar a sua inteligência para não sofrer punições ou acabar na prisão.

Segundo Giovanna Dealtry (2009, p. 46), “A palavra malandra se transforma em chantagem, engano, logro, convencimento, sedução, ameaça, esperteza, em suma, estratégias de negociação que se constroem na aproximação com o outro e por isso não podem ser fixas nem descodificadas”. Dealtry afirma que as palavras malandragem, malandro(a) expressam o sentido de engano, chantagem e ameaça, apresentam um indivíduo que utiliza a sedução, esperteza para convencimento. Desse modo, tem-se uma ampliação do discurso do malandro, que pode ser analisado pela perspectiva da forma como aborda suas vítimas, o modo como emprega suas táticas de convencimento, sua vestimenta e o vocabulário que utiliza.

O malandro histórico transferiu-se das ruas para a ficção, apresentando os mesmos traços do estereótipo do brasileiro, conforme postula a pesquisadora Walnice Nogueira Galvão (1976, p. 32):

Na ficção e na ensaística, particularmente do século XX, será constante a atribuição dessas características ao brasileiro: vagabundagem, preguiça, sensualidade, indisciplina, vivacidade de espírito - nossa modalidade de “inteligência” – e sobretudo simpatia.

Esses traços são recorrentes nas ficções que têm protagonistas malandros, tais como *Memórias de um gigolô*, de Marcos Rey (1968), *O grande mentecapto*, de Fernando Sabino (1979), *Menino Atahualpa*, de Paulo de Carvalho Neto (1985), *Pornopopéia*, de Reinaldo Moraes (2009), dentre outros.

A imagem do malandro propiciou estudos em diversas áreas, entre elas a da literatura e da sociologia. Para Roberto DaMatta, o malandro é um ser deslocado, não valoriza o trabalho cotidiano e massificante e individualiza-se pelo vestuário, pela maneira de usar a fala e no seu modo de locomoção: “E o malandro é um ser deslocado das regras formais, fatalmente excluído do mercado de trabalho, aliás definido por nós como totalmente avesso ao trabalho e individualizado pelo modo de andar, falar e vestir-se” (DAMATTA, 1997, p. 263).

Roberto Schwarz (1987) caracteriza o malandro como personagem vindo do folclore, ligado à figura de Pedro Malasartes, um típico malandro que consegue levar vantagem em todas as situações. De certa forma, isso acaba sendo incorporado ao comportamento dos indivíduos da sociedade brasileira, que termina difundindo a crença de que o mundo é dos espertos, daqueles que conseguem tirar vantagens dos demais. Ainda em relação a esses aspectos, Schwarz afirma que o

malandro é um ser nacional que se enraizou na cultura brasileira. Esse crítico menciona a questão da ordem e da desordem, que caracterizam o universo do malandro, uma vez que resume “a regra de vida de um setor capital da sociedade brasileira: o dos homens livres que, não sendo escravos nem senhores, viviam num espaço social intermediário e anônimo [desorganizado], em que não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela” (SCHWARZ, 1987, p. 138).

A maioria das obras que possuem protagonistas malandros são narradas em primeira pessoa, e por meio desse foco narrativo, contam as suas aventuras, demostram a malandragem existente por trás dos seus atos, numa espécie de confissão bem-humorada da sua vida pregressa. Assim sendo, o malandro visa sempre à ascensão na sociedade, todos seus atos são planejados e executados, com o objetivo de sustentar-se sem depender do trabalho e permanecendo ao lado daqueles que têm o poder e o dinheiro e pretendem conseguir viver tranquilamente sem sobressaltos.

Roberto Goto (1988, p. 102) enfatiza que nas mãos desse tipo de anti-herói, “trapaças e mentiras tornam-se virtudes, pois servem à boa causa, ao passo que pureza e inocência podem se revelar defeitos fatais; seus atos, de qualquer forma, o enobrecem e permitem pensar num personagem que paira igualmente acima do bem e do mal”. Esse estudioso considera que as trapaças e mentiras são qualidades do malandro, que acabam por denunciar problemas sociais e culturais existentes, e também são utilizadas como forma de sobrevivência e ascensão de padrão econômico.

O malandro, apesar de seus atos da malandragem, expõe os problemas, as fraquezas, os preconceitos, a cultura e o caráter de toda a sociedade. A malandragem e o malandro são, em última instância, o resultado de questões perenes da sociedade brasileira tais como: a falta de trabalho, enriquecimento ilícito, políticos corruptos, o desejo desenfreado pelo luxo e pela posse de bens materiais, a valorização da cultura e de tudo o que é estrangeiro, o individualismo, o caráter pessoal e a transmissão de valores deturpados de uma geração para outra.

3. REPRESENTAÇÕES DA MALANDRAGEM EM ESCRITOS DE LIMA BARRETO

A obra intitulada *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, apresenta um personagem com característica do malandro, Cassi Jones de Azevedo. O romance tem como principais personagens Clara e Cassi, e toda a história acontece no subúrbio carioca. Clara era uma moça de família humilde, e seus pais prezavam pela sua boa educação. Cassi era um jovem malandro, que vivia na boemia, tocando suas músicas, realizando seus atos da malandragem, sempre tendo casos com mulheres casadas e moças negras.

No segundo capítulo do romance, o narrador descreve o protagonista nos seguintes termos:

Era Cassi um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo; e, conquanto fosse conhecido como consumado “modinhoso”, além de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis, não tinha as melenas do virtuoso do violão, nem outro qualquer traço de capadócio. Vestia-se seriamente, segundo as modas da Rua do Ouvidor; mas,

pelo apuro forçado e o degagé suburbanos, as suas roupas chamavam a atenção dos outros, que teimavam em descobrir aquele aperfeiçoado “Brandão”, das margens da Central, que lhe talhava as roupas. A única pelintragem, adequada ao seu mister, que apresentava, consistia em trazer o cabelo ensopado de óleo e repartido no alto da cabeça, dividido muito exatamente ao meio - a famosa “pastinha”. Não usava topete, nem bigode. O calçado era conforme a moda, mas com os aperfeiçoamentos exigidos por um elegante dos subúrbios, que encanta e seduz as damas com o seu irresistível violão. Era bem misterioso esse seu violão; era bem um elixir ou talismã de amor. Fosse ele ou fosse o violão, fossem ambos conjuntamente, o certo é que, no seu ativo, o Senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de muito maior número de senhoras casadas. (BARRETO, 2012a, p. 84-86).

Nota-se, pela descrição acima, que Cassi Jones é um rematado malandro, que utiliza a boa aparência, roupas da moda e muita lábia para seduzir mulheres pobres. Aliás, além da esperteza, grande parte dos personagens malandros possuem também o perfil de sedutores, conquistam várias mulheres, exploram-nas e as abandonam.

O protagonista sempre foi mimado, incapaz de exercer qualquer trabalho ou se dedicar a qualquer tipo de esforço físico, além de ser extremamente vaidoso. Devido a uma educação permissiva e que nunca lhe fixou qualquer limite, julgava-se no direito de fazer o que bem lhe aprovava em relação às mulheres que porventura cruzassem o seu caminho. Nota-se “[...] a ausência de qualquer traço de positividade na principal figura que representa o arquétipo do malandro na trama. Cassi Jones é um aproveitador inconsequente [...]” (CRISTINO, 2009, p. 42).

O malandro, ao tocar na festa de aniversário de Clara, acaba por seduzir a inocente moça. Depois de alguns dias de namoro escondido, Cassi consegue ser o primeiro homem da vida de Clara. Após o ato de paixão, Clara se encontra desolada, pois engravidada de Cassi Jones, tendo além de sua honra perdida, um amor não correspondido e ainda recebe a notícia de que seu amado teria fugido.

Além de Cassi Jones, há outros personagens em Clara dos Anjos, que “poderiam compor uma galeria da tipologia malandra” (CRISTINO, 2009, p. 44), pois “Em seu romance, Lima Barreto ainda captou outros exemplares da malandragem. [...] em torno de Cassi Jones, estão Franco Souza, que se passava por advogado para pegar adiantamentos de eventuais clientes, Arnaldo, especialista em roubar passageiros distraídos dos trens e, finalmente, o mulato Ataliba Timbó, que teria sido operário, mas largara o emprego devido a desentendimentos com a polícia.” (CRISTINO, 2009, p. 43)

Um elemento que, sem sombra de dúvida, é um traço marcante da personalidade, não só de Cassi Jones, mas de todos os malandros que povoam o território da ficção, é a covardia. Ele é amoral, não tem princípios e não se importa nem um pouco com aqueles que engana, prejudica, e, no caso do protagonista de Clara dos Anjos, ele não mede esforços para satisfazer seus desejos e instintos. De certa forma, Cassi Jones é um Don Juan, um conquistador, uma figura que é incapaz de se apaixonar e se dedicar a uma única mulher. Assim, essa personagem é marcada pelo erotismo exacerbado, e tem como objetivo principal a realização e a satisfação sexual.

No conto “A nova Califórnia”, o malandro Raimundo Flamel é tido como sábio, pois

recebia cartas em diversas línguas, vivia em meio ao mistério, e a postura, o vocabulário utilizado ao falar com a comunidade fez com que a população da pequena cidade presumisse que Flamel fosse um doutor, conforme se verifica no seguinte excerto:

Ninguém sabia donde viera aquele homem. O agente do Correio pudera apenas informar que acudia ao nome de Raimundo Flamel, pois assim era subscrita a correspondência que recebia. E era grande. Quase diariamente, o carteiro lá ia a um dos extremos da cidade, onde morava o desconhecido, sopesando um maço alentado de cartas vindas do mundo inteiro, grossas revistas em línguas arrevesadas, livros, pacotes... (BARRETO, 2018b, p. 303, v.2)

Identificamos que o personagem transitou por diversas localidades do mundo, possui um vocabulário e conhecimento ampliados de diferentes idiomas. Esse fato corrobora a afirmação de Antonio Cândido (1970) segundo a qual o malandro tem como característica o deslocamento constante, seja dentro de uma cidade, do país, chegando até mesmo a viajar para diferentes países estrangeiros.

Segundo Rocha (2006, p. 42), os malandros “sabem tirar vantagem de tudo e de todos, sobretudo se forem pessoas comuns, incapazes de se defender”. O personagem malandro utiliza suas artimanhas e inteligência para aplicar golpes, nos diversos grupos sociais, tendo como principal alvo qualquer ser incauto e crédulo com quem venha a estabelecer contato. O malandro usa como estratégias os pontos fracos de suas vítimas, como os sonhos, o desejo por conhecimento estrangeiro, a vontade de participar em eventos da alta sociedade, a ambição em ganhar dinheiro fácil.

O personagem utiliza sua inteligência, astúcia, boa lábia e poder de convencimento para aplicar seu golpe, como se pode depreender no trecho que segue:

[...]

— Como o senhor deve saber, dedico-me à química, tenho mesmo um nome respeitado no mundo sábio...

— Sei perfeitamente, doutor, mesmo tenho disso informado, aqui, aos meus amigos.

— Obrigado. Pois bem: fiz uma grande descoberta, extraordinária...
Envergonhado com o seu entusiasmo, o sábio fez uma pausa e depois continuou:

— Uma descoberta... Mas não me convém, por ora, comunicar ao mundo sábio, comprehende?

— Perfectamente.

— Por isso precisava de três pessoas conceituadas que fossem testemunhas de uma experiência dela e me dessem um atestado em forma, para resguardar a prioridade da minha invenção...

O senhor sabe: há acontecimentos imprevistos e...

— Certamente! Não há dúvida!

— Imagine o senhor que se trata de fazer ouro...

— Como? O quê? fez Bastos, arregalando os olhos.

(BARRETO, 2018b, p. 307, v.2)

Observamos que o malandro utiliza suas táticas para convencer sua primeira vítima, e esta se torna parte importante para a veracidade da sua mentira e futuro golpe. Raimundo observa os perfis das pessoas, analisando o quanto a população valoriza a questão da riqueza e, por esse fato, seu plano se adequa, de certa maneira, à ganância dessa comunidade.

Roberto Goto (1988, p. 102) enfatiza que nas mãos desse tipo de anti-herói, “trapaças e mentiras tornam-se virtudes, pois servem à boa causa, ao passo que pureza e inocência podem se revelar defeitos fatais; seus atos, de qualquer forma, o enobrecem e permitem pensar num personagem que paira igualmente acima do bem e do mal”. Esse estudioso considera que as trapaças e mentiras são qualidades do malandro, que acabam por denunciar problemas sociais e culturais existentes, e também são utilizadas como forma de sobrevivência e ascensão de padrão econômico por parte dos personagens malandros.

O ato de malandragem utilizado por Raimundo Flamel, de certa maneira, desvela a ambição, o desejo de fortuna que se encontra presente no cidadão comum e é ainda mais forte na elite (nos mais ricos). Ao colocar seu golpe em prática, Flamel denuncia problemas sociais como a ganância, o desejo de conseguir dinheiro fácil, a possibilidade de se enriquecer ou aumentar os bens materiais. A esse respeito, observemos o fragmento transscrito:

A desinteligência não tardou a surgir; os mortos eram poucos e não bastavam para satisfazer a fome dos vivos. Houve facadas, tiros, cachações. Pelino esfaqueou o turco por causa de um fêmur e mesmo entre as famílias questões surgiram. Unicamente, o carteiro e o filho não brigaram. Andaram juntos e de acordo e houve uma vez que o pequeno, uma esperta criança de onze anos, até aconselhou ao pai: “Papai vamos aonde está mamãe; ela era tão gorda...” De manhã, o cemitério tinha mais mortos do que aqueles que recebera em trinta anos de existência. Uma única pessoa lá não estivera, não matara nem profanara sepulturas: fora o bêbedo Belmiro. (BARRETO, 2018b, p. 312, v. 2)

Identificamos que as atitudes malandras de Flamel denunciam a valorização da riqueza por parte da sociedade, a sabedoria limitada e ditada unicamente pelo conhecimento de línguas estrangeiras. A característica principal do malandro, a inteligência, fez com que esse malandro observasse suas vítimas, estudasse sua argumentação, e o emprego do testemunho do “professor de química” como forma de convencimento da população. Assim, ele conseguiu ludibriá-los e jogá-los uns contra os outros, desvelando que o ser humano é movido por interesses, pelo desejo de conseguir riqueza e que não existe solidariedade nas relações dos seres humanos em sociedade.

No conto “O homem que sabia javanês”, o protagonista narra em primeira pessoa as suas aventuras. Ele acumula as funções de narrador e de personagem no relato:

Em uma confeitaria, certa vez, ao meu amigo Castro, contava eu as partidas que havia pregado às convicções e às respeitabilidades para poder viver.

Houve mesmo, uma dada ocasião, quando estive em Manaus, em que fui obrigado a esconder a minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório de feiticeiro e adivinho. Contava eu isso.

[...]

– Cansa-se; mas não é disso que me admiro. O que me admira é que tenhas corrido tantas aventuras aqui, neste Brasil imbecil e burocrático.

– Qual! Aqui mesmo, meu caro Castro, se podem arranjar belas páginas de vida. Imagina tu que eu já fui professor de javanês? (BARRETO, 2012b, p. 7-8)

Nessa passagem, identificamos uma crítica referente à sociedade da época, a qual Castelo considera como burocrática e imbecil. Ele inicia sua narração contando ao amigo Castro a mais importante aventura de sua vida, a de como conseguiu tornar-se cônsul. Ele é um “malandro por experiência, consciente dos danos que causa a ponto de contá-los a terceiros, caçoando do ocorrido” (ARBOLEYA, 2017, p. 238).

Castelo vive entre a ordem e a desordem, não possui um lugar fixo, ele transita entre diversas localidades, não tendo um lugar determinado, utilizando seu talento para conquistar a ascensão social de maneira facilitada, retomando o posicionamento de Antonio Cândido (1970), ao caracterizar o personagem malandro como um ser das margens, que sabe aproveitar as oportunidades que encontra.

O malandro tem como uma de suas principais características o emprego da sua astúcia e inteligência para conseguir atingir seus objetivos. Castelo, após demonstrar seu interesse pelo anúncio, trata de estudar a língua Javanesa, descobrindo a origem e criando as pronúncias das palavras encontradas na *Grande Encyclopédie*, conforme ele mesmo deixa evidente no trecho que transcrevemos abaixo:

A *Encyclopédie* dava-me indicações de trabalhos sobre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um deles. Copiei o alfabeto, a sua pronúncia figurada e saí. Andei pelas ruas, perambulando e mastigando letras.

[...] Convenci-me de que aquela era a língua mais fácil do mundo e saí; mas não tão cedo que não me encontrasse com o encarregado dos aluguéis dos cômodos. (BARRETO, 2012b, p. 11)

É possível notar a situação difícil na qual se encontra Castelo, uma vez que ele precisa fugir do assédio do dono da pensão que quer receber o aluguel atrasado. Ele está praticamente num “beco sem saída”, quando surge a oportunidade de se fazer passar por professor de uma língua desconhecida e ele vê nesse fato a chance que necessita para sair da situação de penúria em que se encontra. O malandro, ao buscar informações sobre a língua javanesa, desenvolve suas táticas para convencer sua vítima. Aplicando sua boa lábia consigo mesmo, trata de se convencer de que a língua malaia era a mais fácil do mundo. A figura do professor de javanês torna-se para o malandro Castelo um personagem, que ele consegue interpretar com maestria. Os atos do malandro são planejados com antecedência e modificados conforme as situações conflituosas que vão surgindo ao longo de sua jornada até virar cônsul.

Durante o período de conversa com o Barão de Jacuecanga, o malandro foi indagado pelo nobre senhor, sobre sua origem e o modo como aprendeu javanês: “– E onde aprendeu javanês? – indagou ele, com aquela teimosia peculiar dos velhos” (BARRETO, 2012, p. 16). Evidentemente,

ele soube se safar dessa situação que poderia ser embarcadora, inventando uma resposta plausível para o seu futuro empregador:

Não contava com essa pergunta, mas imediatamente arquitetei uma mentira. Contei-lhe que meu pai era javanês. Tripulante de um navio mercante, viera ter à Bahia, estabelecera-se nas proximidades de Canavieiras como pescador, casara, prosperara e fora com ele que aprendi javanês. (BARRETO, 2012b, p. 16)

Nesse sentido, vale reportarmo-nos a Roberto Goto (1988), que afirma que o malandro utiliza o “jeitinho” e a inteligência para se safar de situações conflituosas, que poderiam colocar seus planos em risco, e essa é a estratégia que usa Castelo nessa e em outras situações com as quais se depara durante o seu trajeto de tentar ascender socialmente.

Roberto DaMatta (1997) declara que o malandro emprega suas forças para sobreviver num mundo onde predominam os mais fortes e espertos. Dessa forma, o malandro Castelo aceita todas as oportunidades oferecidas por sua mentira, com o foco na sua principal ambição que é a ascensão social. As boas relações com o Barão permitem que Castelo tenha sucesso em suas pretensões, como se pode verificar no fragmento seguinte:

[...] o senhor não deve ir para a diplomacia; seu físico não se presta... O bom seria o consulado na Ásia ou Oceania. Por ora, não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará. De hoje em diante, porém, fica adido ao meu ministério e quero que, para o ano, parta para Bâle, onde vai representar o Brasil no Congresso de Linguística. Estude, leia o Hovelacque, o Max Müller e outros! Imagina tu que até aí nada sabia de javanês, mas estava empregado e iria representar o Brasil em um congresso de sábios. (BARRETO, 2012, p. 25)

Notamos que o seu golpe o levou para a diplomacia, e Castelo acabou sendo nomeado como Cônsul em Havana. Seu ato de malandragem não havia sido planejado para atingir as esferas de poder, mas sim elevar seu nível social. A sua atuação leva-o a conseguir não só solucionar o seu problema de falta de dinheiro, como também a obter um alto posto, talvez um dos mais cobiçados por aqueles que têm aspirações a se destacarem e a serem reconhecidos e admirados na vida em sociedade.

Constatamos que o malandro Castelo usa a todo o momento sua esperteza, preguiça e boa lábia, pois afirma que não tinha o menor interesse em aprender a língua javanesa. Contudo, aproveita as oportunidades, criando e inventando artigos e notas superficiais sobre a língua javanesa, demonstrando sua real intenção que é a de se dar bem, ter dinheiro e uma posição destacada dentro da sociedade, objetivos que são apontados e discutidos pelos críticos Roberto DaMatta (1997), Walnice Nogueira Galvão (1976), Roberto Goto (1988) e que são traços comuns encontrados em vários personagens malandros da ficção brasileira. Por fim, o malandro Castelo conseguiu a sua ascensão social, aproveitando-se de todas as possibilidades que surgiram, aprimorando cada vez mais suas mentiras e atos de malandragem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que o malandro é um indivíduo que transita entre a ordem e desordem dentro da sociedade, na qual não segue padrões estipulados, possui como características a inteligência, astúcia, preguiça, boa lábia, carisma, boa vestimenta, é aventureiro, avesso ao trabalho, tem, em muitas narrativas, uma sensualidade exacerbada. É um anti-herói que narra suas aventuras, as quais refletem e denunciam os problemas sociais existentes na comunidade da qual faz parte.

O malandro, por não ser adepto ao trabalho formal, aplica golpes para sobreviver e modificar seu status social, e seus principais objetivos são a ascensão social e a obtenção de dinheiro. Marcado geralmente por um destino humilde, ele encontra na malandragem a chance de melhorar de vida. Seus golpes são aplicados em diferentes grupos sociais, não importando os meios que utiliza para conquistar suas metas. A inteligência, astúcia, boa lábia e vestimenta são empregadas ao desenvolver suas táticas para convencer suas vítimas e utiliza o famoso “jeitinho” e sua capacidade de improvisar, para se safar de situações conflituosas.

Nos textos analisados, verificamos que Cassi Jones configura-se como o malandro sedutor, apoiado pela família aristocrática, não é punido pelos seus atos e, num certo sentido, pode-se perceber que a sociedade valoriza e incentiva esse tipo de comportamento. Já Raimundo Flamel e Castelo deixam patente que se pode enganar toda a sociedade e sair impunemente, bastando saber usar a esperteza e a inteligência para convencer as suas vítimas e poder tirar todo o proveito das situações que aparecem.

Em síntese, foi possível observar que os personagens analisados são legítimos malandros, e suas atuações malandras ficam evidenciadas desde o início de seus relatos, cujo enredo “se constrói como uma sobreposição de narrativas enganosas” (CUNHA, 2016, p. 138). Pela leitura dos contos e do romance, fica comprovado que os atos de malandragem de Cassi Jones, Flamel e Castelo levaram-nos a alcançar seus objetivos. Assim, esses malandros devem figurar ao lado de Leonardo Pataca, Macunaíma e tantas outras representações de personagens malandros que povoam a literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

ARBOLEYA, Valdinei José. O homem cordial e a formação do povo brasileiro: um estudo das obras *Memórias de um sargento de milícias*, *O homem que sabia javanês* e *Macunaíma*. *Revista de Literatura, História e Memória*, Unioeste, Campus de Cascavel, v. 13, n. 21, 2017, p. 233-248.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto* (1881-1922). 9. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário Íntimo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Lima Barreto: obras reunidas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A nova Califórnia. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Lima Barreto: obras reunidas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018b, p. 302-312, v. 2.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Clara dos Anjos*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012a.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O homem que sabia javanês. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *O homem que sabia javanês e outros contos*. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012b.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem (Caracterização das “Memórias de um sargento de milícias”). *Revista do instituto de estudos Brasileiros*, n. 8. Universidade de São Paulo, 1970, p. 67-89.

CRISTINO, Leandro Nascimento. A malandragem como emblema nacional. *Soletrar*, ano IX, n. 17 – Supl. São Gonçalo: UERJ, 2009, p. 39-51.

CUNHA, João Figueiredo Alves Da. *Entre melindres e espertezas*: personagens malandras, nos contos de Lima Barreto e José da Silva Coelho. Tese (Doutorado em Letras), Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, São Paulo, 2016.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEALTRY, Giovanna Ferreira. *No fio da navalha*: malandragem na literatura e no samba. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

FREIRE, Zélia. R. N. S. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. No tempo do rei. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de gatos*: ensaios críticos. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976, p. 27-33.

GOTO, Roberto. *Malandragem revisitada*: uma leitura ideológica de “Dialética da malandragem”. Campinas-SP: Pontes, 1988.

ROCHA, João Cézar de Castro. A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou: a “dialética da marginalidade”. *Letras - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, n. 32, jun. 2006, p. 23-70.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Victoria Nantes Marinho Adorno

Mestranda em Letras (UEMS) e Graduada no curso de Letras- Português/ Espanhol (UEMS).
E-mail: nantes29victoria@gmail.com

Altamir Botoso

Graduado em Letras: Português e Inglês/Português e Espanhol/Português e Francês/Português e Italiano (UNESP), Mestrado e doutorado em Letras (UNESP). Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Unidade Campo Grande. E-mail: abotoso@uol.com.br

Recebido em 10/01/2022.

Aceito em 10/03/2022.

CAMILO CASTELO BRANCO E A DUALIDADE EM *MARIA! NÃO ME MATES, QUE SOU TUA MÃE!* – NOTÍCIA OU FICÇÃO?

CAMILO CASTELO BRANCO AND THE DUALITY IN MARIA! NÃO ME MATES, QUE SOU TUA MÃE! – NEWS OR FICTION?

Letícia de Freitas Greco
Luciene Marie Pavanelo
UNESP

Resumo: Neste artigo, analisaremos a narrativa *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!*, escrita em 1848, por Camilo Castelo Branco, de forma anônima. O enredo, publicado em folheto de cordel, é baseado em uma notícia divulgada no jornal *Revolução de Setembro*, sobre uma filha que teria matado a mãe. Pretendemos mostrar, por meio da análise de uma narrativa de crime, que embora jornalismo e literatura estivessem intrinsecamente ligados, são disciplinas distintas, ainda que ambas sejam utilizadas para a manifestação do discurso. Dessa maneira, mostraremos os elementos que caracterizam o folheto de cordel, o folhetim e a notícia, comprovando, portanto, que a citada obra, apesar da verossimilhança possível, nada mais é que ficção.

Palavras-Chave: Folheto de cordel; Jornalismo; Literatura; Notícia; Ficção.

Abstract: In this article, we are going to analyze the narrative *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!*, written by Camilo Castelo Branco in 1848, anonymously. The plot, published as string, is based in the news that a daughter could had killed her mother, revealed in *Revolução de Setembro*'s paper. We intend to show, by analyzing a crime narrative, that although journalism and literature were intrinsically connected, they are different subjects, even if both are used for the speech. Thus, we are going to show the elements that distinguish string literature, feuilleton, and news, proving, therefore, that this literary work is fiction, despite of the possible verisimilitud.

Keywords: String literature; Journalism; Literature; News; Fiction.

1. INTRODUÇÃO

Camilo Castelo Branco tinha 23 anos quando escreveu a narrativa que o tornaria alguns anos mais tarde conhecido do público: *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* foi publicada em 1848, em folheto de cordel, e de forma anônima. Embora o escritor seja amplamente reconhecido no Brasil e em Portugal pelo romance *Amor de Perdição*, publicado 14 anos depois, o folheto original de *Maria! Não me mates*, que tinha apenas 16 páginas, foi considerado um dos *best sellers* da época: teve quatro edições lançadas até 1852, ano em que Camilo se revelou aos leitores como autor da obra. De acordo com Abel Barros Baptista,

É a atribuição do folheto a Camilo que imediatamente dita a sua saída da obscuridade. [...] De um momento para o outro, a simples colocação de um nome próprio faz o texto mudar de território. Ora, essa operação instantânea tem fundamento: estriba-se no movimento que conduz dos gêneros de literatura menor ou menorizada para o gênero romanesco como gênero dominante. Existem, pois, indícios, que suportam a atribuição. Isso implica que a atribuição, porque feita a posteriori, ao cabo da carreira literária do autor, faz de *Maria! Não me mates!* um folheto de cordel distinto de todos os outros. (2012, p. 111).

Mas é somente em 1856 que o escritor passa a ser aclamado, após a crítica positiva do já reconhecido escritor Alexandre Herculano, sobre o romance *Onde está a Felicidade?*.

A produção camiliana, no entanto, não se reduz aos romances e folhetos/folhetins: Camilo escreveu peças de teatro, crônicas, críticas, poesias e polêmicas. Atuou também como jornalista em importantes periódicos portugueses como *O Nacional*, *Periódico dos Pobres* e *Eco Popular*, sendo o primeiro escritor português a viver do ofício. Era um autor, portanto, que transitava entre diferentes gêneros textuais e conhecia estritamente o funcionamento e o ritmo da Imprensa.

É da Imprensa, mais precisamente de uma notícia divulgada no jornal *Revolução de Setembro*, que Camilo desenvolve a narrativa de crime *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* No enredo, uma filha mata a própria mãe a pedido de um suposto namorado, que não era bem-vindo na família. A trama, que remete ao insólito e à literatura negra ou de horror¹, apresenta uma série de descrições e diálogos atribuídos à protagonista, à mãe e ao rapaz, além de detalhes mórbidos, como a recriação da cena do crime. Tais elementos visam garantir ao leitor a veracidade dos acontecimentos, embora o que ocorra seja não uma representação da verdade, mas uma verossimilhança da realidade.

O fato é que Camilo se apropria de uma informação com grande repercussão e apelo para vender, afinal, a expansão cada vez maior e mais rápida dos jornais, e outros suportes gráficos, a partir da Revolução Industrial, ainda que em menor escala em Portugal, faz com que o número de leitores aumente. Para Moizeis Sobreira de Sousa,

1. Maria Leonor Machado de Sousa elenca o crime como um dos elementos principais da literatura de horror: “Os crimes, de toda a espécie, são a pedra angular da estrutura da literatura de terror. Crimes, cujos vestígios são descobertos pelos heróis [...], crimes a que assistimos no desenrolar da ação [...]; os mais abundantes são, sem dúvida, os homicídios, que condicionam e tornam possíveis quase todos os outros” (1979, p. 59).

Camilo elabora um esquema narrativo-editorial claramente empenhado em manipular os gostos do público e obter boa audiência para seu texto. Já na capa², é possível perceber o apelo publicitário que direciona a obra. Tal como nos folhetos tradicionais, o título é bastante extenso, de modo a oferecer um resumo da obra, destacando suas qualidades e interpellando o público. Essa estratégia editorial, baseada no apelo ao senso moral corrente, na proximidade entre os fatos narrados e o mundo referencial que integra a vida corrente, e na tentativa de mobilizar a sensibilidade do público, logrou um êxito expressivo. (2017, p. 174)

O êxito do folheto, com grande apelo ao sensacionalismo, decorre não só da repercussão do assassinato, mas da habilidade do escritor em transformar uma notícia em ficção. Para Baptista, “o folheto nada tem de genial. Não se encontram nele qualidades exteriores ao tipo nem nada que o supere de modo assinalável: A sua importância e a sua originalidade estão justamente no fato de se integrar no gênero de modo bem pacífico” (2012, p. 112).

O que devemos levar em conta, no entanto, é que, apesar da verossimilhança, *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* é literatura e não jornalismo, portanto, trata-se de uma ficção e não de uma notícia. A confusão entre ambas as disciplinas é compreensível, uma vez que, até praticamente a metade do século XIX, literatura e jornalismo eram atividades correlatas, ou seja, não havia uma separação muito clara entre o profissional da imprensa e o escritor, bem como o que era verdade e o que era ficção, motivo que levava ocasionalmente o leitor mais inculto a acreditar na veracidade de fatos descritos em textos ficcionais. Isso decorre também em razão da apropriação da linguagem literária pelo jornalismo, possibilitando a formação de um gênero, tido por alguns estudiosos como híbrido, conhecido e utilizado até os dias atuais como *jornalismo literário*, do qual as grandes reportagens são exemplo.

Para Felipe Pena, o jornalismo literário é

Linguagem musical de transformação expressiva e informacional. Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transforma-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. (2006, p. 14)

Está claro, portanto, que a dualidade existente em *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* quanto ao caráter ficcional ou jornalístico é compreensível. Porém, além dos elementos textuais

2. A capa da primeira edição apresenta as seguintes colocações, abaixo do título: “Meditação sobre o espantoso crime acontecido em Lisboa: uma filha que mata e despedeça sua mãe. Mandada imprimir por um mendigo que foi lançado fora de seu convento, e anda pedindo esmolas nas portas. Oferecida aos pais de famílias, e àqueles que acreditam em Deus” (CASTELO BRANCO, 1991, p. 3). Na terceira edição, assim como o conteúdo, a capa também é modificada, continuando, porém, com o mesmo apelo do anterior: “Matricídio sem exemplo. Uma filha que matou e esquartejou sua própria mãe, Matilde do Rosário da Luz, em Lisboa – na travessa das Freiras, nº 17. Às almas sensíveis – aos pais de família – e aos bons cristãos oferece-se em meditação, a descrição do atentado praticado pela perversa matricida Maria José – seguido do interrogatório da acusada, e da sentença do tribunal do 1º distrito, que a condenou a morrer numa forca, no Campo de Santa Clara, em Lisboa” (CASTELO BRANCO, 1991, p. 29).

que diferenciam as formas de narrativa literária, como folheto de cordel e folhetim, da notícia, e que serão objetos de análise neste artigo, também devemos levar em consideração que a terceira edição do folheto apresenta profundas modificações em relação à primeira, e isso, de certa forma, também evidencia o caráter ficcional da obra.

2. JORNALISMO E LITERATURA: O FOLHETO DE CORDEL, O FOLHETIM, E A NOTÍCIA

O século XIX é marcado como um período de grandes transformações. Em âmbito tecnológico, a Revolução Industrial ocasionou mudanças profundas no sistema de produção capitalista, o que incluiu não só a produção em massa de bens materiais, como também dos chamados bens imateriais, como a literatura, que passa a se inserir na lógica do mercado. Nesse sentido, os livros perdem o *status* de arte para tornar-se mercadoria, logo, o objetivo passa a ser a venda. A Revolução Industrial começa na Inglaterra, ainda no século XVIII, e chega à França alguns anos depois. O escritor francês Alexandre Dumas, autor, entre outros livros, de *O Conde de Monte Cristo* (1844), representa essa nova lógica do mercado: além de a literatura ser sua principal fonte de renda, desenvolveu uma produção industrial de romances, com livros lançados em série e funcionários que o ajudavam a escrever. Em Portugal, apesar de a Industrialização, em si, ter acontecido mais tarde, a literatura começa, aos poucos, a se disseminar entre as classes menos letradas, a partir da ampliação do mercado consumidor. No país lusófono, Camilo Castelo Branco é um dos primeiros escritores que representam esse contexto, afinal, não tinha outra fonte de renda além daquela obtida por seus escritos, sejam eles literários ou jornalísticos.

O jornalismo, aliás, também passa a fazer parte dessa lógica do mercado, na qual o jornal também se transforma, aos poucos, em mercadoria. Alguns pesquisadores da comunicação propuseram periodizações da história da Imprensa.

Ciro Marcondes Filho (2000) divide o jornalismo em cinco fases: pré-história (1631-1789), primeiro jornalismo (1789-1830), segundo jornalismo (1830-1900), terceiro jornalismo (1900-1960) e quarto jornalismo (1960 até o presente). Para o pesquisador brasileiro, cada fase apresenta características distintas, com valores jornalísticos dominantes. Na pré-história, por exemplo, o jornalismo era considerado artesanal, com o “jornal ainda semelhante ao livro, poucas páginas” (MARCONDÉS FILHO, 2000, p. 48). Já no primeiro jornalismo, considerado como “político-literário”, a Imprensa começa a se profissionalizar: “surge a redação; diretor separa-se do editor; artigo de fundo; autonomia da redação” (MARCONDÉS FILHO, 2000, p. 48). No segundo jornalismo, período que interessa a este artigo, o autor cita como valores dominantes “o furo, a atualidade; a neutralidade; criam-se as enquetes, as entrevistas, as manchetes; investe-se nas capas, logo e chamadas de 1ª página” (MARCONDÉS FILHO, 2000, p. 48).

Quando tratamos especificamente da Imprensa portuguesa, temos uma periodização feita pelo pesquisador português José Tengarrinha (1989), que a classifica em três fases: “Primórdios da Imprensa” (sem data – até 1820), “Imprensa romântica ou de opinião” (1820-1864) e

“Organização Industrial da Imprensa” (de 1865 aos dias atuais). Para Tengarrinha, a segunda fase do jornalismo, em Portugal, a qual é objeto de nossa análise, é de extrema importância porque representa um período no qual o número de leitores cresceu e a opinião pública conseguiu ser atingida pelos fatos e opiniões:

A questão não pode ser observada por grosso, e esse grau de influência varia, sem dúvida, de época para época, de acordo com as suas condições específicas e numerosos fatores. Tão importante problema só poderá ficar esclarecido depois de se efetuarem bem orientadas sondagens e prospecções que nos elucidem sobre os pontos de contato profundo entre as doutrinas dos periódicos e a atitude mental e linha política dominante nos diversos estratos sociais. Do que não resta dúvida, porém, é que foi nesta 2^a época que o jornalismo exerceu mais vincada influência na opinião pública. O âmbito dos leitores alargou-se, como dissemos, não apenas às camadas da burguesia, mas até à pequena burguesia, especialmente depois de 1836. (1989, p. 204-205)

É nesta fase também que muitos escritores passam a atuar como colaboradores da Imprensa:

Todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica, ao contrário do que acontecera, como vimos, nos séculos XVII e XVIII. Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos, além de melhor apresentação gráfica, sejam redigidos corretamente e num estilo cada vez mais individualizado. (TENGARRINHA, 1989, p. 191)

Embora de maneira distinta, tanto a classificação de Marcondes Filho quanto a de Tengarrinha apontam para a mesma direção: em boa parte do século XIX, a atividade jornalística esteve atrelada à literatura e à opinião. É importante notar que os anos de 1789 e 1820 marcam o início de uma nova periodização por conta de importantes acontecimentos históricos que, por sua vez, refletem diretamente no funcionamento da Imprensa. Se em 1789 a França passou pela Revolução Francesa, que derrubou os monarcas e acabou com séculos de Regime Absoluto, em 1820 Portugal passa pela Revolução do Porto, que acaba com o poder absolutista do rei, transformando o Regime em uma Monarquia Constitucional. Em ambos os casos, o fim do Regime Absolutista permitiu que uma série de mudanças político-sociais, inspirada em ideais iluministas, acontecesse. Assim, a liberdade de expressão e a liberdade de Imprensa passam a ser direitos extremamente valorizados. Logo, o número de jornais cresce e a opinião, sobretudo de viés político, passa a ser difundida cada vez mais por esse meio. Marcondes Filho afirma que, após a Revolução Francesa,

Todo o saber acumulado e reservado aos sábios passa agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado; sua atividade será a de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. Surge daí uma prática eminentemente sua, o mito da transparência, filho direto da ideologia das Luzes. (2000, p. 11)

Tengarrinha aponta que até 1820 havia apenas quatro jornais em Portugal e nas colônias: *Gazeta de Lisboa*, *Jornal de Coimbra*, *Jornal Enciclopédico de Lisboa* e *Gazeta do Rio de Janeiro*. Já em 1821, 39 jornais foram fundados, entre eles periódicos de caráter político, muito por conta da volta de jornalistas que estavam exilados.

Com o crescimento do número de jornais, a Imprensa começa a se constituir como uma importante instituição. Nesse sentido, Baptista afirma:

Com a revolução liberal, os jornais tornam-se um instrumento decisivo do exercício do poder e um alvo quente da disputa política, de modo que o desenvolvimento da imprensa representava ao mesmo tempo um símbolo e um instrumento da edificação de novo regime. O culto da liberdade de imprensa, as campanhas políticas que à sua volta se lançaram, a confiança na capacidade inédita dos jornais para formar e dirigir a opinião pública, o modo como toda a gente se pôs a ler jornais eram tão marcados, que autorizam a ideia de que a imprensa foi a mais espetacular criação do novo regime. (2012, p. 124)

Sendo assim, “a imprensa forma um precioso material para a tarefa romanesca de representação do discurso e da variedade linguística: cada jornal é uma fonte de matéria-prima para a produção de imagens de linguagem e do discurso” (BAPTISTA, 2012, p. 127).

Com o tempo, os jornais passam a se profissionalizar, criando estruturas de mídia. Marcondes Filho afirma que:

A atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a se constituir como grande empresa capitalista: todo romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas. (2000, p. 13)

Em Portugal, essas transformações começam a ocorrer a partir de 1834. Segundo Tengarrinha, o jornalismo estabelece uma estrutura com divisões de funções, a partir da criação de cargos como os de editor, chefe de redação e redatores, mais conhecidos como noticiaristas, além de “um folhetinista, que então se limitava a redigir crônicas de literatura e artes” (1989, p. 189).

A figura do folhetinista confirma que a literatura estava intimamente ligada ao jornalismo. Assim, os folhetos de cordel, muito comuns nos séculos XVII e XVIII, de certa forma, perdem lugar para os jornais, que passam a abrigar crônicas e folhetins, ocupando uma parte significativa das publicações. Vejamos as características de cada um.

O folheto de cordel é um gênero literário que remonta ao século XVI, e está ligado aos relatos orais. O folheto tem esse nome porque costumava ser pendurado em cordas ou cordéis para ser exposto para venda. Por ser um material de baixo custo e de caráter oral, promovia uma aproximação com os leitores, razões pelas quais foi um gênero com bastante destaque e longevo. De acordo com Ana Margarida Ramos,

A formação e o desenvolvimento de um mercado para estes folhetos de baixo custo, vendidos principalmente por cegos, estão ligados à resposta imediata que estes textos dão às necessidades e aos gostos do público. Daí que ocorra uma correspondência direta entre os gêneros mais procurados pelos leitores e os mais produzidos pelas tipografias, já que o objetivo é agradar a um público tão amplo quanto possível. (2008, p. 23)

Como conteúdo, os folhetos de cordel abordavam “sátiras, notícias da atualidade, crônicas sociais, entre outros gêneros” (PINTO, 2009, p. 121), além de “temas ligados à corte, ao imaginário, doxa e quotidiano do povo, bem como à sociedade de modo geral” (SOUZA, M. S., 2017, p. 175). É importante ressaltar, portanto, que, antes da disseminação dos jornais, os leitores encontravam nos folhetos de cordel os relatos de informação, que se aproximavam da notícia e eram chamados de relações, “um dos subgêneros mais fecundos desse tipo de literatura nos Setecentos. As relações podiam ser designadas como notícia, cópia de uma carta ou história. Geralmente, essas designações eram acompanhadas por um ou mais adjetivos” (SOUZA, M. S., 2017, p. 174).

Sousa reforça que, já na literatura de cordel, as relações são uma forma de tentar transmitir ao leitor veracidade,

Até mesmo os fenômenos que transgrediam os limites da probabilidade... A despeito da incidência ou não do insólito, as relações insistem na veracidade da matéria veiculada, apresentando como verdadeiros até mesmo os fenômenos que transgrediam os limites da probabilidade. [...]

Em razão disso, as noções de realidade e ficção não colidem entre si, permitindo a elaboração de um sofisticado pacto ficcional, precursor em muitos aspectos do efeito de realidade em que se assenta o romance mais típico do século XIX. A construção desse pacto resulta do manejo estratégico de elementos que visam caucionar a impressão de verdade. Assim, são disponibilizados dados do mundo referencial que o leitor é capaz de reconhecer como factíveis. A par da opção pela forma jornalística e das estruturas formais da carta e crônica, o aproveitamento de datas, quantidades, medidas, localização espacial precisa e fatos historicamente comprovados estão entre os recursos mais comuns para se atingir a simulação de realidade nas relações. (2017, p. 175)

Ao analisarmos o folheto *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!*, concluímos que Camilo Castelo Branco nada mais faz do que se apropriar de uma fórmula já conhecida e bastante utilizada no gênero para escrever a narrativa. O assassinato, que causa comoção pública, é um fator que contribui para o sucesso do folheto, aliado também à

capacidade e a disponibilidade de Camilo para escrever sobre qualquer assunto ou problema, a facilidade com que discorria sobre matérias em que não tinha qualquer preparação específica e mesmo a mudança de redação são ocasionalmente louvadas pelos comentadores, porque integram uma certa imagem tradicional de Camilo enquanto polígrafo insuperado. (BAPTISTA, 2012, p. 140)

No caso de *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* Sousa atribui o sucesso também à “exploração estratégica dos interesses do público leitor e pintura de cenas relativas à vida das classes populares a partir de um ângulo vulgar e quotidiano” (SOUSA, M. S., 2017, p. 173-174). Baptista reforça essa ideia:

Escolhendo a família para espaço da invenção da sua verdade, o folheto trata um acontecimento anormal, explora essa anormalidade, mas remete-os ao cabo para a normalidade, para o quotidiano, para a atualidade vivida fora do discurso político e ideológico de incidência global. (2012, p. 116)

Camilo, no entanto, seguindo a lógica do mercado escreveu pouco em folheto de cordel. Conforme a Imprensa crescia, surge outro gênero literário, derivado dos cordéis, e diretamente ligado aos jornais: o folhetim, que surgiu na França no século XIX e logo se disseminou para outros países europeus e pelo Brasil. Portanto, a prosa de cordel

pode apresentar-se como uma forma embrionária da literatura de massas, a qual, no século XIX, conhece um grande desenvolvimento com o sucesso de fórmulas como o romance-folhetim e, posteriormente, com a explosão de subgêneros como o romance cor-de-rosa, o policial, o de ficção científica, entre outros (RAMOS, A. M., 2008, p. 15-16).

Os folhetins apresentavam narrativas publicadas sequencialmente nos jornais. Para Pena, o folhetim é “um estilo discursivo que é a marca fundamental da confluência entre jornalismo e literatura” (2006, p. 5). Inicialmente,

denominava um tipo de suplemento dedicado à crítica literária e a assuntos diversos. Mas a partir das décadas de 1830 e 1840, a eclosão de um jornalismo popular, principalmente na França e na Grã-Bretanha, mudou o conceito, incorporando-o à nova lógica capitalista. Publicar narrativas literárias em jornais proporcionava um significativo aumento nas vendas e possibilitava uma diminuição nos preços, o que aumentava o número de leitores e assim por diante. (PENA, 2006, p. 5)

Nesse sentido, a Imprensa é fator fundamental que contribui para o crescimento dos folhetins, no século XIX. Essa é outra razão pela qual a literatura e o jornalismo continuavam extremamente relacionados. Em Portugal, Camilo Castelo Branco escreve o folhetim *Mistérios de Lisboa*, publicado no jornal do Porto *O Nacional*, a partir de 1854. A obra, de acordo com Fátima Lisboa, “alcançou um imenso sucesso popular” (2011, p. 5). Sobre o gênero, Andréa Trench de Castro ressalta

O fato de o folhetim representar elemento significativo da cultura oitocentista; a importância de seu caráter documental, devido ao expressivo conjunto da produção literária presente nos jornais; a influência e a importância do jornalismo

para a vida literária portuguesa; a posição central do folhetim nos jornais e sua consequente primazia. (2012, p. 30-31)

Com a evolução dos meios de produção, os jornais vão se modificando e incorporando outros gêneros, sejam eles jornalísticos ou literários. A literatura, no entanto, continua presente na Imprensa:

A imprensa, para além de criar os seus próprios gêneros específicos, abre o seu espaço a todos os outros, ora tratando-os como acontecimentos, ora abrigando-os. Mas sempre os arrastando para um espaço em que o discurso aprende a falar do discurso em modalidades diversas: a simples transcrição, o discurso de apoio, a crítica, a sátira, a paródia e a polêmica. (BAPTISTA, 2012, p. 131)

Resta-nos então entender qual o espaço ocupado pela notícia nos jornais no século XIX, e como ela, aos poucos, se consolidou como um gênero do jornalismo informativo.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que mesmo antes da existência dos jornais impressos, o homem utilizou diferentes suportes para fazer com que a notícia circulasse, sendo um deles o folheto de cordel. Muito anterior a ele, no entanto, a divulgação de notícias foi realizada por outros meios, que nada mais foram do que formas embrionárias do jornal impresso.

Ainda no Império Romano, durante o governo de Júlio César (69 a. C.) as *Actas Diurnas* eram as responsáveis pela divulgação oficial dos atos da República. Elas se assemelham ao que hoje conhecemos como Diários Oficiais e são consideradas como uma espécie de jornal mural. Na Idade Média, com o isolamento dos feudos, a circulação da informação escrita torna-se escassa. As notícias, então, passam a circular através dos versos dos trovadores, conforme explica Antonio F. Costella:

Peregrinando de castelo em castelo, tornaram-se eles os liames eventuais de uma geografia dividida. Os versos, que iam transmitindo de um local para o outro, consubstanciavam um repositório continuamente renovado de informações de diferentes lugares. Nas trovas noticiaram eventos políticos e sociais de toda ordem, e, até mesmo, curiosidades e mexericos. (2002, p. 20-21)

Já no século XIV, com o Renascimento, os correios voltam a funcionar e as cartas tornam-se um importante instrumento para a troca de informações: “Cartas longas, minuciosas, ricamente informativas” (COSTELLA, 2002, p. 73). No século XV, as cartas, aos poucos, começam a dar lugar às Gazetas manuscritas, jornais publicados à mão, que “foram sendo produzidas continuamente. A periodicidade dos correios, trazendo as informações em levas sucessivas e previsíveis, permitiu que essas publicações [...] se apresentassem em dias certos, habituando os leitores com sua periodicidade” (COSTELLA, 2002, p. 76).

Finalmente, a partir de 1600 surgem os primeiros jornais impressos, resultados de “duas experiências: a impressão tipográfica, de um lado, e a do jornalismo, até então manuscrito, de outro” (COSTELLA, 2002, p. 79). Mas, afinal, o que determina que esses produtos sejam considerados jornais? Para Costella, são três características: atualidade, periodicidade e variedade.

Lage afirma que, nos primeiros jornais,

A notícia aparece como fator de acumulação de capital mercantil: uma região em seca, sob catástrofe, indica que certa produção não entrará no mercado e uma área extra de consumo se abrirá, na reconstrução; a guerra significa que reis precisarão de armas e de dinheiro; uma expedição a continentes remotos pode representar a possibilidade de mais pilhagens, da descoberta de novos produtos ou de terras próprias para a expansão de culturas lucrativas, como a cana-de-açúcar e o algodão. (2006, p. 5)

Apesar de a notícia também estar presente, o que interessava aos jornais, de fato, era a opinião, motivo pelo qual Lage define o jornalista como um publicista, “de quem se esperavam orientações e interpretação política” (2008, p. 4). Sendo assim, “o que importava mesmo era o artigo de fundo, geralmente editorial, isto é, escrito pelo editor – homem que fazia o jornal praticamente sozinho” (LAGE, 2008, p. 4). Por isso, Marcondes Filho reforça que “é também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu portavoz” (2000, p. 12).

Já no século XVIII, há uma tentativa de separar a notícia da opinião. Pena conta que

No jornalismo, a primeira tentativa de classificação foi feita pelo editor inglês Samuel Buckley no começo do século XVIII, quando resolveu separar o conteúdo do jornal *Daily Courant* em *news* (notícias) e *comments* (comentários). Para se ter uma ideia da dificuldade em estabelecer um conceito unificado de gênero, esta divisão demorou quase duzentos anos para ser efetivamente aplicada pelos jornalistas e, até hoje, causa divergências. (2006, p. 11)

Em meados do século XIX, os jornais começam a perder, aos poucos, o caráter publicista, abrigando outros gêneros textuais, de modo a alcançar o maior número possível de leitores. Lage afirma que

A retórica do jornalismo publicista era impenetrável para os novos leitores, herdeiros de uma tradição de cultura popular muito mais objetiva. Além disso, a guerra de opiniões perdia interesse porque não havia, como antes, aristocracia poderosa para se opor ao pensamento burguês e a organização dos operários para a ação política contínua sempre esbarrou em grandes obstáculos – quando não a repressão policial, a recessão econômica. (2008, p. 5)

Logo, os jornais buscam se reinventar para atrair esses novos leitores. Uma das maneiras encontradas foi o apelo ao sensacionalismo:

Precisava-se abordar temas que o empolgasse. O paradigma para isso era a literatura novelesca: o sentimentalismo, para as moças; a aventura, para os jovens; o exótico e o incomum, para toda gente. A realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser. (LAGE, 2008, p. 6)

Com o tom sensacionalista, o discurso jornalístico se reinventa ao mesmo tempo que “reinventa a realidade. [...] a ideia de que esses órgãos informam sobre a realidade, quando, no fundo, a informação é um mínimo indispensável no cumprimento de uma outra tarefa, a de ordenar o mundo de acordo com determinadas estratégias” (BAPTISTA, 2012, p. 127-128). Nesse sentido, Baptista adverte que as notícias são divulgadas a partir da apropriação de um discurso, atrelada ao interesse do jornal:

Assim se encaminhava um movimento que procurava dar significado nacional e político a zonas do corpo social que nunca tinham merecido discurso e que era preciso integrar de algum modo no conjunto do fluir social; os bailes, os funerais, as festas, os suicídios, os crimes, os cafés, os assuntos de religião, os títulos e condecorações, a emigração, a prostituição, as procissões, a política, o comércio, a agricultura e, evidentemente, a própria atividade jornalística. A prática da notícia não se limita a trazer ao conhecimento público as manifestações diversas da transformação e da instabilidade social em todos esses níveis e a propósito de todos esses objetos de notícia: ela *confere-lhes características, propriedades, atributos, que se relacionam com os objetos de modo múltiplo. Noticiar a realidade, produzir informação sobre a realidade não é apenas dizer o que aconteceu, ou não é nunca dizer o que aconteceu, mas proceder a uma apropriação dos fatos para os colocar ao serviço de um discurso.* (2012, p. 129-130, grifo nosso)

É importante ressaltar que se de um lado os jornais procuravam divulgar as notícias apropriando-se de um determinado viés que lhes favorecesse, por outro, os escritores também têm nos jornais a oportunidade de difundir seus próprios interesses. Como exemplo, Camilo Castelo Branco:

Camilo está plenamente integrado nesse espaço de desenvolvimento selvagem da imprensa: ele é assumidamente o escrevente que a gazeta recorre para se desenvolver, ou seja, é aquele que aperfeiçoa uma capacidade particular para escrever sobre todas as matérias, subordinando os seus interesses, os seus conhecimentos, as suas capacidades pessoais ao espaço específico da gazeta. [...]

Da economia política ao terror grosso, ele pudesse de fato escrever sobre tudo: tal extensão de objetos de discursos possíveis passa, com Camilo, de necessidade estrutural do desenvolvimento da imprensa a prática híbrida dotada de critérios e de sentidos de orientação, de necessidade coletiva a prática essencialmente individual: Camilo não é apenas o que empresta o nome próprio a essa prática, é também o que elabora o seu discurso fundador e orientador. (BAPTISTA, 2012, p. 134-135)

É somente no fim do século XIX que a notícia, de fato, se moderniza, podendo ser definida como “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 2006, p. 10). Sendo assim, a notícia passa a fazer parte do gênero jornalismo informativo, que se separa da opinião para dar ênfase à informação, a partir do relato:

No caso do texto publicado, essa informação principal deve ser a primeira, na forma de lead – proposição completa, isto é, com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento. Deflagrou-se uma campanha permanente contra a linguagem retórica e destacou-se a importância da ética como fator de regulação da linguagem jornalística. (LAGE, 2008, p. 7)

Fica claro, portanto, que a notícia, tal qual a conhecemos pelos meios de comunicação atuais, foi estruturada apenas no final do século XIX. Não devemos, por isso, deixar de destacar sua importância para a História, visto que foram vários os suportes, incluindo os orais, que a abrigaram desde a Antiguidade. A informação, nesse sentido, constitui-se como um bem imaterial precioso e que denota poder a quem a possui. Daí a necessidade de desenvolver e aperfeiçoar constantemente os diferentes suportes para divulgá-la.

Como conclusão, devemos reiterar que, até meados do século XIX, a notícia esteve de certa forma atrelada à opinião e à literatura. Isso não significa, porém, que o jornalismo e a literatura deixam de ser convergentes, visto que, embora haja uma separação mais efetiva entre ficção e realidade, o discurso literário continua presente em diversos gêneros jornalísticos, o que reforça a importância de ambos para a disseminação do discurso.

Passemos agora à análise de *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!*

3. MARIA! NÃO ME MATES, QUE SOU TUA MÃE! – NOTÍCIA OU FICÇÃO?

Em 14 de setembro de 1848, o jornal *Revolução de Setembro* publica a seguinte notícia³:

Descobriu-se a noite passada um *caso horroroso*. Perto de Santa Engrácia apareceu o tronco de um corpo de mulher encostado ao recolhimento do Desagravo. Foi um *veterano* que o encontrou às 9 horas da noite.

As coxas e as pernas cortadas pelas virilhas e pelos joelhos; os braços cortados pelos ombros e pelos cotovelos foram encontrados à mesma hora, pouco mais ou menos, por uma *patrulha* na Travessa das Mônicas, à Graça.

Em nenhum dos sítios havia vestígios de sangue. O corpo fora trespassado por 17 punhaladas. Os *cirurgiões* declararam que a mulher teria 40 anos de idade.

Até às três horas da tarde de hoje a *autoridade* não tinha conhecimento de ter sido encontrada a cabeça. (CABRAL *apud* BAPTISTA, 2012, p. 110 – grifo nosso)

De acordo com Baptista, na edição do dia seguinte, o jornal “afirmava que recaíam suspeitas sobre a filha da vítima, muito provavelmente cúmplice dos assassinatos” (2012, p. 110).

Podemos afirmar que as informações que a notícia transmite são: uma mulher, de aproximadamente 40 anos, foi assassinada com 17 punhaladas. O corpo foi mutilado, e encontrado,

3. Vamos tratar a informação publicada no jornal como “notícia”, para diferenciá-la da ficção, ainda que, conforme analisado no tópico anterior, o conceito de “notícia” no século XIX não se aproxima do conceito atual, que a classifica como um gênero informativo, com estrutura redacional e características próprias.

sem cabeça, por um veterano, perto de Santa Engrácia, por volta de nove horas da noite do dia anterior à publicação do jornal. No desdobramento da notícia, o jornal afirma que a filha era uma das suspeitas do assassinato, como cúmplice. A notícia, no entanto, deixa lacunas para esclarecer o crime. Não há respostas concretas sobre quem assassinou a mulher, quando ocorreu o assassinato, onde, como e por quê. Muito provavelmente essas respostas, fundamentais ao esclarecimento do caso, seriam apresentadas conforme o avanço da investigação.

Na narrativa de Camilo, no entanto, todas essas perguntas não são somente respondidas, como também fornecem ao leitor uma série de detalhes, como o dia e a hora em que aconteceu o assassinato: “Eram *dez horas do dia 11 de setembro* quando Maria entrou em casa” (CASTELO BRANCO, 1991, p. 21, grifo nosso). Desse modo, o narrador, que tudo sabe, parece inserir o leitor à cena do crime: “Maria José ergue o braço e dá uma facada no lado direito do peito daquela que lhe dera o ser. A infeliz vê-se ferida – dá um grito, ninguém a ouve, a matadora fica-se como espantada, e com o braço erguido diante de sua mãe que já lutava com os arrancos da morte” (CASTELO BRANCO, 1991, p. 22).

É preciso observar ainda que a notícia em questão, como ocorre até os dias atuais, procura garantir a veracidade das informações pela apresentação das chamadas “fontes”, que, na definição de Nilson Lage, são

Informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público [...]. É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas. (2008, p. 21)

A notícia sobre o assassinato conta com quatro fontes: o veterano, a patrulha, os cirurgiões e a autoridade. Isso mostra que as informações fornecidas e divulgadas pelo jornal não são fruto da imaginação do jornalista, mas, sim, do testemunho de quem presenciou uma situação, as chamadas “testemunhas”, como é o caso do veterano e da patrulha; do expert, como é o caso dos cirurgiões; e da autoridade, que, neste caso, é a responsável legal pela investigação do assassinato.

É necessário asseverar, portanto, a importância das fontes no âmbito jornalístico. Lage questiona: “por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se não ganha nada com isso?” e “por que confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?” (2008, p. 24), e responde com base em pesquisas da comunicação:

São leis e códigos não escritos, cuja violação implica sanções consensuais que existem em qualquer cultura. Incluem formas de tratamento, reciprocidade na troca de informações, a ostentação de sinceridade e a argumentação em defesa dos próprios interesses. [...]

Toda conversação depende do que um dos envolvidos imagina que o outro pretende. Se ambos se admitem em boa fé, procurarão atender às máximas e esperarão que o interlocutor faça o mesmo. (2008, p. 24)

Na narrativa de Camilo, sobretudo na primeira edição, não há a preocupação com a inserção de fontes que poderiam comprovar o que o narrador tenta apontar ao leitor: o fato de que a filha matou a mãe a pedido do namorado. A narração conta com uma série de diálogos que envolvem a mãe, Matilde, e a filha, Maria José; a filha e o rapaz, José Maria. São poucas as personagens secundárias: há menção às vizinhas, que poderiam ouvir o assassinato caso ele fosse cometido durante a noite, e o regedor Antônio Ferreira do Sol, que encontra a cabeça da mãe enterrada na casa onde ela vivia: “O regedor escavando no lar achou a cabeça e os pedaços da cara; perguntou a Maria José se conhecia aquela cabeça, e ela respondeu comendo melancia com pão: – Conheço, é de minha mãe!!” (CASTELO BRANCO, 1991, p. 25).

Se, por um lado, a primeira edição carece de personagens que serviriam como fontes ou, neste caso, testemunhas de acusação, por outro, Camilo opta pela narração com ênfase no discurso direto, o que aproxima a narrativa de uma suposta verdade, ainda que não seja. O uso da cena em detrimento do sumário também aproxima o leitor da história, assim a ênfase em determinado foco narrativo possibilita pontos de vista distintos. David Arrigucci Junior explica que “a ideia do ponto de vista é contar, de forma indireta, enumerando os acontecimentos sucessivamente por meio de uma voz narrativa, ou, então, apresentando os fatos diretamente, mediante os agentes que viveram os acontecimentos postos em ação” (1998, p. 13). Nesse sentido, Arnaldo Franco Junior confirma: “a cena é um recurso que cria um efeito de proximidade entre o leitor e a história narrada; o sumário, por sua vez, cria um efeito oposto, demarcando a distância entre o leitor e a história narrada” (2009, p. 42).

Para Rui Ramos,

O discurso direto goza normalmente de um estatuto de veracidade que amplia a sua capacidade probatória. Pode, por isso, ser usado como estratégia de credibilização do discurso do relator, efeito extraído do seu “falso” valor de verdade, do seu valor testemunhal ou da sua capacidade de gerar verossimilhança. Ao optar por este modo de relato de discurso, o locutor tende a desvincular-se da responsabilidade das asserções feitas pelo enunciador primeiro, ainda que não possa desresponsabilizar-se pela evocação que faz. (2007, p. 50)

Já na terceira edição de *Maria! Não me mates*, o autor opta pela preponderância do discurso indireto para recontar o enredo sobre o assassinato, e pelo discurso direto para dar ênfase ao julgamento da filha, retratando com muitos diálogos o suposto júri a que fora submetida, além de incluir as vozes de inúmeras testemunhas. De certa forma, este recurso afasta o caráter sensacionalista que dá tom à primeira edição e torna a narrativa mais objetiva e imparcial, aproximando-se da notícia, ainda que seja ficção. Afinal, o motivo para tais modificações no enredo sequer é explicado ou comentado pelo autor.

Quando se trata de ficção, no entanto, o escritor é livre para criar, ainda que muitas vezes isso signifique uma quebra da coerência narrativa. Para Cristina Costa,

A ficção é essa forma peculiar da comunicação humana que, estimulando a

imaginação e o devaneio, propõe uma experiência intersubjetiva na qual a realidade que a circunda se apresenta de forma indireta. Tempo e espaço narrativo afastam-se da realidade imediata e concreta dos interlocutores para constituir novas referências que, embora ligadas ao vivido, buscam entendê-lo subjetivamente. A ficção não se opõe à realidade dos fatos nem à sua objetividade, apenas a apresenta a partir da subjetividade que a vivencia. (2002, n.p.)

Outra diferença entre as edições da narrativa de Camilo que merece ser destacada é o fato de, na primeira, a filha parecer não se sentir culpada por assassinar a mãe:

Depois de morta sua mãe, Maria José com a maior presença de espírito e ânimo de carrasco, com a mesma faca começou a cortar-lhe a cabeça, e vendo que não podia arredondar o osso, foi cortar com segunda faca, e como ainda não pudesse, começou dar-lhe golpes de machada, até que de todo lhe despegou a cabeça do pescoço. Depois, cortou-lhe as orelhas e o nariz e os beiços e deu-lhe mais de vinte golpes na cara, e queimou-lhe o cabelo. Depois levantou um tijolo do lar e enterrou os pedaços da cara e da cabeça.

Depois cortou-lhe as pernas e as mãos. E à noite embuçou-se num capote e pegou no tronco da mãe e foi pô-lo nas obras de Santa Engrácia. Tornou à casa, pegou nas pernas e nas mãos e foi pô-las na travessa das Mônica. E depois voltando para casa, pôs-se a lavar a roupa ensanguentada da mãe e deitou-se nos mesmos lençóis onde sua mãe dormia com ela dois dias antes, e com a cabeça dessa mesma mãe enterrada aos pés da cama. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 24)

Na terceira edição, por outro lado, a filha parece sentir remorso, pois não consegue dormir:

A filha, depois de a ver morta, esquartejou-a, e foi lançar o tronco do corpo junto às obras de Santa Engrácia, e os braços e as pernas à travessa das Mônica, conduzindo tudo de noite, debaixo do capote. E como ainda lhe ficasse em casa a cabeça, queimou-lhe os cabelos, cortou-lhe os beiços, e enterrou-a aos pés da cama, junto ao lar! E depois foi-se pôr a lavar a roupa ensanguentada de sua mãe! Como poderia Maria José dormir aquela noite! Ela não dormiu. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 36-37)

Outra diferença relevante refere-se à presença de José Maria, que é muito clara na primeira edição, até mesmo pela inserção de diálogos entre ele e Maria José, mas questionada na terceira. Ao rapaz é atribuída, de certa forma, na primeira edição, a razão pela desgraça na vida de Maria José, que, aos poucos, se transforma de boa em má filha, após conhecê-lo:

Maria José (era este o nome da filha) parecia que amava sua mãe com toda a sua alma e coração. Andava de dia vendendo algumas coisas numa tendinha que tinha comprado com as economias de sua mãe, e de noite rezava o terço à Virgem Maria, e ao mesmo tempo compunha meias para fora, com cujo produto se vestia. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 8)

Na cena a seguir, retratada na primeira edição, José Maria aconselha Maria José, já seduzida por ele, a matar a mãe:

– Maria, ou tu hás de dar cabo dessa maldita velha o mais breve, ou então eu deixo-te por uma vez, e não quero saber de desgraças.

Maria respondeu:

– Ora, eu tenho medo de matar; ela grita e cá por cima mora a mestra de meninas, que a ouve, e depois se se sabe que há de ser de mim?

– Tu és uma estúpida, respondeu o malvado. – O matar é de dia porque as meninas fazem barulho a ler, e não se devem ouvir os gritos de tua mãe.

– Mas eu tenho tanto medo de matá-la!... Tenho alguma pena dela: se tu casasses comigo já ela te não proibia que cá viesses, e se me tens amor, a ponto de quereres que eu mate minha mãe, então por que não casas comigo?

– Está bom, está bom, temos lamúrias? – replicou o José Maria. – Se queres, queres, se não queres, nentes que se escama o gajo. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 17-18)

Na terceira edição, o narrador insere a figura de José Maria na narração, mas depois coloca em dúvida se realmente essa personagem existiu:

Este malvado aconselhou-a que matasse sua mãe! Porque lhe tinha pressentido algum dinheiro, e queria botar-lhe a mão, para o gastar com outros criminosos como ele. A rapariga, alucinada por aquele malvado, recolheu-se a casa, e encontrando a mãe com os olhos inchados de chorar, começou a descompô-la, e atirou-lhe uma facada, com que a pobre mulher caiu logo por terra, dizendo: – Ó filha, por que me matas? (CASTELO BRANCO, 1991, p. 36)

Durante o júri, a terceira, a quarta e a quinta testemunhas de acusação, além da primeira e da segunda testemunhas de defesa, afirmam nunca terem visto homem algum na casa de Maria José:

3^a Testemunha: – Maria Crispina de Matos, mestra de meninas, moradora no quarto imediato superior à casa em que a acusada habitava. Depois do fato de ouvir dizer, declarando que nunca vira entrar homem algum em casa da acusada, e que nem mesmo o aguadeiro ali ia porquanto era a acusada quem sempre ia buscar água ao chafariz. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 45)

O próprio depoimento da suspeita é cheio de ambiguidades. Em um primeiro momento, Maria José afirma que José Maria teria assassinado Matilde. Depois, muda a versão e afirma que ela própria teria assassinado a mãe, atribuindo, como motivo do crime, o namorado José Maria. Mas ao final, muda novamente a versão, reafirmando a primeira:

Juiz: – Sabe de que é acusada? Imputasse-lhe a morte de sua mãe. Que responde a isto?

Acusada: – Que fui eu só que a matei. (Sinais de horror na audiência e nas galerias).

Juiz: – E por que perpetrhou tão horrível crime?
Acusada: – Por causa de José Maria.
Juiz: – Quem é esse José Maria, e que relações tinha com ele?
Acusada: – Encontrei-o na rua, falei com ele duas vezes.
Juiz: – Quando principiaram essas relações?
Acusada: – Há quatorze meses.
Juiz: – José Maria ia a sua casa?
Acusada: – Todas as semanas. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 48-49).

Em outro momento,

Tendo acabado os debates, o sr. Juiz perguntou à acusada se tinha mais alguma coisa a alegar em sua defesa. E a acusada disse que sim.
Juiz: – Pode dizer.
Acusada: – Quem matou minha mãe, foi o José Maria.
Juiz: – Quem é esse José Maria?
Acusada: – É um homem da outra banda, que venda na praça: ia muitas vezes a minha casa, e tinha questões com minha mãe, porque lhe tinha pedido metade da herança, e como ela recusasse, *na manhã do dia 12* deu-lhe uma facada com que a matou, e safou-se.
Juiz: – Essa é a história que vossemecê me contou no princípio, e que está em contradição com o que já declarou depois, e hoje mesmo no tribunal.
Acusada: – O José Maria foi quem a matou, e eu esquartejei-a; levando ele parte do dinheiro que eu tinha num pé de meia, prometendo depois dar-mo.
(CASTELO BRANCO, 1991, p. 55 – grifo nosso)

Na terceira edição, a acusada afirma que o assassinato ocorreu no dia 12; na primeira versão, como mostramos anteriormente, o narrador afirma que foi no dia 11. Sobre as divergências entre as edições, é preciso considerar ainda que, na primeira, o narrador é um mendigo que tem voz onisciente e tece diversos comentários moralizantes na narrativa, visando chamar a atenção das famílias para evitar casos como aquele:

Pais de família! O que escreveu estas linhas com o seu pouco saber talvez vos terá ido à porta mendigar as migalhas da vossa mesa. Deus Nossa Senhor Jesus Cristo permita que eu possa levar a compaixão ao coração dos que me lerem, que eu desgraçado pecador fico pedindo a Deus pela alma daquelas infelizes mãe e filha. (CASTELO BRANCO, 1991, p. 6)

Já na terceira edição, a voz do mendigo desaparece e a narração é feita em terceira pessoa, por um narrador onisciente, mas menos intruso que o primeiro, o que denota uma maior objetividade e imparcialidade do discurso. Essas características são essenciais à prática do jornalismo informativo. A notícia publicada em *Revolução de Setembro*, citada anteriormente, no entanto, não é totalmente imparcial, o que fica expresso pelo uso do adjetivo “horroroso”, que caracteriza o substantivo “caso” (“Descobriu-se a noite passada um *caso horroroso* [...]” [CABRAL *apud* BAPTISTA, 2012, p.

110, grifo nosso]) e expressa um juízo de valor, algo condenado no jornalismo informativo, do qual a notícia faz parte, mas admitido no opinativo, o qual inclui, por exemplo, os artigos de opinião.

Reiteramos que o jornalismo na primeira metade do século XIX se encontrava estritamente apoiado na literatura e na opinião, sendo que a notícia não apresentava a estruturação atual, vinculada ao jornalismo informativo. Logo, a notícia em questão não apresenta incoerências quanto ao modo como é apresentada, visto que se adequa ao discurso do período. O que podemos afirmar, no entanto, é que, ao contrário da narrativa camiliana, não há uma grande interferência por parte do redator, que se limita a relatar os fatos.

Sobre o folheto, por fim, podemos entender a modificação do discurso que ocorre entre as duas edições sob duas óticas: primeiramente, com o objetivo de conferir maior veracidade à história, reduzindo a interferência do narrador; e em segundo lugar, também poderia haver o objetivo de aumentar as vendas do folheto, visto que na terceira edição a narrativa sobre o assassinato se reduz a oito páginas – na versão publicada pelas Editoras Loyola e Giordano –, sendo as 17 restantes referentes ao julgamento. Logo, podemos entender que Camilo procura atrair os leitores para esclarecer o que teria acontecido no tribunal, já que, dada a repercussão do caso, supõe-se que os detalhes do homicídio já eram conhecidos.

Seja por uma ou por outra intenção, e diante da análise desenvolvida sobre a narrativa e a notícia, o que fica claro é que *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* não pode ser concebida como notícia, mas, sim, como ficção, tese sustentada por Baptista:

Mesmo que a dita Maria José fosse a verdadeira assassina de sua mãe, o folheto continuaria uma invenção. Na verdade, o que ele faz é satisfazer a curiosidade pública fornecendo uma espécie de explicação para o crime, garantindo-lhe a veracidade com uma retórica moralizante, mas demonstrando espantosa capacidade de penetrar portas adentro e saber tudo o que lá se passa sem qualquer obstáculo. (2012, p. 113)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos nos questionar se o fato de haver contradições entre a primeira edição e a terceira de *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* não decorreria da hipótese de a própria investigação mostrar fatos divergentes ao longo do processo, o que é comum. Os romances policiais, que lembram o folheto camiliano, inclusive, remetem a esse recurso: levar o leitor a acreditar que o crime foi cometido por “A”, quando na verdade foi cometido por “B”. Fazer o leitor acreditar que a cena do crime estava montada de um jeito, quando na realidade estava de outro. Na vida real, a investigação de crimes também nem sempre é simples e rápida. Contudo, a diferença essencial entre o discurso literário e o jornalístico reside no fato de que o jornalista, enquanto profissional de comunicação, está submetido a um código deontológico que o compromete com a divulgação da verdade. Sendo assim, o jornalista assume esse compromisso com a sociedade e é responsável por aquilo que divulga. Quando um crime ainda não foi ao tribunal, devem-se considerar os envolvidos como

suspeitos, não como acusados. Qualquer modificação das versões dos fatos deve ser comunicada ao público, que tem o direito de receber a informação precisa e correta. Logo, informações com erros devem ser corrigidas e divulgadas de forma adequada.

Na ficção, ao contrário, não há qualquer obrigação com a verdade. Devemos considerar essas tentativas de representação da realidade como interpretações subjetivas, e que, portanto, apresentam as versões de um fato a partir de um determinado viés. É por essa razão que livros de diferentes autores, ou filmes de diferentes diretores, que se baseiam em um determinado fato histórico, podem ter interpretações diferentes sobre o assunto. Isso não significa que um ou outro está mais próximo da realidade, mas que ambos apresentam uma verossimilhança, carregada com sua própria interpretação. Esse pode ser o motivo para que certas incoerências narrativas, como as encontradas em *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* não sejam suficientes para rebaixar o escritor Camilo Castelo Branco do posto de um dos grandes nomes da Literatura Oitocentista de Portugal.

REFERÊNCIAS

- ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi (1998). “Teoria da narrativa: posições do narrador”. *Jornal de Psicanálise do Instituto de Psicanálise - SBPSP*, 31(57), 9-43.
- BAPTISTA, Abel Barros (2012). *Futilidade da novela: a revolução romanesca de Camilo Castelo Branco*. Campinas: Ed. Unicamp.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1991). “Maria, não me mates, que sou tua mãe!”; “Matricídio sem exemplo”. In: _____. *Maria, não me mates, que sou tua mãe!; O Cego de Landim*. São Paulo: Edições Loyola; Editora Giordano, 1991. p. 1-59.
- CASTRO, Andréa Trench de (2012). *O romance-folhetim de Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós*. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, Cristina (2002). *Ficção, Comunicação e Mídias*. São Paulo: Senac. E-book.
- COSTELLA, Antonio F. (2002). *Comunicação – do grito ao satélite: história dos meios de comunicação*. 5. ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira.
- FRANCO JUNIOR, Arnaldo (2009). “Operadores de leitura da narrativa”. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Orgs.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: EDUEM, v. 1. p. 33-58.
- LAGE, Nilson (2008). *A reportagem – teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record.
- _____ (2006). *Estrutura da notícia*. 6. ed. São Paulo: Ática.

LISBOA, Fátima Sebastiana Gomes (2011). “‘Os Mistérios de Lisboa’ uma *mise en abîme*: ‘literatura menor’, cinema e televisão”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh: 50 anos*, São Paulo. In: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307966878_ARQUIVO_OsMisteriosdeLisboa.Textocorrigido.pdf. Acesso em 10 dez. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro (2000). *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores.

PENA, Felipe (2006). “O jornalismo literário como gênero e conceito”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Brasília. In: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/77311256385591019479200175658222289602.pdf>. Acesso em 12 dez. 2019.

PINTO, Maria Isaura Rodrigues (2009). “O cordel do Brasil e o cordel de Portugal: possíveis diálogos”. *SOLETRAS*, Rio de Janeiro, 18, 117-132.

RAMOS, Ana Margarida (2008). *Os monstros na literatura de cordel portuguesa do século XVIII*. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Aveiro, Aveiro.

RAMOS, Rui (2007). “Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo”. *Linguagem em (Dis)Curso*, 7(1), 45-70.

SOUSA, Maria Leonor Machado de (1979). *O ‘Horror’ na Literatura Portuguesa*. Amadora: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura Portuguesa.

SOUSA, Moizeis Sobreira de (2017). “As conexões entre a literatura de cordel setecentista e a ascensão do romance em Portugal no século XIX”. *Navegações – Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*, 10(2), 172-177.

TENGARRINHA, José Manuel (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Caminho.

Letícia de Freitas Greco

Pós-Graduada em Comunicação Contemporânea e Relações Públicas pela UNIARA. Mestranda da UNESP, campus de São José do Rio Preto. Desenvolve pesquisa de Mestrado sobre a imprensa na obra de Camilo Castelo Branco. É membro do Grupo de Pesquisa Camilo Castelo Branco, certificado pelo CNPq. Áreas de interesse: Camilo Castelo Branco; narrativa portuguesa; imprensa; século XIX. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3171394475921532>.
E-mail: leticiadfg@gmail.com

Luciene Marie Pavanelo

Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela USP. Professora da UNESP, campus de São José do Rio Preto. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da UNESP. É líder do Grupo de Pesquisa Camilo Castelo Branco e membro do Grupo Eça, ambos certificados pelo CNPq. E-mail: lucienemp@gmail.com

Recebido em 10/01/2022.

Aceito em 10/03/2022.

**A ESCRITA DO CÁRCERE: A VERTENTE
TESTEMUNHAL EM *CONFISSÕES DE UM HOMEM
LIVRE*, DE LUIZ ALBERTO MENDES**

***THE WRITING OF THE PRISON: THE ASPECT OF
TESTIMONY IN CONFISSÕES DE UM HOMEM LIVRE,
BY LUIZ ALBERTO MENDES***

Ana Paula Franco Nobile Brandileone

Beatriz da Silva Massari

UENP

Resumo: Considerando que a produção ficcional brasileira contemporânea tem se voltado para a representação de alguns grupos sociais silenciados, como mulheres, pobres, negros, indígenas, (ex)presidiários, deficientes físicos, entre outros, é que este artigo tem por objetivo investigar como se constrói a representação do sujeito em situação de cárcere no romance *Confissões de um homem livre*, de Luiz Alberto Mendes, sob o viés testemunhal. No que tange aos resultados obtidos com a presente análise, que se deu sob à luz dos estudos de Moreiras (2001), Selligmann-Silva (2003; 2007; 2018), Guinzburg (2011), Salgueiro (2012; 2015), Penna (2013), entre outros estudiosos, foi possível constatar que a relação entre a escrita do cárcere e a vertente do testemunho se dá a partir de alguns traços configuradores, como o registro em primeira pessoa, o compromisso com a verdade e a lembrança, a resistência, a representação de um evento coletivo e a condição de minoridade.

Palavras-chave: Escrita do cárcere; Literatura de Testemunho; *Confissões de um homem livre*; Luiz Alberto Mendes.

Abstract: Considering that the contemporary Brazilian fictional production has focused on the representation of some silenced social groups, such as women, poor, black, indigenous, (ex) prisoners, disabled people, among others, this article aims to investigate how the representation of the subject in prison situation is built in the novel *Confissões de um homem livre*, by Luiz Alberto Mendes, under the testimonial bias. Regarding the results obtained with this analysis, which took place under the light of bibliographic studies, with content analysis, of Moreiras (2001), Selligmann-Silva (2003; 2007; 2018), Guinzburg (2011), Salgueiro (2012; 2015), Penna (2013), among others, it was possible to determine that the relationship between prison writing and the aspect of testimony comes from some configurative traits, such as the first person register; the commitment to truth and remembrance, the resistance, the representation of a collective event and the condition of minority.

Keywords: Prison writing; Testimonial literature; *Confissões de um homem livre*; Luiz Alberto Mendes.

1 LITERATURA DE TESTEMUNHO: PONTO DE PARTIDA

A escrita de testemunho é, em linhas gerais, o relato de um acontecimento que marcou a vida de uma testemunha, e pode ser figurada de três modos, segundo Salgueiro (2012): ser aquela que viveu a experiência e, portanto, sobrevivente, denominada de supérstite (*superstes*); a que presenciou, que viu, que “testemunhou”, o testis (*tertis*), e a testemunha solidária, que surgiu com o aprofundamento dos estudos de testemunho. Segundo Gagnebin:

[...] testemunha não é somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. O testemunho, por excelência, é feito/dado/produzido/elaborado pelo sobrevivente. Há, igualmente, os testemunhos de terceiros e de solidários (GAGNEBIN, 2006, p.57 apud SALGUEIRO, 2012, p.285).

Desse modo, o testemunho pode ser feito/dado/produzido/elaborado pelo sobrevivente, pelo testemunho de terceiros e/ou de solidários. Entretanto, para Salgueiro (2012, p. 285), o registro testemunhal, por excelência, é aquele formulado pelo *superstes*.

Para Seligmann-Silva (2018, p.79), o testemunho não pode ser confundido com o gênero autobiográfico ou com a historiografia, apesar de se juntar à história no seu trabalho de colher os traços do passado. Não obstante essa particularidade que aproxima o testemunho da historiografia, o testemunho possui um modo totalmente diverso de se relacionar com o passado, seja porque sua tese central se firma na necessidade de se partir do presente para a elaboração do registro testemunhal, seja porque a concepção linear do presente é substituída por uma concepção topográfica, fundada na memória: “Ao invés de visar uma representação do passado, a literatura de testemunho tem em mira a sua construção a partir de um presente” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p.79).

Considerando que, segundo Guinzburg (2011, p.23), na escrita do testemunho o leitor entra em contato com o sofrimento e seus fundamentos, muitas vezes obscuros e repugnantes, é que o Shoah, que se enquadra entre os testemunhos germânicos, configura um dos eventos mais catastróficos da história da humanidade, sobretudo para os sobreviventes. Por isso, “[...] mais do que qualquer fato histórico, do ponto de vista das vítimas e das pessoas nele envolvidas, ele não se deixa reduzir em termos do discurso” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 83). Isso porque as palavras são incapazes de expressar as marcas profundas deixadas por essas catástrofes, cujas imagens insistem em voltar à memória dos indivíduos envolvidos.

A impossibilidade de (re)apresentação do fato vivido, “[...] que não possui aparato linguístico e conceitual à altura da intensidade do evento [...]” (LILENBAUM, 2007, p. 140), é

um dos desdobramentos do trauma, e tem forte presença na escrita testemunhal. Para Seligmann-Silva (2018, p.69), o trauma é uma ferida psicológica responsável por destruir, em algumas regiões anímicas, a capacidade de distinguir entre a realidade e a fantasia, causando conflitos e confusões na memória da vítima, o que leva as imagens do passado resistirem à representação. Por provocar uma fixação psíquica das cenas de violência e opressão, o trauma, por outro lado, figura essas imagens de forma fragmentada, tornando-as incoerente, e incapazes de serem expostas de forma literal; aspectos que inscrevem o testemunho de cunho germânico sob a perspectiva da literalização e da fragmentação.

A literalização, desse modo, define-se pela impossibilidade de traduzir em imagens e/ou metáforas o vivido que, sob o viés da Psicanálise, tem relação com a imagem do desastre que, constantemente, vem à tona, como um passado que não passa, já que é atualizado freneticamente no presente, instaurando, segundo Salgueiro (2015, p.121), o trauma. Também Primo Levi (1947), ao escrever seu primeiro livro, intitulado *É isto um homem?*, observou a impotência das palavras diante da tarefa do testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 78), uma vez que o peso e a angústia persistem mesmo após o relato. Já a fragmentação tem a ver com a incapacidade da testemunha de construir uma sequência contínua das imagens da experiência vivida, daí o rompimento com a exposição linear dos acontecimentos. Nessa perspectiva, o testemunho figura a tentativa de tentar reunir os fragmentos dando sentido a eles (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 85).

Nesse cenário, o testemunho apresenta-se ao sobrevivente – testemunha primária – como saída para se livrar das imagens aterrorizadoras que, mesmo fazendo parte de um passado, por vezes longínquo, atualizam-se no presente. A necessidade de narrar o que viveu é, portanto, subterfúgio para se libertar do peso de ser sobrevivente e da memória do passado; ainda que, conforme se assinalou, a ferida não fecha. Assim, a escrita de testemunho é, ainda, “[...] dívida de memória para com os que morreram; [...] como um ato de denúncia; [...] como um legado para as gerações futuras; e, finalmente, [...] como um gesto humanitário na medida em que o testemunho serviria como uma memória do mal” (SELLIGMANN-SILVA, 2003, p.126). Desse modo, o relato desses sobreviventes cumpre um papel de justiça histórica e, ao mesmo tempo, tentativa de passar a limpo esse passado traumático.

Exemplo dessa categoria de relato são os advindos da América Latina, como é o caso de *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência*, escrito pela antropóloga Elizabeth Burgos-Debray (1983), que colheu o depoimento da índia guatema do grupo Quiché-Maia, Rigoberta Menchú, sobre as condições insalubres de trabalho em plantação de café, levando a óbito irmãos e amigos. Para Penna (2013a, p. 105), obras como essa são uma forma; de discutir em escala mundial; sobre a viabilidade de uma “compensação” para os povos que sofreram injustiças históricas nas mãos de grandes potências, em nome do progresso da humanidade. No Brasil, sobressaem-se registros dos períodos ditoriais. Entre os livros que se relacionam aos 21 anos da ditadura militar (de 1964 a 1985) e aos 10 anos do AI-5 (de 1968 a 1978), pode-se citar os livros *Os carbonários*, de Alfredo Syrkis (1980), *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1996) e *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles (1998). Também ganha destaque *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares,

publicado em 1999, que conta a vivência do próprio autor, trazendo detalhes de sua tortura e exílio. Há, ainda, a literatura escrita por presos ou ex-presos, que compõe o painel do testemunho carcerário brasileiro recente; discussão do próximo tópico.

No que se refere à produção literária escrita sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, são muitos os relatos que retratam experiências decorrentes de genocídios e massacres ocorridos, na maioria das vezes, nos campos de concentrações. Entre eles está *O diário de Anne Frank*, lançado em 1947, que descreve as angústias e a vida cotidiana dos moradores do chamado Anexo Secreto; local no qual Anne e sua família se esconderam da perseguição nazista. Das experiências vinculadas às perseguições nazistas, pode-se também mencionar *O diário de Helga*, de 2013. Relato escrito pela protagonista, parte dele redigido ainda durante o período em que esteve no campo de concentração e, a outra, após o término da guerra.

Nessa perspectiva, a escrita de testemunho inscreve-se também sob a tônica da resistência, pois se espera que a traumática experiência seja vingada por meio da palavra (LILENBAUM, 2007, p. 141), pondo à mostra o tratamento desumano perpetrado às vítimas do Holocausto, de regimes totalitaristas, a (ex)presidiários e a certos grupos sociais, raciais e/ou étnicos etc. e, assim, coibir novas arbitrariedades. Nesse sentido, o relato testemunhal se dá na sutil fronteira entre a estética e a ética, dada a discussão configurada em torno dos direitos humanos e da luta por justiça.

Considerando o testemunho como uma enunciação posicionada em um campo social marcado por conflitos (GUINZBURG, 2011, p. 20), é que o *testimonio*, assim denominado em países de língua espanhola, assumiu o viés da luta de classes, já que a obtenção do testemunho objetiva granjear justiça e dar voz ao marginalizado, que então passa a falar e a escrever por si próprio, tornando-se, na maioria das vezes, agente de sua própria história. Nesse contexto é que, embora associado a uma condição individual, o testemunho remete a uma vivência essencialmente coletiva: “A voz que fala no testemunho [...] é metonimicamente representativa do grupo pelo qual fala” (MOREIRAS, 2001, p.256). Dessa forma, ainda que o registro seja realizado em primeira pessoa, a testemunha é porta-voz de uma experiência de determinado grupo, daí o alcance coletivo da escrita de testemunho.

2 ESTAÇÃO CARANDIRU E ALGUMAS OBRAS EM TORNO DA REPRESENTAÇÃO CARCERÁRIA

O massacre na Casa de Detenção de São Paulo, conhecido como o massacre do Carandiru, ocorreu em 2 de outubro de 1992, e é resultado da invasão da Polícia Militar, que tinha por objetivo controlar a rebelião no pavilhão 9. A invasão levou à morte 111 presos, o que acena para o uso de excessivo de força e violência. Nos bastidores, para Penna (2013b, p.138), a invasão assume forte conotação política, já que no dia seguinte ao massacre em São Paulo haveria eleições municipais. Antes desse extermínio, houve outras manifestações de violência operadas pela ação da Polícia Militar, como o dos grupos da guerrilha no Uruguaia, o assassinato de prisioneiros políticos durante o regime militar, o massacre de meninos na Candelária ou de Vigário de Geral, em 1993. Mas, em

nenhuma deles, houve sobreviventes que pudessem contar a sua versão da história; exceto no massacre do Carandiru:

[...] alguns presos sobreviveram, e, sobreviventes, decidiram ou se viram forçados a ainda prestar testemunho sobre o ocorrido. É a proliferação de relatos sobre o massacre de Carandiru que o torna um acontecimento único na história recente da violência urbana brasileira. (PENNA, 2013b, p.140)

Entre os inúmeros registros desse massacre, ganha destaque as instalações artísticas de Nuno Ramos (1993), *111*, e de Lygia Pape (2001), *Carandiru*, bem como a canção “Diário de um detento”, dos Racionais Mcs. *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (1999), é, no entanto, o primeiro registro testemunhal. Grande parte do livro é composto por vinhetas sobre a vida dos presos, decorrente dos 10 anos que trabalhou como médico voluntário na prisão, sendo que os três últimos capítulos são um relato do massacre, contado sob a perspectiva de um preso sobrevivente. O livro foi adaptado para o cinema em 2003 e tornou-se sucesso de bilheteria e, em 2005, também sob a batuta de Hector Babenco, foi adaptado para televisão em uma série de 12 episódios, intitulada *Carandiru, outras histórias*.

Na esteira do livro de Varella foram publicados vários outros relatos prisionais, os quais, pela enunciação dos próprios presos, promovem a subjetivação da população carcerária. Entre os diversos títulos publicados estão *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes (2001); *Diário de um detento*: o livro, de Jocenir (2001); *Letras de liberdade*, coletânea de contos com 15 histórias escritas pelos próprios detentos, de 2001; *Enjaulado*: o amargo relato de um condenado pelo sistema penal, de Pedro Paulo Negrini (2002). Um dos autores de *Letras de Liberdade*, Humberto Rodrigues, também lançou em 2001, *Vidas do Carandiru*: histórias reais. Ocupando o mesmo nicho editorial, inscreve-se *Cela forte mulher*, publicado em 2003, que põe à mostra o relato do jornalista Antônio Carlos Prado, - voluntário em presídios por vários anos -, sobre mulheres presas. Em 2002, Bruno Zeni, a partir das cartas e das letras de *rap* escritas na prisão, bem como depoimento de quatro horas concedido por André du Rap, outro sobrevivente do massacre Carandiru, publicou *Sobrevivente André Du Rap*. Na mesma chave de leitura, encontra-se *Pavilhão 9*, escrito por Hosmany Ramos, que atuou como “tradutor” da memória de um sobrevivente do Carandiru, Milton Marques Viana.

Nesse contexto, Penna afirma que “É enquanto tradução de uma escrita ativa que o testemunho deve ser, antes de mais nada entendido” (2013a, p.150). Reconhece, porém, que há obras testemunhais que não se estabelecem pela parceria entre o sobrevivente e alguém que transcreve ou traduz o testemunho oral que lhe foi prestado, como é o caso de *Memórias de um sobrevivente*. Já Salgueiro (2012), conforme anteriormente apresentado, considera que o testemunho pode ser feito/dado/produzido/elaborado pelo sobrevivente (superstes), pelo testemunho de terceiros (terstis) e/ou por solidários; ainda que considere a escrita formulada pelo sobrevivente como o registro testemunhal modelo. É este o caso da trilogia escrita por Luiz Alberto Mendes, composta por *Memórias de um sobrevivente* (2001), *Às cegas* (2005) e o último volume, *Confissões de um homem livre* (2015); este último livro objeto de reflexão deste artigo.

A primeira obra da trilogia de Mendes, *Memórias de um sobrevivente*, foi escrita em 2001 quando o escritor estava na prisão, e é composta por histórias de sua infância até seus primeiros anos de encarceramento, datados da década de 1960 a 1970. Aos dez anos de idade Mendes já praticava furtos em casa e, por isso, [...] já era um ladrãozinho bastante bem-sucedido e oportunista” (MENDES, 2001, p. 31). Aos doze anos fugiu de casa, conhecendo o mundo e seus prazeres. Frequentou a Fundação Pró-Menor (FEBEM), onde foi brutalizado e, frequentemente, assediado. Mais tarde, cometeu um assassinato que o condenou a 100 anos de prisão. A partir de então é que Luiz Alberto, com 19 anos, sofre, na cadeia, abuso das autoridades policiais e dos colegas de cela. Na prisão, conheceu Luiz Henrique, que o aproximou dos livros e da escrita. Arrependido da vida do crime, passou “[...] a valorizar livros, a querer conhecê-los todos. Agora ansiava sair do castigo para começar a ler aquelas histórias de que ele falava. Era poeta, e eu também quis ser poeta” (MENDES, 2001, p.380). Atraído pelo desejo de um recomeço, o protagonista modifica a sua visão de mundo.

A segunda obra, *As cegas*, foi lançada em 2005, e acompanha o período de quando Luiz Alberto Mendes foi aprovado no vestibular de direito em uma universidade pública, bem como seus primeiros escritos. Ao longo da narrativa, o narrador protagonista aponta para as dificuldades enfrentadas para conseguir uma segunda chance na vida, e conta como o trabalho solidário com doentes terminais de AIDS, junto com a produção literária, trouxe-lhe paz e esperança: “Vivi, e num mundo de homens estilhaçados. O medo permeava, e tinha cheiro de flores molhadas, surdamente pisadas à porta de cemitérios. Mas mesmo assim existi, e com intensidade. A cada momento signifiquei de alguma maneira” (MENDES, 2005, p. 356).

A obra que encerra a trilogia, *Confissões de um homem livre*, foi escrita em 2015, quando o escritor já estava desfrutando de sua liberdade, e trata dos seus últimos 10 anos na prisão, colocando em pauta as relações amorosas, os filhos e a paixão pela literatura. No decorrer da narrativa, Mendes narra como obteve a publicação de seu primeiro livro, os projetos dentro da cadeia, as barreiras enfrentadas para concretizar essas realizações, os colegas que o prejudicaram, os sofrimentos físicos e psicológicos, os quais o forçaram a ficar sempre na condição de defesa.

Considerando que as obras acima destacadas trazem à tona a discussão sobre o sistema prisional brasileiro, as quais são a expressão de sujeitos até então sem voz e sem vez, já que grupo histórico e socialmente marginalizado, é que este artigo tem por objetivo analisar como se dá a construção da representação do sujeito em situação de cárcere no romance *Confissões de um homem livre*, de Luiz Alberto Mendes, a partir das especificidades que configuram a escrita de testemunho.

3 CONFISSÕES DE UM HOMEM LIVRE: A ESCRITA DO CÁRCERE

Antes, entretanto, de passar propriamente à análise do romance sob a perspectiva do caráter testemunhal, a seguir breves considerações sobre a vida e a produção literária do autor. Luiz Alberto Mendes nasceu em São Paulo, em 1952, no bairro de Vila Maria. Desde pequeno viveu em um ambiente opressor, cujo pai alcoólatra agredia-o constantemente. A revolta contra o pai e o desejo

por liberdade, levaram-no a cometer pequenos furtos aos 7 anos de idade. Aos 11 anos fugiu de casa e, aos 12 anos, envolveu-se em um crime que o levou para reformatórios, onde foi abusado por meninos maiores. Aos 19 anos foi condenado a 30 anos de prisão e, depois, a 78 anos, por assassinar um detento que tentou estuprá-lo; anos que foram cumpridos em várias penitenciárias do Estado de São Paulo.

Luiz foi autodidata e conheceu os livros por um vizinho de cela, quando foi transferido para a Penitenciária do Estado de São Paulo; depois do homicídio praticado já na prisão. Foi, então, que passou a se interessar pela leitura, pela escrita e pelos estudos. Entusiasmado com a possibilidade de mudar de vida, prestou vestibular na PUC, passando em 1º lugar no curso de Direito que, entretanto, não cursou por não suportar a pressão de ser estudante e, ao mesmo tempo, presidiário (MENDES, 2014a). Mais tarde, fugiu da prisão e voltou a praticar roubos, sendo recapturado depois de algum tempo. No decorrer de sua vida prisional, o autor se envolveu em vários projetos, como “Talentos aprisionados”, com Sophia Bissiliat. Atuou também como professor e, mais tarde, como coordenador na escola prisional, tendo a sua pena diminuída. Ao todo, Luiz Alberto Mendes cumpriu 31 anos de prisão e, após a liberdade, tornou-se colunista da *Revista TRIP*, escrevendo sobre suas experiências de vida e de cárcere. Além da trilogia mencionada, também publicou *Tesão e Prazer*, pela Editora Geração Editorial, em 2004; *Cela forte*, pela Global, em 2012, e *Desconforto*, em 2016, publicado pela Editora Reformatório, seguido de publicações de contos e crônicas. Realizou inúmeras palestras e entrevistas, bem como oficinas para penitenciárias de São Paulo. Depois de 12 anos livre, morreu em 8 de abril de 2020, em decorrência de um aneurisma.

Na obra *Confissões de um homem livre*, matéria de análise deste artigo, o autor trata de seus últimos 10 anos na prisão, destacando momentos decisivos para sua vida, sendo um deles a motivação para sair do mundo do crime. Primeiramente, o narrador conta sobre o regime semiaberto e sobre Magda, a mulher que Mendes amava, mas que o deixou. Depois narra acontecimentos envolvendo Irismar, a futura mãe de seus filhos, que foi grande companheira para Dona Eida, mãe do autor. Após Magda o abandonar e com direito ao regime semiaberto, o escritor começou a trabalhar na fábrica Amplimatic, onde descobriu seu gosto por tarefas manuais. Por isso, todos os dias saia do presídio de Tremembé em direção a São José dos Campos. Sentindo-se livre novamente, volta a fazer uso de droga no intervalo do ofício e o envolvimento íntimo com colegas no ambiente de trabalho acaba resultando em transferências para outras empresas. Quando, porém, forma a sua família, afasta-se, por um tempo, de todas as situações que poderiam ser prejudiciais para seu trabalho e sua liberdade. Certa vez, quando voltava de uma das suas saídas temporárias, uma situação inesperada coloca a sua vida de cabeça para baixo. No dia 12 de maio de 1995, ele e os demais presidiários foram surpreendidos por uma invasão policial no trem que os levava de volta para o presídio de Franco da Rocha. Desesperado e com medo de ser posto em regime fechado novamente, pula do vagão. Sem dinheiro para sustentar a família, começa a cometer pequenos furtos até se envolver em um assalto, que o leva novamente à prisão. Ainda na prisão participa de projetos culturais e conhece Fernando Bonassi, escritor que o estimula a publicar o livro que daria início à trilogia. O seu relato é atravessado pela relevância da educação que, mediada pelos livros e

pela escrita, motiva-o a seguir em frente e desejar um novo sentir e estar no mundo.

A obra em estudo pode ser lida sob o viés testemunhal, dados os elementos configuradores da escrita de testemunho. De caráter memorialístico, o romance assume forte teor autobiográfico, já que o narrador é, em última instância, o autor, que recompõe o seu passado. É sob este aspecto que a obra apresenta uma das características marcantes da literatura de testemunho, que é o compromisso com a verdade e com a lembrança. Em entrevista concedida ao Instituto Ecofuturo, Mendes afirma que escrever foi a saída que encontrou para “pôr para fora” os abusos psicológicos e físicos sofridos dentro da prisão, comprovando que suas obras são escritas a partir da sua experiência de vida: “[...] o que eu sei fazer [...] é escrever [...] se o preso não pode falar dos seus problemas e das suas situações [...] que ele escreva, porque a única coisa que ele pode fazer é escrever” (MENDES, 2011). Também em entrevista para o canal TV Senado, Mendes parafraseia palavras de Graciliano Ramos, para quem a palavra foi feita para dizer e não para enfeitar: “Eu tento essa mágica, escrever pra dizer, colocar as coisas como elas são na sua mais profunda base” (MENDES, 2014b). Depoimento que deixa à mostra a frágil fronteira entre a ficção e a realidade nas suas obras.

Assim, ainda que o livro esteja, em parte, alicerçado em fatos vivenciados, não se obriga a figurar a realidade tal como ela ocorreu, pois é antes de tudo ficção; aspecto que encontra ressonância nas considerações de Seligmann-Silva (2007a), para o qual o teor testemunhal não pode ser concebido como um registro do “fato como ele foi”:

Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “teor testemunhal” que marca toda a obra literária [...] esse teor indica diversas modalidades de relação metonímia entre o “real” e a escritura. Em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta na chave pelo romance realista naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação (SELIGMANN-SILVA, 2007a)¹.

Esse caráter fronteiriço entre autobiografia e romance, entre ficção e não ficção, está expresso em diversas situações narrativas. Um exemplo é quando o personagem recebe a notícia de que já teria cumprido sua pena e vai conversar com o diretor do setor da inclusão:

Funcionários cheios de vontade de bater em mim me rodearam. Eles me ameaçavam e eu reagia desafiando-os [...]. Quando o diretor de plantão chegou, fiz um esforço para me segurar e expliquei. O chefe da inclusão e os guardas quiseram bloquear a minha fala. Levantei a voz. [...] O diretor de plantão pegou o meu alvará e, sem explicar nada para os guardas, me entregou o documento. Com todos me olhando li em voz alta. O juiz extinguira as minhas penas com base no artigo 75 do Código Penal. Era a lei segundo a qual ninguém cumpre mais de trinta anos de prisão no Brasil (MENDES, 2015, p. 409).

1. O artigo não possui paginação.

Apesar da vertente ficcional da obra, o excerto acima sinaliza para uma referência que pode ser comprovada pelo código penal brasileiro, o que sinaliza para uma possibilidade (in) esperada do real.

Na esteira do traço anteriormente apresentado, outro elemento configurador da escrita de testemunho, segundo Selligman-Silva (2003; 2018), é o registro na narrativa em primeira pessoa, como é possível verificar no trecho a seguir: “Vários amigos quiseram me dar droga para vender. Rejeitei” (MENDES, 2015, p. 208). Ou ainda: “O remorso estava me matando, aquela situação era culpa minha” (MENDES, 2015, p. 117). Em ambos os excertos, verifica-se o emprego da primeira pessoa do singular, demonstrada pela conjugação verbal e pelos usos do pronome pessoal (caso oblíquo) e possessivo – “rejeitei”, “me” e “minha” -, o que implica em uma narração pautada em uma situação individual, que destaca a voz de um personagem masculino que conta uma história atualizada através da memória. Narrando de um centro fixo, limitado quase que exclusivamente às suas percepções, pensamentos e sentimentos, o narrador protagonista faz descontinar as suas impressões a respeito do que vivenciou, como as agressões físicas e psicológicas sofridas durante seus últimos dez anos na prisão, a invasão das tropas policiais na delegacia durante uma tentativa de fuga dos presos: “Completamente enlouquecidos, atacaram com brutalidade, como animais selvagens. Foi terrível. Levei paulada até na sombra. Gritava a cada vez que me acertavam e mergulhava no meio dos parceiros que apanhavam comigo” (MENDES, 2015, p. 157). Ou, ainda, quando é ameaçado psologicamente pelo diretor do pavilhão 4: “O diretor deixou claro que não gostava da minha presença ali. Veio com ameaças e garantiu que faria tudo para acabar com aquela minha ‘regalia’” (MENDES, 2015, p. 202); o que se concretiza depois:

Certo dia, quando eu chegava para trabalhar, o guarda do portão me conduziu ao diretor do pavilhão. O homem quase esfregou na minha cara a portaria baixada pelo diretor penal. Estava proibida a entrada de presos que não morava naquele setor. Ele conseguira (MENDES, 2015, p. 209).

Outro exemplo de violência psicológica pode ser ilustrado quando Luiz entra no pavilhão 8 para dar aula e encontra o rapaz para quem havia negado, tempos antes, a venda de drogas: “Ao me alcançar, fez ameaças. Caso me pegasse ali, iria me fazer passar mal. Eu sabia que ele estava envolvido em quase todas as mortes no pavilhão 8” (MENDES, 2015, p. 234). Também quando ele e outros presos são culpados pela fuga de um colega de cela e de trabalho: “Quando voltamos à prisão, os policiais tentaram nos culpar. Ameaçaram nos mandar de volta para o regime fechado” (MENDES, 2015, p. 68).

Este conjunto de acontecimentos, que resulta em ferida aberta, é que produz o desejo de enunciação e, portanto, de transformar a experiência em linguagem: “A escrita não é aqui lugar dedicado ao ócio ou ao comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento mais ignóbil e abjeto” (GUINZBURG, 2011, p. 55). Em outras palavras, trata-se de um trauma que é revivido pela presentificação das lembranças; outro elemento configurador da literatura de testemunho e que se inscreve em *Confissões de um homem livre*. Por vezes, os traumas sofridos são tão agudos que se

quer apagar da memória as perdas e toda sorte de padecimentos, já que lembrar é colocar o dedo na ferida:

Quando o ônibus pegou a via Anchieta, abri os olhos. Como era bom estar solto! Olhei a estrada lá fora. Por mais que tentasse driblá-la, logo senti a pressão da memória voltando. Impossível não lembrar – e o que eu lembrava com mais força era exatamente o que eu queria esquecer (MENDES, 2015, p.10).

Não obstante a dor, as mágoas e os conflitos, as lembranças (que se quer esquecer) são trazidas à tona, pois o testemunho é, segundo Selligmann-Silva (2018, p. 85), a tentativa de reunir os fragmentos da memória, dando sentido a eles. Dessa maneira é que, apesar das suas idas e vindas na vida do crime, a sua redenção, que se assenta no estudo e na literatura, é um dos moteis de sua escrita:

Eu digo sempre que os livros me salvaram! E salvam até hoje, porque eu vivo de livros, vivo de escrever, de falar sobre o que escrevo e de ensinar as pessoas a viverem como eu escrevo. É que eu não tenho como ensinar de outro jeito, somente como eu sei. Então, eu vivo disso! (MENDES, 2014a)

Desse modo, o relato testemunhal não se faz no calor da hora, o que obriga ao distanciamento ideológico entre aquele que viveu, o personagem, e o que relata os acontecimentos, o narrador. Isto é, ainda que o indivíduo que narra e o que vivenciou os acontecimentos sejam a mesma pessoa, o narrador se coloca perante o universo diegético, por assim dizer encerrado, na situação de quem conhece a totalidade dos eventos que narra. Daí haver entre eles diferenças e distâncias cavadas pelo decorrer do tempo, o que coloca frente a frente um eu-narrador e um eu-personagem que se apresentam em termos conflituosos, permitindo que o leitor acompanhe os movimentos contraditórios entre o eu do passado e do presente, a partir da consciência desse narrador; aspecto que também concorre para promover a tênue fronteira entre ficção e realidade.

Nessa perspectiva é que o romance em estudo de Luiz Alberto Mendes, escrito fora da prisão, é contado por um narrador (autor) que viveu as experiências e aventuras quando jovem e, a partir dessa vivência, escreve a sua história em uma posição de maturidade. Exemplo disso são os julgamentos que o eu-narrador faz do eu-personagem, como no seguinte trecho: “Chegara menino, aos vinte anos, cheio de ilusões, me achando um grande bandido. Mas, na verdade, era um grande bobalhão. Como havia me custado caro aquela estupidez!” (MENDES, 2015, p. 161). Neste excerto, o narrador expõe o seu arrependimento em relação às infrações cometidas ainda quando rapaz, julgando-se estúpido. O mesmo se dá quando, relembrando o passado, recupera pela memória um assalto que cometera com alguns parceiros de crime a um senhor que saía do banco com uma mala de dinheiro: “Eu cometera um erro grave. Ou melhor, dois. O primeiro foi ter entrado naquele esquema. O segundo foi ter feito o velho descer naquela avenida – onde decerto, ele topava com uma viatura da polícia” (MENDES, 2015, p. 137).

É, então, nesse processo de subjetivação, que se inscreve pela possibilidade de se constituir

como sujeito a partir do acontecimento prisional, que o relato assume espaço de reinvindicação, não apenas de direitos, mas também de denúncia. Para Penna (2013b, p. 159), o foco principal dos relatos prisionais detém-se menos na exposição do crime, da infração, da ilegalidade e mais na narração do processo de brutalização, na aprendizagem resultante das experiências do encarceramento, na denúncia do cotidiano de humilhações, arbitrariedades e violências desmedidas. Desse modo, ainda que as histórias não se abram para o novo ou o insólito - nada que os jornais dedicados ao noticiário do crime e da repressão ao crime, as reportagens televisivas e os veículos da mídia impressa já não tenham apresentado -, o fato desses sujeitos terem se apropriado da voz, do poder de narrar e de ser ouvido mostram um olho, uma sensibilidade de corpo e uma vontade que são diametralmente opostos a quase tudo que usualmente se fala sobre eles.

Nesse contexto é que o testemunho do trauma está carregado do imperativo ético de contar (PENNA, 2013b, p. 143). Não por acaso é que à palavra é concedida o lugar para a luta social, o que coloca o romance como ferramenta de ação e não apenas de realização da arte, já que é veículo de denúncia; traço compositivo da escrita de testemunho, conforme apresentado anteriormente por Salgueiro (2015), e que pode ser exemplificado pelo trecho abaixo:

Sentia que tinha obrigações com os meus ex-companheiros. Lutaria para voltar à prisão, mas com grandes projetos educacionais e culturais. [...] Acreditava que a força da minha história faria diferença. Haveria de construir alguma ideia nova acerca da prisão. Tentaria, de todas as formas conhecidas, combater a cultural criminal predominante nos presídios. [...] O país não podia se dar ao luxo de perder tanto nesse moedor de gente. Livre, eu poderia falar à vontade. Abriria o jogo para a sociedade. O mundo social precisa voltar-se para as prisões. Essas vidas não podem continuar sendo desperdiçadas (MENDES, 2015, p. 418).

Em outros trechos, o narrador protagonista põe à mostra a situação de vulnerabilidade vivida pelos detentos, entregues à própria sorte:

O prédio, deteriorado, estava cheio de buracos, com esgoto a céu aberto. As escadas, muito gastas, mais pareciam rampas. Era preciso cuidado para subir ou descer. [...] Os corredores, agora, eram escuros e decadentes. As paredes estão cheia de gambiarras elétricas, tipo favela. O chão da galeria era todo esburacado. Aquilo parecia uma caverna. [...] E agora a prisão estava entregue ao capricho dos prisioneiros. Tudo ali cheirava a maconha (MENDES, 2015, p. 164).

Ou ainda: “Tudo era muito difícil na prisão. Fôramos abandonados à nossa solidão de concreto, grades, guardas e muralhas” (MENDES, 2015, p. 263). A presença de policiais, diretores e funcionários corruptos nos presídios é outra constante em *Confissões de um homem livre*, como é o caso do “carcereiro limpo”, assim chamado por ajudar os presidiários em fugas e rebeliões: “O carcereiro ‘limpo’ trouxera as brocas. [...]. Aquela delegacia era virgem de fugas, e, com o carcereiro a favor, conseguiríamos escapar” (MENDES, 2015, p. 140). Também diretores de pavilhão são denunciados por cobrarem dinheiro alto aos detentos que viviam em

celas individuais: “Uma cela naquele pavilhão custava bem mais de mil reais, dependendo das circunstâncias. O diretor do pavilhão queria manter a situação e mudar para lá somente quem pagasse mais” (MENDES, 2015, p. 210).

Um outro traço que determina a literatura de testemunho, e que aqui se manifesta, é que o trauma vivenciado, embora associado a uma condição individual, recebe alcance coletivo, a partir do qual não apenas requer resistir, mas, pela rememoração, quer transmitir o que viu e viveu. Assim sendo, Luiz Alberto Mendes se vale da sua memória individual para representar o coletivo, isto é, representar indivíduos que enfrentam conflitos nas prisões de todo país. Sob essa perspectiva, afirma Seligmann-Silva: “O testemunho possui um papel aglutinador de um grupo de pessoas que constroem a sua identidade a partir dessa identificação com essas ‘memórias coletivas’ de perseguições, de mortes e dos sobreviventes” (SELIGMANN-SILVA, 2007b²). Assim, o comprometimento da narrativa com valores coletivos permeia todo o romance, como na citação a seguir em que o narrador, em nome da coletividade, relata o que o presidiário sente em relação à prisão:

Aquela era a região dos desesperados. O preso vê o tempo como algo que o destrói. Encara a vida e o mundo como coisas indiferentes à sua própria existência. É o absurdo de estar na vida e não se sentir vivendo. Isso foi me empurrando para o refúgio das drogas (MENDES, 2015, p. 171).

Outro excerto da obra que representa esse empenho do romance com o grupo é quando trata da moralidade entre os presos e como ela é construída: “Na prisão, a moralidade feudal continuava imperando. Na mente de cada prisioneiro estava incrustada a doutrina do “proceder” — um código fundamentado na força física, no destemor e na busca da honra. Os notáveis alcançavam o respeito” (MENDES, 2015, p. 63-64). Além disso, há relatos que tratam da desumanização sofrida pelos detentos, como no caso das superlotações das celas, figurando a condição deplorável a os presidiários são submetidos nas prisões do país.: “As celas transformaram em depósitos comprimidos de pessoas. É um crime contra a humanidade colocar seres humanos nessas condições” (MENDES, 2015, p.149), Não por acaso, segundo defende Jaime Guinzburg:

O testemunho pede a elaboração de um novo conceito de representação, ligado ao estabelecimento de identidades políticas. É necessário diferenciar narrativas que postulam uma experiência “individual e particular”, na autobiografia tradicional, e a formação de uma subjetividade coletiva de testemunho (2012, p. 27).

Associado a esta dimensão coletiva da literatura de testemunho está a alterização, que se relaciona com “[...] a relação entre aquele que morreu e o sobrevivente que narra sua história [...] poderia ter sido eu, o que morreu é outro que não eu” (PENNA, 2013b, p. 144). Por isso, o exemplo abaixo traduz não apenas a experiência do eu personagem, mas a de tantos outros sujeitos carcerários, criando, desse modo, espaço de visibilidade para a situação prisional:

2. O artigo não possui paginação.

Eles não haviam conseguido que eu me matasse, como aconteceu com o meu parceiro Bala. Não conseguiram que eu enlouquecesse como o Alemão Batata e o Sérgio Costa. Todos haviam sido presos junto comigo; eu era o mais velho, com dezenove anos. E apenas eu saía de lá vivo e com a mente inteira (MENDES, 2015, p. 410).

O fato de o conceito de testemunho estar vinculado à coletividade arrasta a narrativa para outro aspecto da literatura de testemunho, a condição de minoridade (SELIGMANN-SILVA, 2003), que está intimamente ligado àqueles indivíduos que, calados pela opressão de seu trauma e/ou silenciadas pelo seu passado de dor, têm castrado o seu poder de voz. É o que Luiz Alberto Mendes afirma em uma entrevista à TV Senado, quando o jornalista Maurício Melo Júnior o questiona sobre a motivação de escrever sobre o sistema prisional: “[...] a prisão era realmente o que me interessava discutir [...] Eu quero [...] mostrar para as pessoas que lá eu não encontrei cavalo, não encontrei cachorro, tem gente lá, e essas pessoas são capazes [...] de sair aqui fora e se dar bem” (MENDES, 2014b). Não por acaso, afirma Guinzburg (2011, p. 59), é que aos excluídos cabe falar e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-los, o que justifica estudar o testemunho. Desse modo é que *Confissões de um homem livre* encontra no registro testemunhal um veículo para liberar a voz do sujeito em situação de cárcere, e, assim, “[...] prestar testemunho, um imperativo para os sobreviventes” (PENNA, 2013b, p. 142).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o exposto, pode-se afirmar que *Confissões de um homem livre* inscreve-se na vertente do testemunho a partir de alguns elementos configuradores dessa escrita. Entre eles, destaca-se o caráter memorialístico do romance que assume um forte teor autobiográfico, resultando no compromisso do narrador com a verdade e a lembrança. Outro elemento da escrita do testemunho que se configura no romance analisado, é a narrativa ser contada em primeira pessoa, ou seja, pautada na condição individual de Luiz Alberto Mendes, que põe à mostra suas impressões a respeito do que vivenciou na prisão, bem como agressões físicas e psicológicas que resultaram em traumas que são passados a limpo por sua pena. Mas, embora a narrativa apresente uma condição individual, ela possui um alcance coletivo, pois, a partir da rememoração de sua vivência no cárcere, o narrador personagem representa os sujeitos privados de liberdade no Brasil. Nesse sentido, o romance impõe uma fala calcada na condição de minoridade, figurando os indivíduos calados pela opressão de experiências traumáticas e pelas instâncias de poder.

Nessa perspectiva, *Confissões de um homem livre* é instrumento de verdade humana e que, por isso, a literatura deve recontar para manter viva a memória dos sobreviventes. E, por ser um *lócus* de combate, os registros literários testemunhais vão muito além do exercício propriamente estético, visto estarem engajados a um projeto de transformação social: “Eu, um prisioneiro, conseguira mostrar ao mundo que também havia pessoas inteligentes e capazes na prisão” (MENDES, 2015,

p. 376). Nesse contexto, a atuação dos escritores não se dissocia da participação política, já que a literatura de testemunho implica em uma atitude de intervenção na realidade; aqui representado pela subjetivação da experiência do preso que, traduzida em palavras, expõe a ferida. Não por acaso, o valor do testemunho não está na sua capacidade de ser comprovado, pois fala e narra o encontro com o trauma, o encontro com as experiências do corpo que sofre, o que implica em trabalhar com o passado catastrófico e com as feridas do passado da situação prisional.

REFERÊNCIAS

- BONASSI, Fernando (org.). *Letras de Liberdade*. São Paulo: WB Editores, 2000.
- BURGOS, Elizabeth Debray. *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência*. Tradução de Lólio Lourenço. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Tradução de Alves Calado. 21. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GUINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
- LILENBAUM, Patrícia Chiganer. Testemunho: uma breve reflexão sobre ética e estética na literatura judaica. *Revista Digital de Estudos Judaicos*, Belo Horizonte, vol.1, número 1, pp. 136-144, out. 2007.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MENDES, Luiz Alberto. *Tesão e prazer*. memórias eróticas de um prisioneiro. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MENDES, Luiz Alberto. *Às cegas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MENDES, Luiz Alberto. *Cela forte*. São Paulo: Global, 2012.
- MENDES, Luiz Alberto. Entrevista com o escritor Luiz Alberto Mendes: “Os livros me salvaram!”. *Livre Opinião*, 2014a. Entrevista concedida à equipe Livre Opinião. Disponível em: <<https://livreopiniao.com/>> 2014/08/14/entrevista-com-o-escritor-luiz-alberto-mendes-os-livros-mesalvaram />. Acesso em: 07 set. 2020.
- MENDES, Luiz Alberto. Leitura – Luiz Alberto Mendes. YouTube (TV Senado), 2014b. Entrevista concedida a Maurício Melo Júnior. Disponível em: <[https://www.youtube.com / watch?v=u6unlIGe-yw](https://www.youtube.com/watch?v=u6unlIGe-yw)>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MENDES, Luiz Alberto. *Confissões de um homem livre*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MENDES, Luiz Alberto. *Desconforto*. São Paulo: Reformatório, 2016.

MOREIRAS, Alberto. A aura do testemunho: o testemunho e a questão da literatura. In: *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

NEGRINI, Pedro Paulo. *Enjaulado*: o amargo relato de um condenado pelo sistema penal. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

PENNA, João Camilo. Fala Rigoberta! In: *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2013a. p. 93-135.

PENNA, João Camillo. O sujeito carcerário. In: *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2013b.p.137-160.

PRADO, Antônio Carlos. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto Editora.

RAMOS, Hosmany. *Pavilhão 9*: paixão e morte no Carandiru. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

RODRIGUES, Humberto. *Vidas do Carandiru*: histórias reais. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho: e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, número 31, pp. 284-303, jul./dez. 2012.

SALGUEIRO, Wilberth. Trauma e resistência na poesia de testemunho do Brasil contemporâneo. *Moara*, Pará, v. 44, pp.120-136, jul/dez. 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 45-56.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura da Shoah no Brasil. *Arquivo Maaravi*, Belo Horizonte, v. 1, número 1, out. 2007a.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho da Shoa e Literatura. *Revista Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte: v. 1, out. 2007b.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma: um novo paradigma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 63-119.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WEISS, Helga. *O diário de Helga Weiss: o relato de uma menina sobre a vida em um campo de concentração*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

ZENI, Bruno (coord.). *Sobrevivente André Du Rap*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

Ana Paula Franco Nobile Brandileone

Professora Associada da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, *campus* Cornélio Procópio, no Centro de Letras, Comunicação e Artes (CLCA), onde atua como docente do curso de Letras e do Mestrado Profissional em Letras. Membro do Grupo de Pesquisa Crítica e Recepção Literária (CRELIT/UENP). Atua no campo da educação literária e da narrativa brasileira contemporânea.

E-mail: apnobile@uenp.edu.br

Beatriz da Silva Massari

Graduanda em Letras, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, *campus* Cornélio Procópio, no Centro de Letras, Comunicação e Artes (CLCA). Atua na Iniciação Científica desde 2019 e tem desenvolvido pesquisas no âmbito da narrativa brasileira contemporânea. Membro do Grupo de Pesquisa Crítica e Recepção Literária (CRELIT/UENP).
E-mail: biahmassari@gmail.com

Recebido em 10/03/2022.

Aceito em 15/06/2022.